

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Juliana Nascimento da Silva

**DA FESTA À GUERRA?: A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA
TORCIDA ORGANIZADA RAÇA RUBRO-NEGRA DURANTE O PROCESSO
DE MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO (1987-1998)**

Rio de Janeiro

Março/2021

Juliana Nascimento da Silva

Da festa à guerra?: a construção da representação da torcida organizada Raça Rubro-Negra durante o processo de modernização do futebol brasileiro (1987-1998).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Coorientador: Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na

S586f Silva, Juliana Nascimento da
Da festa à guerra?: a construção da representação da torcida organizada Raça Rubro-Negra durante o processo de modernização do futebol brasileiro (1987-1998) / Juliana Nascimento da Silva. -- Rio de Janeiro, 2021.
191 f.

Orientador: Fernando Luiz Vale Castro.
Coorientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2021.

1. Raça Rubro-Negra. 2. torcidas organizadas. 3. modernização do futebol. 4. violência no Rio de Janeiro. I. Castro, Fernando Luiz Vale, orient. II. Hollanda, Bernardo Borges Buarque de, coorient. III. Título.

Publicação

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Juliana Nascimento da Silva

Da festa à guerra?: a construção da representação da torcida organizada Raça Rubro-Negra durante o processo de modernização do futebol brasileiro (1987-1998).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Coorientador: Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda

Aprovada em: 16/04/2021.

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro (PPGHIS/UFRJ)

Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda (FGV/CPDOC)

Profa. Dra. Rosana da Câmara Teixeira (FE/UFF)

Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo (CEP/FDC)

Para Janaina e Clóvis.

Agradecimentos

A construção de um trabalho acadêmico é majoritariamente solitária, algo que se agrava ainda mais em um período marcado pelo isolamento social em função do novo coronavírus. No entanto, em nenhum momento me senti só, pois a concretização desse sonho se deve ao suporte que recebi ao longo desses dois anos.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, que me impulsionou desde a decisão de cursar História. Sem eles isso não seria possível. Agradeço ao meu pai Marvio, à minha mãe Janaina, minha maior inspiração, à minha irmã Tainá, meu suporte e companhia de todos os dias, que me alegra e torna meus dias comuns especiais, e ao meu irmão Gabriel, minha alegria. Agradeço aos meus avós, por quem nutro admiração absurda.

Ao meu maior companheiro, Bruno Tavares, por ser o maior entusiasta desse trabalho, por enxergar potencial em mim. Por ser meu suporte e por dar cor aos dias mais cinzas. Por não ter me permitido desanimar nunca. Obrigada por tanto. Amo você demais. Agradeço também aos meus sogros, Cristina e Edilson, pelo acolhimento e pelo amparo em qualquer situação.

Às minhas melhores amigas, Danielle e Lais, pelo afeto de todos os dias. Pelas risadas, pelas conversas e pelo colo. Por confiarem em mim de olhos fechados e me darem segurança mesmo quando eu me sinto perdida.

Ao meu grande amigo Lucas Machado, que foi meu maior companheiro de graduação e com quem nutro um laço forte. Obrigada pelo apoio em todos os momentos. Ao Lucas Rodrigues, Gabriel Motta, Rodrigo Salles e Victor Morais, por serem amigos que me incentivam, ainda que de longe. E à Lays, minha salvação desde a seleção do mestrado, a quem sempre recorro por ter uma admiração gigantesca e que se tornou minha amiga.

Ao Anderson Clemente da Silva, presidente da Raça Rubro-Negra, pela interlocução e pela disponibilidade em cooperar com a pesquisa. Seus relatos foram valiosos. Ao Eduardo Benfica, membro da Raça, que se tornou um grande amigo. Figura essencial para a pesquisa pelo seu entusiasmo e ajuda de sempre. Obrigada infinitamente.

Aos meus incríveis orientadores: Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro e Prof. Dr. Bernardo Buarque de Hollanda. Ao primeiro, agradeço a amizade oferecida desde sempre e o acolhimento, que me fez sentir segura sempre que precisei. Ao segundo, agradeço imensamente as trocas ricas e sempre gentis, ao incentivo e à amizade prestada. Sou muito

privilegiada de ser acompanhada por esses nomes, que me ensinaram que a construção de um trabalho se baseia também no companheirismo.

Aos membros da banca, Prof. Dra. Rosana da Câmara Teixeira e Prof. Dr. Édison Gastaldo, por terem aceitado avaliar o trabalho e pelas ricas contribuições.

Ao Prof. Dr. Henrique Gaio, meu professor de História no Ensino Médio e principal motivo de eu ter seguido esse caminho.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, minha casa desde 2014, onde materializo meus sonhos. Ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFRJ), por ser um programa de excelência e por oferecer um espaço acolhedor. Em especial à Lise, Sandra e Pedro, sempre solícitos. Agradeço ao CNPq e à FAPERJ por terem financiado essa pesquisa.

Uma trajetória construída pelo afeto e pelo companheirismo, da qual me orgulho e de onde tiro minha certeza de que não estou só. Muito obrigada!

RESUMO

SILVA, Juliana Nascimento da. **Da festa à guerra?: a construção da representação da torcida organizada Raça Rubro-Negra durante o processo de modernização do futebol brasileiro (1987-1998)**. Rio de Janeiro, 2021. 191f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa tem como questionamento central as prerrogativas de representação construídas pela torcida organizada Raça Rubro-Negra, vinculada ao Clube de Regatas do Flamengo e fundada em 1977 sob o princípio nativo da produção da animação dos jogos nas arquibancadas. Relacionado às políticas modernizantes do futebol profissional, que têm como marco inicial a realização da Copa União e a formação do Clube dos Treze, em 1987, até a Lei Pelé, instituída em 1998, passando pela Lei Zico, de 1990, o agrupamento torcedor é analisado em suas transformações internas e em suas conexões com o contexto sociocultural da vida urbana no Rio de Janeiro. Estas, por sua vez, dialogam com um novo modelo político e econômico não só de Estado, mas também da organização competitiva do poder futebolístico. Dessa forma, o trabalho analisa as categorias “festa” e “guerra” no interior da torcida e as relaciona com o recrudescimento da violência durante as décadas de 1980 e 1990 na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, os debates sobre a guinada modernizante da esfera esportiva, bem como o processo de estigmatização da torcida na sociedade mais ampla, são associados à abordagem midiática e ao seu papel no processo de construção dos significados sociais.

Palavras-chave: Raça Rubro-Negra; torcidas organizadas; modernização do futebol; violência no Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SILVA, Juliana Nascimento da. **Da festa à guerra?: a construção da representação da torcida organizada Raça Rubro-Negra durante o processo de modernização do futebol brasileiro (1987-1998)**. Rio de Janeiro, 2021. 191f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This research has as guiding questioning the prerogatives of representation built by the Raça Rubro-Negra, founded under the assumptions of the production of party in the stands. Related to the modernizing policies of football, which have as their initial landmark the "Copa União" and the formation of the Clube dos Treze in 1987, until the "Lei Pelé" (Pelé Law), instituted in 1988, passing through the "Lei Zico" (Zico Law), the organized crowd is analysed in its immersion in a new political and economic model not only of the State, but also of football. Therefore, the academic work analyses the categories party and war within the fan group, related to the upsurge of violence during the 1980s and 1990s. At the same time, debates about the modernizing turn of the football sphere, as well as the process of stigmatization of fans in the wider society are associated with the media approach and its role in the process.

Keywords: Raça Rubro-Negra; organized supporters' groups; modernization of football; violence in Rio de Janeiro.

Índice

Introdução.....	12
Capítulo 1 – Violência, modernização do futebol e racionalização.....	18
1. Debates sobre racionalização: calculabilidade da vida, eficiência e neoliberalismo na Nova República.....	19
1.1. Racionalização e <i>razão instrumental</i>	19
1.2. Nova República e neoliberalismo.....	22
1.3. Violência: a tônica das décadas de 1980 e 1990.....	29
1.3.1. Legados da Ditadura Militar.....	29
1.3.2. Violência no Rio de Janeiro.....	31
1.4. Modernização do futebol.....	42
1.4.1. Torneios e campeonatos: a lógica da eficiência.....	42
1.4.2. Formação dos campeonatos futebolísticos em âmbito nacional.....	43
1.4.3. Campeonato Nacional e apropriação política.....	48
1.4.4. Novos marcos da modernização do futebol.....	58
1.4.4.1. Clube dos Treze e legislações esportivas: novos debates.....	63
1.4.5. Modernização e torcidas organizadas.....	70
Capítulo 2 – Formas de ser Raça Rubro-Negra: a coexistência festa-guerra.....	73
2. Representação: dessencialização do conceito de cultura.....	73
2.1. Da História tradicional à incorporação do cotidiano.....	73
2.1.1. Dilatação do conceito de cultura e os modos de fazer de torcedores organizados.....	77
2.2. Construindo uma torcida: torcer “à Raça Rubro-Negra”.....	83
2.2.1. Organizações torcedoras: disciplina, contestação e produção de significados.....	83
2.2.2. Amálgama simbólico.....	86
2.2.3. “Comunidades imaginadas” e memória social.....	87
2.3. <i>Forma-representação</i> : o surgimento da torcida organizada Raça Rubro-Negra.....	90
2.3.1. Performance torcedora e burocratização.....	94
2.4. “Uma história de sangue e violência”?.....	102

2.4.1. O quadro urbano: metropolização, confrontos e identidades.....	102
2.4.2. Violência para além das torcidas organizadas.....	106
2.4.3. Território torcedor para além do estádio.....	111
2.4.4. A relação <i>funk</i> -torcida.....	117
2.4.5. Concomitância.....	121
Capítulo 3 – Raça Rubro-Negra e as práticas discursivas: o que está em disputa?.....	123
3. Comunicação através das representações e performances.....	123
3.1. Simbiose entre prática e representação.....	123
3.1.1. Comunicação e disputas de representação.....	128
3.1.2. Mídia e representações.....	130
3.2. Práticas e significações da Raça Rubro-Negra.....	132
3.2.1. Da festa à guerra?.....	136
3.2.1.1. Sociabilidade e representação no baile <i>funk</i>	140
3.2.1.2. Raça Rubro-Negra e vivências no Maracanã.....	145
3.3. Relacionamento com a mídia: como criminaliza?.....	154
3.3.1. Veiculação e recepção.....	154
3.3.2. Mídia, torcidas organizadas e modernização do futebol.....	159
3.3.2.1. Invisibilização autoral da festa.....	170
3.4. A concomitância festa-guerra: demandas da torcida.....	173
Considerações finais.....	179
Referências Bibliográficas.....	186

Introdução

Inserida no campo de estudos referente ao futebol, especificamente no microcosmo das torcidas organizadas, esta dissertação de mestrado se propôs a discutir os elementos bases da representação do Grêmio Recreativo Movimento Cultural Raça Rubro-Negra: a festa, sob o aspecto nativo, e a guerra, como processo de transformação e coexistência ao longo dos diferentes atravessamentos nas décadas de 1980 e 1990.

Para além do apreço pessoal pela temática, a escolha – por vezes relutante – pela pesquisa no campo do futebol se deu na medida em que pude identificá-lo como objeto para a análise dos múltiplos processos pelos quais a sociedade brasileira atravessou, mas também pelo fascínio diante das complexidades próprias do campo, sem entendê-lo como reflexo mecânico da conjuntura ampliada. As possibilidades e demandas de interface com distintas áreas do conhecimento, como a Antropologia, Comunicação Social e Psicologia, apesar de oferecerem um desafio, dão o tom da relevância do tema, que extrapola perspectivas herméticas e essencialistas ao entrecruzar metodologias e reflexões de naturezas diversas.

A escolha pelo trabalho com uma torcida organizada, por sua vez, fundamenta-se na percepção da relevância de identificar a construção de um agrupamento solidificado por símbolos de coesão e, ao mesmo tempo, vivenciar uma jornada de transformações, nem sempre conscientes, de suas categorias representativas. A fundação da torcida, justificada sob parâmetros disjuntivos e competitivos, esbarra nas disputas discursivas sobre suas práticas que, ao longo dos anos 1980 e 1990, são expostas de modo criminalizante e circunscrito aos enfrentamentos. Ao mesmo tempo, a explosão demográfico-territorial e a premeditação dos conflitos entre torcidas organizadas, que são exponenciados com a introdução das armas de fogo nos momentos contendedores, são incorporados enquanto práticas de representação de força no interior do cosmo dos agrupamentos de torcedores, em que a demanda por ser a agremiação mais festiva ou mais temida é manejada de acordo com seus interesses, que se baseiam em seus interlocutores.

A minha aproximação com o tema ocorreu ainda no início da minha graduação em História pela UFRJ, quando pude visualizar pela primeira vez as possibilidades de pesquisa acadêmica em História do Esporte, nome da disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Fábio Peres, que cursei no terceiro período. O aprofundamento nas leituras e debates, bem como no processo de lapidação da escolha do tema e do objeto, remete ao meu ingresso no laboratório oferecido pelo Prof. Dr. Fernando Castro, meu orientador, para reflexões

conjuntas sobre o tema do futebol. A junção dos debates em grupo no laboratório com a admiração pelas festas promovidas pelas associações de torcedores, sejam torcidas organizadas ou barras bravas, contribuíram para a pesquisa densa de um objeto que dialogasse com a temática cultural de modo mais profundo. Dessas pesquisas, o reconhecimento da proposta diferente de torcida no momento de sua fundação abriu para mim a possibilidade de trabalhar com a associação torcedora Raça Rubro-Negra desde minha graduação, período em que me dediquei aos anos iniciais do agrupamento (1977 – 1985).

Como elemento forte e característico da Raça Rubro-Negra, a categoria nativa “festa” ganhou a entonação dos discursos de seus componentes, que se alicerçavam nas prerrogativas de ruptura e instalação de um modo de torcer mais caloroso e abnegado. No entanto, a partir da década de 1980, os enfrentamentos internacionais entre torcedores, focalizados nos *hooligans* ingleses e nos *ultras* italianos na primeira metade da década, exponenciaram uma recepção das práticas dos torcedores organizados ancorada no medo da violência. Em diálogo com os processos de redemocratização, modernização do futebol e de potencialização dos debates referentes à violência urbana, especialmente no Rio de Janeiro, as torcidas organizadas passaram a assistir suas práticas nos meios de comunicação veiculados sob o estigma da hostilidade.

O recorte temporal, desse modo, foi escolhido pelas efervescências que entoaram a percepção embaçada de transição da categoria festa à guerra da Raça Rubro-Negra. Da redemocratização ao recrudescimento da violência urbana no Rio de Janeiro, passando pelo processo de modernização do futebol amparado em lógicas mercantis, o discurso de eficiência no Brasil, principalmente na década de 1990, embarreirou a percepção das torcidas organizadas enquanto agrupamentos almejados como público nos estádios, vislumbradas enquanto entraves à guinada modernizadora do referido esporte.

Isso posto, a construção da questão da pesquisa esteve baseada na comparação de um mesmo objeto: a Raça Rubro-Negra em seus anos iniciais e a mesma torcida nas décadas de 1980 e 1990. A reflexão, por conseguinte, caminha na direção de identificar a coexistência entre as duas categorias fundamentais como parâmetros de representação da agremiação em ambos os momentos, mas cimentada em suas peculiaridades conjunturais e complexidades internas. Se no final da década de 1970, a Raça Rubro-Negra era recebida pela categoria nativa de festa, que significava para seus componentes a distinção no que diz respeito à produção de animações nos jogos, com o incremento de elementos visuais e performance corporal de movimento, as efervescências dos decênios

posteriores evidenciaram uma nova relação com o urbano, com as disputas no seio do microcosmo das torcidas organizadas e na veiculação reforçada de uma representação contendoras pelos meios de comunicação.

Como suporte teórico, os debates da História Cultural, especificamente as noções de representação e prática estruturadas por Roger Chartier¹, impulsionaram e ampararam as análises no que tange os parâmetros identitários da torcida. A simbiose entre os dois termos presentes na obra do autor francês foi elencada como aporte por oferecer a possibilidade de analisar os processos de produção cultural, bem como o significado desvelado pelos sujeitos, que transitam na relação das “práticas” e das “representações”. Desse modo, as noções operam de como a reconstruir e produzir uma História Cultural sob o pressuposto da criação de entendimentos e significados para a realidade por indivíduos ou sujeitos dotados de intencionalidade. Isto é, a dinâmica do vínculo entre prática e representação se traduz na produção de sentidos sobre um evento ou realidade, recheada pelos interesses de seus agentes, que visam a recepção de tal significação.

Enquanto termos que operam em uma reconstrução mútua, representação e prática funcionaram enquanto base teórica sobre as perspectivas do modo de torcer e as lógicas disjuntivas elencadas no universo das torcidas organizadas. Foram anexados também os termos de performance e recepção, de Paul Zumthor, que complementam o conjunto de conceitos fundamentais à pesquisa.

Cimentada na percepção da produção das perspectivas representativas e performáticas, a presente dissertação buscou reconstruir o manejo de símbolos e corporalidades cujo intento é o fomento da coesão grupal para a distinção. Assim, as noções de prática e recepção realimentam tais conceitos, em que a identidade do grupo, concebido sob perspectiva relacional, se caracteriza pela flutuação e dinâmica de construção.

A experiência de estudar torcidas organizadas é um desafio acadêmico, sendo, por conseguinte, enriquecedora à compreensão dos fenômenos sociais e comportamentais. Fenômeno próprio da pesquisa em agrupamentos torcedores, fontes tradicionais e oficiais sobre esses grupos são escassas, tornando necessários outros métodos enquanto possibilidades para o levantamento de dados. Dessa forma, o *corpus* documental a ser trabalhado na pesquisa é composto por jornais, depoimentos com entrevista semiestruturada com nome expoente da torcida, alicerçada na metodologia da História

¹ CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

Oral de vida, além dos relatos concedidos a mim por Bernardo Buarque de Hollanda, que entrevistou Cláudio Cruz, fundador da Raça Rubro-Negra. As plataformas da Internet da Raça Rubro-Negra também ofereceram material riquíssimo de análise de suas demandas discursivas, na mesma medida em que o documentário “O Pulmão da Arquibancada”, de 2012, dirigido por Costa e Von Krüker possibilitou o acesso a distintos componentes da agremiação no período proposto. Houve visita à sede administrativa da agremiação, com registros referentes aos presidentes desde a fundação até o final da década de 1990, além de poder visualizar as reportagens arquivadas e expostas pela torcida no local, que serviu também como depósito de algumas bandeiras.

O objetivo de entrecruzar os discursos das autoridades públicas, meios de comunicação e componentes da torcida demandou o esforço de comparar as fontes e identificar as peculiaridades próprias de cada uma. Amparada na pesquisa em periódicos presentes da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Acervo Digital Jornal *O Globo* e no acervo da Revista *Placar* presente no portal Ludopédio, a exploração dos periódicos exigiu a identificação dos interesses e da formatação de cada um, além de verificar suas funções sociais a partir da historicização². Desta forma, a justificativa da utilização de tais periódicos se dá na medida em que foram elencados de acordo com os interesses envolvidos no proposto recorte temporal, tendo como protagonista o jornal *O Globo* pela intensa relação com o processo de modernização do futebol.

A construção da dissertação, no entanto, foi atravessada pela conjuntura pandêmica de tristezas e incertezas constantes que, de modo geral, operou também como empecilho às pesquisas em andamento. Diante de um cenário conturbado com a crise sanitária em função do novo coronavírus, as possibilidades de interlocução, ao mesmo tempo que foram exponenciadas pela emergência das transmissões ao vivo por diferentes plataformas na Internet, tornaram-se um desafio ainda maior para a realização de visitas às sedes, idas a campo e à realização das entrevistas semiestruturadas.

O objetivo de realizar entrevistas com lideranças da Raça Rubro-Negra nas décadas de 1980 e 1990, além de contar com componentes fundamentais nas atividades organizativas do grupo, mas distantes das posições de comando, foram desfavorecidas pela dificuldade de estabelecer contato. Apesar de contar com intermediações, obtive resposta de alguns possíveis interlocutores, que ou alegavam impossibilidade de oferecer depoimento, ou confirmavam e demonstravam empolgação, mas não davam continuidade

² DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

à conversa. Entre muitos contatos que não obtive resposta, o atual presidente da Raça Rubro-Negra, Anderson Clemente da Silva, aceitou ser um interlocutor da pesquisa.

A visita à sede da Raça, realizada no momento anterior à pandemia, ofereceu possibilidades de análise riquíssimas, principalmente em função das representações das figuras de seus presidentes do período e sua relação com a torcida. A caracterização das lideranças, com termos próprios e menção aos principais feitos de cada gestão, possibilitaram a análise da inserção da Raça Rubro-Negra no recorte do período de um modo aproximado dos parâmetros representativos da agremiação.

Alicerçada nos estudos sobre futebol e na crônica jornalística da cidade do Rio de Janeiro, com base em fontes primárias e secundárias, da imprensa e da literatura acadêmica, a divisão da dissertação se organiza em três capítulos, com as seguintes discussões:

O primeiro capítulo apresenta a discussão a respeito da conjuntura em fins da década de 1980 e 1990 para contextualizar os debates propostos para os outros dois capítulos. Além de situar o recorte temporal da pesquisa, que se estabelece de 1987 a 1998, com os marcos da Copa União e Lei Pelé, o capítulo intitulado *“Violência, modernização do futebol e racionalização”* incorpora debates caros aos referidos decênios, sem a circunscrição rígida aos anos demarcados.

É apresentado o contexto político do Brasil, recém redemocratizado, cujas demandas buscam a modernização das estruturas e, a partir de 1990, uma aproximação com o projeto do neoliberalismo. Este, por sua vez, está relacionado com o processo de dissolução de identidades coletivas e com uma relação cada vez mais intrínseca com o meio urbano. Desse modo, o tópico violência, fenômeno em evidência no Rio de Janeiro no período, será enunciado e debatido, em interlocução também com o viés institucional, servindo à pesquisa para analisar a fundo as identidades torcedoras e sua relação com as práticas violentas.

Na esteira dos debates sobre modernização institucional, o primeiro capítulo aborda também as demandas do processo de modernização do futebol, que rastreia na década de 1970, mas que é fortalecido no decênio posterior. Os processos envolvendo a profissionalização do referido esporte, bem como seus marcos, são fundamentais para introduzir e pensar o lugar das torcidas organizadas em um cenário que começa a ser marcado pela lógica da mercantilização.

No segundo capítulo, *“Formas de ser Raça Rubro-Negra: a coexistência festaguerra”*, a história da Raça Rubro-Negra, fundada em 1977, é apresentada, tendo como

intento expor sua categoria nativa de festa – a característica exponenciada nesse período. São expostos os princípios, objetivos e práticas do então grêmio recreativo relacionados com a noção de representação, debate caro à História Cultural, e com o conceito de performance.

A relação com as décadas de 1980 e 1990, discutidas no primeiro capítulo, amparam-se no intento de estabelecer o processo de transitoriedade e constituição da perspectiva da violência. A questão da territorialidade e a disputa pela cidade, intrínseca a esse agrupamento, é exposta, de modo a compreender o processo de explosão territorial e da existência de confrontos premeditados entre torcidas organizadas.

Como forma de compreender essa questão, a relação com o gênero musical *funk* emerge como ferramenta para tal demonstração. Desse modo, busca-se compreender não apenas a emergência do caráter violento presente na torcida, mas a concomitância festa-guerra.

No terceiro e último capítulo da dissertação, “*Raça Rubro-Negra e as práticas discursivas: o que está em disputa?*”, são expostas de modo mais evidente as disputas pelos significados da representação da Raça Rubro-Negra. Relacionado com os processos de modernização do futebol, introdução do neoliberalismo no Brasil, relação com o marketing e com a grande mídia, os impactos dessa conjuntura alcançam a Raça de modo que invisibilizam seu caráter multifacetado.

A partir do debate sobre a metamorfose institucional do futebol, que transita do tradicionalismo à modernização das estruturas, a percepção dos meios de comunicação sobre os torcedores organizados é enunciada e o abandono do elogio à figura do torcedor organizado, protagonizado pelo chefe de torcida, passa a ser percebido. Nos principais meios de comunicação, a estigmatização dos membros de agrupamentos torcedores é feita a partir da relação direta dos mesmos com a violência, no qual o elemento festivo é apagado de suas abordagens.

Desse modo, a questão sobre a preconização da mídia em relação aos eventos de violência da torcida em detrimento de seu papel no espetáculo esportivo é questionada e relacionada com os interesses do projeto de modernização do futebol. Para tanto, a partir da metodologia da História Oral, há um esforço para analisar não apenas as demandas discursivas da Raça Rubro-Negra, mas também os manejos que dizem respeito às prerrogativas de representação da torcida.

Capítulo 1 – Violência, modernização do futebol e racionalização

O objetivo deste primeiro capítulo é analisar os discursos da racionalização no que se refere aos debates sobre violência, tanto na esfera institucional quanto no futebol e no cenário urbano do Rio de Janeiro dos anos 1990. Desse modo, os debates convergem para a relação entre as demandas racionalizadoras sob parâmetros de eficiência administrativas com o cenário conturbado da segurança pública do Rio de Janeiro, em que a violência emerge como tônica da conjuntura. Esse contexto se dá, no bojo da instalação do neoliberalismo no Brasil, de início com o ex-presidente da República Fernando Collor³ e depois com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso⁴, também ex-presidente do Brasil.

O interesse pela mídia sobre a violência e sua inserção no debate público remetem ao aumento de crimes violentos desde a década de 1970⁵. No decênio seguinte, observa-se a temática consolidada⁶ como pauta e conteúdo jornalístico, em função do avolumamento dos números relacionados à criminalidade, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, ao mesmo tempo em que a violência se consolida enquanto debate da ordem do dia, o momento da redemocratização do Brasil acompanha o discurso sobre o rompimento com as práticas discricionárias da Ditadura Militar, instalada no país desde 1964. Esta foi uma marca do governo Brizola⁷ que, em 1982, ainda sob o regime ditatorial, foi eleito governador do Rio de Janeiro pelo PDT alicerçado nas propostas de remoção do “entulho autoritário” introjetado nas instituições⁸.

Ao mesmo tempo em que um político opositor, de volta do exílio e democraticamente eleito, projeta a ruptura com a Ditadura Militar no Brasil, os discursos pautados na ideia de Lei e Ordem, conforme a violência ganha relevância na esfera pública, despontam em oposição ao projeto de “garantismo constitucional”⁹ de Leonel Brizola. Isto posto, conforma-se a transição de uma perspectiva atrelada ao social para a

³ Fernando Affonso Collor de Mello foi presidente do Brasil no período de 1990 a 1992.

⁴ Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil de 1 de janeiro de 1995 até 1 de janeiro de 2003.

⁵ ZALUAR, A. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Editora UFRJ, 1997. p. 24

⁶ ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999, p. 9.

⁷ Leonel de Moura Brizola foi governador do Rio de Janeiro nos períodos entre 1983 e 1987 e, posteriormente, entre 1991 e 1994.

⁸ DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 14.

⁹ Termo de Joao Ricardo Dornelles utilizado por Cristina Buarque de Hollanda. DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p.19.

busca de uma “eficácia penal”¹⁰, cimentada nas prerrogativas imediatistas de punitivismo, característica do Estado neoliberal¹¹ instalado nos anos 1990, de onde se rastreia uma nova dimensão da violência¹² no Brasil.

Das características do neoliberalismo inseridas no Brasil a partir do governo Collor (1990 – 1992), a demanda pela racionalidade, também aplicada à gestão e à contenção dos índices de criminalidade urbana, tem como escopo a manifestação da eficiência e da objetividade enquanto nuance de seu projeto. Desse modo, o futebol torna-se também uma esfera de interlocução com a nova ordem mundial estabelecida pelo Consenso de Washington¹³, a partir das demandas de racionalização das gestões dos clubes de futebol, especialmente entre os anos 1987, com a fundação do Clube dos Treze, e 1998, com a considerada lei mais liberalizante do futebol, a Lei Pelé, sob a justificativa da ineficácia administrativa. No entanto, deve-se tomar cuidado com a dimensão da causalidade direta, uma vez que a chamada “crise do futebol brasileiro”¹⁴ lastreia-se desde os anos 1970, quando a militarização se tornou uma característica do esporte.

Em vista disso, os debates que guiam a construção do presente capítulo estão alicerçados nos discursos de racionalização e da racionalidade neoliberal para a resolução da violência, principalmente no cenário carioca, ao mesmo tempo que se relaciona com as propostas de eficiência para o futebol brasileiro. Da relação do processo de modernização do futebol, com a entrada de mídia e sua incipiente mercantilização com a questão da violência do Rio de Janeiro, emergem possibilidades para pensar o lugar que as torcidas organizadas, em especial a Raça Rubro-Negra, ocupam nesse cenário.

1. Debates sobre racionalização: calculabilidade da vida, eficiência e neoliberalismo na Nova República

1.1. Racionalização e razão instrumental

¹⁰ Ibidem, p. 18

¹¹ MENDES, K.T. As políticas criminais e o neoliberalismo no Brasil: Debates atuais. **Revista Habitus**, v. 13, n. 1, 2015.

¹² SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 17.

¹³ **O Consenso de Washington** foi a tomada de medidas de cunho econômico em novembro de 1989 em instituições financeiras localizadas em Washington D.C.

¹⁴ HELAL, R.; GORDON, C. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Revista Eco-Pós**, v. 5, n. 1, 2002.

Os debates sobre modernidade são permeados pelo conceito-chave de racionalização¹⁵. Enquanto característica de um projeto de civilização ocidental, elementos como individualismo, racionalidade e universalismo constituem as bases da ciência moderna. Essa questão referente à modernidade ocidental, marcada pelas noções de progresso e pelo seu entendimento enquanto um regime de historicidade¹⁶ predominantemente futurista, coloca em evidência a perspectiva linear de história cimentada nos aspectos de aceleração do tempo e crença no futuro a partir do desenvolvimento da ciência moderna.

Nesse sentido, em interlocução com as prerrogativas da ciência moderna, objetiva e pautada no progresso, os discursos de racionalização adotam como perspectiva a ideia de calculabilidade da vida em que a funcionalidade e a eficiência se configuram enquanto objetivo almejado. Isto posto, o pressuposto de racionalização de todas as esferas da vida é abordado a partir de quatro vetores por Max Weber¹⁷: modo racional referente a fins, modo racional baseado em valores, modo afetivo e modo tradicional.

As diferentes nuances da racionalização, pautadas no cálculo material da vida, estão em constante interlocução, embora o expoente de uma sociedade capitalista seja o modo racional referente a fins, denominado também como *razão instrumental* a partir da crítica promovida por Max Horkheimer. Inserida na perspectiva da eficiência, a racionalidade referente a fins, possível apenas em uma sociedade vinculada às noções de mercado, rompe com a perspectiva de razão enquanto crítica ou ética, em detrimento do cálculo utilitarista, em que se conjectura as possibilidades de ganho.

O caráter mercantil da *razão instrumental* se pauta na ponderação tanto dos meios quanto dos fins, de onde se rastreia o prisma de orientação de ação humana. Sob esse viés, torna-se possível a abordagem da *razão instrumental* enquanto objeto de análise das sociedades no que diz respeito ao estabelecimento de relacionamentos sociais, além das condutas e estratégias para pensar o mundo: “Pelo contrário, trata-se de um conceito analítico, uma categoria de análise que funciona como lente, através da qual é possível

¹⁵ HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madri: Cátedra/Teorema, 1994.

¹⁶ HARTOG, F. **Regimes of historicity: Presentism and experiences of time**. Columbia University Press, 2015.

¹⁷ WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Unb, 1999. apud FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. Cadernos Ebape.br, v. 6, n. 3, p. 01-20, 2008.

enquadrar, ‘ver’, refletir e compreender a ação social, suas motivações, seus valores, seus desdobramentos e funcionalidades.”¹⁸

Assentadas em uma perspectiva da técnica, vinculada à noção de ciência moderna, objetiva, calcada no progresso e na linearidade, os processos de racionalização das esferas da vida ocidentais se orientam através da busca pela eficiência para atingir seus objetivos. O capitalismo, sendo expressão dessa modernidade, não se alicerça no direcionamento único do alcance do lucro¹⁹, mas sobretudo em um processo de análise das possibilidades de ação e de ganho pautadas em técnicas de cálculo para a obtenção do que se almeja. Desse modo, a sociedade moderna ocidental fundamentada no capitalismo orienta-se através de uma *razão instrumental* que, mais do que o lucro, identifica-se na expansão para as múltiplas esferas da vida a avaliação das ações e a tentativa de prognóstico de seus procedimentos e empreendimentos.

Enquanto fundamentação da *razão instrumental*, as perspectivas de eficiência operam de modo a viabilizar as condições mais seguras para a obtenção de seus objetivos. A transformação das prerrogativas de ação dos diferentes âmbitos em atitudes amparadas nos parâmetros da funcionalidade, configura-se, desse modo, enquanto produto dessa lógica da *razão instrumental*, que Max Weber denomina “ação economicamente orientada”²⁰. A noção desenvolvida pelo sociólogo alemão está em interlocução com a permeabilidade dos sentidos econômicos independentemente de a economia ser o tópico principal de sua ação. Isto é, ainda que os objetivos de determinada ação não sejam pautados em fins lucrativos, considerações do plano econômico são feitas em consonância com as prerrogativas de cálculo material.

Introjada em diferentes esferas da vida, a eficiência e a racionalidade, intrinsecamente conectadas, cimentam as configurações do neoliberalismo, rastreado na década de 1980 sob o governo de Margaret Thatcher que, em um cenário de crise na Europa, contou com a parceria de Ronald Reagan para impulsionar o modelo econômico cimentado no individualismo, na privatização e no combate aos movimentos sindicais. Ao mesmo tempo em que representam sua expressão, o surgimento de uma “nova racionalidade”, em diálogo intenso com a globalização, amparada no discurso neoliberal,

¹⁸ Idem.

¹⁹ FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos Ebape.br**, v. 6, n. 3, p. 01-20, 2008, p. 6.

²⁰ SWEDBERG, R. **Max Weber and the idea of Economic Sociology**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

preconiza o Estado mínimo e exponencia suas perspectivas de eficácia a partir da concorrência.

No esforço de definir eixos centrais para o desenvolvimento da modernidade, Boaventura de Sousa Santos, em concordância com os diálogos essenciais entre modernidade, racionalidade e ciência moderna, aponta para duas características basilares do período, cada uma delas contendo três elementos intrínsecos: o pilar da regulação, constituídos pelos princípios de estado, mercado e comunidade, e o pilar da emancipação, fundamentado através da racionalidade estético-expressiva, racionalidade moral-prática e racionalidade cognitivo-instrumental²¹. Embora o projeto de modernidade projete um equilíbrio entre os diferentes pilares, a esfera técnica e científica alcançou um protagonismo até se introjetar nas perspectivas de emancipação, enquanto em um cenário de regulação o mercado ascendeu enquanto prioridade, exponenciado pelo intento de eficácia:

A concentração da regulação no princípio do mercado, decorrente da concentração da emancipação na racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e isomórfica com ela, reduziu ao máximo o trânsito praxístico entre a regulação e a emancipação e, de facto, neutralizou as tensões dinâmicas entre elas inscritas no paradigma para assegurar o seu incessante e multimodo desenvolvimento. De um lado, o mercado, do outro, a ciência, e ambos do mesmo lado da mesma racionalidade cognitivo-instrumental”²²

Sob esse viés, é possível sustentar a ideia de que os critérios da racionalidade, atrelados às prerrogativas do neoliberalismo, em diálogo com os fundamentos da globalização enquanto ordem mundial, convergem para a constituição das relações sociais no mundo ocidental pautadas em “ações economicamente orientadas”, de onde se rastreiam as perspectivas de cálculo material de ganho estendidos para as diferentes esferas da vida. A dimensão da eficácia, introjetada nos diferentes âmbitos, torna-se o postulado de orientação das lógicas da ciência e do mercado.

1.2. Nova República e neoliberalismo

O período compreendido como “Milagre” econômico, ocorrido entre os anos 1967 e 1973, demarcou o fortalecimento de uma ideia de otimismo baseado no progresso da

²¹ SANTOS, B.S. *A transição paradigmática: da regulação à emancipação*. 1991.

²² *Ibidem*, p. 3

nação exponenciado pela Ditadura Militar, mas que rastreia desde o governo de Juscelino Kubitschek²³ (1956 – 1961), apesar das diferenças práticas entre as políticas econômicas. Alicerçados no discurso otimista de progresso, superação do atraso e modernização das estruturas, a pauta do “compromisso com o futuro”²⁴ exponenciou não apenas uma vontade de ruptura introjetada no imaginário da sociedade, mas também a noção de um “espírito modernizante”:

No campo brasileiro, contudo, o “milagre” coincidiu com um certo “espírito modernizante” que animava, já há algum tempo, setores médios e da elite brasileira. Essa modernização traduzia-se sobretudo na vontade de adotar bens e serviços até então não generalizados no Brasil, e na realização de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente no campo da construção civil.²⁵

Ao mesmo tempo em que no imaginário a sensação de otimismo se consolidava²⁶, o crescimento econômico vislumbrado no “milagre” econômico fornecia o material prático para a demonstração da vocação dos governantes da Ditadura Militar para a instalação da “ideia-síntese”²⁷ de Brasil grandioso, demanda histórica da sociedade brasileira. As grandes taxas de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, bem como um conjunto de atitudes vinculadas ao ideal modernizante, como as obras grandiosas, atreladas, no período, às taxas de inflação em queda²⁸:

Assim, não surpreende que o contexto do chamado “milagre econômico” tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível” do Brasil. Bastava ter olhos para ver: a “vocação de grandeza do Brasil” seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural, do país; não era uma utopia. Nesse sentido, o Golpe de 64 deveria ser entendido por todos como o marco de um novo patamar temporal, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo.²⁹

²³ Juscelino Kubitschek foi presidente da República de 1956 até 31 de janeiro de 1961. Seu governo ficou marcado pelo plano de metas e pela tentativa de modernizar o Brasil de modo acelerado.

²⁴ FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1997, p. 73-76.

²⁵ *Ibidem*, p. 83

²⁶ *Ibidem*, p. 84.

²⁷ *Ibidem*, p. 86.

²⁸ VELOSO, F.A.; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008, p. 224

²⁹ FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1997, p. 77

Embora os números apontassem para a concretização de um intento grandioso na conformação do Brasil modernizante, o “desenvolvimento capitalista baseado em forte intervenção estatal, concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia”³⁰ apresentou, ainda na década de 1970, mas intensificado no decênio posterior, uma grave crise econômica:

As raízes dessa crise, que se manifesta inicialmente como uma crise de endividamento externo, mas que rapidamente passa a se traduzir no desajuste interno da economia, estão nas políticas adotadas na década anterior, quando a opção pela manutenção do crescimento econômico após o primeiro choque do petróleo, e, mais do que isso, a busca do salto definitivo no aprofundamento do processo de substituição de importações, levaram o Estado brasileiro a assumir um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento externo. Neste processo, a participação do setor privado na dívida externa se reduz de 67%, no período 1972/73 para 23% no final da década.³¹

Nesse sentido, embora se apresente através da dívida externa, o impacto da crise econômica dos anos 1980, rastreada desde a década anterior, reverbera nas questões internas, alavancando as taxas de desemprego. Os principais desajustes internos, desse modo, identificam-se nas altas taxas inflacionárias e nos índices crescentes não apenas do desemprego, mas também do trabalho informal³². Os desafios para o processo de transição democrática dos anos 1980, da saída da Ditadura Militar para o reestabelecimento da democracia no período denominado enquanto Nova República, em que a mobilização popular ganhou novos contornos e foi ampliada na esfera pública³³, exemplificada principalmente no processo de formulação da Constituição de 1988, não se restringem ao abandono do entulho autoritário herdado para a consolidação da democracia, uma vez que o setor econômico se coloca como tônica da crise da década.

Em um contexto demarcado pela transição política e pela grande crise econômica, os anos 1980, bem como a década de 1990, foram atravessados pela tomada de diferentes políticas econômicas que vislumbravam, sobretudo, a estabilização da inflação, tal como o Plano Cruzado, instalado em 1986, durante o governo Sarney (1985-1990), que, embora tenha indicado algum avanço, no fim da década demonstrou um recuo em sua eficiência. Na esteira das diferentes propostas econômicas durante o período, um intenso debate

³⁰ GROS, D.B. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002, p. 51.

³¹ OMETTO, A.M.H.; FURTUOSO, M.C.O.; SILVA, M.V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995, p. 404.

³² *Ibidem*, p. 405

³³ RODRIGUES, M. **A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças**. Editora Ática, 1992.

reformista, exponenciado pelo consenso de Washington, indicou a abertura do Brasil ao neoliberalismo, consolidada com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989.

Dentre as principais ações alavancadas pelo primeiro presidente eleito de forma direta após o regime militar, o Plano Collor (1990) deflagra um projeto de Brasil neoliberal com os processos de privatizações e de liberalização comercial. Dessa forma, a eleição de Collor de Mello, que concorreu à presidência da República contra dois candidatos de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, representou ao mesmo tempo o interesse do empresariado brasileiro e o discurso de ruptura alicerçado em ideais de modernização:

A eleição presidencial, que em si já representou uma ruptura após 30 anos de autoritarismo, consagrou, através do voto majoritário, um candidato que, ao mesmo tempo representava a direita política e conseguiu aglutinar em torno de si amplos setores da população, ao propor uma “reformulação profunda” da situação vigente. É nesse quadro que o Governo Collor lançou seu plano de estabilização e reforma econômica, magnificado por uma crescente vontade “rupturista”, que passou a ocupar o epicentro da vida política e econômica, deixando perplexos e paralisados setores de diversos “matizes” político-ideológicos da sociedade brasileira.³⁴

Nesse sentido, a eleição de 1989, a primeira depois do processo de transição democrática, evidenciou a relevância da estrutura discursiva e das estratégias de marketing para angariar e identificar as demandas populares nas aparições públicas dos candidatos. A televisão, por sua vez, ocupou espaço preponderante e decisivo, principalmente em função do Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE). À época já estabelecida enquanto principal meio de comunicação, os aparecimentos dos políticos na televisão representaram um processo de construção estratégica de campanha com a utilização de diferentes ferramentas de marketing.

Expoente desse novo fazer campanha eleitoral, o presidente eleito da então eleição, Fernando Collor é representante da introdução dessas ferramentas discursivas em seus aparecimentos públicos. Biar e Pinheiro³⁵, analisam os três programas eleitorais televisivos da candidatura do ex-presidente, e os consideram responsáveis pelo crescimento avultado das intenções de voto da população em sua figura a partir da estrutura paralelística de seus discursos. Campanha construída sob o alicerce da égide da

³⁴ SOARES, L.T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1995, p. 176

³⁵ BIAR, L.A.; PINHEIRO, D. “Com tanta eloquência, com tanta mentira”: repetição e recategorização em discursos de Fernando Collor. **Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)**, v. 62, n. 3, p. 469-485, 2018.

modernização e da moralização, Collor alinhou sua campanha à denominada cultura de massa, estratégica no cosmo televisivo:

Nesse sentido, as *mass media*, suportes e agentes tecnológicos dessas novas formas de comunicação, esmeram-se em encapsular seus contingentes de ofertas de produtos, serviços e informações em mensagens simples, rápidas, persistentes e multimodais, assimiláveis como entretenimento. A “era Collor” seria, então, um produto eficiente de quando os campos do consumo, do entretenimento e da política se sobrepõem.³⁶

Dessa maneira, os autores recuperam o conceito de “recategorização” para identificar a estratégia discursiva de Collor, alicerçada no vínculo direto, tal como sinônimos, de conceitos normalmente distintos. Inseridos em uma mesma estrutura paralelística, o artifício da repetição promove o deslocamento semântico dos conceitos utilizados de modo a reenquadrá-los sob seus interesses. Ancorado nessa perspectiva, Fernando Collor moldurou as noções de gigantismo, irracionalidade e ineficiência no cosmo de um Brasil urgente de mudanças e rupturas, ao mesmo tempo que engendrou ao seu projeto político alicerçado no neoliberalismo a eficiência e a moralidade: “O Estado brasileiro, (Collor olha para a câmera, que o focaliza em close) como todos nós sabemos, é gigantesco, é irracional e é ineficiente”³⁷. A noção de gigantesco, na situação do seu discurso, opera não enquanto característica da dimensão territorial do Brasil, mas associa às responsabilidades próprias do Estado e sua característica de intervenção.

Para fazer oposição a esse Brasil com o qual a ruptura deve ser realizada, o paralelismo semântico fornece a segurança da crença no que se fala pela proposta da formulação de associações óbvias através da estratégia linguística. Nesse sentido, a presença do Estado enquanto instituição controladora das responsabilidades do país é diretamente associada às perspectivas de irracionalidade e ineficiência, em que se esboça a sensação de necessidade de modernização de suas bases. A minimização das possibilidades de objeção das afirmativas deriva da “inserção de certas entidades conceptuais/discursivas em uma nova categoria”³⁸, em que “gigantismo” passou a ser enquadrado enquanto atributo do irracional e do ineficiente.

³⁶ BIAR, L.A.; PINHEIRO, D. “Com tanta eloquência, com tanta mentira”: repetição e recategorização em discursos de Fernando Collor. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 62, n. 3, p. 469-485, 2018, p. 471.

³⁷ BIAR, L.A.; PINHEIRO, D. “Com tanta eloquência, com tanta mentira”: repetição e recategorização em discursos de Fernando Collor. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 62, n. 3, p. 469-485, 2018, p. 481.

³⁸ *Ibidem*, p. 482.

Nesse jogo semântico concebido através do paralelismo, o sustentáculo retórico da eficiência é vislumbrado através da implementação do projeto neoliberal prescrito por Collor de Mello: “e que queiram nos auxiliar neste trabalho de reconstruir o Brasil dentro dos preceitos da eficiência, da moralidade, da austeridade, da justiça social”³⁹. O estabelecimento da oposição de seu projeto à “irracionalidade” do Estado que intervém na economia confere legitimidade ao seu projeto modernizador que, baseado na economia de mercado liberalizante, busca estabelecer nexos diretos com as características eficiência e racionalidade:

Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta era a ideia de que o setor público caracterizava-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma "racionalidade" e uma "vocação" capazes de levar ao crescimento econômico. As possibilidades de sucesso da proposta privatizante estariam assim garantidas desde que o Estado não interferisse.⁴⁰

Ao mesmo tempo em que se ensaiava a entrada do neoliberalismo no Brasil, o tema da violência já havia conquistado destaque no cenário urbano na década de 1980⁴¹ e se consolidado enquanto a tônica do decênio posterior. Nesse sentido, as propostas de intervenção e resolução do problema coadunou-se enquanto demanda da opinião pública e da população, com destaque para o Rio de Janeiro. Ainda nos momentos iniciais dos anos 1980, na coluna “Carta dos leitores” do jornal *O Globo*, espaço para as opiniões do público aberto, as denúncias feitas por moradores do estado convergiam para a questão da violência em escalada, sob a alcunha “delinquência”:

(...) Os delinquentes aterrorizam a população do Rio de Janeiro. Em todas as cidades do mundo há assaltos, assassinatos nas ruas e nas residências, mas os agendes da lei sempre saíram vencedores. (...) No Brasil fala-se muito mas o problema nunca é resolvido! (...) A cidade está infestada de assaltantes que matam à queima-roupa e, na televisão, os debates só fazem levar ao criminoso os pontos deficientes do aparelho policial, servindo até mesmo de guia para eles. (...) O problema é complexo: não podemos responsabilizar somente as forças de segurança, já que diversos integrantes delas sacrificaram a vida no cumprimento do dever. (...) Todo o mundo fala, mas ninguém toma iniciativas adequadas para conter a onda de “terror” que vitima e abala a população carioca. (...). Giuseppe Diadoro Santo – Rio.⁴²

³⁹ Ibidem, p. 481.

⁴⁰ SOARES, L.T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1995, p. 177.

⁴¹ ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999, p. 9

⁴² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 2 de janeiro de 1980, Matutina, O País, página 2.

A violência urbana enquanto questão alarmante para a segurança pública ganhou vulto com o desenrolar da década e serviu como tópico de orientação para a formulação dos projetos dos candidatos concorrentes à presidência da República em 1989. Em um debate que não é circunscrito às ocorrências violentas na esfera urbana, o encarceramento da população e a lotação dos presídios no Brasil tornou-se mais um tópico de discussão para o enfrentamento do problema da segurança pública. Nesse sentido, em 29 de outubro de 1989, o jornal *O Globo* publicou uma matéria com as propostas de cada candidato, tendo como fio condutor a insegurança na esfera pública exacerbada pelo fator urbano.

Conduzido pela inclinação neoliberal, Fernando Collor delineou sua proposta de intervenção a partir do enxugamento das atribuições do Estado, ao mesmo tempo em que defende uma atitude mais punitivista:

O aparelhamento das polícias e a melhoria da qualificação do pessoal são algumas propostas do candidato do PRN, Fernando Collor, para a questão da segurança. Em sua opinião, “a impunidade é o maior crime no Brasil”. Para o candidato, os altos índices de criminalidade e violência devem-se à ineficiência na prevenção, apuração e punição dos crimes e ao desaparecimento das polícias, do Judiciário e das penitenciárias. Assim, Collor pretende chamar a comunidade para participar do planejamento da segurança e aumentar a confiança da população na Justiça, facilitando o acesso dos mais pobres e fortalecendo o juizado de pequenas causas para acelerar a solução de conflitos. Na avaliação do candidato, um dos principais problemas é o fato de a Justiça viver sobrecarregada, tornando-se ineficiente.⁴³

A violência enquanto temática abordada em uma agenda neoliberal incorre no deslizamento da responsabilidade pública para o privado. Sob a justificativa da eficiência ancorada na racionalidade de Estado, que deve convergir para o enxugamento de suas atribuições para com a sociedade, a perspectiva liberalizante e mercadológica do neoliberalismo alcança também a esfera social. Isto posto,

O modelo neoliberal reconfigura e organiza essas esferas através de uma lógica de racionalidade de mercado, onde o próprio cidadão é construído como um empreendedor individual racional em todas as esferas de sua vida, tendo como único valor sua capacidade de cuidar de si mesmo.⁴⁴

⁴³ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 29 de outubro de 1989, Matutina, O País, página 14.

⁴⁴ OLIVEIRA, P.H.; SOARES, Y. **Neoliberalismo e Militarismo: a violência como produto na política de mercado**. III Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Populismos e Democracias, UFPEL, 2019, p. 10.

Em vista desse projeto calcado em perspectivas individualizantes, o senso de coletivo se esvai em uma política que promove o empreendimento pessoal, ao mesmo tempo em que dialoga com a noção de “lei e ordem” no contexto da segurança pública para justificar os atos repressores promovidos pelo Estado. Consonante com a diluição das responsabilidades do Estado, a proposta individualizante de garantia de segurança opera enquanto forma de culpabilização da população, em que cada indivíduo torna-se responsável pela problemática, além de incidir em uma onda reacionária: discursos de urgência pela resolução do tema, de instalação da ordem a qualquer custo, de não tolerância, características essas que são prerrogativas da política de segurança baseada na “lei e ordem”, que ganha relevo no Rio de Janeiro durante o período.

1.3. Violência urbana: a tônica das décadas de 1980 e 1990

1.3.1. Legados da Ditadura Militar

A violência enquanto tônica e tema de destaque dos anos 1980 é um fenômeno que tem sua gênese localizada no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). A partir dos “efeitos não-intencionados do regime militar”⁴⁵, nos termos de Alba Zaluar, houve expansão, através dos mesmos agentes do Estado praticantes de atos ilícitos, da introjeção da violência em distintas áreas da sociedade, manifestas nos “jogos do bicho” e nos grupos de extermínio. Nesse sentido, o processo de redemocratização do Brasil, iniciado no final da década de 1970, é acompanhado dos debates sobre criminalidade e violência⁴⁶, uma vez em que não apenas os níveis dos fenômenos exponenciaram-se ao longo dos anos 1980, mas também o aumento das ocorrências de homicídios entre homens jovens no período⁴⁷:

Por ter empregado a tortura, as prisões ilegais e a censura, o regime militar abriu o caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais, que haviam aderido a essas práticas subterrâneas, tornaram-se membros de grupos de extermínio ou de extorsão. Ou ainda se associaram aos “bicheiros”, os proprietários dos pontos ilegais para apostar no jogo do bicho, assim como aos traficantes de drogas (Gaspari, 2002). Foi durante o regime militar que os bicheiros

⁴⁵ ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007, p. 39

⁴⁶ ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em perspectiva*, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

⁴⁷ ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007, p. 31

passaram a participar e controlar as escolas de samba e seu desfile, transformando-se em empresas lucrativas.⁴⁸

Cooptados pelos agentes da contravenção do jogo do bicho, os militares que atuavam na função da repressão da ditadura passaram a ocupar cargos de segurança pessoal para os grandes nomes do “bicho”⁴⁹, além de conferir à contravenção o aspecto militar e o status da violência. Fortalecidos no período ditatorial, os bicheiros angariaram poder ao obter protagonismo nas Escolas de Samba e garantir domínio sobre determinadas regiões, incidindo também nas disputas de poder sobre esse poder paralelo. Desse modo, em 1981, foi apontado que mais de 50 mortes envolvendo apenas os contraventores⁵⁰, ao longo de 14 anos, ocorreram derivadas do jogo do bicho.

O início do caráter violento do jogo do bicho resvala em outra forma de poder paralelo de destaque no período, principalmente na região da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro: os grupos de extermínio. Atuantes enquanto grupos à parte das instituições de segurança oficiais, os grupos de extermínio justificam sua existência a partir de uma suposta fragilidade do prestígio das entidades policiais, além de costumeiramente terem relações diretas com a contravenção. A truculência da ação de tais grupos, rastreada como herança da ditadura, dava-se na medida em que seus membros se propunham a condenar à morte infratores de formas voraz:

A comparação feita pelo perito criminal Waldomiro, que trabalha há 15 anos no maior bolsão de pobreza do Grande Rio, é o retrato da realidade na Baixada Fluminense. A violência recrudesciu nos últimos dias e voltaram a aparecer, ao lado de cadáveres crivados de balas e largados em locais ermos, os cartazes que atribuem os crimes ao Esquadrão da Morte. Os delegados da região acreditavam não existir mais o E.M. depois que a Polícia, com mais recursos, passou a reprimir os grupos de extermínio que sequestravam bandidos, julgavam-nos e os condenavam à morte. Mesmo depois das últimas execuções, principalmente em Nova Iguaçu, os responsáveis pela segurança na Baixada só admitem um caso – o de Austin, onde havia um cartaz assinado pelo Esquadrão da Morte ao lado de três rapazes mortos a tiros em um campo de futebol.⁵¹

A característica perversa da ação dos grupos de extermínio tinha como sustentáculo a concepção de seu caráter de negação da impunidade, evidenciando uma

⁴⁸ Ibidem, p. 39

⁴⁹ JUPIARA, A. **Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Editora Record, 2015.

⁵⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 18 de outubro de 1981, Matutina, Rio, Página 20.

⁵¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 28 de agosto de 1988, Matutina, Rio, Página 25.

espécie de compromisso no combate de criminosos no cenário urbano. Nesse sentido, com o aumento da violência urbana, o número de assassinatos e de novos grupos de extermínio teve uma dilatação exponencial: no caso da Baixada Fluminense, as denominadas “polícias mineiras” foram responsáveis por 95% dos 1.100 crimes de morte nos primeiros cinco meses do ano de 1987⁵².

Além da criação de novos grupos cujas ações e existências são ilícitas, a partir do histórico dos agentes da repressão, a continuidade da nuance da institucionalização da violência enquanto prática é conformada no seio da Polícia Militar. Denominado enquanto “institucionalidade após a redemocratização”, Zaluar aponta para a ausência do debate público sobre as práticas de excesso dos crimes concebidos durante a Ditadura Militar e, com isso, o caráter militarizado da instituição e a violação dos direitos civis promovidos por tais agentes são alvos de pouca inspeção na esfera pública.

Se na década de 1960 a tônica dos crimes de assassinato dava-se na perspectiva da vingança privada, a partir dos anos 1970 há um deslizamento para uma nova tonalidade da violência, em que homicídios são realizados entre desconhecidos em locais públicos e suas vítimas têm como protagonistas, nos anos 1980 e 1990, a juventude masculina. Sob esse viés, elementos característicos de uma realidade demarcada pela violência e a construção de símbolos a partir da mesma trazem ao debate os simbolismos da juventude, em especial a carioca.

1.3.2. Violência no Rio de Janeiro

Aquilo que parece um sujeito para Michel Misse⁵³, devido à unificação de distintas nuances do que se concebe enquanto violência, o fenômeno da violência urbana

tenta dar um significado mais sociológico e menos criminológico a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole.⁵⁴

Através de uma perspectiva centrada na complexidade das diferentes culturas existentes em um cenário urbano, o termo violência inclui não apenas o prisma da

⁵² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 31 de maio de 1987, Matutina, Rio, Página 24.

⁵³ MISSE, M. **Violência: o que foi que aconteceu?**. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência da UFRJ, sem data.

⁵⁴ Idem.

violência, mas as diferentes nuances do conflito e dos padrões de comportamento citadinos. No domínio do Rio de Janeiro, as complexidades identitárias, que envolvem tanto a contenda quanto formas de conduta, podem ser vislumbradas na conformação das “galeras cariocas”, que encontram no terreno dos bailes *funks* um cenário conveniente para a construção de disputas e de rivalidades.

Imersas no debate sobre violência, as “galeras cariocas”, principalmente através do *funk*⁵⁵, deparam-se com um processo de criminalização do novo ritmo carioca, marcado pela releitura do *Miami Bass*, vinculadas aos episódios recorrentes de brigas nos denominados bailes de corredor, específicos para confrontos entre galeras. No entanto, a dinâmica de uma nova criminalidade introjetada no Rio de Janeiro esteve, no final da década de 1970 e início da década de 1980, acompanhada de expectativas diversas de distintos setores da sociedade que convergiram no que diz respeito à interrupção de uma política pautada no autoritarismo, característica latente da Ditadura Militar.

Nesse sentido, ainda sob o governo militar que foi imposto ao Brasil em 1964, Leonel Brizola, considerado inimigo do regime, foi eleito em 1982 como governador do estado do Rio de Janeiro. Orientado por uma postura oposicionista, Brizola não atendeu apenas às expectativas dos trabalhadores, marca de sua trajetória política, mas seu objetivo evidente era também a “retomada do fio da história”, mas sob a perspectiva de uma população heterogênea cuja vontade era a ruptura⁵⁶.

Atado em seu posicionamento de oposição à ditadura, Leonel Brizola, que esteve à frente de dois mandatos enquanto governador no estado do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987 e de 1991 a 1994, direcionou seus discursos para o objetivo de remover a herança autoritária, tanto nas instituições quanto no escopo social, e as diferentes nuances dessa cultura antidemocrática, que seriam substituídas pelo intento de consolidar um Estado Democrático de Direito. De tal forma, o governador do Rio de Janeiro a partir de 1983, sob filiação do partido que fundou, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), incorporou ao seu projeto de governo a defesa dos Direitos Humanos ancorada no desígnio de uma administração efetiva na garantia de políticas sociais ampliadas a toda a população.

A defesa da prerrogativa dos Direitos Humanos se afirma e se consolida no discurso do governador pedetista tendo como base a incompatibilidade entre um Estado Democrático de Direito e um Estado caracterizado como agente perpetrador de violência.

⁵⁵ VIANNA, H. **O mundo funk carioca**. Companhia das Letras, 2014.

⁵⁶ DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 61.

O debate da institucionalidade da violência a partir da ação estatal se dá na medida em que o processo de transição política se torna consonante com o avultado de denúncias, a partir do afrouxamento da censura⁵⁷. Na esteira de tais processos, congregados ainda com a esfera urbana da violência, o exercício da atividade policial se converte em alvo de críticas pelos atos arbitrários, de onde se rastreia a proposta de Brizola de alterar o quadro filosófico da instituição.

Para tanto, a proposição do governador esboça a conformação de um aparato policial centrado em um panorama institucional humanizado:

A peculiaridade do Rio de Janeiro se afirmou quando da surpreendente vitória eleitoral de Leonel Brizola. Uma vez eleito, Brizola dedicou atenção especial à questão dos direitos humanos e à violência policial, principalmente às ações “discricionárias e racistas” nas favelas. Reivindicava igual respeito aos direitos de inviolabilidade privada, procurando manifestar em iniciativas práticas a marca popular que assumiu em campanha. Tomou medidas de impacto que visavam marcar uma ruptura com as políticas anteriores. Extinguiu a Secretaria de Segurança Pública e criou o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, que reunia representantes da sociedade civil, estimulando debates que, por sua vez, orientariam as políticas de segurança.⁵⁸

Enquadradas sob a égide militar que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, a Polícia Militar denota elementos constitutivos do aparato autoritário, alicerçado no uso da violência institucional disfarçada de força nos discursos de seus membros:

– A Polícia Militar usa a força, não a violência – disse ontem o comandante geral da corporação, coronel Aníbal de Mello Henriques, ao falar para comandantes de grandes comandos e de unidades operacionais do Estado e a oficiais do Estado-Maior da PM. No QG da corporação, o coronel Henriques exibiu para eles teipes sobre a violência.⁵⁹

Embora a fala do coronel caminhe no sentido da orientação sem a utilização da violência como ferramenta, a questão das atitudes discricionárias promovidas pela instituição continuaram sendo alvo de críticas e debates, cuja demanda pela reformulação

⁵⁷ SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 5.

⁵⁸ SILVA, B.M. **Polícia não é Exército: a trajetória do coronel Nazareth Cerqueira e a segurança pública no Rio de Janeiro (1983-1995)**. XV Encontro Regional de História: Ofício do historiador: Ensino & Pesquisa, 2012, p. 2.

⁵⁹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 21 de novembro de 1980, Matutina, Rio, Página 13.

dos métodos de abordagem policial incorreu em uma tentativa de modificação interna em 1981, que teve como manchete o título “Violência da polícia vai acabar no Rio”⁶⁰:

O secretário de Segurança, general Waldyr Muniz, afirmou ontem que não permitirá a violência da polícia durante sua gestão e garantiu que casos como o do comerciário Francisco do Rosário Barbosa – morto após ser espancado por policiais, sábado passado – não se repetirão.
– Sou visceralmente contra a violência. Ela é irracional e quem a pratica não pensa. Se pensasse, ao se deparar com Deus, não cometeria mais violência. Isto não se repetirá.⁶¹

Desse modo, grande parte das críticas direcionadas à prática policial é atravessada por sua vinculação direta ao governo federal e ao Exército, administrações coordenadas pela perpetração da arbitrariedade e do autoritarismo, de onde se rastreia a compatibilidade de metodologia de ação com as Forças Armadas⁶²:

– Há que se entender que a energia e determinação na manutenção da segurança pública não deve ser entendida como violência desnecessária, tão explorada pelos contumazes perturbadores da ordem pública. Darei intenso apoio ao bom policial, premiando-o pelos valores profissionais e morais.⁶³

Nesse sentido, um dos movimentos do governo de Leonel Brizola foi o de substituir a secretaria de Segurança Pública pelo Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos. O reordenamento burocrático das instituições militares, ou seja, a Polícia Civil e a Polícia Militar, eleva as corporações ao cargo de secretarias com autonomia em relação ao Exército, sendo comandadas por membros de suas corporações pela primeira vez, desde 1964, no ano de 1983. No entanto, a ruptura com a subordinação em relação às Forças Armadas não demarcou a suspensão da lógica militarista e da justificativa do uso da força como “energia” no plano da segurança pública, que tem como seu ápice a condecoração por bravura, que se transvestiu em acúmulo do número de mortes em serviço pelos agentes da Polícia, como ferramenta de promoção policial no interior da instituição.

⁶⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 12 de fevereiro de 1981, Matutina, Rio, Página 8.

⁶¹ Idem.

⁶² DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 77.

⁶³ Acervo *O Globo*. **Nascida em 1809, PM do Rio é comandada pelo Exército até a ditadura militar**. Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nascida-em-1809-pm-do-rio-comandada-pelo-exercito-ate-ditadura-militar-22445018#ixzz6i8c3rmRT>>. Acesso em 30 de dez. 2020.

A criação do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, na primeira metade de 1983, além de dispor as polícias sob o estatuto de secretarias, orientou-se no intento de promover uma lógica policial alicerçada nos Direitos Humanos e em diálogo com o corpo social. Na esteira de tais diretrizes, o governo brizolista se ocupou com o investimento em políticas públicas cujo fito era a redução das desigualdades sociais evidenciadas em distintas formas de opressão mas, à época, exponenciada pelo revés do encarceramento, sobretudo da população negra. A materialização dessas propostas ocorreu através da implementação dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs, programa de educação pública estadual de implementação do ensino integral, idealizado por Darcy Ribeiro, vice-governador do estado do Rio de Janeiro, grande marca da gestão de Brizola, e com os projetos de habitação popular. As práticas de intervenção social durante a gestão do governador pedetista assumiram como perspectiva o que Cristina Buarque de Hollanda denominou “antítese do Estado penal”⁶⁴.

A intervenção direta no debate sobre violência no contexto policial veio acompanhado da nomeação do primeiro oficial da Polícia Militar a comandar a instituição desde o golpe militar em 1964. A manutenção da escolha do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira para o comando da Polícia Militar evidenciou o intento de alterar a filosofia da instituição, demarcada pelo uso autoritário da violência institucional.

Impulsionado pela construção de espaços democráticos na instituição, o coronel Nazareth, sob a condução dos ideais dos Direitos Humanos, buscou transformar a filosofia da instituição com a busca de novos critérios orientadores a partir da aproximação com a sociedade. Isto posto, trilhou caminho cuja tendência era a redução da repressão nas práticas policiais aliadas ao saber universitário. Desse modo, estabeleceu convênios com centros de pesquisa para oferecer material para a formulação de novas perspectivas do exercício da profissão⁶⁵. Sob o viés da funcionalidade policial para além da “criminalidade patrimonial”⁶⁶, a proposta do comandante Nazareth era solidificar a ideia da prevenção com estratégias de diálogo com a população, valorização da profissão dos oficiais, reduzir o encarceramento e priorizar o discurso dos Direitos Humanos.

⁶⁴ DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 97.

⁶⁵ Ibidem, p. 83.

⁶⁶ Ibidem, p. 103.

A política de segurança pública do governo Brizola, no entanto, colidiu tanto com a rejeição da nova filosofia pelas corporações policiais, quanto com a população, diante do aumento das taxas de criminalidade no Rio de Janeiro assimilava as propostas de um novo tratamento policial com a permissividade, ilustrada na fala do coronel Nazareth ao tratar do recrudescimento de tais índices:

O Secretário da Polícia Militar reconheceu que “a nova filosofia do Governador Leonel Brizola causou perplexidade aos meios policiais:

- Teoricamente, esta prática é correta. Não vou acabar com a criminalidade matando criminosos, apesar de o coro da sociedade defender a morte dos delinquentes.
- Coronel, eu não falo em matar. Eu falo em prender os foragidos – aparteu o Presidente da CPI, Heitor Furtado.
- A polícia estava despreparada para essa nova filosofia de trabalho dentro da lei – respondeu o coronel. – Isto é que cria perplexidade no policial, que fica confuso. Os órgãos de comunicação social querem que os policiais trabalhem fora da lei, pessoas de prestígio também, então é esta confusão que está estabelecida na cabeça do policial e da sociedade.⁶⁷

Além da defesa do trato mais humanizado das corporações policiais no combate à criminalidade, compreendido pelos oficiais como uma reconstituição deslocada de suas tarefas, a constante assimilação de sua figura aos agentes da contravenção através do jogo do bicho logrou à sua imagem a característica da licenciosidade, que “passou a servir como uma espécie de ilustração da promiscuidade entre o governo e o mundo do crime”⁶⁸. A recusa da filosofia proposta pelo governador, que obteve amparo da população na rejeição das medidas de segurança pública, fortaleceu uma postura autônoma da polícia, que passou a agir sob suas próprias diretrizes⁶⁹. Ao mesmo tempo, os constantes ataques da mídia impulsionaram a tensão de uma relação estremeada entre polícia e governo:

A Polícia Civil voltou ontem a abandonar suas atividades nas delegacias e, empregando um grande número de homens, carros oficiais e particulares, desfechou uma nova blitz contra o jogo do bicho na cidade e aos municípios de Niterói, Caxias e Magé. Centenas de pontos foram estourados, muitos foram presos e farto material de contravenção foi apreendido. O Secretário de Polícia Civil, Arnaldo Campana, divulgou nota oficial, mas não explicou a rebeldia dos policiais.⁷⁰

⁶⁷ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 16 de junho de 1983, Matutina, Rio, Página 13.

⁶⁸ SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 12.

⁶⁹ DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 135.

⁷⁰ Jornal do Brasil, 14 de novembro de 1985.

A atitude da Polícia Civil foi compreendida como uma ação contraditória que evidencia as disputas entre a instituição e o governador, que considerou a atitude oportuna aos interesses dos oficiais, principalmente pela sua ocorrência às vésperas das eleições. No entanto, os discursos de Brizola sobre o jogo do bicho, a partir de seu entendimento de que existem “obrigações mais importantes”⁷¹ do que o combate à contravenção, associados com os discursos dos Direitos Humanos, constantemente tiveram como consequência a responsabilização do governador pela violência intensa no Rio de Janeiro através da ideia de abertura à criminalidade. É a partir dessa perspectiva que o *Jornal do Brasil*, com a matéria de título “Mutirão da Violência”, em 1985, tece críticas ferrenhas à postura de Brizola para com a questão da violência urbana:

Este é um feito que o Governador pode inserir com tranquilidade no rol das suas realizações. Ninguém quererá dividir os louros que lhe cabem sozinho. Ninguém tentará usurpar-lhe o mérito por esse recorde que coroa dois anos e alguns meses de ingentes esforços para transformar o Rio de Janeiro na cidade mais insegura do mundo. O Sr. Brizola está quase conseguindo. Talvez o consiga antes das eleições presidenciais que procura com tanta sofreguidão antecipar.

Na prática, a política do atual Governo do Estado para o setor de segurança poderia traduzir-se na adaptação de um velho e conhecido slogan: todo poder aos criminosos. Como fruto dessa palavra de ordem gritada com o silêncio das conivências, os marginais puderam em pouco mais de dois anos instaurar aqui a sua zona franca. E, deixados de mãos livres diante do butim, sentiram-se estimulados a dar asas à criatividade.⁷²

Da mesma maneira, na coluna “Radiografia de uma sociedade” escrita por Edgard Clare, no jornal *O Globo*, inúmeras denúncias e acusações a respeito do governo de Brizola eram feitas. Desde apontamentos sobre a possível cumplicidade do pedetista, constantemente chamado de “desgovernador” com o tráfico de drogas nas favelas, vislumbrada através de uma política de não violência policial nas comunidades, o subtítulo da matéria acusava ainda que “brizolismo não rima com democracia”⁷³, além de ser o “maior mal que assolou este Estado e este povo”⁷⁴.

Desse modo, a confluência de insatisfação entre grande mídia, diversos setores sociedade ancorados no descontentamento com a violência e corporações policiais incidiu

⁷¹ Idem.

⁷² *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1985.

⁷³ Acervo Digital *Jornal O Globo*, 29 de setembro de 1986, Matutina, O País, Página 5.

⁷⁴ Idem.

na extenuação das possibilidades da continuidade da figura de Brizola à frente do governo estadual:

As restrições às formas convencionais de atuação policial, saudadas inicialmente como um avanço democrático, passavam a ser percebidos como uma espécie de cumplicidade com o crime – ganhando espaço na grande imprensa e nas polícias. O governo passou a ser identificado como agente inibidor e desmoralizante das forças de segurança, ao investir mais nos programas sociais do que na própria polícia. Por fim, sem encontrar parâmetros para se posicionar diante do avanço dos traficantes, o governo foi acusado de estimular seu desenvolvimento – fator decisivo na disputa eleitoral de 1986, vencida pelo candidato opositorista Moreira Franco.⁷⁵

Se a princípio o discurso pautado nos Direitos Humanos configurou a imagem de Brizola enquanto verdadeira oposição ao regime militar, ainda nos anos iniciais do seu governo o mesmo posicionamento já não encontrava bases sólidas de apoio. A emergência da questão da segurança pública com o fenômeno da violência urbana gerou rejeição ao modo de orientação das instituições públicas para a resolução da problemática por Brizola, considerado permissivo em relação ao crime organizado instalado no Rio de Janeiro. Nesse sentido, as prerrogativas baseadas nas garantias sociais dissimularam-se na percepção pública enquanto potencialização da criminalidade devido ao pouco combate à violência.

A vitória de Moreira Franco em 1986, candidato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), evidenciou, além da rejeição aos Direitos Humanos como orientação para a segurança pública, a adesão a projetos imediatistas de combate à violência. A reação autoritária vislumbrada não apenas no candidato peemedebista, mas como demanda no discurso da sociedade mais ampla aponta para a defesa de planos políticos cimentados na noção de “lei e ordem”, em que a ideia de recrudescimento e endurecimento da repressão ao crime passa a ser qualificada enquanto eficiente. Isto posto, a campanha de governo Moreira Franco, pouco ordenada ou estruturada, teve como eixo o combate à violência no período de cem dias. Em 1993, já sem ocupar o cargo do executivo estadual, Moreira Franco reconheceu o equívoco da promessa, além de assumi-la enquanto estratégia de marketing para o período:

⁷⁵ SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 4.

– Olha, a primeira observação que eu queria fazer é que nós temos que ser extremamente comedidos e responsáveis com relação ao marketing. E evidentemente na relação fundamental no processo eleitoral que é a promessa. A promessa, que os mais apressados criticam como manifestação de demagogia, é na realidade a base da relação do candidato com o eleitor. O candidato vai ao eleitor e diz: “O que eu pretendo fazer é isto, isto e isto”. Isso gera uma expectativa e forma uma demanda. O marketing deforma isso, porque potencializa, em função da conjuntura. E essa experiência do “acabar com a violência em seis meses” é um exemplo que eu poderia até dar como clássico.⁷⁶

Nesse caso, o marketing da campanha eleitoral de Moreira Franco operou com a expectativa da população no que diz respeito ao combate à violência, cuja demanda vislumbrava-se na ânsia do endurecimento cujo intento era a instalação da ordem, e consagrou o “triunfo do voto de oposição”⁷⁷:

Moreira Franco, ao contrário, se firmou como uma espécie de alternativa civilizada ao alegado caos e à permissividade que supostamente se instalara no estado graças, em grande parte, ao governo Brizola. Moreira aparecia, portanto, como a civilização que se opunha à barbárie brizolista.

Os anos em que Moreira Franco esteve à frente do executivo estadual do Rio de Janeiro foram seguidos pelo retorno de Leonel Brizola ao cargo de governador. No entanto, diferentemente do seu primeiro mandato, o pedetista contava com o cenário nacional desfavorável com o “fracasso do Plano Cruzado e a dureza arbitrária do Plano Collor”⁷⁸, acompanhados do espólio do desmantelamento do “Milagre Econômico” e do recrudescimento da violência.

Associada aos bailes *funks* e aos “arrastões”, a vivência da violência no Rio de Janeiro foi exponenciada por uma nova dinâmica da criminalidade no que diz respeito ao tráfico de drogas. Os três fenômenos citados – bailes *funk*, arrastões e tráfico de drogas – passam a ser vinculados enquanto união que “aterroriza a cidade”⁷⁹ e representativo do cenário turbulento carioca. Em matéria do jornal *O Globo*, a manchete “‘Arrastão’: o novo pesadelo carioca nasce nos bailes ‘*funk*’”⁸⁰ acompanhada dos demais títulos “‘Arrastões’, gangues e bailes ‘*funk*’: ação conjugada”⁸¹ e “‘Comando’ patrocina festas

⁷⁶ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 10 de outubro de 1993, Matutina, Rio, Página 10.

⁷⁷ SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 14.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 17.

⁷⁹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 22 de março de 1992, Matutina, Rio, Página 18.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ *Idem*.

nos morros”⁸², fazendo referência ao Comando Vermelho, organização criminosa do Brasil, dá o tom da abordagem dos fenômenos emergentes do Rio de Janeiro.

Além da intensificação da disputa por pontos de venda entre os traficantes⁸³, outros eventos indicaram o tom agudo da violência carioca: as chacinas da Candelária, em 1993, com o assassinato de jovens em situação de rua, que dormiam nos arredores da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, localizada no Centro do Rio, e a de Vigário Geral, um mês depois, quando um grupo de extermínio invadiu a favela e assassinou moradores, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A sensação de insegurança ocasionada pela dissipação da violência a todo estado reforçou em distintos setores da sociedade a assimilação entre política voltada para o asseguramento do Estado de Direitos centrado nos Direitos Humanos com a permissividade à criminalidade:

É exatamente no período de 1991 a 1994 que a ideia de que os níveis de criminalidade e violência cresciam de forma descontrolada chega a proporções tais que os apelos mais contundentes para a adoção de métodos discricionários passam a ser abertamente aceitos por diversos setores da opinião pública.⁸⁴

Sob tal ótica, na sucessão de Brizola a Nilo Batista, a questão da violência no estado é ampliada para o debate com o então presidente da República, Itamar Franco, que assumiu o cargo após o processo de impeachment de Fernando Collor, com a decisão de combater o crime no estado com o reforço das Forças Armadas, reforçando a contestação sobre a capacidade de Leonel Brizola de gerir o estado. Autônomas enquanto secretarias no governo anterior, as corporações policiais do Rio de Janeiro, desse modo, passaram a ser subordinadas aos comandos do Exército no combate ao crime organizado.

As medidas tomadas como forma de garantir direitos sociais baseados no Estado Democrático de Direito deslizaram para a defesa de discursos alicerçados na “perspectiva de eficácia penal”⁸⁵. A crescente recusa dos Direitos Humanos, traduzido em distintos setores da sociedade como passividade, convergiu com o consentimento e com a defesa

⁸² Idem

⁸³ SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000, p. 17.

⁸⁴ Ibidem, p. 17 e 18.

⁸⁵ DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005, p. 18.

da aplicação de medidas repressivas no trato da violência vislumbrados com nitidez nos anos 1990.

Apesar do uso da força, o entendimento do cenário enquanto barbárie dava o tom da racionalidade e da eficiência às prerrogativas punitivistas em ascendência no período. Em entrevista ao jornal *O Globo*, ainda em época de campanha eleitoral, o então candidato à presidência da República, Fernando Collor, convergiu as temáticas do neoliberalismo, racionalidade e violência. A proposição de um Estado enxugado de um suposto gigantismo, cuja configuração tem como intento conceber um governo “mais ágil, austero e eficiente”⁸⁶, representou, na verdade, a introdução do neoliberalismo no Brasil, ilustrado pelos projetos de privatização e pela priorização das questões mercadológicas. Na esteira de suas percepções sobre irracionalidade, ancoradas no caráter liberalizante, Collor atribui à falta de autoridade e de eficácia a intensidade de ocorrência do fenômeno da violência:

– A questão da violência vem nos atormentando. Muito mais do que a questão da violência, vem nos atormentando a impunidade. Por exemplo, uma pessoa é assaltada na rua. Ela não vai à delegacia prestar queixa. É isso mesmo, não adianta prestar queixa, não adianta, isso é bobagem. Uma casa é assaltada. O proprietário dessa casa não vai à delegacia prestar queixas. Por que não vai? Se chego lá tenho que identificar o criminoso, depois prendem, o criminoso solta, depois vem aqui ameaçar a mim e à minha família. O que há hoje no Brasil é uma absoluta falta de referência. Nós não temos Governo, não temos autoridade, nós não sabemos a quem mais reclamar. Nós não sabemos a quem mais nos dirigir para reivindicar o direito nosso que foi ferido. A questão da violência obviamente, ela aumenta na medida em que existe a impunidade. Se a violência fosse coibida com absoluta punição daqueles que são culpados, nós teremos um índice muito menor de violência, sem dúvida nenhuma.⁸⁷

O processo de recrudescimento da violência vem acompanhado da rejeição de medidas a longo prazo. O grande definidor da eficiência torna-se a repressão através da força e de uma lógica punitivista que gere resultados imediatos. Grande inimiga do mercado, a violência, na interpretação neoliberal – embora não apenas nela –, deve ser rechaçada através da imposição da autoridade, que inclui não apenas o viés da eficiência, tão cara a este discurso, mas o benefício do impulso ao mercado:

Então, no momento em que nós tivermos um poder legitimado, no momento em que nós tivermos o princípio da autoridade restaurado e a

⁸⁶ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 10 de setembro de 1989, Matutina, O País, página 14.

⁸⁷ Idem.

partir daí as ações efetivas sendo tomadas nesse sentido, não há dúvida, diminui a corrupção, diminui a violência o que aumenta proporcionalmente ao crescimento econômico, a possibilidade de bem-estar desse País.

Por uma lógica aproximada, mas tendo seus movimentos próprios, sem configurar reflexo mecânico do nível macro, o processo de modernização do futebol, que já era demanda na década de 1970, incorpora em suas bases a justificativa da racionalização de suas estruturas. Tendo como marco o ano de 1987, com a criação de um campeonato independente da organização que tradicionalmente está à frente do comando do futebol brasileiro, os elementos mercadológicos, sob o alicerce de uma *razão instrumental*, emergem enquanto preponderantes para o debate.

1.4. Modernização do futebol

1.4.1. Torneios e campeonatos: a lógica da eficiência

Os debates sobre ideais de eficiência cimentados no conceito de modernização são identificados, sob uma lógica de funcionamento própria, no cosmo futebolístico brasileiro desde a década de 1970. Atrelado à percepção de racionalização, termo tão caro à sociologia clássica de Weber⁸⁸, a modernização se fundamenta a partir de anseios por transformação, comumente acompanhadas por uma perspectiva positiva sobre o processo⁸⁹:

Isso se verifica mais precisamente quando se conceitua o termo no sentido histórico, pois este – como já dito – sempre se refere ao progresso, a algo de qualidade superior, algo melhor que a situação anterior e, principalmente, em oposição ao tradicional, este último quase sempre ligado ao arcaico, ao que se deve superar.⁹⁰

Na esfera futebolística, o processo de modernização, demanda que convergiu principalmente para os modos de gestão administrativa dos clubes brasileiros, atravessou também a constituição dos torneios e campeonatos entre clubes, desde um panorama estadual até a formulação de competições de dimensões nacionais. Orientados pela busca de maior eficácia, tendo no quesito financeiro sua preponderância, os debates sobre a

⁸⁸ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 42 e 43.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 40.

⁹⁰ *Idem*.

transformação do futebol no Brasil foram formulados sob a alcunha do rompimento com o tradicional em um suposto ensaio para a racionalização das bases administrativas. Desse modo, diferentes discursos despontam em um cenário de disputas de interesses, visualizados com clareza nos desdobramentos do percurso para a formação e consolidação do campeonato nacional:

Ou seja, ideias (em geral), um pouco nebulosas e mesmo superficiais, convergentes para sentidos de “evolução” e “avanço” do desporto nacional, porque supostamente o formato do torneio (mais enxuto) passaria a assentar-se mais em princípios racionais, mercantis e menos “políticos”.⁹¹

Isto posto, as diretrizes tomadas para alavancar o processo de modernização do futebol foram cimentadas sob a lógica da racionalidade e por isso consideradas evoluídas.

1.4.2. Formação dos campeonatos futebolísticos em âmbito nacional

A existência de campeonatos de futebol, exceto pelo Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais⁹², era restrita, antes de 1933, aos torneios estaduais entre os clubes. Ancorados no tradicionalismo, as disputas entre clubes na baliza do estado eram justificadas também pela dificuldade logística de promover torneios amplos, que envolvessem longos deslocamentos, o que incorria em gastos. A primeira experiência interestadual foi denominada Torneio Rio-São Paulo, competição que envolvia os clubes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sob organização de ambas as federações, e que ocorreu pela primeira vez em 1933.

No entanto, em função do processo de profissionalização do futebol, especificamente dos jogadores, o torneio já não funcionou bem no ano posterior, e só teve sua frequência regularizada a partir de 1950⁹³. Desse modo, de 1950 a 1966, o Torneio Rio-São Paulo, que desde 1954 teve como nome oficial Torneio Roberto Gomes Pedrosa, protagonizou as disputas entre os clubes dos estados que deram nome ao torneio antes de iniciar o processo de expansão das abrangências do certame.

⁹¹ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 80.

⁹² Competição interestadual realizada entre os melhores jogadores do Brasil entre os anos 1922 e 1987.

⁹³ CANALE, V.S. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 59.

Enquanto campeonato de dimensões nacionais, o nome Torneio Roberto Gomes Pedrosa só foi oficial em seu primeiro ano, 1967, quando passou a ser apelidado de “Robertão”, devido à inclusão de clubes de outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco⁹⁴. No entanto, a existência de um torneio de alcance nacional não é originária do “Robertão”, mas sim da Taça Brasil, torneio formulado em 1959 e que ocorreu até 1968.

Demanda do então presidente da CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol), José Ramos de Freitas, a Taça Brasil foi concebida enquanto torneio nacional que indicaria o clube a participar da Taça Libertadores da América⁹⁵. Novamente, a concepção de um campeonato nacional esbarrava nas difíceis possibilidades de estabelecer um mecanismo sem prejuízo financeiro aos clubes. Isto é, os deslocamentos para além dos estados, além de encaixar novas datas no calendário futebolístico, que priorizava as disputas estaduais, configuravam-se como obstáculos para a realização do certame, que incidiu na estruturação de seu formato:

Diante de tal quadro, a criação da Taça Brasil, que reuniria todos os campeões estaduais (e alguns vices), foi a solução encontrada pela CBD. Como base, utilizou-se a organização dos tempos do Campeonato Brasileiro de Seleções, ou seja, dividiu-se o país em duas grandes chaves (Norte/Nordeste e Centro/Sul) e, após os jogos eliminatórios de ida e volta, os times paulistas e cariocas entrariam, já na fase de semifinais. Dessa maneira, os custos seriam diminuídos e, teoricamente, a qualidade dos confrontos seria maior, vislumbrando-se um torneio democrático, uma vez que abria a possibilidade do campeão do Amazonas representar o Brasil na Libertadores.⁹⁶

A existência de dois torneios nacionais não reduziu a importância e o prestígio das disputas estaduais. No entanto, as diferentes disputas de campeonatos evidenciaram o déficit financeiro dos clubes e o alto número de partidas disputadas, que não foram acompanhadas do crescimento do público presente nas arquibancadas.⁹⁷

Instituição responsável pela gestão desportiva no Brasil, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), fundada em 1914, teve à sua frente como presidente João Havelange, figura caricata do esporte no Brasil. Jean-Marie Faustin Goedefroid

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 34.

⁹⁶ Ibidem, p. 35.

⁹⁷ CANALE, V.S. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 53.

Havelange foi presidente da Confederação Brasileira de Desportos entre 1958 e 1973, além de ocupar o cargo mais importante do mundo do futebol: a presidência Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) entre os anos 1974 e 1998. À frente da CBD, a gestão Havelange se caracterizou por destinar boa parte dos lucros dos esportes profissionais, principalmente o futebol, aos esportes amadores, de caráter olímpico. Mesmo que a prioridade da CBD convergisse para as modalidades olímpicas, o futebol protagonizou o foco dos interesses de Havelange pelo potencial financeiro.⁹⁸

Ao mesmo tempo em que havia insatisfação dos clubes de futebol em relação à CBD devido à abordagem do esporte, as suas bases administrativas e financeiras caracterizavam-se por sua fragilidade, reclamando por mais autonomia e racionalização dos torneios⁹⁹. A instabilidade futebolística convergia também com as constantes denúncias promovidas pela Revista *Placar*¹⁰⁰, que estabeleceu a frequência semanal de publicação em 1970, em relação a João Havelange, exemplar pela conduta do cartola corrupto, à CBD e às federações estaduais¹⁰¹. Em publicação de 14 de agosto de 1970, a revista traz como título de uma de suas matérias “A CBD não joga, a CBD enriquece”:

Tirando dinheiro das rendas, deixando os clubes cada vez mais pobres e mais condenados, trazendo a miséria cada vez mais perto de nossos campos, tudo isso faz parte do trabalho anual dessas estranhas entidades dirigidas por nossos cartolas falidos: as federações. As federações, a CBD de João Havelange. (...) Aqui estão os três clubes mais ricos do Brasil: a Confederação Brasileira de Desportos, a Federação Paulista de Futebol e a Federação Carioca de Futebol. Enquanto todos os verdadeiros clubes lutam de todas as maneiras para evitar a falência, esses três clubes, que não defendem suas cores em nenhum de nossos campos, enriquecem a cada ano que passa.¹⁰²

O desempenho do papel de oposição promovido pela Revista *Placar* concentra-se na crítica direcionada às gestões administrativas do futebol brasileiro. Sua estrutura e seus pressupostos analíticos tinham como princípio a “formação e difusão de uma determinada opinião com a clara intenção de intervir no sistema governativo do futebol brasileiro,

⁹⁸ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 104 e 106.

⁹⁹ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 86.

¹⁰⁰ Revista Esportiva Semanal da Editora Abril.

¹⁰¹ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 78.

¹⁰² Revista *Placar*, 14 de agosto de 1970.

visando superar o que considerava suas falhas e “atrasos”¹⁰³. Isto posto, o que pode ser percebido a partir das constantes críticas promovidas pela *Placar* são os discursos de tons modernizantes cujo intento é a ruptura com o viés tradicional movido por interesses vantajosos aos cartolas.

Em um cenário composto pela dificuldade de estabelecer uma sistematização de campeonatos, dificultados não apenas pelas logísticas para os trajetos, mas também por questões financeiras, de incompatibilidade de datas entre os torneios, além do amadorismo vislumbrado nos dirigentes desportivos, a Revista *Placar* se colocou na defesa da estruturação de um campeonato nacional, da formulação de calendário desportivo e da profissionalização do futebol, dessa vez dos dirigentes. Na coluna “tiro livre” da Revista, em função de reforma promovida pela Federação Paulista de Futebol, Claudio de Souza, idealizador da *Placar*, evidencia a postura característica de intento da reestruturação da gestão futebolística:

O presidente da Federação Paulista de Futebol, Sr. José Ermírio de Moraes Filho, acaba de anunciar uma contribuição que reputamos importantíssima para o futuro do futebol, não apenas de São Paulo, mas de todo o Brasil. Ele pretende propor, em fins deste mês, à Assembleia Geral da entidade bandeirantes, uma profunda reforma de estatutos. Isso, dito assim sem maiores rodeios, pode até soar com um certo ridículo, pois modificações estatutárias no nosso futebol são coisas mais ou menos corriqueiras. A verdade, porém, é que, desta vez, a reforma não visa interesses pessoais ou de grupos: ela abre, enfim, um clarão nos caminhos geralmente obscuros percorridos pelos cartolas, que extraem do cargo toda a espécie de vantagens.¹⁰⁴

Além da revista, outros agentes do cosmo futebolístico viam com bons olhos a implementação de um campeonato brasileiro de clubes de frequência anual. Atrelado a uma proposta de disputas mais equilibradas, o certame nacional interessava a jornalistas, aos grandes clubes de futebol, à Confederação Brasileira de Desportos, ao seu presidente, João Havelange, e também aos líderes da ditadura militar. De interesse dos jornalistas, o campeonato poderia impulsionar o jornalismo esportivo através da especialização e da realização de viagens¹⁰⁵. Para os clubes, os interesses convergiam para a possibilidade lucrativa que um torneio de amplitude nacional oferecia. Isto é, a ocorrência de grandes

¹⁰³ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 84.

¹⁰⁴ Revista *Placar*, 11 de setembro de 1970.

¹⁰⁵ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 90.

jogos, cujas disputas travadas ocorreriam entre clubes de grande expressão, propiciaria pejeas atrativas para um grande público, cujo reflexo se daria na renda obtida.

Na esfera administrativa, os interesses da CBD estiveram cimentados no intuito de garantir a posição de controle alicerçadas sob sua base política¹⁰⁶. Com o objetivo de concorrer ao cargo da presidência da FIFA, a proposta de um campeonato nacional de frequência anual garantiria sustentáculo para a campanha de João Havelange¹⁰⁷, nome relevante para a execução do projeto de integração nacional a partir do futebol, de clubes ou do selecionado brasileiro, vislumbrado pelo governo militar. Desse modo, o campeonato nacional foi projetado sob tutela estatal a partir de incentivos financeiros, impulsionados principalmente pela criação da Loteria Esportiva em 1969, que “se traduziu em subsídios pelo governo aos clubes que disputariam o novo torneio, cobrindo seus custos de hospedagens e passagens aéreas”¹⁰⁸ e tinha o seguinte funcionamento:

Seu funcionamento era simples: após preencher o “volante” com a relação de jogos, os palpites eram transferidos para cartões IBM e perfurados pela máquina manual Por a Punch, emitindo assim o recibo do apostador. O prêmio seria de 30% do total arrecadado. Os outros 70% seriam divididos entre órgãos governamentais ligados aos esportes e à educação, além de obras de assistência social.¹⁰⁹

O Campeonato Nacional de clubes, criado em 1971, um ano após a conquista do tricampeonato mundial pela Seleção Brasileira, representou uma “solução oportuna”¹¹⁰, uma vez que garantia os interesses dos clubes a partir das possibilidades de lucro, mas principalmente pela manutenção e garantia dos interesses e usos particulares promovidos pela Confederação, pelos grandes dirigentes e pelos perpetradores do regime militar.

Com a declaração da Confederação Brasileira de Desportos sobre a formulação do Campeonato Nacional, o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, o “Robertão” desde 1967 devido à ampliação em escala nacional, foi realizado pela última vez no primeiro ano da década de 1970, coincidindo com a disputa da Copa do Mundo de 1970, realizada no

¹⁰⁶ Ibidem, p. 87.

¹⁰⁷ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 74.

¹⁰⁸ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 89.

¹⁰⁹ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 74.

¹¹⁰ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 87.

México. Desse modo, em 1971 foi realizado o primeiro Campeonato Nacional de clubes que, reivindicado a partir da demanda por modernização, racionalização e eficiência, caracterizou-se por uma transformação conservadora, mantendo em sua administração a lógica da capitalização de benefícios individuais.

1.4.3. Campeonato Nacional e apropriação política

Embora a realização do Campeonato Nacional tenha sido definida e concretizada, os problemas anteriores para o estabelecimento de um torneio com essa expressividade ainda ecoavam. A importância da Loteria Esportiva, desse modo, caracterizava-se por viabilizar a ocorrências dos jogos com o financiamento, principal entrave para a implementação do campeonato, a partir do Estado. Em outras palavras, o subsídio disponibilizado pelo Estado significava que a concretização e realização do Campeonato Nacional estava condicionada à tutela estatal, algo historicamente demarcado desde a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1941.

Em vista disso, a estrutura do torneio foi acompanhada pela apropriação utilitarista das possibilidades ofertadas pela consubstancialização da disputa nacional entre clubes. Parte do projeto de integração nacional organizado pelo governo, o Campeonato Nacional foi vislumbrado como potencial forma de ganho nesse sentido, a partir da percepção da capacidade de introjeção que o futebol imprime, que teve em João Havelange um nome primordial para a implementação dessa lógica, uma vez que “desempenharia papel destacado na associação, reforço e influência dos interesses militares pelos meandros e entrelaçamentos da política com o futebol, e da capilaridade que este possuía”¹¹¹.

Nesse sentido, o impacto dessas políticas direcionadas para a capitalização de interesses através do futebol pôde ser vislumbrado na formatação do Nacional: o conjunto de clubes a disputarem o torneio era orquestrado a partir de convites feitos pela CBD, que tinha Havelange à sua frente.¹¹² Embora a definição teórica para a participação esteja centralizada em critérios técnicos, como a escolha dos campeões estaduais como participantes, a relação de apadrinhamento e troca entre Havelange e dirigentes era uma constante, tornando escorregadios os preceitos do torneio, além de condensar um número maior de times na disputa.

¹¹¹ Ibidem, p. 91.

¹¹² Idem.

A reivindicação pelo Campeonato Nacional, embora tenha servido também aos dirigentes, foi protagonizada pelos jornalistas e pelos clubes, que viram em sua existência as chances de lucratividade, mas, principalmente, de uma estabilização financeira. Nesse sentido, a Loteria Esportiva, fundada em 1969, operou como subsídio para as necessidades logísticas dos clubes, tornou-se em 1973 renda permanente ao funcionamento esportivo no Brasil¹¹³. No entanto, sua amplitude resvalou também na sociabilidade entre torcedores no que diz respeito a conversas e apostas, fomentadas inclusive pela Revista *Placar*, que esteve na defesa da implementação do certame:

a Placar cria seções (Tabelão, Bolão, Palpites e Por dentro do Bolão – destinadas a esclarecer dúvidas sobre regulamento, agências credenciadas ou mesmo problemas dos times) voltadas apenas para a nova loteria federal, com patrocínio da própria Administração do Serviço da Loteria Federal, que tinha como slogan “Está aí a profissão mais rendosa do Brasil: palpiteiro”. A Placar apresentava sempre uma análise completa da rodada, com um pequeno texto de cada jogo e, ao final da seção especial, os palpites da revista para orientar os apostadores. Times desconhecidos do interior do país escolhidos pela loteria eram apresentados aos apostadores, e a revista enviou seis repórteres para recrutarem uma “rede de correspondentes” espalhada pelo Brasil.¹¹⁴

A garantia do financiamento a partir da Loteria Esportiva e o êxito financeiro obtido através do torneio garantiram impulso a um projeto idealizado por João Havelange: a criação da Confederação Brasileira de Futebol. Com base na relativa autossuficiência do futebol em relação aos demais esportes, a proposta do presidente da CBD encontra na dissolução da instituição sua intencionalidade, em que novas confederações seriam formadas sob o signo da especialização:

Em 1973, com a implantação dessa nova fonte regular de recursos, João Havelange pôde celebrar uma de suas principais vitórias políticas e anunciar o ambicioso projeto de reformulação da estrutura de comando dos esportes. A partir da definição do novo modelo de financiamento via Loteria Esportiva, a situação financeira da CBD, que se havia equilibrado ao final da década anterior, passou a apresentar constantes balanços superavitários. Com mais recursos disponíveis, e a possibilidade de promover uma melhor distribuição entre as diferentes modalidades comandadas pela CBD, o presidente da Confederação

¹¹³ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 93.

¹¹⁴ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 75.

passou a defender abertamente a dissolução da entidade e a criação de um conjunto de novas confederações especializadas, uma delas incumbida do trato exclusivo das questões relacionadas ao futebol.¹¹⁵

Se, por um lado, o Campeonato Nacional representou alguma estabilização para a CBD, inclusive financeira, sob outra perspectiva a Confederação permanecia sendo alvo de críticas por levar a cabo o projeto de integração nacional concebido pelo governo na esfera futebolística. O formato do torneio, para além do quesito técnico, permanecia adepto às práticas de beneficiamento político, principalmente entre membros do governo, dirigentes e CBD. Nesse sentido, a busca pela transformação e profissionalização da gestão do futebol, processo que foi tomado pelo tom da evolução, esbarrou na continuidade de acordos de apadrinhamento, elemento axiomático da postura administrativa obsoleta de seus agentes.

Mesmo tendo sido representante e executado o projeto de integração nacional calcado na construção do ufanismo na lógica do regime militar, João Havelange, após ter sido eleito para o cargo de presidente da maior instituição de futebol do mundo, a FIFA, tentou conciliar a liderança de ambas as entidades. Após a frustração com a Copa do Mundo de 1974, em que o Brasil saiu derrotado até mesmo da disputa pelo terceiro lugar da competição, possíveis tentativas de formulação de um arranjo impeditivo para a vitória eleitoral de Havelange na FIFA passaram a ser denunciadas de modo a justificar o desempenho aquém das expectativas.

Embora vitorioso, a figura de Havelange já não correspondia às demandas de um regime militar endurecido cujas pretensões de apropriação política do futebol eram cada vez mais evidentes, tanto na esfera do selecionado nacional quanto no âmbito clubístico:

Diante da explícita pressão do governo federal, incluindo o uso de agentes do sistema de informações em iniciativas contra Havelange e alguns de seus assessores, o presidente da CBD alegou a incompatibilidade das duas funções que exercia e afastou-se do comando da entidade brasileira.¹¹⁶

A emblemática figura de João Havelange, apesar da correspondência aos interesses da ditadura militar e da execução inicial da integração nacional a partir do referido esporte, foi substituída, não harmoniosamente, por um nome de expressividade

¹¹⁵ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 135.

¹¹⁶ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 139.

do partido situacionista do regime, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), almirante Heleno de Barros Nunes. Embora tenha o acúmulo de exercício política enquanto deputado estadual, o novo nome do regime para a liderança da entidade desportiva mais importante do país já havia ocupado o posto de diretor de futebol no Club de Regatas Vasco da Gama e até mesmo na Confederação Brasileira de Desportos, em 1967¹¹⁷.

A chegada do almirante Heleno Nunes à presidência da CBD em 1975 esteve acompanhada não só do intento intensificador do projeto de apropriação do futebol pelos agentes da ditadura militar, mas também do avanço do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição tolerada, durante as eleições indiretas de 1974. Desse modo, almirante Heleno Nunes encabeçou o projeto de servir às entidades governamentais servindo-se do futebol para tanto. O ensejo militar para os usos do futebol de clubes enquanto capitalização de interesses convergiu para o processo de militarização da estrutura futebolística, inclusive à nível de Seleção Brasil, que Joel Rufino, ironicamente, apontou como prática recorrente na CBD que “até papagaio bate continência”¹¹⁸:

Nunes promove deliberadamente uma militarização da entidade, sendo seus diretores de alguma forma ligados aos setores casernistas. Por exemplo, o de finanças era major (Carlos Alberto Cavalheiro), de coordenação de esportes coronel (Heleno Louzadas) assim como Glênio Ferreira de esportes terrestres e Amarilto Malaquias de administração.¹¹⁹

Escorado nas práticas autoritárias do governo, que além de conferir controle sobre o CND passaram a monitorar a CBD a partir da figura do novo presidente da confederação, Heleno Nunes caminhou na esteira do autoritarismo somado com as estratégias de ganho de bases eleitorais, materializadas a partir do inchaço do Campeonato Nacional e da Lei 6.251 de 1975, que estabelecia voto unitário aos clubes nas entidades. A modernização pretendida a partir do torneio nacional instalado em 1971 significou, na realidade, a manutenção da estrutura tradicional de gestão do futebol brasileiro¹²⁰.

A Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, desse modo, simboliza a implementação do voto unitário das federações e agremiações, cujo impacto se dá na redução do poder de

¹¹⁷ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 95.

¹¹⁸ DOS SANTOS, J.R. **História política do futebol brasileiro**. Brasiliense, 1981.

¹¹⁹ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 111 e 112.

¹²⁰ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 202.

decisão dos clubes em detrimento da centralização do poder de voto e veto às federações e confederações¹²¹. Em outras palavras, a lei sancionada em 1975, durante a gestão de Heleno Nunes, ofereceu aumento de poder para as federações de proporções menores, uma vez que seus dirigentes “eram políticos e com bases eleitorais nos redutos do interior do país, o novo presidente da CBD tem apoio para elaborar seus planos políticos – eleitoreiros”¹²².

Na prática, o afinco de Heleno Nunes para com o projeto dos agentes do regime militar com o futebol significou a inclusão de clubes, mediante acordos de interesses próprios, no Campeonato Nacional. O torneio, que até 1975 nunca havia ultrapassado o número de 40 clubes participantes, contou com 42 participantes em 1975, 54 clubes em 1976, 62 em 1977, 74 no ano posterior, e chegou ao número máximo em 1979, com 94 clubes disputando o campeonato que se tornava cada vez mais cansativo¹²³.

Respalhado pelo governo e pelo discurso de integração nacional, a política promovida pelo almirante Heleno Nunes não encontrou solo fértil entre os grandes clubes brasileiros. A instituição do voto unitário dos clubes frente às federações e à confederação se traduzia na ignorância da relevância dos grandes clubes, concebendo, através do mecanismo interessante ao presidente da CBD, a equiparação do poder de decisão entre times pequenos e de maior expressão¹²⁴. A tradução dessa estrutura de gestão foi a dilatação dos campeonatos e os prejuízos financeiros dos clubes com jogos pouco atrativos e com a longa duração dos torneios oriundos de tais práticas, além de ser identificada pela expressão “onde a ARENA vai mal, um time no Nacional”.

Em 1978, o jornal *O Globo* produziu uma matéria discutindo as principais causas da “crise do futebol” e sua relação com a postura de Heleno Nunes e sua subserviência aos desejos de utilização do esporte pelo governo. Em um tom debatedor, o jornal concebe a matéria de modo a se posicionar favoravelmente no que diz respeito à maior eficiência na organização do esporte:

¹²¹ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 141.

¹²² SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 112.

¹²³ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 141.

¹²⁴ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 96.

A Confederação Brasileira de Desportos é uma organização privada, assim como todos os clubes. No entanto, sua subordinação ao Governo é tão grande como a do mais rigidamente controlado concessionário de serviço público. O presidente Heleno Nunes, responsável pelo o que a maioria dos observadores considera ser um superdimensionamento do Campeonato Brasileiro, defende-se com a alegação de que está promovendo a “integração nacional” e de que promove a “interiorização do futebol” como parte de um plano oficial de fixação do homem ao campo. Portanto, é ele mesmo quem proclama a existência do cordão umbilical. Não resta dúvida de que o Estado considera de sua província controlar o futebol profissional, tanto quanto lhe cabe estimular o esporte amador. A paixão despertada pelo futebol, sem equivalência em qualquer outro esporte no Brasil, provoca inevitavelmente a tentação de canalizá-la para o bem do Estado. Mas é preciso reconhecer que isso só pode ocorrer violentando-se o caráter privado da instituição.¹²⁵

A pouca rentabilidade, e até mesmo os prejuízos, derivados da dilatação do Campeonato Nacional, propulsou os debates referentes ao modelo de gestão do futebol característico dos dirigentes do Brasil. Principal fonte de renda dos clubes, a venda de ingressos para os jogos enfrentava o ônus da administração de Heleno Nunes, que se traduzia na pouca atratividade dos jogos disputados. Isto posto, novas formas de angariar lucro, para além das demandas de modernização e profissionalização do gerenciamento do futebol, eram propostas, emergindo enquanto tentativas de amenizar os danos.

Márcio Braga, presidente do Flamengo à época, recém-eleito pela Frente Ampla Flamengo, cogitou, junto a Francisco Horta, do Fluminense, a não participação no torneio de 1978, sob a justificativa dos prejuízos previsíveis que poderia trazer. Receoso da repercussão de sua postura, optou pela insistência indireta por melhorias financeiras dos clubes, através dos direitos de transmissão pelas emissoras de televisão¹²⁶, além de outras possibilidades:

O presidente do Flamengo, Márcio Braga, volta à carga contra o CBD: para ele, o atual Campeonato Brasileiro enfraquece os fortes e fortalece os fracos. E, justamente, reivindica mais para quem tem público, propõe a regionalização, uma cota especial para os grandes jogarem no interior.¹²⁷

¹²⁵ Acervo digital jornal *O Globo*, 25 de setembro de 1978, Matutina, Primeira Página, página 1.

¹²⁶ SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012, p. 126.

¹²⁷ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 19 de janeiro de 1978, Matutina, Esportes, página 41.

A situação financeira dos clubes e o acúmulo de elementos constitutivos do fenômeno denominado crise do futebol no final da década de 1970 encontrou espaço para discussão até mesmo na coluna “Carta aos leitores” do jornal *O Globo*: “É de se esperar que os clubes de futebol atentem para a situação e saiam das crises financeiras constantes, renovando sempre com valores novos e menores salários”¹²⁸ Insatisfação de grande amplitude, as características pertencentes à administração do futebol brasileiro foram alvo de críticas pelos clubes – afetados diretamente pela situação financeira –, pela população, e novamente por jornalistas.

As críticas orientadas pela Revista *Placar*, que já vinham antes mesmo da superlotação do Campeonato Brasileiro de clubes sob a gestão do almirante Heleno Nunes, estruturadas sobretudo pela apropriação do esporte enquanto ferramenta de mobilização de interesses próprios¹²⁹, não foram as únicas no universo do jornalismo impresso. Em 1978, o jornal *O Globo* debruçou-se na construção de matérias intituladas “a decadência do futebol”. Alvo dos comentários de reprovação de seu mandato à frente da CBD, Heleno Nunes é o grande protagonista tanto da Revista *Placar* quanto da série do jornal *O Globo* no que diz respeito à permanência da gestão tradicionalista no comando do futebol brasileiro. Elementos como rotinização dos jogos, vaias dos torcedores e presença de clubes coadjuvantes no Campeonato Brasileiro constituem o esqueleto do torneio que passou a se caracterizar pela falta de disputa, jogos deficitários e falência de clubes¹³⁰.

Na última matéria da série “A decadência do futebol brasileiro”, o título não poderia evidenciar melhor a discussão: “A política. Eis o mal do futebol na opinião dos especialistas”. A apropriação do Campeonato Brasileiro pelo governo sob a gestão do almirante Heleno Nunes, que geria a Confederação Brasileira de Desportos orientado pelos seus interesses eleitoreiros, vinculados à ARENA, foi tida como a principal responsável pelo empobrecimento de um torneio que foi reivindicado como pontapé para um processo de profissionalização do futebol:

Uma estrutura arcaica influenciando na técnica e servindo de base a interesses eleitoreiros, no caso os do presidente da CBD, Heleno Nunes, polo de atração de votos para a Arena. Esta é a principal causa da crise

¹²⁸ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 23 de janeiro de 1978, Matutina, O País, página 2.

¹²⁹ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 97.

¹³⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 19 de setembro de 1978, Matutina, Esportes, página 31.

do futebol brasileiro, pelo menos na opinião de grande parte da imprensa esportiva.¹³¹

“Pagamento em atraso, a falência”, “No excesso de jogos, o fim da técnica”, “A invasão dos estádios por políticos”, “A rotina dos maus espetáculos”, “O público afastado pela Loteria”, “Brasileiro acaba com as revelações”, “Onde estão os reis dos estádios?” e “Ver com os olhos da realidade”¹³² foram alguns títulos de depoimentos dados ao jornal *O Globo* na mesma ocasião no que diz respeito ao conjunto de características que compõem a crise do referido esporte. A abordagem política do futebol brasileiro, que deixou em evidência a questão financeira dos clubes, embora tenha sido o apontamento central das críticas, esteve em consonância ainda com os casos de violência entre jogadores durante os jogos.

As jogadas violentas praticadas pelos jogadores de futebol, bem como o estado do gramado e excesso de jogos, já demandavam atenção desde 1971, quando a Revista *Placar* anunciou que “nos primeiros 148 jogos do Nacional, 120 jogadores se machucaram”¹³³. No final da década, o quadro espinhoso seguiu sendo uma questão de desassossego, além de indicar uma piora:

Valtencir, ex-zagueiro do Botafogo, que jogava pelo Colorado, morreu ontem em consequência de violento choque com o apoiador Nivaldo, do Maringá, aos 42 minutos do primeiro tempo do jogo disputado no Estádio Willie Davids. Ao cair, Valtencir foi atingido no pescoço pelo joelho do adversário e saiu de campo inconsciente, morrendo minutos depois no vestiário.¹³⁴

Os casos contadores envolvendo os jogadores repercutiram de modo que o jornal *O Globo* produziu, no mesmo ano, uma série similar à “decadência do futebol”, mas especificamente sobre o tema da violência: “a violência no futebol”. Buscando estabelecer relação entre a decadência do futebol e os casos de agressão, a produção do jornal buscou identificar possíveis responsáveis para a conjuntura desfavorável ao esporte. De acusações de impunidades dos juízes aos clubes e dirigentes, a violência era identificada em diversos elementos componentes da estrutura do futebol¹³⁵. Foi o caso de

¹³¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 22 de setembro de 1978, Matutina, Esportes, página 30.

¹³² Idem.

¹³³ Revista *Placar*, 29 de outubro de 1971.

¹³⁴ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 18 de setembro de 1978, Matutina, Primeira Página, página 1.

¹³⁵ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 08 de dezembro de 1978, Matutina, Esportes, página 30.

a temática virar tópico de debate na seção de cultura do jornal, na coluna de Artur da Távola:

Você viu Fluminense e Vasco? O que é aquilo, meu Deus?!?! Que jogo lamentável! Poucas vezes vi a realidade atestar de maneira tão cabal a previsão de especialistas e estudiosos da imprensa. O GLOBO andou fazendo uma série sobre a decadência do futebol brasileiro. Li-a inteira e parabenezo o colega que a realizou. Pois Vasco e Fluminense parece que veio para atestá-la. Ontem o editorial do GLOBO voltou a ser sobre o assunto, mostrando o quanto e como a ingerência do Estado, melhor dizendo do Governo, no esporte, para fazê-lo caudatário de sua política e instrumento eleitoral, levou o futebol a um perigoso retrocesso.¹³⁶

O cenário da crise, composto por diversos elementos, buscava associar o atraso brasileiro ao não acompanhamento das mudanças das relações sociais¹³⁷. Segundo Helal¹³⁸, a tradução da crise se dava na medida em que vinha acompanhada de um discurso favorável à modernização que, na comparação com outros países, indicava a estagnação do futebol no Brasil. A demanda por modernização e profissionalização na administração do referido esporte teve como proposta, entre outras, a implementação do modelo concebido enquanto “futebol-empresa”.

No contexto da Seleção Brasileira, após o insatisfatório desempenho na Copa do Mundo de 1974, o discurso da atualização também encontrou abertura para se impor enquanto modelo avançado. Desse modo, nome interessante a Heleno Nunes, Claudio Coutinho, que era técnico do Flamengo, foi escolhido para substituir Osvaldo Brandão à frente do comando técnico do selecionado nacional¹³⁹. Escorado em conceitos de disciplina e hierarquia, Coutinho era vislumbrado enquanto possibilidade de melhoria do rendimento da Seleção por seu contato tático com os padrões europeus:

Sua principal tarefa, concluída a fase eliminatória da Copa do Mundo, será adaptar o futebol brasileiro às modernas táticas. Adaptação que deverá começar com um jogo mais veloz e aplicação tática de jogadores talentosos, mas muitas vezes individualistas e, por isso, nem sempre eficientes. Sem muita experiência, mas estudioso e interessado, Claudio Coutinho, sempre atento às evoluções do futebol, às transformações que sofre, principalmente na Europa, com base no que observou e desenvolveu durante o pouco tempo de técnico pretende fazer mudanças radicais até as proximidades da Copa do Mundo.¹⁴⁰

¹³⁶ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 26 de setembro de 1978, Matutina, Cultura, página 42.

¹³⁷ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 18 de setembro de 1978, Matutina, Primeira Página, página 1.

¹³⁸ HELAL, R. **Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Vozes, 1997, p. 59.

¹³⁹ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 143.

¹⁴⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 20 de março de 1977, Matutina, Esportes, página 40.

A implementação de esquemas táticos mais enrijecidos encontrava defesa no jornal, que indicava para a ausência de consenso no que diz respeito à estratégia:

Nesta admirável série de reportagens publicadas pelo GLOBO, sob o título geral de “A decadência do Futebol Brasileiro”, houve depoentes ilustres e respeitáveis que insistiram na tese de que os esquemas táticos estão sufocando o jogador brasileiro, inibindo-lhe a criatividade – em resumo, acabando com o craque. A tese peca por absoluta falta de realismo. A meu ver, em muitos casos dá-se exatamente o oposto: são os esquemas táticos assimilados e praticados com dedicação e humildade que nos vêm revelando a qualidade individual de muitos jogadores jovens. Basta-nos um exemplo: o Guarani. E dois nomes: Careca e Zenom. A tese de que esquemas rígidos – como se houvesse em um jogo essencial dinâmico como o futebol – acabam com o craque, através de um processo de quase robotização, que tem uma versão ou variante pobre, segundo a qual craque é que ganha jogo. Isto pode ser verdade em alguns casos, mas está longe de corresponder a uma verdade absoluta, imutável.¹⁴¹

De título “A decadência dos craques brasileiros”, a matéria d’*O Globo* assinalava a discordância entre agentes do universo do futebol no que diz respeito à influência do futebol europeu no Brasil, vislumbrada através do esquema tático implementado. Jogadores importantes como Rivelino¹⁴², ídolo do Fluminense e Corinthians, e Nilton Santos, do Botafogo, creditavam aos novos modelos técnicos a ausência de craques, jogos pouco atrativos, além de descaracterizar o jogar futebol brasileiro através da influência europeia¹⁴³.

Embora constitua um dos pilares das críticas feitas ao técnico da Seleção Brasileira em 1978, Claudio Coutinho, os debates sobre clube-empresa, modelos instituídos na Europa, entravam na ordem do dia para pensar a pouca eficiência administrativa e o amadorismo dos dirigentes brasileiros¹⁴⁴.

Diferentemente das perspectivas em relação ao Campeonato Nacional, o que pôde ser visualizado a partir da efetivação do torneio foi a incorporação do mesmo voltada para usos particulares. A demanda por profissionalização, que se acentua na década de 1980, encontrou no fim do decênio anterior a permanência da estrutura conservadora mesmo na reivindicação da modernização,

¹⁴¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 23 de setembro de 1978, Matutina, Esportes, página 30.

¹⁴² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 14 de maio de 1978, Matutina, Esportes, página 42.

¹⁴³ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 143.

¹⁴⁴ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 25 de setembro de 1978, Matutina, Primeira Página, página 1.

Isto porque, ao mesmo tempo que promove a introdução de normas e instituições modernas, o faz sem romper radicalmente com a arcaica estrutura de poder, procurando sempre que possível conciliar os interesses dos diferentes segmentos envolvidos. Além disso, é uma modernização "de cima para baixo", ou seja, imposta pela vontade do Estado e que não foi discutida pela sociedade organizada.¹⁴⁵

1.4.4. Novos marcos da modernização do futebol

O momento de fundação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 23 de novembro de 1979, esteve acompanhado de outros processos envolvendo tanto o futebol quanto o cenário político nacional. No mesmo ano, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) passava por um processo de segmentação: diversas entidades especializadas começaram a ser concebidas a partir da solidificação do financiamento aos esportes amadores¹⁴⁶. Desejo de João Havelange quando à frente da CBD, a CBF pôde ser fundada enquanto instituição autônoma com regulamentação própria.

No plano nacional, o processo de abertura política levado a cabo por Geisel e Figueiredo, últimos presidentes do período em que vigorou a ditadura militar (1964-1985), assinalava para um caminho descentralizador que recolocava o local do civil na esfera política¹⁴⁷, facilitando a dissolução da CBD e formação da entidade especializada para o futebol. Nesse sentido, a figura de Heleno Nunes já não se colocava mais como necessária aos agentes do regime, ao mesmo tempo em que os grandes clubes brasileiros pressionavam para o incremento de seu poder de decisão diante das federações e confederações e em que o discurso das instituições indicava um intento mais modernizante, vislumbrando novas perspectivas para o comando da recém-criada CBF¹⁴⁸.

Embora o cenário indicasse uma maior abertura política e a fragilidade dos discursos centralizadores, a constituição da Confederação Brasileira de Futebol teve entre a questão da autonomia e da tutela pelo Estado uma linha tênue. A CBF, instituída pelo governo, consolidou seu funcionamento também a partir de certa autonomia dada aos grandes clubes, cuja demanda pela modernização com campeonatos mais curtos, mais rentáveis e com menos participantes, deu privilégio e protagonismo aos clubes de grande expressão:

¹⁴⁵ PRONI, M.W. *Esporte espetáculo e futebol-empresa*. 1998, p. 203 e 204.

¹⁴⁶ SARMENTO, C.E. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 144.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 145.

¹⁴⁸ *Idem*.

A instituição (CBF) surge assim numa fronteira de tutela estatal e autonomia dos clubes sobre o esporte, porque é efetivamente criada e normatizada pelo governo, via CND, mas seu formato de funcionamento atenderia aos “grandes clubes” e clubes de grande expressão, através das diretrizes de enxugamento e maior rentabilidade do campeonato, então em pauta.¹⁴⁹

A pauta da modernização, dessa forma, carecia de um nome cujas balizas estivessem alinhadas com o discurso de profissionalização administrativa. Em janeiro de 1980, Giulite Coutinho, que já havia sido presidente do América Football Club, do Rio de Janeiro, assume o cargo de presidente da CBD com os pressupostos da comercialização do esporte que tinha como alicerce “a implantação de um plano de marketing para o futebol brasileiro e a definição de um novo calendário para as competições nacionais e para a seleção brasileira”¹⁵⁰.

Antes de tomar posse do cargo, Giulite Coutinho dera uma entrevista ao jornal *O Globo* fundamentando seus intentos modernizantes:

– Nossa preocupação é encontrar a melhor fórmula, que ofereça ao público jogos de melhor nível técnico, aos clubes maior rentabilidade por partida e à CBF um Campeonato econômico. [...] – Com a redução do número de clubes no Campeonato Brasileiro, que em princípio não deverá ser mais de 35 na primeira divisão, as despesas de transporte e hospedagem deverão ser também sensivelmente reduzidas – disse Giulite.

A empresa privada entra nos planos? A publicidade na camisa, por exemplo, é viável?

– Pessoalmente, não vejo nenhum problema e sou favorável. O assunto merece estudos, mas vai depender de legislação do Governo Federal.¹⁵¹

Além da comercialização da marca da Seleção Brasileira, Giulite Coutinho esteve preocupado com a reestruturação do Campeonato Brasileiro, extremamente criticado. Sua finalidade de alinhar os interesses de clubes, federações e confederações com o televisionamento dos jogos pelas emissoras foi atravessada pela quantidade de clubes participantes do torneio, bem como a questão do calendário, com a dificuldade de estabelecer horários, que demandaram estratégias para executar o planejamento. O formato do campeonato foi modificado, sobretudo, com o objetivo de reduzir a

¹⁴⁹ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 101.

¹⁵⁰ SARMENTO, C.E. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 146.

¹⁵¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 06 de janeiro de 1980, Matutina, Esportes, página 32.

participação dos clubes através do sistema de divisões, em que a Taça de Ouro, era a principal, para além das Taças de Prata e Bronze. Desse modo, Giulite Coutinho estabeleceu um número limite de participantes, e em 1980 contou com 40 clubes participantes na Taça de Ouro¹⁵²:

Foi enfim aprovada a deliberação nº 1/1980, que cria três divisões no futebol profissional, fixa o número máximo de clubes em cada divisão, estabelece o sistema de acesso e descenso e define normas para o Campeonato Brasileiro.

A estruturação das três divisões pelas federações obedecerá a critérios técnico-desportivos, levando-se em consideração a densidade populacional de cada Estado.¹⁵³

O projeto de modernização e reestruturação das prerrogativas do futebol fortaleceu a ideia de convidar, em 1982, Carlos Alberto Parreira, que já havia feito parte da comissão técnica da Seleção, no Mundial do México de 1970, para o cargo de técnico do selecionado nacional. Após a derrota na Copa de 1982, o convite foi justificado por ser considerado o técnico mais atualizado taticamente no país, cujas propostas de implementação de novos métodos e formas de organização eram vislumbradas enquanto perspectivas de avanço¹⁵⁴. Embora os pressupostos se alinhassem, pressões externas e a pouca disponibilidade de tempo para a implementação de seus métodos fizeram com que fosse substituído em 1984 por Edu Coimbra.

As instabilidades no universo do futebol não se deram apenas no âmbito da Seleção Brasileira, materializada sob a forma da troca de treinadores. Os conflitos entre federações e confederações ascenderam na política de clubes, dificultando a proposta de Coutinho. Os critérios previamente estabelecidos para a escolha dos clubes participantes, ancorados em elementos técnicos e de rendimento, tiveram brechas e instituíram conflitos na política interna do futebol. As concessões feitas a clubes como Corinthians, Santos e Vasco, que em determinados momentos não alcançaram as condições necessárias para participarem do módulo principal do Campeonato Brasileiro mas que através de dispositivos internos garantiram suas vagas, fundamentaram críticas ao indício de que “essas concessões voltaram a fazer pesar sobre o torneio o estigma da tolerância e da

¹⁵² SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 147.

¹⁵³ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 05 de janeiro de 1980, Matutina, Esportes, página 24.

¹⁵⁴ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 151.

acomodação que caracterizara a fase da presidência de Heleno Nunes, levando clubes e dirigentes a manter uma complicada disputa política quanto aos rumos do Nacional”¹⁵⁵.

Embora as atitudes controversas do intento modernizador do futebol demonstrassem sua continuidade, a busca por assimilação dos padrões mundiais, principalmente europeus, seguiu sendo o mote orientador para as transformações do referido esporte brasileiro. A demanda por disciplina e implementação técnica para o futebol brasileiro se traduziu com a formação de Centros de Treinamento dos clubes na década de 1980. Através de pesquisas científicas na área esportiva, novos padrões comportamentais vigoraram como modelo de orientação para a formação de atletas. Preponderante no quesito disciplina, a lógica da eficiência e da racionalização atravessou o processo de formação de jogadores de futebol de modo que fossem concebidos, nos anos 1990, como “jogador-máquina”:

A produção social do jogador de futebol, especialmente com o advento dos CTs, decorrente da recente modernização, consiste em um processo de disciplinamento, adaptação, socialização, adestramento, desenvolvimento e aperfeiçoamento das potencialidades físicas e técnicas do atleta, além da administração do seu potencial genético. Trata-se, pois, de um processo disciplinador, pedagógico e civilizatório caracterizado pela regulamentação, controle, institucionalização e racionalização.¹⁵⁶

As propostas, desde a formação do Campeonato Brasileiro até a construção de Centros de Treinamento, foram guiadas pela estruturação do futebol brasileiro sob o elemento da eficiência e da racionalização. A demanda pela modernização, no entanto, encontrava entraves exponenciados pelas contradições internas da gestão desportiva: “o futebol brasileiro enfrentava uma crise de credibilidade que resultava em uma crise econômica”¹⁵⁷:

As médias de público dos campeonatos estaduais e nacional decaíam e, conseqüentemente, as receitas se mostravam cada vez mais incipientes. A incapacidade de fazer frente ao assédio de clubes estrangeiros, muito mais organizados e rentáveis, fez com que os principais destaques do futebol brasileiro deixassem o país.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Ibidem, p. 150 e 151.

¹⁵⁶ RODRIGUES, F.X. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. *Sociologias*, n. 11, p. 260-299, 2004, p. 294 e 295.

¹⁵⁷ SARMENTO, C.E. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 154.

¹⁵⁸ Idem.

Exponenciada pela grave crise econômica que atravessava o Brasil, os clubes foram afetados por dificuldades financeiras que, segundo Proni, encontraram seu ápice entre os anos 1981 e 1983¹⁵⁹. A exportação de jogadores, com destino principalmente à Europa, foi a estratégia concebida pelos clubes para lidar com o déficit financeiro, mas que encontrou muitas críticas entre os jornalistas. Na coluna de Claudio Mello e Souza, o título “o êxodo já começou”¹⁶⁰ dava o tom da matéria:

A fragilidade econômico-financeira do futebol profissional do Brasil permitiu, provocou e até facilitou a ida de Roberto para o futebol espanhol. Ainda ontem, ponderei que esta venda poderia, ou poderá, ser a primeira de algumas outras que nos podem trazer sérios problemas, do ponto de vista técnico, e em se tratando de seleção. (...) Todos reconhecem, com relativa facilidade, que a renovação do futebol brasileiro anda a se fazer com lentidão progressiva e inquietante. Ora, o que fizeram os estrangeiros, especialmente os árabes? Levaram justamente os jogadores de pouca idade e, com certeza, de algum talento. E quem nos garante que entre eles não estariam dois ou três capazes de fazer soprar mais forte os ventos da renovação? A curto prazo, nada há a fazer. O futebol brasileiro é pobre demais para seduzir com dinheiro os jogadores já revelados ou em fase de revelação. E ninguém pode condená-los por querer ganhar dinheiro lá fora, já que aqui dentro é muito mais difícil.¹⁶¹

O cenário caracterizado pela crise na esfera do futebol intensificou os discursos modernizantes, que caminharam na direção da comercialização do esporte, processo já iniciado com Giulite Coutinho com a mercantilização da marca da Seleção Brasileira. Nesse sentido, as contradições tornaram-se evidentes: enquanto a Seleção iniciava as relações com o marketing, os clubes, imersos em dificuldades financeiras e instabilidades com os torneios, ao mesmo tempo em que buscavam alternativas para o imbróglio financeiro, viam a resistência de seus dirigentes em relação à profissionalização da administração¹⁶².

A introdução do marketing no universo do futebol acontece, portanto, na conjuntura de crise: primeiro aparece nas camisas dos times, enquanto patrocínio, depois é incorporado pelas transmissões televisivas¹⁶³. Isto é, a lógica do marketing para o

¹⁵⁹ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 205, 206 e 207.

¹⁶⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 05 de janeiro de 1980, Matutina, Esportes, página 22.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 101.

¹⁶³ Idem.

esporte funciona de modo a valorizar o clube sob uma perspectiva comercial, ou melhor, enquanto uma “solução à europeia”¹⁶⁴:

Foi ao longo dos anos oitenta, portanto, que o sucesso do "futebol-empresa" fez aumentar a mercantilização dos campeonatos, os quais foram se estruturando em função da demanda por programações esportivas na TV e do surgimento de novas opções de marketing esportivo.¹⁶⁵

A questão da violência é também afetada por essas novas prerrogativas. Enquanto tema já abordado entre jogadores, a violência passa a ser vislumbrada enquanto entrave para os projetos de comercialização e, portanto, torna-se tema relevante a partir do momento em que materializa a dificuldade de mercantilização¹⁶⁶. Não à toa, é durante os anos 1980, exponenciada no decênio posterior, que a temática da violência entre torcedores organizados fica em evidência. Transposto para o cenário nacional, o temor relacionado aos *hooligans* na Inglaterra foi incorporado enquanto temática nos meios de comunicação, cujas associações eram feitas com as torcidas organizadas, que também foram colocadas na “condição de desviantes”¹⁶⁷ no Brasil.

Apesar de já ser reivindicação dos anos 1970, o final da década e início dos anos 1980 indicam marcos mais sólidos de demanda pela profissionalização do futebol, agora vislumbrados no rompimento com o amadorismo das gestões futebolísticas. No entanto, a maior ruptura se caracteriza no ano de 1987¹⁶⁸, com novos pressupostos de organização, financiamento e estruturação do Campeonato Brasileiro, apontando para a “substituição do Estado pelo mercado enquanto agente regulamentador do futebol”¹⁶⁹.

1.4.4.1. Clube dos Treze e legislações esportivas: novos debates

O projeto de exploração do potencial mercadológico do futebol, embora tenha sido iniciado com a figura de Giulite Coutinho, foi alavancado em 1987, com a fundação da União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro, o Clube dos Treze, e a realização da

¹⁶⁴ Ibidem, p. 100.

¹⁶⁵ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 158.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 152.

¹⁶⁷ LOPES, F.T.P.; CORDEIRO, M.P. Futebol, visibilidade e poder: lógicas da violência nos espetáculos futebolísticos. **Revista Comunicação Midiática**, v. 10, n. 3, p. 119-134, 2015, p. 126.

¹⁶⁸ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 213.

¹⁶⁹ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 100.

Copa União no mesmo ano. Com o anúncio da Confederação Brasileira de Futebol, no primeiro semestre de 1987, de que não conseguiria arcar com os custos da realização do Campeonato Brasileiro daquele ano, os próprios clubes, que são financiados pela Loteria Esportiva, deveriam assumir suas próprias despesas para a realização do torneio. A evidência da grande crise irrompida no futebol impulsionou os clubes de maior expressão do Brasil a se organizarem autonomamente em relação à CBF para elaborarem um torneio independente: a Copa União.

Movidos pela proposição de uma estrutura mais rentável e organizada de torneio, o Clube dos Treze, além de propor uma quantidade reduzida de clubes participantes no campeonato, instituiu novas formas de financiamento alicerçadas no marketing. Sob o signo da racionalização, o Clube dos Treze contou com o suporte da Revista *Placar*, que ofereceu até mesmo a taça para o torneio¹⁷⁰. A organização em torno dos treze principais clubes¹⁷¹ do país era justificada pela tentativa de amenizar os gastos através da redução dos jogos pouco atrativos, característicos do Campeonato Brasileiro. Mas o grande ponto que elenca a Copa União como marco modernizador do futebol brasileiro foi a entrada do marketing e do financiamento por patrocinadores. Esse movimento, além das influências externas, uma vez que refletia mudanças num plano mais amplo, foi tomado como uma guinada modernizadora no futebol, um avanço, uma melhora,

Ou seja, ideias (em geral), um pouco nebulosas e mesmo superficiais, convergentes para sentidos de “evolução” e “avanço” do desporto nacional, porque supostamente o formato do torneio (mais enxuto) passaria a assentar-se mais em princípios racionais, mercantis e menos “políticos”.¹⁷²

Amparados pela Rede Globo de Televisão, Varig e Coca-Cola enquanto parceiros e financiadores, os dezesseis clubes participantes da Copa União tinham garantias de sua rentabilidade, apesar da permanência do que Proni chamou de “mentalidade amadora”¹⁷³ dos dirigentes:

¹⁷⁰ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 109.

¹⁷¹ Flamengo, Fluminense, Vasco, Botafogo, Santos, São Paulo, Palmeiras, Corinthians, Internacional, Grêmio, Atlético-MG, Cruzeiro e Bahia.

¹⁷² FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 80.

¹⁷³ PRONI, M.W. **A metamorfose do futebol**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2000.

Nesse aspecto, houve a venda dos direitos televisivos para a Rede Globo, com a exclusividade por cinco anos, pelo valor de 3,4 milhões de dólares (contrato que seria revisto para as outras edições). Pela publicidade na maioria das camisas dos clubes participantes, a Coca-Cola pagaria um total de U\$ 3 milhões, além do aporte dos hotéis Othon (acomodação de clubes), e do transporte aéreo conseguido junto à Varig.¹⁷⁴

As dificuldades encontradas para a realização do torneio, embora com o auxílio das empresas, encontraram como entraves não apenas o amadorismo dos gestores dos clubes, mas também a insatisfação da própria CBF com a realização da Copa União, que, amparada na legislação da FIFA, ameaçou os clubes com a possibilidade de descredenciamento dos mesmos¹⁷⁵. A partir de acordo entre as entidades, o formato do torneio nacional daquele ano foi estabelecido a partir do cruzamento entre as duas competições que, no momento de decisão, incorreu em outro imbróglio: a recusa do Flamengo e do Internacional de disputar contra os vencedores do torneio da CBF.

Embora o campeonato nacional tenha retornado para a organização da Confederação Brasileira de Futebol, o Clube dos Treze, com a realização da Copa União, impulsionou o processo de modernização, da profissionalização administrativa dos clubes, mas principalmente no relacionamento com o marketing, em que os acordos travados entre clubes e patrocinadores, mesmo sob a administração da CBF, puderam permanecer¹⁷⁶. A transmissão dos jogos pelas emissoras de televisão em 1987 demarcou a abertura e a vinculação entre televisionamento, futebol e comercialização¹⁷⁷.

O contexto delineado através de instabilidades administrativas direcionou a Confederação Brasileira de Futebol, após a gestão de Otávio Pinto Guimarães, no intento de reestruturar a instituição a partir de elementos mais racionalizados. Isto posto, em 1989, Ricardo Teixeira, genro de João Havelange, foi eleito presidente da CBF, pela sua correspondência e alinhamento com as propostas de renovação e modernização, identificadas por duas medidas tomadas já no princípio de sua gestão:

Em primeiro lugar, fixou-se um calendário quinquenal, que estabelecia a programação de campeonatos e compromissos da seleção até a Copa do Mundo de 1994. Com o calendário, definiam-se condições para o

¹⁷⁴ FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018, p. 109.

¹⁷⁵ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 214.

¹⁷⁶ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 155.

¹⁷⁷ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 214.

planejamento dos torneios estaduais e evitava-se a sobreposição de datas e compromissos.¹⁷⁸

O movimento de Ricardo Teixeira buscou estabelecer o cumprimento dos regulamentos dos campeonatos, sem as estratégias de conchavo e interesses pessoais, buscou planejar os contratos televisivos e a comercialização do esporte¹⁷⁹. Embora o indicativo fosse de estabilidade, durante a década de 1990 muitos entraves impediram uma melhor consolidação de um modelo mais enxuto e com o calendário fixo. As pressões dos clubes sobre os critérios de rebaixamento de equipes, bem como a demanda de datas por cada federação e confederação, encontraram seu ápice em 2000, quando novamente o Clube dos Treze rompeu com a CBF, e organizando um campeonato autônomo, mas que devido à complexidade de estruturação do mesmo, retornou para o comando da entidade máxima do futebol brasileiro¹⁸⁰.

As dificuldades de organização do calendário e do modelo do campeonato nacional, baseadas em inconstâncias sobre o acesso e descenso, teve como ajuste a fixação, em 2001, de um plano quadrienal dos torneios nacionais, de modo que o campeonato fosse reduzido a 20 clubes até 2003 e planejado por um projeto de disputa por pontos corridos em turno e retorno¹⁸¹. Isto posto, o rearranjo da gerência da instituição e do modelo do torneio significaram que “as condições políticas que conduziram à estabilidade do modelo de disputa do Campeonato Brasileiro também viabilizaram o projeto de modernização administrativa e gerencial da CBF”¹⁸².

Em consonância com o projeto neoliberal, o futebol passa a ser cooptado enquanto elemento crucial do entretenimento e vislumbrado como potencial mercado consumidor na década de 1990¹⁸³. Orientado sob a lógica da globalização, a partir da alçada de Collor à presidência, o Estado brasileiro caracterizou-se pelo diálogo com perspectivas liberalizantes por meio da flexibilização e do enxugamento da máquina estatal, elementos identificados no processo de modernização e racionalização do futebol inglês:

¹⁷⁸ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 157.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 165.

¹⁸¹ Ibidem, p. 165.

¹⁸² SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 166.

¹⁸³ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 86.

Na verdade, a reestruturação do futebol inglês teve como pano de fundo uma profunda mudança na condução política da Inglaterra, a partir de 1979, que procurou restaurar o "livre mercado" e, ao mesmo tempo, fortalecer as finanças públicas através de uma austeridade fiscal sem precedentes. Esse contexto político-econômico, acrescido do discurso moralizante do governo Thatcher, é importante para o entendimento de como se instaurou na imprensa inglesa a idéia de que o futebol devia se modernizar e se converter em atividade racionalmente organizada e economicamente auto-sustentável.¹⁸⁴

A modernização do futebol brasileiro, espelhada na experiência europeia, escorada nos pressupostos neoliberais, mas também em concepções pautadas na redemocratização, identificaram no CND, na Lei 6.251/75, bem como em todos os regulamentos legislativos anteriores à década de 1990, a ótica do retrocesso e do atraso. Corolário de tais análises, “todas as deliberações anteriores do CND seriam revogadas, em 1990, soterrando o tal "entulho autoritário””¹⁸⁵, bem como o próprio CND, em 1993.

A urgência para a formulação de novo aparato legislativo para o futebol colocou em ascensão os debates sobre futebol-empresa, que encontrou na conjuntura terreno fértil. As prerrogativas liberalizantes do neoliberalismo e o processo de modernização no futebol foram as bases para a elaboração da Lei 8.672 de 6 de julho de 1993, denominada Lei Zico. Ídolo da torcida do Flamengo, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, foi Secretário Nacional de Esportes entre os anos 1990 e 1991, durante o governo de Fernando Collor, período em que formulou a proposta legislativa para o futebol. O mote da lei vinculava-se ao projeto de instituição do formato de clube-empresa para os times de futebol brasileiros que, entre as possibilidades,

requer, além da racionalização dos métodos de gestão dos negócios do clube, a implantação de novas fontes de financiamento, a busca de novos mercados, a transformação do espetáculo em produto da indústria televisiva e uma nova regulamentação que permita a presença de grupos econômicos no comando do esporte.¹⁸⁶

Apesar de ter como proposta inicial a obrigatoriedade de transformação dos clubes em empresas, a Lei Zico, que foi instituída com modificações em 1993, além de trazer a possibilidade de regularizar a comercialização do esporte através da participação de empresas em questões de gerenciamento e de debaterem a questão da lei do passe, a partir

¹⁸⁴ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 166.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 217.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 152.

da instituição de novos critérios de contrato para os jogadores de futebol, a Lei 8.672, de tom liberalizante, traz também alguns debates construídos já em finais da década de 1970, como a moralização e modernização da administração dos clubes, ou seja, modernizá-los para torná-los eficientes, tendo como modelo o futebol europeu¹⁸⁷.

O projeto inicial da lei, embora suas alterações tenham sido comemoradas pelos clubes devido às possibilidades de opção pelo formato, não conseguiu implementar seus objetivos: a obrigatoriedade da instituição do modelo clube-empresa e a extinção da lei de passe, que continuou em vigência. A lei do passe, que torna os jogadores de futebol propriedade do clube, era uma demanda dessa alçada liberal que buscava em sua implementação a criação de maior liberdade para os atletas¹⁸⁸. As relações trabalhistas dos jogadores, desse modo, continuaram no debate enquanto demanda pelos agentes do cosmo futebolístico.

Embora considerada como a materialização das reivindicações modernizantes, a Lei Zico encontrou rejeição tanto entre clubes, justificados tanto pelo amadorismo das administrações quanto pelas relações sociais que isso implicaria:

A modernização induzida pela mudança da legislação, ao tornar optativa a adoção de uma gestão empresarial, acabou respeitando a heterogeneidade que marca a estrutura do futebol brasileiro. A resistência à modernização não provinha apenas de posições políticas estabelecidas; a resistência também encontrou eco na grande massa de jornalistas, dirigentes, técnicos e jogadores que viviam o dia-a-dia dos times sem expressão. Pois já se pressentia que a modernização anunciada na imprensa traria um profundo e desigual impacto sobre o conjunto das equipes profissionais, rompendo de vez com as conexões que mantinham uma certa interdependência entre elas.¹⁸⁹

A reestruturação do futebol, iniciada na década de 1980, encontra no decênio posterior o contexto externo favorável para a introdução de perspectivas liberais e comerciais. Sob a justificativa da eficiência, a proposta de racionalização do esporte foi incorporada enquanto mercantilização do mesmo, visando as possibilidades de lucro, tal como uma *razão instrumental*. Embora o projeto de lei do então Secretário de Esportes não tenha sido sancionado com o modelo inicial, os debates seguiram em ascendência até a proposição da Lei Pelé de 1998, considerada a mais liberalizante do período.

¹⁸⁷ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 87.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 89.

¹⁸⁹ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 224.

Os eixos governamentais do Brasil desde a ascensão de Collor de Mello à presidência da República estiveram cimentados sob a ótica neoliberal, com a redução das atribuições da máquina estatal, descortinados através das privatizações de empresas nacionais. Embora os escândalos de corrupção e posterior impeachment tenham gerado certa desconfiança em relação ao presidente à época, o governo do presidente eleito em seguida, Fernando Henrique Cardoso, sedimentou perspectivas mais estáveis através do Plano Real. No cosmo futebolístico, as concepções neoliberais encontraram abertura no discurso de modernização da gestão do futebol, que desde a Copa União de 1987, passando pela proposição da Lei Zico de 1993, fortaleceram as prerrogativas comercializantes do esporte.

Então Ministro do Esporte do governo de Fernando Henrique Cardoso, o maior jogador de futebol do Brasil, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, seguiu as trilhas de Zico e reivindicou transformações na legislação referente ao futebol. Desse modo, a Lei 9.615 de 24 de março de 1998, denominada também com a atribuição de seu autor, tinha dois pontos principais: a relação trabalhista dos jogadores de futebol, com a proposição da extinção da lei do passe, e a obrigatoriedade de estabelecer o modelo de gestão clube-empresa:

Porém, vale refletir sobre o fato mais importante da lei relativo ao mundo do futebol. Em primeiro lugar, a lei possibilita à extinção do passe, libertando os atletas do sistema de escravidão anterior a lei, de acordo com a opinião de alguns; que tira os jogadores da escravidão dos clubes, mas que os lança na escravidão do mercado e dos empresários de futebol, segundo a opinião de outros; ou ainda, na opinião de alguns outros, que condena os clubes brasileiros, definitivamente, a serem exportadores de mão-de-obra. Em segundo lugar, a lei retoma a obrigatoriedade da transformação dos clubes em empresas.¹⁹⁰

A extinção da lei do passe encontrou dificuldade de aceitação tanto em jogadores quanto nos clubes considerados formadores. Sob a justificativa de conservarem-se através da formação e revelação de atletas mais jovens, os clubes de menor expressão se posicionaram de modo contrário à proposta da Lei Pelé, além de os próprios jogadores temerem o desemprego¹⁹¹. O imbróglgio fomentado através de tais discussões pressionou

¹⁹⁰ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 90.

¹⁹¹ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 230 e 231.

a reformulação do projeto de lei que, quando sancionado em 1998, foi publicado com alterações:

Entre as alterações, dois artigos devem ser destacados: o de nº 93, que determinava o fim do "passe" três anos após essa lei entrar em vigor; e o de nº 94, que estabelecia que os clubes que participam de competições profissionais teriam dois anos para se transformar em empresas.¹⁹²

O significado da Lei Pelé (9.615/98), sancionada em março de 1998, é a proposta liberalizante do futebol, que teve como mote principal a reformulação de sua estruturação alicerçada nas prerrogativas mercadológicas. Suas propostas tinham como elementos basilares o fim gradual da lei do passe, que deveria ser feito em até três anos após a publicação da lei, e a obrigatoriedade de transformação dos clubes que disputassem torneios profissionais em empresas, possibilitaram a visualização da aceleração desse projeto modernizante¹⁹³. No entanto, não foram estabelecidas normas para regulamentar a relação entre clubes e empresas, deixando à dinâmica do mercado a competitividade entre os clubes, do mesmo modo que não foram estabelecidas proteções aos clubes formadores e seus atletas¹⁹⁴. A revisão dessas questões ocorreu dois anos depois, com a lei Maguito Vilela, nº 9.981 de 14 de julho de 2000¹⁹⁵.

1.4.5. Modernização e torcidas organizadas

Os elementos basilares da Lei Pelé, sancionada em 1998, embora tenha sido revista dois anos depois, colocaram em evidência a preponderância do mercado no que diz respeito à estrutura organizativa do futebol, podendo ser possível estabelecer uma confluência com os preceitos neoliberais sustentados pelo governo brasileiro na década de 1990. O processo de modernização do futebol, que já se configurava enquanto demanda na década de 1970, ganhou forma na realização da Copa União em 1987, e incidiu na formação de dois projetos de leis escorados sob a mesma perspectiva: a capitalização do futebol enquanto produto de potencial mercadológico:

¹⁹² Ibidem, p. 23.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 91.

¹⁹⁵ Idem.

Nesse período, a lógica dada é a do mercado, ou seja, ao contrário de toda a sua história, a lógica que determina as transformações do futebol brasileiro não é mais a do Estado brasileiro, pois esse aos aderir a uma nova ordem mundial, a de que ao Estado cabe apenas o papel de regular as relações entre o mercado e a sociedade, lógica iniciada nos anos oitenta já no governo Collor de Mello, e que tem seu auge nos anos noventa no governo Fernando Henrique Cardoso, com as privatizações e as agências reguladoras, faz eco no futebol.¹⁹⁶

Os marcos do processo de modernização do futebol, desde as propostas de enxugamento do Campeonato Brasileiro, passando pelo Clube dos Treze e até a implementação do modelo de clube-empresa, demonstraram o alinhamento com a nova ordem estabelecida sob a denominação globalização. A busca pela sintonia com os preceitos do futebol europeu, no entanto, não esteve apenas restrita às lógicas comerciais do referido esporte, mas também à aplicação de medidas tomadas para a resolução de conflitos de violência.

A mudança de postura em relação à visualização dos potenciais do desporto para uma lógica comercial ressignificaram o lugar do torcedor. O entendimento do futebol como produto esteve vinculado à incorporação da figura do torcedor como seu potencial consumidor. Nesse sentido, o espaço para a violência, comumente atrelada ao torcedor organizado, passa a ser combatido com veemência na mesma medida em que a representação da torcida se torna “o ruído, aquele que deixa o ambiente poluído, feio, impróprio para a frequência e para o uso dos diferenciados, os consumidores”¹⁹⁷.

A tradução do projeto de futebol-empresa para o microcosmo do torcedor organizado se deu na medida em que foi feita uma vinculação direta das agremiações à violência, fenômeno esse que é concebido enquanto entrave para os rumos do mercado. Isto é, o projeto, orientado sob as noções de racionalidade, eficiência e modernidade impulsionaram a percepção dos agrupamentos torcedores enquanto a representação das características opostas:

Ao mesmo tempo, o policiamento tendeu a vigiar mais de perto o comportamento dos torcedores e a punir severamente as transgressões no interior dos estádios e nas suas cercanias. A prioridade é preservar a ordem, garantir a segurança do público que paga para assistir ao espetáculo e construir uma imagem de entretenimento organizado e sadio junto à população, à mídia e aos patrocinadores.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Ibidem, p. 104.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 107.

¹⁹⁸ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 164.

As passagens pelos debates sobre racionalização, violência e modernização do futebol significam a confluência desses universos na percepção e representação do fenômeno das torcidas organizadas. Fundamentadas sob seus signos e funcionamento próprio, os agrupamentos são afetados na medida em que sua posição no universo do futebol é associado aos fenômenos urbanos considerados violentos, como os bailes *funk*, ao mesmo tempo em que são identificados enquanto símbolos da oposição dos ingredientes necessários à eficiência e racionalização do esporte.

Os debates do próximo capítulo são alicerçados nessas prerrogativas: os horizontes expandidos pela História Cultural, bem como as representações e práticas da Raça Rubro-Negra, embasadas sob dois vieses: as categorias vinculadas à festa e as situações contendoras vivenciadas. Para tanto, questões sobre violência urbana permeiam a estrutura do capítulo, atreladas às práticas emergentes do período delimitado, como o *funk*.

Capítulo 2 – Formas de ser Raça Rubro-Negra: a coexistência festa-guerra

2. Representação: dessencialização do conceito de cultura

2.1. Da História tradicional à incorporação do cotidiano

Atribuída por Roger Chartier¹⁹⁹ como um dos pilares da chamada História Cultural, a noção de representação, aliada à de prática, permeia a construção deste capítulo. As possibilidades geradas a partir deste recente campo historiográfico alicerça nosso modo de construção da pesquisa, viabilizada pela expansão do conceito de cultura, anteriormente restrito ao tradicionalismo e à produção oficial.

O alargamento das possibilidades de pesquisa abordadas pela História, embora encontre um dilatamento do conceito de cultura no campo da História Cultural, remete a momentos anteriores: aos debates entre História e Teoria Social – discussão abordada por Peter Burke²⁰⁰, e aos Anais de História Social e Econômica, expoente oposição à historiografia tradicional de Ranke. A incorporação para além da esfera política centrada nos grandes homens e eventos, considerada contingente, inferiu no alargamento das temáticas da História – ou fuga de seus paroquialismos, pautada na prerrogativa de análise das mudanças pelo viés estrutural, incidindo nas perspectivas quantitativas, de longa-duração e serial.

Entretanto, a partir da década de 1970 novos paradigmas são criados ao serem questionadas as abordagens de cunho estruturalista e essencialista. As prerrogativas sobre a concepção de contexto se deslocam de uma perspectiva dada, como Jacques Revel²⁰¹ aponta, para a compreensão de que é construído através das dinâmicas sociais. Esse processo de alteração de paradigmas é explícito quando Roger Chartier, no prefácio da obra, analisa “A sociedade de corte”²⁰² de Norbert Elias, quando advoga em prol da compreensão da sociedade a partir de rede de dependências recíprocas. Essa análise tem como produto três termos que são contribuintes para esse novo tipo de abordagem: a figuração, percebida através da função do indivíduo nessa rede, as interdependências, pensando o conceito de “campo” de Pierre Bordieu – que abrange também sua

¹⁹⁹ CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

²⁰⁰ BURKE, P. **História e teoria social**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

²⁰¹ REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

²⁰² ELIAS, N. **A sociedade da corte**. Lisboa: Estampa, 1995.

interseccionalidade, e a energia social pautada nas estratégias para o equilíbrio das tensões da sociedade.

No entanto, o giro cultural da década de 1970, marcado pela emergência da micro-história italiana, da Virada Linguística e também de um giro subjetivo cuja dimensão das emoções do indivíduo são incorporadas, tem suas bases rastreadas na década de 1960, principalmente pelas contribuições de E.P. Thompson²⁰³, quem demarca o rompimento com o marxismo bidimensional, termo utilizado por Julia O'Donnell e Leonardo Affonso Miranda Pereira²⁰⁴. Esse momento da historiografia, denominada enquanto “História vista de baixo”, concentra-se no questionamento da validade única das temáticas passíveis de serialização, como aponta Carlo Ginzburg²⁰⁵, e demanda a inserção também do indivíduo.

É nesse sentido que a perspectiva da história política se altera: a proposição da História vista de baixo reivindica o estudo dos homens comuns em seu cotidiano. O conceito de “contra-teatro”, elaborado por E.P. Thompson para se opor à essencialidade cultural relegada às classes sociais, refere-se às práticas e vivências das camadas populares, produtoras de seus significados – e de suas representações, construídos a partir de experiências polissêmicas, desassociada da noção vertical de classe, centrada unicamente no prisma econômico. Roger Chartier, ao realizar menção ao momento da historiografia marcado pela demanda de reorganização e reflexão sobre seus métodos e práticas, analisa tal questão:

Uma tal clivagem atravessou profundamente a história, mas também as outras ciências sociais como a sociologia ou a etnologia, opondo abordagens estruturalistas e procedimentos fenomenológicos, as primeiras trabalhando em grande escala sobre as posições e as relações dos diferentes grupos, muitas vezes identificadas a classes, os segundos privilegiando o estudo dos valores e dos comportamentos de comunidade mais restritas, muitas vezes tidos como homogêneos.²⁰⁶

²⁰³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁰⁴ O'DONNELL, J; DE MIRANDA PEREIRA, LA. Cultura em movimento: Natalie Davis entre a antropologia e a história social. **História Unisinos**, v. 20, n. 2, p. 131-142, 2016.

²⁰⁵ GINZBURG, C. **Raízes de um paradigma indiciário: mito, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁰⁶ CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191, p. 183.

A alusão ao debate historiográfico referente à contestação do ímpeto totalizante da abordagem estruturalista, “um problema de escala”²⁰⁷, segundo Giovanni Levi, representante da micro-história italiana, não se reduz ao estremecimento dos métodos até então consolidados no âmbito da História. O autor francês faz referência a uma proposta de ruptura também no campo das ciências sociais, chamadas por Peter Burke de Teoria Social. A circunstância de ambas as áreas, que mesmo vizinhas não eram convergentes quanto às prerrogativas, é corolário justamente das críticas estabelecidas por cada uma. O “diálogo de surdos” entre História e Teoria Social angariou a reformulação de objetos, métodos e perspectivas, tornando suas fronteiras cada vez mais fluidas e seus diálogos cada vez mais intensos.

O afastamento da proposta globalizante do estruturalismo e a tendência à escala micro, aliadas à incorporação das camadas populares e à inclusão do indivíduo a partir do giro subjetivo da década de 1970, exponenciam o alargamento do campo de possibilidades da História, pautado na concepção do sujeito enquanto ator social inserido numa rede de interdependências recíprocas e como elaborador de seus próprios símbolos, significados e estratégias. A esfera cotidiana ganha relevo nesse sentido, palco ininterrupto de suas atuações sociais, onde se percebem representações, estabelecimento de relações e tensões, estratégias e resistências, experiências cujos significados são atribuídos para além das ideias dadas de classe.

A expansão das temáticas exploradas pela historiografia resvala no conceito e no entendimento da natureza do político. As mutações emergidas do processo de reformulação de objetos e práticas da História, no intento de analisar os grupos sociais, passaram a dialogar menos com uma abordagem sociologizante, no sentido de homogeneizar as práticas de um grupo social, e mais com a concepção de redes de relações recíprocas, nas quais o indivíduo cumpre um papel social. A extensão desse diálogo para a percepção da natureza do político, dessa maneira, é expandida para além do cunho institucional e oficial.

Logo, as práticas vislumbradas no âmbito do cotidiano são identificadas enquanto atos políticos, cujos impactos na socialidade do grupo são constatados e percebidos. O debate a respeito da diluição do termo “político” é avultado quando Michel Foucault, em

²⁰⁷ LEVI, G. O pequeno, o grande e o pequeno: Entrevista com Giovanni Levi. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 157-182, jan. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000100157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-07>.

“Microfísica do poder”²⁰⁸, argumenta em prol da percepção do poder enquanto elemento polissêmico, em detrimento da noção restrita ao aparato do Estado. O autor, que entende o exercício do poder baseado em estratégias, discursos e saberes, reitera a recusa à percepção de poder e política enquanto instâncias homogêneas.

Sob o viés da reformulação de conceitos e da reflexão das análises sociais, a Teoria Social, incluindo a Antropologia, reexamina seus pilares na busca pela desnaturalização do entendimento das culturas. As críticas ao estruturalismo e às lógicas de coerência generalizadas são ponto de partida para as críticas realizadas pelo antropólogo norueguês Friedrich Barth em “O guru, o iniciador e outras variações antropológicas”²⁰⁹, onde propõe investigação das sociedades pelo prisma das diversidades e incoerências enquanto elementos compostos pela formatação atribuída pelas agências dos atores sociais envolvidos. A partir dessa lógica, o autor aponta para a produção de significados e posicionamentos na percepção do modo de relação entre indivíduos e fragmentos de cultura:

A singela questão que gostaria de destacar já deve estar bastante evidente: uma abordagem honesta que respeite o que se pode constatar do que acontece entre as pessoas no norte de Bali sugere que nenhum truque invocando estruturas profundas ou alguma outra interpretação fácil pode reduzir esses fenômenos a uma “Cultura” homogeneizada e unitária por meio da destilação e generalização de quaisquer regularidades que se consiga reconhecer nas expressões institucionalizadas. As pessoas participam de universos de discurso múltiplos, mais ou menos discrepantes; constroem mundos diferentes, parciais e simultâneos, nos quais se movimentam. A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica.²¹⁰

Dessa forma, Barth faz a defesa da descrição das distintas interpretações e construções de realidade para alcançar um horizonte de compreensão mais estendido. Os apontamentos do antropólogo reforçam a ideia da dinâmica das relações sociais, ainda que inseridas em um mesmo grupo. Ou seja, o intento proposto para a superação – ou um afastamento – das bases sistêmica e única de análise da Antropologia no que diz respeito às comunidades está intrinsecamente ligado com o entendimento de que indivíduos e comunidades não estão isentos de influências externas ou de sincretismos, mas sim

²⁰⁸ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

²⁰⁹ BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. In: LASK, Thomke (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 122 e 123.

inseridos em um esquema de dinâmica social com trocas sociais intensas. O processo de dessencialização da cultura, por sua vez, está atrelado à percepção da polissemia resultante das produções criativas dos indivíduos, modo de interpretar as práticas de grupos sociais para além das representações institucionalizadas.

A interlocução entre História e Teoria Social abriu espaço para a dilatação do conceito de cultura, cujo motor rastreia da percepção dos significados plurais possíveis de serem identificados e formulados dentro de uma comunidade, ainda que evidencie uma série de incoerências. Estas, por sua vez, reafirmam a complexidade das relações e das criações simbólicas, elementos fundamentais que desaguam em duas noções alicerces da presente pesquisa: a simbiose entre representação e prática.

2.1.1. Dilatação do conceito de cultura e os modos de fazer de torcedores organizados

O surgimento das Torcidas Jovens no final da década de 1960 e início dos anos 1970 demarca uma oposição. Fruto de dissidências internas, afastamento dos grandes líderes da torcida e, principalmente, de uma guinada à mobilização, no sentido de haver possibilidade de contestação de dirigentes e jogadores, as Torcidas Jovens expõem a transição de um modo de torcer *carnevalizado*, protagonizado pelas torcidas tradicionais vinculadas aos clubes, como a Charanga Rubro-Negra de Jaime de Carvalho, para um processo de *burocratização*²¹¹ de sua organização. Desse modo, as figuras de reconhecida liderança são rejeitadas em prol de uma coletivização do torcer. Em diálogo com a conjuntura efervescente dos anos 1960, as Torcidas Jovens angariam a possibilidade de realização de críticas aos profissionais²¹² do clube para o qual se torce, para além do apoio vindo das arquibancadas.

Ancoradas em símbolos, esse modo de torcer inaugurado pelas Torcidas Jovens e levado à cabo por outras agremiações torcedoras posteriores, ainda que não utilizem a denominação “Jovem” – caso inclusive da Raça Rubro-Negra, objeto da presente pesquisa –, a estruturação, bem como sua expansão enquanto coletivos nas arquibancadas,

²¹¹ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

²¹² Sobre divisão social do trabalho no mundo do futebol, ver: DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.; TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

estão cimentadas na constituição da conduta²¹³ torcedora referente à agremiação, que é significada através da construção de suas representações.

A formatação dos elementos constitutivos do aparato simbólico das torcidas organizadas é utilizada de modo a afirmar – e reafirmar – a identidade coletiva da agremiação, reiterando uma espécie de padrão torcedor da associação. A utilização das marcas identitárias, vislumbradas em camisas, escudos e cores, remete ao intuito de construir uma representação torcedora e, ao estabelecer identificação própria e coesão grupal, demarcar sua distinção e seu espaço.

A relação com a representação reivindicada pelas torcidas organizadas, no entanto, não pode ser concebida por uma perspectiva homogênea. Os usos de seu conjunto simbólico no intento de demarcar sua identidade – ou distinção – requer um olhar mais plural sobre suas práticas. De acordo com Luiz Henrique de Toledo²¹⁴, o prisma de análise em relação ao futebol deve considerar sua perspectiva relacional, que envolve torcida, o referido esporte e sociedade. Assim, atribui-se às associações torcedoras a dinâmica do estabelecimento de suas representações, vinculadas às suas práticas. Isto é, o formato de sua identidade não é estático: busca-se estabelecer representações de acordo com o universo no qual se está inserido, identificando seus interesses para a atribuição de seus valores.

A forma de representação de uma torcida organizada no mundo desses subgrupos não é equivalente, nem mesmo tem a apropriação das mesmas prerrogativas, às demandas discursivas e representativas para a esfera macro do esporte e da sociedade. As formulações variam de acordo com os interesses pensados na relação com cada esfera. Tais explanações reiteram a necessidade de complexificação das análises sobre agrupamentos torcedores para o rompimento de estigmatizações rasas sobre tais comunidades que, por sua vez, são polissêmicas e evidenciam a cultura torcedora enquanto prática dinâmica e hábil de ressignificações constantes.

É nesse sentido que o campo da História Cultural oferece grande contribuição teórica e analítica para esta dissertação. A extensão do conceito de cultura, para além do universo da elite, oriunda da inserção de novos temas à historiografia, expandiu também o horizonte de significados referentes ao termo. Ao recuperar Georges Duby, José

²¹³ DA CÂMARA TEIXEIRA, R. **Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 51.

²¹⁴ TOLEDO, LH. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas, São Paulo, Autores Associados/ANPOCS, 1996.

D'Assunção Barros²¹⁵ propõe uma ampliação na definição do autor francês sobre o modo de análise da História Cultural: “A História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção (e já vimos que, de um modo ou de outro, a recepção é também uma forma de produção).”²¹⁶

Indagar as formas de produção da própria cultura, bem como as recepções da mesma, é processo que, promovido pelos atores sociais da trama, atravessa a fronteira estática de identificação de uma mentalidade essencial e homogênea constitutiva de comunidades. O reconhecimento da cultura enquanto conceito alargado e produzido por grupos sociais demanda perspectivas que estejam vinculadas à pluralidade de significados, à dinâmica, bem como às incoerências e tensões internas. A relação entre as múltiplas significações em culturas plurais com as formas de produção cultural e suas recepções são bem analisadas por José D'Assunção Barros:

Para além disto, a tendência nas ciências humanas de hoje é muito mais a de falar em uma “pluralidade de culturas” do que em uma única cultura tomada de forma generalizada. Em nosso caso, como estamos empregando a noção de História Cultural como relativa a um dos enfoques possíveis para o historiador que se depara com uma realidade social a ser decifrada, utilizaremos em algumas ocasiões a expressão empregada no singular (“cultura”) como ordenadora desta dimensão complexa da vida humana. Trata-se, no entanto, de uma dimensão múltipla, plural, complexa, que pode gerar diversas aproximações diferenciadas.²¹⁷

É no diálogo com essa asserção que mobilizo dois termos caros à História Cultural, reiterada por Roger Chartier²¹⁸, para pensar os “modos de ver” e “modos de fazer”²¹⁹ do Grêmio Recreativo Movimento Cultural Raça Rubro-Negra: representação e prática.²²⁰

A mobilização de símbolos que compõem a identidade e conduta de uma torcida organizada é feita de modo livre, calcadas nos interesses representativos em um cenário relacional. A interação entre representações e práticas, produtora constante de novos

²¹⁵ BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

²¹⁶ Ibid., p. 128.

²¹⁷ Ibid., p. 129.

²¹⁸ CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

²¹⁹ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

²²⁰ BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

objetos culturais, é dinamizada dependendo de sua interlocução. Dito isso, a cultura de arquibancada deve ser passada para o plural, uma vez em que as agremiações estabelecem ações, logo, novas representações, de acordo com o cenário no qual se está estabelecido, em que uma série de culturas distintas são identificadas.

A grande questão desta pesquisa centra-se na concomitância festa-guerra da torcida organizada Raça Rubro-Negra. Tendo na festa sua categoria nativa, rastreada em 1977, ano de sua fundação, a maior torcida organizada do Clube de Regatas do Flamengo, a partir da década de 1980, exponenciado na década de 1990, defronta-se com outro momento de recepção de suas representações: a abordagem midiática relacionada à violência entre torcedores organizados ganha maior visibilidade, tendo como extensão sua estigmatização num plano mais abrangente. O impacto desse processo é a tomada, por esferas externas ao mundo das torcidas organizadas, da violência enquanto identidade única da associação, quando se averigua a mobilização de um discurso da antinomia festa-guerra.

No entanto, há de se atentar para o que José D'Assunção Barros mobiliza para tratar da simbiose entre representações e práticas: o trato com a cultura não se atém aos mecanismos produtores de objetos culturais, mas também às recepções dessas culturas, que se transformam e ressignificam, produzindo novas. Essa cadeia de reconstruções simbólicas deve estar no horizonte das análises no processo de pesquisa das sociedades, uma vez que não elencada incorre nos perigos da construção de possibilidades de identificação de símbolos únicos. Isto é, de generalizar culturas de modo naturalizado. Desse modo, o exame das culturas precisa considerar suas contradições, bem como as tensões e seus conflitos, pois são esses elementos dinâmicos que adicionam à composição de seu universo seus sentidos mais próprios de ser e existir.

Ainda sobre os cuidados com as abordagens representativas, Roger Chartier faz referência a duas formas, supostamente opostas, sobre a noção de representação: a representação ausente e a representação da presença. Representar-se através da presença remete à construção de símbolos, sejam eles discursivamente reivindicados ou constituídos por meio de suas práticas. A apresentação pública de um grupo ou indivíduo, e pensando aqui na torcida organizada Raça Rubro-Negra, tem em suas bases a conformação de signos cotejados aos seus interesses e às expectativas de recepção.

Isso quer dizer que a disposição de elementos nas arquibancadas, por exemplo, almeja construir uma imagem sobre tal torcida, tanto em uma lógica interna quanto para o público. O arranjo grupal objetiva uma interlocução fundamentada nos princípios de

sua torcida: a escolha de cores, o ritmo dos cânticos de alento ao time – ou de autorreferência –, a utilização de elementos festivos, como bandeiras. Essa demanda representativa, vislumbrada em suas práticas, é ancorada na “ideologia” – termo aqui utilizado em sua perspectiva alargada – nativa da torcida. No entanto, é peremptório não reduzir às práticas aparentes as análises sobre a estruturação dos grupos, ainda que se identifique uma ideologia, pois as características dentro de um universo onde sociabilidades são fundamentos basilares são diversas.

Os perigos da tomada de “signos visíveis como índices seguros de uma realidade”²²¹ são mais evidenciados no trato das representações ausente. Baseada na presença de um objeto ausente, ou seja, na utilização de uma parte pelo todo, a representação ausente, quando é amparo para uma análise, oferece riscos à melhor decifração do objeto de pesquisa, por identificar em um fragmento de cultura não um componente, mas a mentalidade total de uma sociedade. Isto posto, as possibilidades avultadas pelas formas de representação reiteram a urgência do rompimento com perspectivas herméticas e totalizantes, tal como apontado por Chartier no seguinte trecho:

É sem dúvida essa atenção dada às "formalidades das práticas" (segundo a expressão de Michel de Certeau), do lado da produção ou do da recepção, que mais prejudicou uma maneira clássica de escrever a história das mentalidades. Em primeiro lugar, obrigando-a a considerar os discursos em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias de persuasão ou de demonstração. Os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam – como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações – não se reduzem absolutamente às idéias que enunciam ou aos temas que contêm. Possuem sua lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos, com a letra da mensagem. Segunda exigência: tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância. Durante muito tempo, pareceu fácil o caminho que levava a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos a caracterização de uma "mentalidade" (ou de uma “visão do mundo” ou de uma "ideologia"), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca.²²²

Orientador das práticas e das representações, os discursos de conduta de uma torcida organizada, dessa forma, devem ser situados e não assimilados enquanto invariantes. Há demandas nas práticas discursivas de uma organização torcedora e desse modo, a identificação de seus interlocutores é fundamental. No universo torcedor, a

²²¹ CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191, p. 186.

²²² *Ibid.*, p. 187.

escolha de símbolos caracterizantes da agremiação compõe um aparato distintivo atrelado aos valores desejados de exposição. Desse modo, impor os atributos significativos que estruturam e solidificam – sem tornar estática – a ideologia condutora do grupo tem como objetivo afirmar sua marca distintiva, de maneira a impor seus interesses, seus territórios e sua superioridade categórica, em quaisquer situações competitivas. Sob o mesmo aspecto competitivo, na tentativa de angariar visibilidade para a categoria festiva de suas práticas, as torcidas organizadas formulam e dinamizam suas acepções ao se expor para um mundo estendido, em diálogo com os meios de comunicação e com a sociedade mais ampla.

A polissemia rastreada na cultura torcedora, que devemos entender em sua pluralidade, evidencia o aspecto para o qual Roger Chartier chama atenção ao versar sobre a interação entre representação e prática: o poder. Os elementos distintivos, calcados nas construções discursivas, emanam as diferentes formas e engenhosidades exercidas tanto para moldar, de acordo com seus interesses, suas representações, mas também para a recepção das mesmas. Assim, D’Assunção Barros explana a relação estabelecida percebida na obra de Chartier entre os termos basilares da História Cultural e o poder:

As representações - acrescenta Chartier - inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17). E estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano. Estamos aqui bem longe do modelo de História da Cultura proposto por Huizinga. O modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de “poder” (o que, de certa forma, faz dele também um modelo de História Política).²²³

As lógicas de poder anunciadas por Chartier atravessam a relação entre as categorias que aqui se referem à Raça Rubro-Negra: festa e guerra, sendo a última manejada pelos meios de comunicação na construção e no reforço do estigma, mas também enquanto prática de distinção entre as torcidas organizadas. Tendo sua recepção na sociedade alterada pelo estigma da violência – processo que alcança as torcidas organizadas num geral –, tal aspecto passou a ser vislumbrado enquanto identidade única da agremiação torcedora. No entanto, a partir dos debates apresentados, a

²²³ BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005, p. 139.

complexificação do entendimento das formas de produzir cultura e representações tornam as fronteiras entre tais categorias fluidas e possibilitam a incorporação das incoerências na assimilação de seu universo de signos, que compõem sua ideologia e coesão. Desse modo, o enfoque na concomitância entre as duas categorias se mostra mais rico do que a antinomia, cujos preceitos fazem parecer que a categoria nativa de festa se perde em detrimento da violência enquanto essência do agrupamento. Não é o caso. O que se averigua é a relação entre seus fragmentos de cultura em diálogo com os processos mais abrangentes, além de identificar no interior de sua estrutura diferentes signos em comunicação, seja ela harmoniosa ou tensa.

2.2. Construindo uma torcida: torcer “à Raça Rubro-Negra”

2.2.1. Organizações torcedoras: disciplina, contestação e produção de significados

Espécie de maestro da torcida rubro-negra entre os anos de 1930 e 1970, a figura de Jaime de Carvalho sobressai quando se trata de liderança torcedora, formação de torcidas organizadas no Rio de Janeiro e processo de disciplinarização nos estádios. À época do *Duelo de Torcidas* organizado pelo jornalista Mário Filho, dono do *Jornal dos Sports*, Jaime de Carvalho, ainda sem a fundação da Charanga Rubro-Negra, mostrava sua liderança de modo compatível com a “esfera disciplinar e a esfera festiva”²²⁴ objetivada a partir da tentativa de disciplinarização das torcidas.

O ensejo dado por Mário Filho e pelo *Jornal dos Sports* na década de 1930, que volta a se repetir nos idos de 1950, evidencia a busca pelo embelezamento da torcida em detrimento do comportamento conflituoso e contendor, tendo como base as alegorias festivas utilizadas nos Desfiles das Escolas de Samba. Encadeada pela trajetória de Jaime de Carvalho, cuja representação extravasou os limites da torcida do Clube de Regatas do Flamengo, sendo elencado torcedor-símbolo e representante do selecionado brasileiro, em 1942 surge a primeira torcida organizada do Rio de Janeiro, em consonância com a

²²⁴ HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 101.

eclosão de agrupamentos torcedores em São Paulo, designados torcidas uniformizadas, sob o aspecto da *carnavalização*²²⁵.

Estabelecida nos anos iniciais da década de 1940, a Charanga Rubro-Negra, sob o comando do líder Jaime de Carvalho, atesta afinção com as autoridades, bem como com Mário Filho, quando da popularização do futebol. A crescente adesão do público às partidas do esporte recém-profissionalizado, incrementadas pela construção de estádios de dimensões maiores, como o Pacaembu, em 1940, e o Maracanã, em 1950, exponenciou a preocupação das autoridades no que se refere ao comportamento dos torcedores nas praças esportivas. Os campeonatos de torcidas organizados por Mário Filho são corolários dessa aflição, e a postura de Jaime de Carvalho evidencia a atenção dada à questão ao coordenar e incentivar uma conduta pacífica entre os torcedores, cujo mote era a disciplinarização dos mesmos. Essa questão fica mais palpável quando Bernardo Buarque de Hollanda relaciona os procedimentos do torcedor-símbolo com as ações das autoridades:

Em 1950, a preocupação em projetar a imagem de um país cordato fez com que as autoridades delegassem a Jaime de Carvalho boa parte da responsabilidade na orientação dos torcedores. Os organizadores vislumbravam a importância de um chefe de torcida que auxiliasse o trabalho do chefe de polícia no comportamento dos espectadores. Uma campanha desenvolvida pela imprensa ressaltava a inconveniência do arremesso de objetos no gramado, do emprego de palavrões e recomendava a chegada antecipada, a fim de evitar tumultos no acesso às tribunas. Com este intuito, os meios de comunicação davam inteiro aval à Charanga, sob o patrocínio de uma loja de roupas a anunciar suas atividades, seus preparativos e suas surpresas para os dias de jogo.²²⁶

A então torcida organizada, que era a única representante de seu clube, assentada em uma conduta disciplinada e ao mesmo tempo festiva, tinha como princípio o apoio incondicional, proveniente da abnegação e da lógica amadorística, a partir de seu modo de torcer fundamentado em seus instrumentos musicais. Constituída por torcedores aproximados das estruturas do clube, como Jaime de Carvalho, cuja trajetória se inicia ao se tornar associado²²⁷, o modelo da Charanga Rubro-Negra estava isento da formulação de críticas aos quadros profissionais do Flamengo, seja jogador ou dirigente.

²²⁵ HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

²²⁶ Ibid., p. 104.

²²⁷ Ibid., p. 102.

A hegemonia da liderança de Jaime de Carvalho, bem como das demais torcidas representantes e seus chefes dos outros clubes, no entanto, passa a ser acometida por um discurso de ruptura.

No seio da emergência das torcidas dissidentes aparece com mais veemência dois tipos de justificativas: o gradual e constante afastamento das lideranças das torcidas e a demanda pela contestação irrestrita. Os signos da disciplina levados a cabo pelos líderes passam a ser refutados, de onde é rastreada a contenda em relação aos modos de torcer. Mais que uma simples insatisfação, o dissabor percebido no final da década de 1960 tem a ver com a dramatização de um “conflito de gerações”²²⁸, como apontado por Buarque de Hollanda, que recupera Michel Foucault para apontar ainda para uma disputa de “micropoderes” vivenciadas nos estádios.

A crise representativa a respeito da forma do torcer pertencente à estrutura da *carnavalização*, atrelada à disciplina, remete à conjuntura vivenciada tanto no âmbito nacional quanto no internacional. As manifestações sociais ocorridas nos anos 1960, cujo maior fervor é percebido em sua segunda metade, o protagonismo da juventude anuncia a sua capacidade mobilizadora e transformadora de ação. Os protestos vivenciados no Brasil, principalmente em 1968, em um cenário constituído pelo autoritarismo, assimilaram à juventude, vislumbrada nos estudantes, a competência do direito de expressão. Na esfera internacional, de modo aproximado, percebe-se tanto no Movimento Hippie quanto no Maio Francês o mote contestatório da juventude.

Sem querer transpor indiscriminadamente os processos vivenciados aqui apontados, é perceptível a consonância do discurso da ruptura, que dá origem às torcidas dissidentes, com o incremento dos simbolismos das mesmas, que passam a utilizar a alcunha “Jovem” em sua identificação. Dessa forma, o reconhecimento de suas demandas nas práticas de tais manifestações passa a orientar não só a conduta dos novos agrupamentos, como também a constituição de seu aparato simbólico. A Charanga Rubro-Negra, que era a única torcida organizada do Flamengo, depara-se com a formação de um novo agrupamento em 1967, fruto de sua ala jovem, que em 1969 adota Torcida Jovem do Flamengo como nome. Percebe-se, desse modo, o processo de transformação da *carnavalização* em *juvenilização*²²⁹ no âmago do cosmo torcedor.

²²⁸ Ibid., p. 109.

²²⁹ Sobre a análise de tal processo, ver HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.; HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e**

2.2.2. Amálgama simbólico

O engajamento torcedor é vivido de modo polissêmico, cujos signos são atribuídos por uma experiência de fidelidade idiossincrática, logo, variante. A relação clubística constitui diferentes formas de adesão, de modo que torcer e pertencer a um sistema simbólico, segundo Arlei Damo²³⁰, não possuem o mesmo significado.

O vínculo estabelecido entre torcedores de futebol e os clubes para os quais torcem, quando vislumbrado pela perspectiva do engajamento, requer um investimento afetivo de modo a incorporar os sistemas simbólicos que o representa. Assim, o elo estabelecido entre clube e torcedor extrapola as fronteiras esportivas, perpetuando-se nos demais segmentos da vida cotidiana. A filiação à uma entidade futebolística demanda um processo de identificação, de onde se rastreia a adoção de tais sistemas, cujo corolário são as representações de si. Ao analisar as possibilidades de mobilização social no que se refere ao futebol, Arlei Damo elenca o pertencimento clubístico como mote da sobrepujança das práticas torcedoras – vinculadas às suas representações –, para a sociedade, numa perspectiva ampliada, onde novamente se reconfiguram e transformam as representações.

O estabelecimento do vínculo afetivo com uma comunidade clubística pela lógica do pertencimento ordena a adesão aos símbolos, arranjados dentro de um sistema, de tal instituição, que passam a gerir e compor suas representações, bem como suas práticas. A utilização de cores, indumentárias e mascotes são elencadas dentro da composição do universo simbólico, cujo resultado é a transmutação do indivíduo à pessoa²³¹. Tornar-se torcedor visceral de um clube requer esse investimento simbólico e afetivo, em que é adicionado à identidade as características que o constituem enquanto pertencente àquele sistema. Logo, os modos de torcer são vinculados a uma noção coletiva de um cosmo repleto de significados e afinidades, melhor identificados quando Damo diz:

representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

²³⁰ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França.** Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005, p. 66.

²³¹ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França.** Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.; TOLEDO, L.H. “Short Cuts”: histórias de jovens, futebol e condutas de risco. In: **Revista Brasileira de Educação (ANPED)**. Dossiê Juventude, nº 6/7, 1997b.

O vínculo clubístico que serve de mola propulsora ao futebol como espetáculo não se caracteriza por uma adesão *ad hoc*. Em tempo devido, será destacado o processo de transição de indivíduo à pessoa operado a partir da adesão ao clubístico. Não se trata, porém, de enfatizar as narrativas torcedoras a este respeito, mas antes de uma argumentação teórica mostrando as razões pelas quais esta transição é necessária ao clubismo. O vínculo *ad infinitus*, para a qual sugerirei algumas hipóteses que atestam os empréstimos do clubismo em relação a outros sistemas simbólicos, é fundamental para que o clubismo funcione a pleno, o que só será possível de ser demonstrado a partir de uma compreensão semiológica. Dessa forma, é o sistema de pertenças quem sugere e mesmo constrange determinadas atitudes. Se você ama o Inter, dirá o sistema, você não apenas o ama acima de todos os outros clubes, senão que odeia o Grêmio. É importante estar atento ao fato de que tornar-se colorado implica, pois, na adesão a um universo de regras de afinidades e de evitações pré-estabelecidas, tanto quanto sugerem ser as adesões a outras coletividades.²³²

Recuperando a ideia de totemismo moderno, Damo denomina o sistema de significados enquanto clubismo²³³. As representações, articuladas sob a ótica de sistema, são identificadas e performadas a partir da escolha de símbolos, entendidos pela lógica do totemismo enquanto totens, como os animais mascotes dos grandes clubes do Rio de Janeiro. No mundo futebolístico, tais totens são determinados e operam a partir de um modelo diacrítico, caracterizando representações próprias de distinção, percebidas como capital simbólico. O ângulo relacional, explicitado por Damo, aponta para a adesão não só de sistemas de pertença, mas também de afastamentos. Assim, reconhecer os elementos constitutivos de suas práticas e representações submete a identificação daquilo de que se deve distinguir e negar, concebendo à *pessoa* torcedora a experimentação densa de múltiplos significados.

2.2.3. “Comunidades imaginadas”²³⁴ e memória social

A categoria utilizada para analisar uma nação proposta por Benedict Anderson oferece-nos reflexão sobre a construção da inteligibilidade da aderência visceral do indivíduo a um clube de futebol, amparada no processo de criação de símbolos identitários comuns, de onde se rastreia a consolidação da pessoa torcedora.

²³² DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005, p. 70.

²³³ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.

²³⁴ ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Afastado de uma concepção essencializada e naturalizada de nação, Anderson, ao compor a noção de comunidades imaginadas, não opera com a percepção de composição homogênea de indivíduos nesse plano abrangente. Espaço de fruição e borbulhamento de significados, a nação é entendida aqui pela composição de sentimentos que possibilitam a amálgama de uma comunidade, ainda que reconhecidamente heterogênea. O compartilhamento de simbolismos adotados e percebidos em si no que concerne à nação é o que solidifica a composição de uma comunidade de sentimentos imaginada: “Ela é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”²³⁵.

O pertencimento e vínculo imaginado a uma cultura em concepção arrojada, ainda que não se vivencie de forma materializada com todos aqueles que a compõem, evidencia a alta capacidade de entrelaços a partir da adesão de elementos simbólicos. Transposta para o universo futebolístico, é cabível analisar o microcosmo das torcidas organizadas sob o viés da formulação de elementos identitários, calcados na escolha de símbolos e representações, no intento da coesão grupal, ainda que no interior dessas agremiações sejam percebidas distintas experiências em uma constelação de significados.

Os valores manifestados através de uma pluralidade de emblemas forjam a identidade grupal que se pretende obter no seio da torcida organizada, não só por uma perspectiva interna de coerência grupal, mas também pela lógica diacrítica. A formulação de seu aparato identitário, embora demonstre flutuações constantes, opera e se consolida a partir da oposição em relação ao outro, principalmente em relação às demais agremiações torcedoras, o que demonstra um elemento adicional à justificativa de suas mutações. Rosana da Câmara Teixeira, em artigo, explicita a questão:

Os símbolos de uma torcida constituem, portanto, sua marca. Ao serem eleitos, tornam-se um sinal coletivo, indicador de sua identidade, estando seu significado referido, não neles mesmos, mas nas associações que possibilitam. É como se possuíssem uma aura capaz de evocar sentimentos e valores que animam a imaginação com visões retrospectivas e prospectivas que reafirmam a coesão coletiva destes agrupamentos.

O conjunto de símbolos de cada torcida é compartilhado por seus membros como verdadeiros sinais de distinção expressos em todo o material que produzem. Dentre eles, as camisas, as faixas, as bandeiras e os bandeirões, são elementos centrais, altamente valorizados pelos torcedores por garantirem reconhecimento e visibilidade, delimitando

²³⁵ Ibid., p. 32.

espaços nos estádios e reiterando identidades ao demarcarem diferenças, não somente entre as próprias organizadas, mas, especialmente, sua distância simbólica dos torcedores comuns (Toledo 1996).²³⁶

A vontade de distinção baseada numa disputa de maior engajamento, vista pelo ensejo na busca de se distinguir do torcedor comum – ou torcedor não-organizado – corrobora para a consubstancialização da comunidade de sentimentos imaginada torcedora, na qual é percebido o intento da agremiação por uma representação e recepção da mesma pela ótica do investimento simbólico e afetivo que extrapola as fronteiras do que é comum.

Aliada à constituição identitária e de representação, a construção da memória sobre o grupo é fundamental para a manutenção da coerência *ad infinitus*. Constantemente rearranjada, a memória é, segundo Pollak, um fenômeno negociável, uma vez que é produzida em relação ao outro: “(...) a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”²³⁷. Assim, entende-se a memória, fenômeno construído coletivamente, atrelada à formação de identidade, cujas negociações se relacionam com a manutenção de uma coerência e coesão, de modo que suas mutações sejam representadas e recebidas sem que sua continuidade seja rompida.

Essa série de elementos articulados em um sistema simbólico de representações, estejam elas em uma perspectiva clubística ou de torcida organizada, tem a ver com o processo de orientação das práticas torcedoras, principalmente naqueles que investem e se engajam nesta última. Identificada como *forma-representação* por Toledo, a diretriz revestida de signos sobre os modos de torcer é o que caracteriza e faz perceber a distinção de uma *forma* num conjunto arrojado, onde símbolos, modos de agir, indumentária e performance são capazes de “configurar uma *forma-representação* particular em torno do referido clube”²³⁸. Assim, no seio da comunidade imaginada de sentimentos, identidade e memória são construídos para fundamentar, no âmbito do “torcer à Flamengo”, “torcer à Raça Rubro-Negra”.

²³⁶ DA CÂMARA TEIXEIRA, R. “Torcidas jovens cariocas: símbolos e ritualização”. In: **Revista Esporte e Sociedade**. Niterói, n. 2, 2006, p. 9.

²³⁷ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 204.

²³⁸ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

2.3. Forma-representação: o surgimento da torcida organizada Raça Rubro-Negra

Na esteira da eclosão das Torcidas Jovens, dissidentes das primeiras agremiações torcedoras da década de 1940, em 1977 é fundado o Grêmio Recreativo Movimento Cultural Raça Rubro-Negra, em 24 de abril, que passa a compor o universo das torcidas organizadas do Clube de Regatas do Flamengo.

Em uma conjuntura de derrocada do milagre econômico, vivenciada sob o autoritarismo da ditadura militar instalada no Brasil em 1964, bem como de mobilizações em torno da anistia, o futebol brasileiro não esteve isento de crise política e econômica, como expuseram Helal e Gordon²³⁹. Reflexo de más gestões e da perpetuação do tradicionalismo no esporte, de onde se rastreia a demanda pela racionalização das esferas futebolísticas, os autores elencam também a falta de autonomia dos clubes, afastamento do torcedor dos jogos, aumento do preço dos ingressos e violência como elementos constituintes do diagnóstico futebolístico brasileiro da década de 1970.

Fundada sob o pressuposto de renovar e inflamar a forma de torcer, considerada desgastada, mesmo com a existência de outras agremiações torcedoras, das quais se originou a Raça Rubro-Negra, os irmãos Claudio e Cesar Cruz incorporaram ao seu discurso uma crise também no microcosmo torcedor rubro-negro. Freqüentador de estádio desde seus onze anos de idade quando, junto a seu irmão, produzia pipas para vender e, assim, adquirir ingressos para as partidas, Claudio Cruz inicia sua aproximação com torcidas organizadas quando de sua mudança para Engenho de Dentro. Na esfera torcedora, o ambiente do estádio é vislumbrado enquanto território, onde suas disputas simbólicas ocorrem, desde o local onde se instalam até à disputa pela extensão e quantidade de faixas. Dessa forma, a magnitude de uma torcida organizada é também considerada um capital simbólico.

Dito isso, para além da quantidade de associados que uma torcida organizada constitui, a presença de não-adeptos, mas que se aproximam da agremiação no estádio, importa ao grupo, reiterando uma possível superioridade, mas também àquele que oferece

²³⁹ HELAL, R. e GORDON, C. **A Crise do Futebol Brasileiro: perspectivas para o século XXI**. ECO-PÓS – Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

sua presença, por se incluir, de algum modo, naquele universo simbólico. Inicialmente sentados próximos à Charanga Rubro-Negra, os irmãos Claudio e Cesar Cruz também se aproximaram da Flamante, no entanto, sem a filiação. Apenas nos primeiros anos da década de 1970 que se tornam associados da Flamor, fundada por Vera Lúcia, torcida da qual não eram protagonistas, mas em que tinham relevância.

O rompimento com a Flamor, de onde Claudio Cruz foi coordenador de bandeiras, ocorreu em 1976, quando, em uma partida na Bahia, em que Claudio não estava, um desentendimento com a fundadora da torcida incentivou a saída dos dois irmãos, bem como de outros membros.

Embora fundada em 1977, o projeto de torcida, encorajada por pessoas próximas de Claudio Cruz que gostariam de continuar ligados a uma agremiação torcedora, já estava em formulação desde o ano anterior:

Foi a paixão pelo Flamengo. Antes eu participava da Flamor, mas decidi sair porque não combinava comigo. Eu gostava de torcer de verdade, gritar, cantar, pular. E na Flamor era tudo mais calmo. Decidi criar uma torcida de apaixonados. Nós colocávamos faixas nos estádios dizendo “Vem aí o maior movimento de torcidas”. Era marketing e eu nem sabia. Seis meses depois, surgiu a Raça.²⁴⁰

A declaração do fundador da Raça Rubro-Negra aponta para uma estratégia de consolidação da torcida, antes mesmo de seu aparecimento, em meio a um cenário onde inúmeras agremiações torcedoras emergiram. No final da década de 1970, novos padrões²⁴¹ de sociabilidade e rivalidade entre torcidas organizadas passaram a existir, através da fusão e dissociação entre elas. As motivações para a criação de torcidas organizadas nesse momento, geralmente efêmeras, variavam, sendo as relações de bairro as justificativas mais evidentes. Assim, antes de se colocarem nas arquibancadas, os fundadores da Raça formularam uma estratégia de cativação de membros: uma espécie de marketing. Desde finais do ano de 1976, foram espalhados cartazes ao redor e nas dependências do Maracanã, nos dias anteriores aos jogos, anunciando a chegada do que seria a então torcida, sem mencionar o que viria a ser. A ideia de instigar a curiosidade

²⁴⁰ EXAME. **Organizadas: passado, presente e futuro. Raça Rubro-Negra.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/organizadas-passado-presente-e-futuro-raca-rubro-negra/>>. Acesso em: 18 de jun. 2018.

²⁴¹ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 261.

dos torcedores auxiliava na difusão de tal proposta, além de afastar a preocupação com uma possível efemeridade da agremiação:

Em um período aproximado de 06 meses após o afastamento de ambos, uma onda de propaganda que envolvia desde cartazes espalhados pelo Maracanã até anúncio em rádio e pequenas notas nos jornais da época, anunciavam que estava prestes a surgir O MAIOR MOVIMENTO DE TORCIDAS DO BRASIL. Todos se perguntavam: o que seria isso? Quem estava por trás de tudo? Seria mesmo um movimento consistente ou mais uma dentre as dezenas de torcidas que surgiam e desapareciam algumas rodadas após sua fundação?²⁴²

O objetivo de caminhar na contramão das novas torcidas organizadas, que se findavam após pouco tempo, estava calcado na intenção de estabelecer um modo de torcer inflamado e vinculado a novas perspectivas para a festa torcedora. Na coluna Bate Bola, seção do *Jornal dos Sports* dedicada à interlocução torcedora, em dezembro de 1976, esses dois cenários se coadunam, evidenciando tanto o discurso sobre uma transformação na arquibancada rubro-negra a partir do surgimento da Raça, quanto o número extenso de agremiações torcedoras do Clube de Regatas do Flamengo. No tópico “Raça” dentro de tal coluna, de autoria de Lúcio da Cruz – sobrenome dos irmãos fundadores da torcida –, está escrito: “A primeira tocha já está acesa no peito dos criadores e adeptos da Raça Rubro-Negra. Ela está chegando. Vem aí, Raça Rubro-Negra, o maior movimento de torcidas do Brasil, aguarde.”²⁴³. Logo abaixo, no tópico “resposta”, há uma espécie de réplica a um torcedor vascaíno que, reivindicando ao Vasco da Gama, um dos grandes clubes do Rio de Janeiro, o maior contingente de torcidas, foi retrucado:

Querido Renato, você citar que o Vasco possui o maior número de facções de torcidas organizadas do Brasil, só pode ser piada. Você citou 17 facções. Mas você esqueceu que o Clube de Regatas do Flamengo possui 79, que eu saiba, pois como você, tive o prazer de pesquisar. Aqui vão os nomes delas: Charanga, Torcida Jovem, Torcida Organizada, Ipamengo, Força Mengo, Flachopp, Flasil, Flatuante, Flamante, Flacopa, Fla-Ramos, Fla-Madura, Flaxiense, Flajour, Flagrante, Flamaior, Flageral, Flanáica, Flamor, Flacamarote, Flaroflafla, Flamilha, Fla-Fla, Força Jovem, Tijufla, Renafla, Flavorita, Budafila, Flarioca, Flanta, Flamaraca, Flaméier, Flantástica, Fiel-Fla, Fla-Verdade, Belflaroxo, Flamizade, Flacentro, Flaleme, Flaguel, Maracamengo, Flatabu, Flamirim, Beijafila, Flaiguaçu, Flameriquinha, Flabangu, Flatuba, Flameriti, Flasilia, Flatilde, Inflamável, Flapop, Flamanga, Flamar, Flagretão, Flaponte, Flagel, Flario, Flacinante,

²⁴² Raça Rubro-Negra. **História.** Disponível em <https://www.racarubronegra.com.br/hist%C3%B3ria.html> Acesso em: 18 de dez. 2018.

²⁴³ *Jornal dos Sports*, 22 de dezembro de 1976.

Flapovo, Flajobim, Flapenha, Flanésia, Flacaxias, Flacampo, Flaranjeiras, Iacoad, Fla-árabe, Flaquita, Zicofla, Pequenos Rubro-Negros, Flamosa, Flasul, Flamerinda, Inha-Fla, Flacoin, Flaminante, e a Flaquintinos, que vocês imitaram. Talvez ainda falte alguma, pois ainda estou pesquisando. E agora, você ainda acha que as facções do Vasco são maiores? Renato, aprenda a pesquisar para depois então, falar, ok? Abraços em todos, e em especial aos flamenguistas, e desculpe-me se omiti alguns nomes”. (Tânia Mara – RJ)²⁴⁴

Embora o elevado número de agremiações constitua, pela perspectiva ampliada para a torcida do Flamengo, para além dos agrupamentos torcedores, um dispositivo distintivo, no discurso dos fundadores da Raça Rubro-Negra o cenário se mostra de outra forma, como se estivesse desgastado. Poucos dias antes das publicações mostradas acima, novamente era veiculado na coluna Bate-Bola do *Jornal dos Sports* o discurso de um movimento que reacenderia a chama de uma torcida enfraquecida:

Há algum tempo, a torcida do Flamengo precisa reviver os tempos áureos de maior e também melhor torcida do Brasil. Sabedores dessa necessidade é que nós torcedores de amor, fibra e muita raça rubro-negra, estamos organizando aquele que já, na presente data, é o maior movimento de torcidas do Brasil. O grupo que se propõe a reativar esse vulcão, chamado torcida do Flamengo, é um grupo realmente fortíssimo. Composto por rubro-negros do mais alto nível de amor às suas tradições. A idéia está lançada. O movimento está nas ruas, e dentro em breve estará nas arquibancadas fazendo com que os antigos rubro-negros revivam o prazer de serem os maiores e também os melhores. Fará, também, com que aqueles que ainda não viram, tenham o prazer de vê-la linda, magistral e, que é mais importante, rubro-negra dos pés à cabeça. Ela realmente está chegando. 77 será o ano “D”. Vem aí a Raça Rubro-Negra (o maior movimento de torcidas do Brasil). Aguardem. (Lúcio da Cruz – RJ).²⁴⁵

A idealização da Raça Rubro-Negra por seus organizadores extravasa suas próprias fronteiras. Em um tom de enaltecimento, o impacto vislumbrado por Cláudio e César Cruz sobre a fundação da então torcida seria grande a ponto de revolucionar o torcer de toda a torcida rubro-negra. Para tanto, o método forjado para a fundação do que seria o maior movimento de torcidas do Brasil foi além do “marketing” nos meses anteriores e alcançou sua presença física nas arquibancadas. Recuperando as representações próprias do clube, o universo simbólico da Raça Rubro-Negra é revestido de ideais de força, presença, disposição e movimento.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ *Jornal dos Sports*, 11 de dezembro de 1976.

Os elementos que constituem o conjunto da Raça, por outro lado, derivam, em parte, da relação de oposição com a Torcida Jovem do Flamengo, torcida organizada que também é vinculado ao Clube de Regatas do Flamengo. Essa particularidade, muito bem abordada por Rodrigo Monteiro²⁴⁶, teve como corolário momentos de enfrentamento entre as agremiações, em que componentes da Raça Rubro-Negra designam a reativação da Torcida Jovem do Flamengo como fruto de sua fundação. Nesse sentido, além das rivalidades postas entre torcidas de clubes rivais, os dois agrupamentos rubro-negros também se revestem com a oposição, ainda que muitas vezes esteja mascarada no discurso.

Da indumentária ao seu nome, os signos presentes foram escolhidos de modo a compor de forma coesa sua identidade, representação e memória. Assim, a escolha do termo “Raça” está vinculada à expectativa de preenchimento da torcida organizada com valores consonantes com os do clube. A opção pela cor vermelha, por sua vez, remete à proposta de distinção das demais torcidas, que utilizavam o preto e o vermelho, cores do Flamengo, como forma de identificação. Preocupados com uma estética diacrítica, o vermelho, sugerido por um funcionário de agência de marketing, simbolizaria, ao mesmo tempo, o vínculo com o clube e a sua identidade, cujas representações têm a ver com movimento e força, características presentes no corpo de bombeiros.

A atenção dada aos componentes identitários da torcida explicitam o mote transformador do agrupamento, cujo objetivo é a constituição, calcada nas noções de representação, prática e performance, de sua *forma-representação* estendida a toda a torcida de seu clube.

2.3.1. Performance torcedora e burocratização

Sociólogo alemão, Norbert Elias²⁴⁷ se aproximou da temática do futebol na década de 1950, quando se deu sua estadia em Leicester, na Inglaterra. Pesquisador do *processo civilizador* no mundo ocidental, Elias, em interlocução com uma perspectiva social, analisa a constituição do futebol enquanto fenômeno produtor de autocontrole e de comedimento das tensões, identificando na natureza do esporte características contendoras. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1960, o avolumamento das

²⁴⁶ MONTEIRO, R. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar, Raça Rubro-Negra!: uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência.** FGV Editora, 2003.

²⁴⁷ DUNNING, E; ELIAS, N. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

situações de enfrentamento protagonizadas pelos *hooligans* na Inglaterra se tornou foco de pesquisa do sociólogo com seu grupo de pesquisa.

Tomando o esporte como ferramenta de internalização do autocontrole emocional, cujo corolário é a rejeição à violência, o recrudescimento de tais práticas, que se estenderam nos decênios posteriores, incorporou às análises a prevalência da *busca da excitação*²⁴⁸ às lógicas de comedimento comportamental. Para tanto, Elias e seus pesquisadores mapearam o público que protagoniza as cenas de confronto no interior e nos arredores dos estádios, identificando jovens das classes sociais mais baixas e advindos de famílias operárias como tais agentes.

Isto posto, os esforços nos estudos convergiram para identificar os processos de formação social a partir dos estratos sociais em que estavam imersos como pontapé para a adesão a comportamentos agressivos como forma de prática social e de prazer. A relação entre esporte e questões socio-estruturais nortearam a fundamentação da Sociologia do Esporte a partir de Elias, que encontrou como justificativa a conquista da intimidação e do prestígio a partir das brigas, explicitando as razões para a sobressalência da excitação em relação ao autocontrole.

A contenda no futebol é rastreada no objetivo da distinção prevista na estrutura do jogo, que estendida aos torcedores, é justificada pela interdependência com fatores sociais segundo a sociologia de Norbert Elias. No Brasil, os debates se ancoraram na perspectiva antropológica, que buscou nos “sistemas de rituais, de símbolos e de visões de mundo”²⁴⁹ a focalização na coesão grupal. Arranjado em uma posição de equidade entre equipes no início do jogo, as performances e as estratégias do futebol foram organizadas para a obtenção da vitória, que se dá na medida em que o outro perde. Desse modo, não é equivocado afirmar que o futebol se constitui como ritual disjuntivo²⁵⁰, cujo corolário é a produção de novas realidades e significados.

A dimensão da performance, no entanto, não fica restrita à peleja futebolística. No cosmo torcedor, levado a cabo pelas agremiações, está presente a perspectiva de distinção entre suas práticas e representações. Alicerçados na constituição de um aparato simbólico, as identidades das torcidas organizadas são construídas em uma concepção relacional, o que torna evidente a preocupação em demarcar suas diferenças. Nesse sentido, as

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ HOLLANDA, B.B.; AZEVEDO, A.L.; QUEIROZ, A.L. Das Torcidas Jovens às embaixadas de torcedores: uma análise das novas dinâmicas associativas de torcer no futebol brasileiro. **Record**, v. 7, n. 1, p. 1, 2014.

²⁵⁰ DAMO, A. Futebol e estética. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 82-91, 2001.

agremiações torcedoras promovem a incorporação de elementos não apenas para a formulação de sua identidade, mas também para construir sua oposição ao outro, processo esse que é contínuo e interdependente.

A Raça Rubro-Negra, desde sua idealização, é conduzida pelo ideal de inauguração de uma *forma-representação* particular, enérgica e inovadora de torcer. A retórica utilizada pelos membros da torcida organizada em questão enfatiza a demanda pela inauguração de algo revolucionário e pioneiro, designando a si, antes mesmo do próprio surgimento, em 1977, o protagonismo da arquibancada de alento ao Flamengo. No intento de ressignificar a prática e a presença torcedora no estádio, a Raça Rubro-Negra costura um discurso de incorporação material e simbólica²⁵¹ que legitime sua performance:

A RAÇA RUBRO-NEGRA transformou o ‘frio’ ato de torcer em uma questão de sobrevivência, torcer pelo FLAMENGO deixava de ser opcional e transformava-se na razão de viver daquela geração que não parava de crescer. Sentar na arquibancada e ficar de pé apenas nos ataques mais perigosos, fazia parte do passado. Aquele grupo começava a ditar conceitos e revolucionar seu espaço, assistia aos 90 minutos de pé e o apoio limitado transformava-se em ininterrupto. As loucuras que esse MOVIMENTO fazia pelo FLAMENGO, deixavam de ser apenas na esfera da postura e começava a ultrapassar limites até então inimagináveis. Uma dessas demonstrações de amor e entrega, foi a compra de uma produção inteira da fábrica do Papel Higiênico Carioca, marca muito conhecida na época. Diversas carretas contendo milhares de rolos deste papel, deram a vida a maior ‘chuva’ que o Maracanã conheceu. O espetáculo visual chamou a atenção de todos e emocionou outros tantos que se abraçavam comemorando o feito como se um gol de placa fosse.²⁵²

O processo de transformação do torcer que a Raça postulava era alicerçado na performance corporal e no fomento da estética de sua agremiação. Para além da indumentária e dos seus símbolos, a movimentação corporal e a preocupação com a dimensão visual constituíram e consolidaram sua categoria nativa festiva. O revestimento de seus signos com a incorporação de valores que representam, ao mesmo tempo, clube e torcida, são estendidos à performance corporal, numa espécie de comunicação através dos gestos.

²⁵¹ BOURDIEU, P. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

²⁵² Raça Rubro-Negra. **História**. Disponível em <https://www.racarubronegra.com.br/hist%C3%B3ria.html>> Acesso em: 18 de dez. 2018.

Desse modo, a performance da Raça Rubro-Negra, exponenciada pela gestualidade de sua corporeidade, é vislumbrada pela perspectiva dialógica, baseada na expectativa de solidificação de uma situação comunicativa²⁵³ com os jogadores de seu clube. Portanto, os ideais de movimento e de papel ativo nas arquibancadas são solidificados através de coreografias corporais e de rompimento com o procedimento torcedor em voga, de onde alguns conflitos emergiram. O entrelaço entre torcer em pé e cantar durante toda a partida, ato inovador nos estádios, ocasionou a recusa por parte de alguns torcedores, que acusavam a Raça de atrapalhar a visualização da partida.

No entanto, incorporada enquanto capital simbólico, a ruptura pela qual a Raça demanda sua vanguarda é uma performance entendida pela agremiação enquanto posicionamento ativo na arquibancada. Essa presença distinta não é percebida apenas na relação torcedor-torcedor, mas alguns relatos presentes no documentário “O Pulmão da Arquibancada”²⁵⁴, produção audiovisual que contou com equipe profissional e depoimentos de nomes de relevo no cenário futebolístico, demonstram uma união e relevância da Raça para com o clube e seus jogadores. Andrade, ex-jogador do Flamengo e treinador campeão brasileiro com o clube em 2009, expôs essa relação:

Existia uma química muito grande entre a Raça e o time dentro de campo. Acho que essa combinação é que trouxe grandes resultados para a história do Flamengo. Em dados momentos do jogo a torcida faz a diferença, né? É aquele momento em que você tá em desvantagem, às vezes você tá vulnerável e a torcida, ela te levanta, né? Te levanta, te empurra, mexe com teu emocional, e às vezes ela muda jogos que pareciam impossíveis.²⁵⁵

Além de Andrade, Zico, maior ídolo da história do Clube de Regatas do Flamengo, em relato presente na introdução da revista produzida por Francisco Albertino de Moraes e José Carlos Nascimento, intitulada “Raça Rubro-Negra: uma torcida diferente”, em 1996, que contém relatos das viagens para diversos lugares, inclusive para outros continentes, protagonizadas por Moraes, torcedor caricata da Raça Rubro-Negra, também demonstrou sua afeição:

Tóquio, dezembro de 1981. O Estádio Olímpico estava tomado pelos japoneses. Os ingleses do Liverpool entraram em campo soberbos, imponentes. Certos de que sairiam dali campeões do mundo,

²⁵³ ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

²⁵⁴ COSTA, M., VON KRÜKER, P. **O pulmão da arquibancada**. Brasil: Condomínio Filmes, Filmes do Bem, 2012. HD.

²⁵⁵ Idem.

interclubes. Estavam enganados. Nós, do Flamengo, sabíamos da nossa força técnica e, sobretudo, da nossa raça. Respeitávamos os representantes da Rainha – e só. Tínhamos ao nosso lado, lá em cima, na arquibancada, uma torcida de peso, que estendeu uma faixa preta e vermelha com a seguinte frase em letras brancas: “RAÇA RUBRO-NEGRA”. Longe de casa, nos sentíamos honrados e sensibilizados. Aquele pequeno grupo representava a imensa torcida do Flamengo. Nosso coração bateu forte. Ali, os ingleses começaram a perder o jogo. Vencemos por 3 a 0 e demos um show de bola. Os japoneses deliravam e nos aplaudiam de pé. A faixa da Raça Rubro-Negra tremulava. E tremulou por 18 anos nas mãos de Moraes e seus fiéis companheiros de arquibancada: no Maracanã, em São Paulo, por todo este Brasil afora e também por diversos campos do exterior. A Raça Rubro-Negra esteve presente, ao nosso lado, em mais de 40 países.²⁵⁶

As representações festivas e pujantes da Raça Rubro-Negra visualizadas através de sua performance, para além do corpo, tem prerrogativas visuais. A resignificação da presença torcedora, movida pelos objetivos de distinção na arquibancada e de comunicação ativa através do corpo com seu clube, impulsionam a incorporação de elementos que promovam a festa. Prerrogativa evidenciada no discurso da torcida quando enfatiza seu exagero ao comprar a produção inteira de uma fábrica de papel para fomentar a festa visual, a utilização de bandeiras, por sua vez, também incorpora tais ensejos. As bandeiras e as faixas com as inscrições de cada torcida organizada reiteram a legitimidade, a disputa e a finalidade distintiva de cada instituição em seu território, que é o estádio. Assim, a disposição do maior número de bandeiras, bem como a faixa com o maior tamanho, integra o ritual disjuntivo do universo torcedor, que é reificado pela torcida Raça Rubro-Negra enquanto categoria nativa.

O mote idealizado pela Raça, à época de seu surgimento, no que diz respeito à distinção das demais torcidas organizadas, tanto numa perspectiva interclubes quanto no seio das agremiações rubro-negras, está correlacionado com o processo de uma retórica memorialística pautada em suas representações e práticas operadas pela categoria festa. Próxima de um discurso mítico sobre suas origens, as falas dos membros da torcida são enunciadas na intenção de vangloriar e enaltecer a participação do grupo da produção do espetáculo esportivo:

Raça rubro-negra, que motivos tornaram tão fácil amá-la? Nosso objetivo principal não é promover a Raça pois esta já é a maior torcida organizada do Brasil. Mas não é possível nos omitir diante de sua incomparável grandeza, sem que façamos elogios mais do que

²⁵⁶ DE MORAES, FA e NASCIMENTO, JC. Revista “Raça Rubro-Negra: uma torcida diferente”. RJ, 1996.

merecidos a esta maravilhosa torcida. Há uma pergunta no ar: por que te amamos tanto? Que força é essa que tens, que arrasta contigo mais de 3 mil fiéis que seguem piamente tua religião? Talvez porque inspires amor e devoção ao Flamengo, que reflete em toda a grandeza um sinal de luta. Uma torcida se faz com muita luta, e como nós lutamos para te erguer neste patamar alto em que te encontras. Quantas opressões! Quantas alegrias! E a descrença dos que jamais acreditaram na Raça? É claro Raça querida, que faríamos tudo de novo, sofreríamos tudo de novo, sim porque hoje somos felizes e nos sentimos recompensados por ver você, Raça, brilhando onde o Flamengo estiver brilhando, porque hoje você é entre todas a mais famosa a mais vibrante, a mais querida do mais querido. Sentimos em você a imortalidade, assim como é imortal aqueles que te iniciaram. Sim, Cláudio e César: vocês são imortais na história das torcidas organizada de todos os tempos. Raça que, com o tremular de suas bandeiras, oferece-nos um espetáculo de delírio e emoção, com seu grito de guerra faz arrepiar aqueles que vestem o manto sagrado. Quem sabe um dia poderemos responder à pergunta que nos intriga: que motivos tornaram tão fácil amá-la? Quem sabe um dia...²⁵⁷

O depoimento de duas torcedoras da Raça Rubro-Negra à coluna Bate Bola do *Jornal dos Sports*, embora negue seu intento de promoção do agrupamento, é construído de modo a valorizar o papel cativo e fiel da torcida, apontando para sua superioridade calcada no elemento festa. O discurso que almeja a legitimidade do protagonismo da agremiação, baseado na crença de que sua presença exercia influência não só sobre os jogadores, mas também aos demais torcedores, no entanto, não é apenas mencionado pelos seus próprios membros. A interseção entre jogadores, integrantes da Raça e pessoas comuns no que diz respeito ao reconhecimento de suas representações e práticas festivas configurou o processo de construção dessa memória, de onde se rastreia seu protagonismo e sua conversão em maior torcida organizada do Clube de Regatas do Flamengo:

A Raça contempla os torcedores (não só do Flamengo) com apresentações esplêndidas. A sua infra-estrutura inveja em muito as outras torcidas do Brasil. Assistindo a um jogo na Raça, pode-se sentir todo o clima de festa que envolve um jogo. São inúmeros os recursos que esta lança para embelezar o espetáculo. Desde suas coloridas bandeiras até as músicas criadas com a autêntica imaginação de um rubro-negro.²⁵⁸

Ainda sob liderança de Claudio Cruz, que fica à frente da Raça Rubro-Negra até 1985, o repertório musical integrado às representações da torcida substituiu as marchinhas de carnaval pela introdução dos sambas-enredos. Recuperando a paródia do samba “Bahia

²⁵⁷ *Jornal dos Sports*, 10 de agosto de 1980.

²⁵⁸ *Jornal dos Sports*, 7 de novembro de 1980.

de Todos os Deuses”, já evocada em 1969, Claudio Cruz afirma ter consolidado o novo gênero musical para impulsionar o time dentro de campo. Na busca pela intensidade, as apropriações promovidas pela Raça Rubro-Negra objetivavam a percepção de uma movimentação corporal estimulada por uma bateria forte, que possibilitasse a frequência e a continuidade dos cânticos de apoio ao longo da partida. As estratégias de mobilização da torcida em um embalo ritmado pela percussão reiteravam sua dissemelhança, o que lhe dera a alcunha de “torcida diferente”:

Raça Rubro-Negra, a torcida diferente. A genialidade de Zico; a criatividade de Carpegiani; a tranquilidade de Raul; a garra de Rondineli; a disposição de Toninho; a eficiência de Júnior; o amor à camisa de Tita; os dribles desconcertantes de Júlio Cesar e os gols de Nunes não são tudo nos jogos do Flamengo. Sem dúvida, a Raça Rubro-Negra é uma atração à parte. Uma festa constante durante os noventa minutos de jogo. Não interessa o resultado ou o adversário, apenas o Flamengo. Três detalhes marcam e diferenciam a Raça Rubro-negra de outras facções da torcida do Flamengo. Os jogos são assistidos em pé. Antes das partidas eles gritam em coro o nome de todos os jogadores e membros da Comissão Técnica. E, finalmente, para pertencer à Raça é preciso acima de tudo entusiasmo, pois não vale ficar calado e deixar de gritar durante os noventa minutos²⁵⁹

O relato do jornalista Oscar Eurico, do *Jornal dos Sports*, comparando as características da agremiação torcedora aos jogadores da época do clube reafirmam um diálogo constante entre as duas instâncias. Inicialmente concebida como torcida azarada, em função da derrota do Flamengo para o Clube de Regatas Vasco da Gama, um de seus rivais no Rio de Janeiro, na decisão do Campeonato Carioca, na data de sua estreia, a Raça Rubro-Negra, no entanto, teve seus anos iniciais acompanhados da fase gloriosa vivida pelo rubro-negro carioca. Campeão três vezes seguidas no âmbito estadual a partir de 1978, o Clube de Regatas do Flamengo conquistou ainda o Campeonato Brasileiro em 1980, 1982 e 1983, além dos títulos internacionais, com a conquista da Taça Libertadores da América e da Copa Intercontinental em 1981.

A fase vitoriosa vivida pelo Clube de Regatas do Flamengo, cujos jogadores reconheceram na Raça Rubro-Negra um apoio fiel e constante, colocou em evidência sua dedicação e entusiasmo em seguir o clube por onde quer que fosse, como já expresso no depoimento de Zico sobre a identificação da bandeira da agremiação como reconhecimento do comparecimento da torcida mesmo em terrenos longínquos. No

²⁵⁹ Idem.

entanto, o acompanhamento das torcidas para com seus clubes não se deu de imediato, e também não foi restrito à Raça, sendo processo concomitante com a estruturação do futebol brasileiro.

Organizado a partir de 1971, o Campeonato Nacional de clubes de futebol serviu como estímulo a um processo que já vinha acontecendo: as viagens das torcidas para localidades distantes de onde os clubes são radicados para apoiá-los. Anteriormente destinadas para dentro dos limites de sua regionalidade, o campeonato nacional promoveu a ida para estados mais distantes, o que posteriormente extravasou até mesmo os limites territoriais nacionais.

Atreladas à tentativa de modernização das estruturas do futebol brasileiro, as agremiações torcedoras, na década de 1970, passam por um processo de burocratização de seus arranjos. Se, em um primeiro momento, o estilo das torcidas organizadas sofreu transição da *carnavalização* à *juvenilização*, durante a ditadura militar brasileira vê-se ocorrer o processo de *militarização*. Explícita nos anos 1980, tal modificação é percebida já no decênio anterior. A relação estabelecida entre o período ditatorial no Brasil e a burocratização das torcidas organizadas do período por Buarque de Hollanda²⁶⁰, alicerçado em Murad²⁶¹, aponta para a incorporação de elementos vislumbrados em padrões militares, ainda que de modo não-mecânico, cuja orientação é o embate e a força.

Nesse mesmo período, novas formas de relacionamento foram estabelecidas no universo das agremiações torcedoras. A intensificação das viagens organizadas pelos agrupamentos resultou num fenômeno considerado por muitos torcedores organizados o ápice de sua experiência: as caravanas. Momento de união do grupo, o empenho e a dedicação da torcida são materializados nos deslocamentos para acompanhar o clube com o qual é vinculado. Ferramenta de coesão no interior da torcida, a acentuação das caravanas desenvolveu alianças e rivalidades entre torcidas organizadas. Estratégia de facilitação de sua estada em territórios de outrem, bem como de potencializar a própria torcida – que possivelmente estará em número inferior do que a torcida local –, a formulação das alianças entre agremiações torcedoras se dava na medida em que outras rivalidades eram constituídas. Desse modo, uma agremiação torcedora pode estabelecer

²⁶⁰ HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 116.

²⁶¹ MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. In: MURAD, M. (et al.). **Futebol: síntese da vida brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural/ SR-3, 1996.

aliança e rivalidade com torcidas organizadas de um mesmo clube, assimilando às caravanas o tom da periculosidade²⁶².

A cristalização da hostilidade é identificada também pela incorporação das disputas territoriais. O antagonismo estabelecido com torcidas alheias ao seu estado fortaleceu a percepção de domínio de um território, em que a ocorrência de embates é justificada pela impossibilidade de fuga ou de evasão. Assim, a superioridade da força, vislumbrada através da sistematização da violência, configura capital simbólico entre as torcidas organizadas que, fortalecendo sua relação com o território, revelam seu aspecto contendor, explicitado pelo processo de explosão territorial e pela premeditação do conflito.

2.4. “Uma história de sangue e violência”²⁶³?

2.4.1. O quadro urbano: metropolização, confrontos e identidades

Lastreado na década de 1970, o incremento das concentrações urbanas no Brasil tem a ver com uma diretriz econômica pautada na política industrialista²⁶⁴, calcada na produção de bens duráveis e não-duráveis. A expansão econômica, no entanto, não esteve em concomitância com as políticas sociais. Além da concentração urbana, ocorreram os processos de monopolização, migrações, dissolução de comunidades e regionalismos, impulsionando a desigualdade regional, o que Davidovich, ao recuperar Castells, denomina como ausência de “eficiência coletiva”²⁶⁵.

A transformação do quadro urbano brasileiro, em que o processo de metropolização dos centros urbanos foi exponenciado, esteve vinculada ao crescimento econômico durante o período do “milagre econômico”. Todavia, no decênio seguinte, o que se vislumbrou foi a dificuldade de “incorporar a população economicamente ativa que chegava ao mercado de trabalho, além de apresentar um forte crescimento do desemprego”²⁶⁶. A convergência entre um inoperante crescimento econômico na década

²⁶² HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 474 e 475.

²⁶³ Título de matéria no jornal O Globo em 5 de julho de 1993.

²⁶⁴ DAVIDOVICH, F. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. **Revista Geográfica**, n. 105, p. 53-76, 1987.

²⁶⁵ CASTELLS, M. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Univ of California Press, 1983.

²⁶⁶ FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 828, 2009.

de 1980 e o aumento da informalidade no mundo do trabalho, exponenciou a presença da população nas favelas do Rio de Janeiro, que estava em afinidade com a “elitização do mercado imobiliário carioca”²⁶⁷.

O dilema urbano, assentado nas disputas pelos significados do território, imbuído de suas ideologias²⁶⁸, estendeu tais questões para as construções identitárias. O processo de transição de uma ditadura, pautada no autoritarismo e no militarismo, para um regime democrático, esteve em conformidade com a redução do aparato estatal, de modo a repercutir na concepção de indivíduo.

Sob a fragilidade de um Estado ainda em consolidação, que processualmente introduz o neoliberalismo, as formas de representação dos jovens são construídas e percebidas transversalmente ao incremento da noção de indivíduo²⁶⁹. Desse modo, a “desregulação social”²⁷⁰, oriunda da debilidade estatal, está diretamente ligada com a “desregulação intergeracional”²⁷¹, evidenciando a concomitância entre a dissolução das identidades coletivas no meio urbano com a questão da juventude. Sendo essa faixa etária percebida pela densidade de suas vivências, no cenário urbano das décadas de 1980 e 1990 o que se visualiza são “novas formas de inserção juvenil na esfera pública”²⁷², marcadas tanto por uma perspectiva individualizante quanto pela intensidade em seus grupos.

Assentado da construção de uma imagem da modernidade, a campanha presidencial de Fernando Collor, cujo governo tem início em 1990, materializa as discussões relativas à incorporação do individualismo como orientador de conduta. Primeiro presidente eleito diretamente pelo povo, Collor de Mello, cioso de sua reputação, constrói um aparato simbólico para sua representação e performance. No intento de promover um diálogo através dos usos de seu corpo, o ex-presidente do Brasil demarcou sua identidade através da virilidade e da modernidade, cujo objetivo era a

²⁶⁷ LAGO, L. **A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído do Rio de Janeiro**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001, p. 1530-1539. p. 1534.

²⁶⁸ LEFEBVRE, H. **Espacio y política; el derecho a la ciudad, II**. 1976.

²⁶⁹ TOLEDO, LH. Identidades e conflitos em campo: a "guerra do Pacaembu". **Revista USP**, n. 32, p. 108-117, 1996, p 116.

²⁷⁰ PERALVA, A. **Juvenização da Violência e Angústia da Morte**. Caxambu, XX Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), outubro de 1996, mimeo. apud TOLEDO, LH. Identidades e conflitos em campo: a "guerra do Pacaembu". **Revista USP**, n. 32, p. 108-117, 1996, p 116.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

“fabricação e visibilidade de um corpo e da postura de um super indivíduo a incorporar tal potência”²⁷³.

A transposição da adesão a coletividades, bem como às suas representações identitárias, em detrimento da apropriação da noção hiper dimensionada de indivíduo, impulsionada pela *corporalidade pensada*²⁷⁴ na figura do presidente da República, segundo Luiz Henrique de Toledo, alcançou também as torcidas organizadas:

A produção de outras *corporalidades pensadas* alcançaria a retórica torcedora e outros agrupamentos juvenis, modulando um comportamento viril ao longo da década. Fortemente assentada na musculatura dos gestos, no exibicionismo e enfrentamentos corporais e no repertório de símbolos que ostentava em camisas e bandeiras, esta *corporalidade pensada* ganha traços a exprimir e moldar formas de socialidade. Um indício notório desse processo se deu com a transformação paulatina de alguns símbolos das torcidas organizadas. A imagem gráfica do santo que a Torcida Independente do São Paulo ostentava em seus adereços (camisas, bandeiras, faixas) é um exemplo. De aparência brejeira, cultivando a obesidade, sorridente e infantilizado na fatura do desenhista, imagem próxima àquela associada ao papai Noel, o santo se transformaria ou seria “bombado” na forma de um corpo musculoso, viril e com um semblante com “atitude” a exhibir alguma dose de erotismo.

Ao mesmo tempo em que tais agrupamentos, ainda que indiretamente ou de maneira inconsciente, incorporam a proposta individualizante, seus relacionamentos com a esfera urbana apontam para um encadeamento mais visceral. A relação com o espaço urbano, a partir da década de 1980 e cimentada no decênio posterior, é marcada pela segmentação das agremiações, sendo no cosmo torcedor intimamente ligada à perspectiva local, balizada nas distintas representações do espaço.

Alicerçado no quadro teórico de direito à cidade de Lefebvre²⁷⁵, Giancarlo Marques Carraro Machado, em sua tese de doutoramento, analisa a relação da apropriação dos espaços da cidade pelo *street skate*, pensando a prática para além da esportivização. Ao identificar a resignificação de espaços da cidade, denominados pelos praticantes por *picos*, o antropólogo enfatiza o protagonismo construído por esses agentes, sublevando uma ordem esperada pelas instituições sociais que regem a cidade. Entre conflitos e revitalizações, a prática do *street skate* reafirma suas próprias ambivalências, reforçadas

²⁷³ TOLEDO, LH. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. HOLLANDA, BB (et al.). **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro, v. 7, 2012, p. 130.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

pelos conflitos, transgressões e negociações de um espaço urbano que tem, por muitas vezes, seus usos bem limitados e estabelecidos. Sobre essa modalidade do skate, na qual seus praticantes definem-na como atividade permeada pela espontaneidade, o autor diz:

ocasionalmente é considerado uma modalidade perturbadora e agressiva. Seus adeptos, pelos desafios que se propõem a travar nas cidades, são acusados de destruírem equipamentos, de atropelarem transeuntes nas calçadas (em especial idosos) e de constituírem uma ameaça ao fluir do trânsito de automóveis quando em circulação pelos asfaltos. As mesmas acusações não ocorrem, contudo, com outras modalidades do skate, principalmente com aquelas realizadas em pistas (como vertical, banks, bowl etc.), as quais se concentram em espaços delimitados especialmente a prática.²⁷⁶

Atravessados pelo ideal de transgressão, embora a apropriação da cidade tenha mais facilidade de ser visualizada através do *street skate*, as contribuições sobre as “maneiras de fazer”²⁷⁷ a cidade a partir de práticas vinculadas – ou, no caso, ramificada – ao esporte reverberam na identificação da apropriação do espaço urbano por uma torcida organizada. A existência de 60 subgrupos no interior da Raça Rubro-Negra, sendo eles organizados pela identificação local, confirma a multiplicidade de laços e de ligações constituídas a partir da verificação de que as torcidas organizadas são um fenômeno próprio do urbano.

Denominadas por “regiões”, os subgrupos da agremiação torcedora foram constituídos através de uma coesão, numa subcamada da torcida, promovida pela aproximação territorial, que passa a ser entendida enquanto território. Para além das prerrogativas da cidade como território, a conformação dos subgrupos evidencia a interlocução com o militarismo²⁷⁸. Estabelecidos pela localidade, a Raça denomina suas subdivisões por “regiões”, termo que evidencia a presença da questão territorial e a égide militar, quando da utilização pelo Exército brasileiro do referido termo para designar sua presença.

A relação visceral das torcidas organizadas com o urbano, entendendo, para além do estádio, a cidade como território, bem como a cooptação de uma perspectiva

²⁷⁶ MACHADO, G. M. C. **A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania**. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 28.

²⁷⁷ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

²⁷⁸ MURAD, M. “Futebol e violência no Brasil”. In: MURAD, M. (et al.). **Futebol: síntese da vida brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural/ SR-3, 1996.; HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B., MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

individualizante, expõe o diálogo constante de suas identidades com a conjuntura. Além de uma lógica própria e interna na formulação e usos dos conflitos das agremiações torcedoras, a violência, como pauta e prática, foi um dos fenômenos que caracterizaram os anos 1990, sendo crucial para as perspectivas territoriais.

2.4.2. Violência para além das torcidas organizadas

Visualizado com maior ênfase nas décadas de 1980 e 1990, o fenômeno da violência no futebol, para além das torcidas organizadas, pode ser rastreado já no final dos anos 1970. Consumados em assaltos, assassinatos e agressões, os atos violentos percebidos no cenário urbano são substancializados também no âmbito esportivo. Os casos de violência, dessa forma, assumem um certo protagonismo por permearem os agentes²⁷⁹ da esfera futebolística: desde os jogadores, através de seus lances agressivos e truculentos, até os torcedores e os responsáveis pela manutenção da segurança no contexto do estádio, como a polícia. A violência, desse modo, manifesta-se enquanto fenômeno em emergência em um enquadramento extenso e amplo.

A presença da violência em diversas instâncias do mundo do futebol chamou a atenção, em setembro de 1978. De título “Violência: a grande ameaça em todos os campos do Brasil”²⁸⁰, a matéria do jornal *O Globo* pontuou os atos violentos cometidos entre jogadores, torcedores e policiais:

A cada rodada sucedem-se a deslealdade no campo entre jogadores e conflitos nas arquibancadas entre torcedores. Ontem, ao mesmo tempo em que um deputado pedia em Brasília a constituição de uma CPI, no Botafogo e no Fluminense ouviam-se protestos contra os zagueiros, agressivos, e os juízes, omissos, enquanto o Flamengo apoiava seus torcedores nas reclamações contra a ação da polícia.²⁸¹

Responsáveis pela defesa do time, os zagueiros passam a sofrer acusações a respeito de sua postura dentro de campo. A preocupação com a proteção do gol do próprio time mostrava-se a partir de uma performance excedente, devido às suas características intimidadoras e ameaçadoras. O recurso da violência, mais que da técnica, cujo intento

²⁷⁹ Levando em consideração a divisão social do trabalho do futebol feita por TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

²⁸⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 20 de setembro de 1978, Matutina, Esportes, Página 30.

²⁸¹ Idem.

vislumbra-se na virilidade e na imponência, embora latente entre os jogadores de futebol, que acusavam os juízes das partidas de omissão, não esteve restrito a tais profissionais.

A torcida organizada Raça Rubro-Negra, fundada no ano anterior ao da matéria jornalística, teve seu líder Cláudio Cruz como protagonista de um embate com policiais no Maracanã. Após ter recusado a oferta de confecção de suas indumentárias pela malharia de um dos policiais militares responsáveis pela segurança no Maracanã na partida disputada entre Flamengo e América, o fundador da Raça Rubro-Negra acusou o policial de perseguição à torcida e de seu espancamento com um companheiro. Dessa forma, apoiado pelo presidente do Flamengo à época, Márcio Braga, Cláudio Cruz registrou queixa do incidente, alegando, inclusive, a ocorrência de represálias.

Todavia, a frequência de circunstâncias violentas não acometia somente o interior do estádio. Reclamação constante dos frequentadores, a circulação de “pivetes” nos arredores das praças esportivas incrementava a percepção de insegurança dos torcedores, amedrontados com as possibilidades de assaltos, furtos e agressões. Entre acusações de sequestro a policiais militares, menção a mortes e roubo de empresa de ônibus, o segmento do jornal *O Globo* dedicado ao Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1980, noticiava o caso de Cristina Albuquerque Faria, de 15 anos, alvejada nas proximidades do Maracanã.

A torcedora, que pertencia à Raça Rubro-Negra, na saída do estádio após a partida, foi arrematada por um tiro disparado por um dos “pivetes”, na circunstância da promoção de defesa a um de seus companheiros de assalto. Na ocasião de seu enterro, cerca de 500 pessoas se fizeram presentes, estando entre estes membros das grandes torcidas dos clubes cariocas. A aversão à situação calamitosa que estava instalada nas instâncias do futebol, fundida à violência do contexto urbano do Rio de Janeiro, propiciou a organização de uma passeata, marcada para o momento posterior à missa de sétimo dia de Cristina Albuquerque Faria, no intento de protestar contra a insegurança nos estádios, principalmente no Maracanã.

O autor do crime, um rapaz de 16 anos, que afirmou ter iniciado a prática de assaltos a partir dos 12, explicou que seu intento não era assassinar a jovem torcedora, além de explanar que os assaltos nos arredores do Maracanã são comuns. Arquetizados para ocorrerem após o término das partidas de grande público, os “pivetes” vêm de distintas regiões do Rio de Janeiro. Em depoimento, o torcedor Sérgio Luiz, da Raça Rubro-Negra, denuncia a falta de iluminação nas proximidades do estádio, bem como o descompromisso da Polícia Militar no que diz respeito à garantia de segurança, elementos

que facilitam a ocorrência dos assaltos e furtos. No entanto, as práticas criminosas são se restringem aos arredores da praça esportiva em questão:

- Quem não for ao banheiro no intervalo e deixar para ir durante o jogo é assaltado na certa. Conheço muitos casos de pessoas que vão ao banheiro durante o segundo tempo e são assaltadas e espancadas lá dentro. E não adianta gritar porque seus gritos não são ouvidos por causa do barulho das torcidas. Nos banheiros não há policiamento, o mesmo acontecendo nos corredores do estádio.²⁸²

O relato do torcedor organizado aponta para a recorrência da violência no estádio, seja no interior, o que abrange jogadores, torcidas, policiais e assaltos, ou na parte externa. A presença do fenômeno da violência no âmbito do futebol, entretanto, não o baliza ao esporte, senão que expõe sua interlocução com outros domínios da sociedade. Não obstante, o trato das ações violentas, a partir do final da década de 1980, foram conduzidas a partir de sua circunscrição às agremiações torcedoras, cujos marcos remetem ao assassinato do líder da torcida Mancha Verde do Palmeiras, Cléo, e à batalha campal do Pacaembu, em 1995.

A escalada da violência entre torcedores organizados no final da década de 1980 e no decorrer do decênio seguinte simboliza uma espécie de “radicalização da conduta”²⁸³, protagonizada pelos subgrupos demarcadamente juvenis. A recorrência dos atos violentos promovidos pelas torcidas organizadas conflui para uma abordagem e manejo de tais práticas que impulsionou a estigmatização pela lógica da violência das agremiações torcedoras:

Mas diante desse fenômeno multifacetado que se tornaram as torcidas e as formas de torcer, expressas reiteradamente numa estética corporal socialmente reprovada, o que se viu contraditoriamente foi uma despolitização do debate público em relação ao tema, cada vez mais circunscrito à lógica da funcionalidade e das técnicas de repressão aos torcedores como medida antiviolência. Houve também uma forte corporalização do discurso do Estado a ostentar a repressão na forma de violência física como via de acesso ao restabelecimento da ordem. Se no início da década de 1990 vários atores da sociedade civil (psicólogos, intelectuais, artistas, sociólogos etc) procuravam pelas causas da violência, a partir de 1993 houve uma acentuada centralidade do discurso repressivo nas mãos do aparato legal.²⁸⁴

²⁸² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 9 de maio de 1980.

²⁸³ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 257.

²⁸⁴ TOLEDO, LH. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. HOLLANDA, BB (et al.). **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro, v. 7, 2012, p. 139.

Embora as situações de violência sejam identificadas nas estruturas estatais, mas também manejadas enquanto ferramenta para uma série de disputas simbólicas no interior das torcidas organizadas, os debates sobre os agrupamentos estiveram limitados ao estigma contendor das torcidas, recusando a densidade de possibilidades de abordagem. A condução da questão relativa às práticas contendoras promovidas pelas agremiações torcedoras teve como base a repressão e a violência, o que evidenciou o caráter contraditório de tais medidas, bem como das acepções rasas e restritas.

Em 19 de julho de 1992, na ocasião do segundo jogo da final do Campeonato Brasileiro, disputada entre os clubes cariocas Botafogo e Flamengo, a disputa foi marcada tanto pela animação e expectativa quanto pela tragédia. Apresentando a preparação da torcida rubro-negra, o jornalista Milton Costa Carvalho deu destaque aos seus membros: “O jogador número 1 do Flamengo”²⁸⁵. A performance ritmada das palmas no intento de apoiar o clube, considerada inovação pelo jornalista, aparece como descrição da foto presente na matéria, na qual se percebe a faixa da torcida Raça Rubro-Negra, embora a menção à agremiação torcedora não tenha sido feita. A atuação da torcida do Flamengo, explanada pela perspectiva coesa e ampla, alicerçada nos elementos festivos, esteve no cerne da reportagem:

Vista do campo, ou do outro lado da arquibancada, metade do estádio é um show. Em tempos de recuperação do meio ambiente, os rolos de fumaça vermelha e preta caíram em desuso. Atualmente, a nação rubro-negra valoriza movimentos em conjunto, numa coreografia de mãos erguidas em palmas ritmadas, que parecem celebrar gols, ídolos e a sua própria força. Nas finais do Campeonato Brasileiro, outra inovação: as camisas são despidas e giradas acima da cabeça, num espetáculo visual de tanto efeito que as demais torcidas, como de hábito, já começam a copiar.²⁸⁶

A identificação da produção do espetáculo performático evidencia a categoria festiva, baseado na movimentação corporal e nas ferramentas de embelezamento do estádio, como característica da torcida rubro-negra. No entanto, é possível perceber a tentativa de afastamento da autoria da exibição por uma torcida organizada. Isto é, o jornalista concebe o espetáculo enquanto realização produzida por uma nação²⁸⁷,

²⁸⁵ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 19 de julho de 1992, Matutina, Esportes, página 60.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

arrojando as concepções de coletivo, ainda que tais características sejam constitutivas da categoria nativa da Raça Rubro-Negra.

Após o empate com o rival Botafogo, o rubro-negro carioca se sagrou campeão. Na comemoração do título, sua torcida tomou o gramado do Maracanã, situação inédita no estádio, onde se manifestaram distintas formas de celebrar o novo troféu. Entre estas, assédios e furtos aos jogadores foram relatados pelos mesmos que, embora contentes pela conquista, demonstraram o espanto com a proporção dos festejos:

Não era para menos. Bem mais organizados do que a Polícia Militar, os torcedores invadiram o gramado após o jogo, ignorando o fosso que separa a geral do campo. Componentes da Raça Rubro-Negra conseguiram entrar e estender uma gigantesca bandeira, sem o menor obstáculo, e deram sua volta olímpica particular. Estes vieram da arquibancada.

Foi formado um gigantesco arrastão, tendo o técnico Carlinhos como uma das vítimas: a faixa sumiu de suas mãos. Gaúcho escapou por pouco. Alguns policiais resolveram reagir e acertaram alguns torcedores.²⁸⁸

Protagonista da desordem dentro do campo após a obtenção do título, a Raça Rubro-Negra também é atravessada pelo acontecimento trágico que antecedeu a partida. A ausência de segurança no Maracanã, tanto em seus arredores quanto em seu interior, vide a invasão ao campo pelos torcedores, alcançou a estrutura do estádio, que teve sua grade de proteção desabada. Além do desarranjo e da negligência da organização do estádio, foram adicionadas às justificativas do episódio um conflito causado no interior da então torcida, que se localiza no recorte espacial onde ocorreu o desabamento, que pressionou a estrutura já corroída²⁸⁹. O acidente deixou uma centena de torcedores feridos, em função de suas quedas, tendo três como vítimas fatais.

Dois dias após o incidente, o jornal tornava a noticiá-lo, na busca por explicações e motivações para o ocorrido. Os exames e perícias realizados no estádio Mário Filho, por sua vez, atestaram a negligência da administração do local. Em documentos anteriores ao dia do acidente que derrubou grade e torcedores, o descaso dos responsáveis no que diz respeito à manutenção do local foi indicada, demonstrando que os pontos críticos demandavam obras de conservação anteriormente previstas. As matérias jornalísticas que compuseram a página 9 da versão matutina do jornal *O Globo*, no dia 21 de julho de

²⁸⁸ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 20 de julho de 1992, Matutina, Esportes, página 3.

²⁸⁹ Idem.

1992²⁹⁰, focalizavam as possíveis discussões sobre o infortúnio vivido no dia da conquista do Campeonato Brasileiro pelo Clube de Regatas do Flamengo.

Mais que o exame realizado pela perícia, relatos demonstravam a facilidade na percepção do péssimo estado da estrutura do Maracanã, desde o abandono, vislumbrado nas rachaduras existentes, até o mau cheiro. No entanto, a relação do acidente com a torcida organizada Raça Rubro-Negra era concebida como fator motivador da queda da grade da arquibancada, de onde surgiram quatro possíveis versões.

Duas delas acusavam um tumulto gerado no interior do agrupamento, tendo na primeira o apontamento do uso e da presença de bomba artesanal e arma de fogo, enquanto no relato da outra a generalização de uma briga ocorrida entre três membros do agrupamento provocou a pressão sob a grade, ação que gerou indignação do torcedor, que considerou a situação um ato de vandalismo. A defesa de um membro da Raça, entretanto, aponta para a superlotação do estádio para justificar a agitação da torcida, enquanto a quarta versão, relatada por um torcedor que despencou junto de seu filho em função da queda da grade, reafirma o estado precário do Maracanã como motivação única do episódio.

A contenda presente e exponenciada na década de 1990 nas praças esportivas brasileiras, relacionadas com a questão da violência urbana em regiões de metropolização evidente, como São Paulo e Rio de Janeiro, desloca-se de uma concepção fixa de lugar em detrimento da noção alargada de pertencimentos citadinos. A ligação da violência com as identidades em perspectiva local, desse modo, expande as possibilidades territoriais dos agrupamentos torcedores que, já reconhecidos pela lógica conflituosa no interior do estádio, agravam a percepção de seu estigma, incrementado de ações nocivas também à cidade.

2.4.3. Território torcedor para além do estádio

O alcance da presença torcedora está além da delimitação das praças esportivas, que são fenômenos posteriores à existência de clubes de futebol e suas torcidas. A vivência do torcedor de futebol, sendo ele organizado ao não, acrescenta à sua bagagem enquanto indivíduo circulante do meio urbano a identidade clubística. No entanto, quando do processo de explosão territorial vivenciado pelas torcidas organizadas, exponenciados

²⁹⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 21 de julho de 1992, Matutina, Primeira Página, página 1.

nas décadas de 1980 e 1990, a vinculação com a cidade fez emergir debates sobre as hostilidades derivadas dos confrontos, que passam a ser premeditados.

A experimentação social dos indivíduos enquanto torcedores pluraliza as possibilidades de interlocução no corpo social. A introdução em uma coletividade, bem como as demandas que são estabelecidas a partir do diálogo com o outro, são questões levantadas por Toledo:

Mais do que a suposta certeza do que sempre somos (meu nome e meu RG assegurariam isso no plano existencial e jurídico-formal), caberia a dúvida classificatória sobre quando e em que circunstâncias, afinal, somos algo. A vivência urbana multiplica a experiência das identidades em estímulos potencializados pela forma tecno-social que é o contexto metropolitano, como bem mostraram, há tempos, autores como Simmel.

Portanto, não estaríamos tão-somente sob a égide do verbo ser, mas também do verbo ter que igualmente, ou mais, produziria as mediações entre nossas vontades e experiências como indivíduo e as demandas coletivas, e entre nossas experiências coletivas em relação às outras tantas com as quais travamos conhecimento e troca, as ditas “outras culturas”.²⁹¹

O entrelaçamento entre identidade pessoal e torcedora no cenário urbano, desse modo, deve ser reconhecido enquanto processo dinâmico e produtor de novos signos. No cosmo das torcidas organizadas, as demandas coletivas a respeito da constituição de identidades, representações e práticas estão em constante diálogo com as demais torcidas, seja no estabelecimento de alianças ou de rivalidades. Para além do recorte espacial do estádio, as agremiações torcedoras ampliam seus locais de presença em uma conexão mais visceral com os espaços urbanos.

A intensificação das viagens e caravanas promovidas pelas torcidas organizadas impulsionam o estabelecimento da relação para além do estádio. O arranjo das alianças e das rivalidades constituídas entre as agremiações, inclusive como forma de demarcar sua distinção em relação ao outro, entende-se à promoção dos conflitos no espaço da cidade, elaborados previamente.

No retorno ao Rio de Janeiro após a partida disputada entre Flamengo e Palmeiras no estado de São Paulo, os torcedores rubro-negros foram surpreendidos por um ataque ao seu ônibus, que tinha cerca de 40 pessoas em seu interior, entre eles componentes da Torcida Jovem do Flamengo e da Raça Rubro-Negra. Fruto da explosão de bombas de

²⁹¹ TOLEDO, LH. Torcer: a metafísica do homem comum. **Revista de História**, n. 163, p. 175-189, 2010, p. 182.

fabricação caseira, o ataque, cuja autoria remete à torcida Mancha Verde, do Palmeiras, em suposta associação com a Força Jovem do Vasco, provocou uma série de queimaduras nos corpos dos torcedores atacados. Entre as notícias sobre o incidente, o relato da mãe do estudante Rogério José de Souza, de 17 anos, que havia ido pela primeira vez para fora do Rio de Janeiro acompanhar o Flamengo e teve complicações com as queimaduras, demonstra sua recusa na participação do filho em uma torcida organizada: “Emocionada, dona Terezinha lembrou os conselhos não ouvidos pelo filho: - Sempre disse para ele largar esse negócio de torcida. Agora quero que ele pare de participar da Raça, que para mim é a pior torcida. Essas torcidas só praticam violência”²⁹².

A emboscada promovida pela Mancha Verde aos agrupamentos da torcida do Flamengo, especialmente Torcida Jovem e Raça Rubro-Negra, que estavam à frente da organização da caravana, teve sua autoria atrelada à Força Jovem do Vasco, torcida organizada do clube cruzmaltino do Rio de Janeiro. A suspeita da polícia remete à relação de amizade e aliança conformada entre a Força Jovem e a Mancha Verde, além dos depoimentos dos membros das torcidas rubro-negras em questão:

A polícia tem também como pista o nome de um dos chefes da torcida do Vasco, que, segundo os passageiros do ônibus, poderia estar envolvido no atentado. Os integrantes da torcida Raça Rubro-Negra disseram aos policiais que brigaram com integrantes de uma facção da torcida vascaína antes de deixarem o Rio, no sábado. Durante o conflito, uma bandeira da torcida do Flamengo foi roubada pelo suspeito.

A bandeira teria sido levada para São Paulo, onde foi entregue à torcida Mancha Verde, cujos integrantes a teriam queimado durante a partida. Os chefes da Mancha Verde não confirmam essa versão, embora o tenente Alberto Malsi Sardille, do 2º Batalhão de Choque da PM, tenha visto a torcida palmeirense rasgar uma bandeira da Torcida Jovem do Flamengo.²⁹³

O conflito ocorrido entre os agrupamentos alviverde e rubro-negros manifesta o processo de construção de identidades e representações alicerçadas na oposição ao outro. A possível ligação da torcida organizada vascaína remete às situações conflituosas vivenciadas anteriormente no Rio de Janeiro, de onde bandeiras do Flamengo, pertencentes às torcidas, são roubadas e assim, entendidas enquanto troféus nesse ritual disjuntivo. A constante produção de significados a partir da vivência torcedora dialoga com a demarcação de suas representações em perspectiva relacional, que orienta suas

²⁹² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 5 de julho de 1993, Matutina, Esportes, Página 7.

²⁹³ Idem.

práticas no mote de estabelecer uma superioridade em relação ao rival, ainda que no cosmo das agremiações torcedoras.

Isso posto, a contínua disputa calcada na lógica da distinção incrementa as expectativas de represália por parte da torcida rubro-negra em possível ocasião da presença palmeirense no Rio de Janeiro. Ainda nos relatos²⁹⁴ sobre a situação do torcedor de 17 anos, Rogério José de Souza, membro da Raça Rubro-Negra, o padraço faz um apelo às agremiações para que não haja o que ele chama de “forra”; entretanto, a resposta de um integrante não identificado da Torcida Jovem do Flamengo aponta para a inevitabilidade da contenda, de onde poderia haver mortes, ainda que existissem punições.

Na mesma página das notícias do embate, o jornal *O Globo* elaborou uma matéria de título “Uma história de sangue e violência”²⁹⁵. Espécie de cronologia das situações violentas no futebol, em estádios ou não, a matéria faz alusão às práticas das torcidas organizadas tanto no Brasil quanto no exterior. Entre os eventos citados, a queda da grade do Maracanã em 19 de julho de 1992, na final do Campeonato Brasileiro entre Flamengo e Botafogo, foi concebida enquanto ação promovida por torcida organizada. Embora o próprio jornal tenha buscado a investigação pela perícia à época, que confirmou a estrutura precária do estádio, o estigma da violência, exponenciado pela relação com o “sangue” mencionado no título, sobressai. O que se percebe é a vinculação direta entre as práticas da torcida organizada e a violência no futebol, ainda que existam outros fatores contribuintes para os eventos conflituosos.

Na esteira desse debate, a coluna de Fernando Calazans, em 6 de julho de 1993²⁹⁶, abordou uma pesquisa promovida pelo Instituto Datafolha a respeito do público torcedor de futebol do Rio de Janeiro. A consulta aos torcedores recolheu dados que demonstraram a aderência e preferência ao futebol, ao mesmo tempo que se percebia a ausência dos mesmos nos estádios. Como justificativa, os entrevistados citaram, entre outras coisas, a violência do futebol, que serviu como gancho para o colunista conectar com o incidente entre torcedores do Palmeiras e do Flamengo, temática na ordem do dia. O jornalista, ao manejar o episódio como exemplo da conclusão da pesquisa, apontou ainda para a questão da premeditação dos conflitos enquanto elemento desencorajador das idas aos estádios.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 6 de julho de 1993, Matutina, Esportes, Página 27.

Assim, os conflitos premeditados eram anunciados pelos líderes de suas torcidas e assumidos enquanto realidade pelas autoridades do futebol²⁹⁷. A demanda da Torcida Jovem do Flamengo pela punição dos envolvidos no atentado com as bombas de fabricação caseira se entendeu para a realização de denúncias contra membros da Força Jovem do Vasco, que seriam responsáveis pela morte de torcedores rubro-negros. Tais denúncias foram apropriadas como justificativa para a anunciação da possibilidade de embate, uma espécie de justiça feita pelas próprias mãos. Em função da disputa entre Palmeiras e Fluminense no Rio de Janeiro, a diretoria do clube paulista anunciou um esquema especial de proteção de seus jogadores, alicerçados na percepção da inevitabilidade de brigas entre torcidas, que acarretou no pedido do clube aos seus torcedores para que não fossem à partida.

O processo de explosão territorial vivenciado pelas torcidas organizadas forjou um cenário espetacular propício para seu ritual disjuntivo. Construídas e calcadas na simbologia de sua distinção, as representações e suas práticas, em constante dependência, são frequentemente remodeladas a partir de suas experiências. Dessa forma, os embates premeditados são concebidos enquanto possibilidade de experimentação densa da coletividade torcedora, que se vê ressignificada na vivência urbana. Em concomitância, a abordagem da mídia no trato dos eventos violentos envolvendo torcidas organizadas fomentam a conformação do estigma atrelado às mesmas. A construção das matérias jornalísticas baseadas na utilização de elementos e palavras exacerbadas para tratar dos torcedores organizados operam na lógica espetacular²⁹⁸ dos incidentes, no entanto, de forma pejorativa.

Em 1994, em partida disputada no estádio São Januário por Vasco e Santos, a ocorrência de agressões entre torcedores fez com que fossem abordados na matéria do jornal *O Globo* sob a alcunha de “baderneiros”²⁹⁹. Na estrutura da página 30, no segmento esportivo, as abordagens sobre a insuficiência e falha da Polícia Militar para a segurança no estádio teve protagonismo, no entanto, a violência permaneceu sendo atrelada às torcidas organizadas que, na matéria jornalística intitulada “Violência, uma rotina dentro e fora de campo”, viram suas identidades associadas ao distúrbio:

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ TOLEDO, LH. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. **Revista USP**, v. 22, p. 92-101, 1994, p. 101.

²⁹⁹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 13 de setembro de 1994, Matutina, Esportes, Página 30.

A partir do momento em que torcida organizada virou sinônimo de quadrilhas de brigões, a violência se expandiu de tal forma no futebol que a polícia não consegue controlar os arruaceiros. E na maioria dos registros policiais de vandalismo entre torcedores há a participação das facções Força Jovem, do Vasco, e Raça Rubro-Negra, do Flamengo.³⁰⁰

As alcunhas pejorativas permanecem em utilização pelos jornais, tendo como expoente o evento marcante tanto no universo esportivo quanto como questão social: a chamada batalha campal do Pacaembu. O dia 20 de agosto de 1995 ganhou relevância devido ao confronto entre torcidas organizadas do São Paulo Futebol Clube e da Sociedade Esportiva Palmeiras, que disputavam a final de torneio de juniores:

A violência ganhou, entre nós, uma dimensão verdadeiramente dramática a partir de 1995 por ocasião daquilo que ficou conhecido pela expressão “a guerra do Pacaembu”, quando o referido estádio paulistano transformou-se numa espécie de território conflagrado por torcedores e policiais. Muito se falou a respeito, ampla divulgação na mídia eletrônica. Os horrores das imagens ficaram impregnados na retina social. Várias medidas policiais e judiciais foram tomadas a partir da eclosão do fatídico episódio, narrado mais adiante.

A transmissão das cenas vivenciadas no estádio do Pacaembu, em São Paulo, impulsionou a recepção das torcidas organizadas sob a ótica da violência. Dramatização vivida em detrimento da dimensão do acontecimento, o fenômeno da violência nas coletividades torcedoras em São Paulo emerge no debate público à sombra de sua criminalização. Em 27 de agosto de 1995, uma semana após o episódio, a página 57 do jornal *O Globo*, na seção de esportes, foi inteiramente dedicada à abordagem criminalizante dos agrupamentos torcedores. A partir da demarcação do vínculo entre torcidas e gangs criminosas, o jornal, sob o título “Cuidado com eles”³⁰¹, expôs nomes e fotos dos principais dirigentes das torcidas organizadas de São Paulo.

Ante a alcunha de “baderneiros” e “arruaceiros”, a violência percebida nas ações entre torcedores organizados é transposta para o cenário carioca:

A violência das torcidas organizadas não é um fenômeno paulista. As brigas são comuns também entre os cariocas. No Rio, a selvageria praticada por membros de torcidas organizadas ultrapassa o anel do Maracanã e pode explodir em qualquer ponto da cidade, a qualquer hora, como por exemplo nos bailes funk. Conflitos por causa de futebol provocam até homicídios em dias em que não há jogos e longe dos

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 27 de agosto de 1995, Matutina, Esportes, Página 57.

estádios. No Rio, há uma relação entre torcidas organizadas, bailes funk e academias de artes marciais.

A tomada do debate experimentado em São Paulo é trazida para o Rio de Janeiro em interlocução com outros elementos constitutivos da vida urbana carioca. Sob a forma peculiar do Rio de Janeiro para a eventualidade da violência entre torcidas organizadas, a conexão entre agrupamentos torcedores e outros segmentos que carregam o estigma da violência no cenário urbano do Rio de Janeiro é realizada. Assim, a representação das torcidas organizadas sob os signos do *funk* emerge, fortalecendo a interlocução entre estes cosmos, que permanecem sob o retrato de seus estigmas.

2.4.4. A relação *funk*-torcida

Processo situado na década de 1930, no diálogo da mídia esportiva com as torcidas, a introdução das músicas nos estádios, como menciona Bernardo Buarque de Hollanda, é caracterizada por uma ambivalência:

Por um lado, a música era introduzida com vistas à liberação da energia psíquica dos torcedores, por intermédio da drenagem das tensões compartilhadas no acompanhamento dos jogos; por outro, a admissão das orquestras musicais tinha por finalidade regradar de algum modo a conduta verbal dos fãs nos estádios, com a instituição de uma cadência rítmica coletiva que abafava os gritos, os palavrões e os comentários considerados inapropriados e deselegantes de alguns torcedores.³⁰²

Das marchas de carnaval ao *funk*, passando também pela adoção dos sambas, os torcedores, “calcados na oralidade, [...] apropriam-se do repertório que integra seu universo cultural, em um sistema de adaptação e improviso”³⁰³. Desse modo, as torcidas organizadas acompanham o florescimento de novas culturas e gêneros musicais, prevalecendo nos decênios de 1940 e 1950 as marchas carnavalescas – acentuando tal característica das denominadas Torcidas Uniformizadas –, enquanto na década de 1960, com o surgimento das Torcidas Jovens e sua proposta de ruptura com o modelo de torcer de apoio incondicional, o samba-enredo foi protagonista.

³⁰² HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 489.

³⁰³ *Ibid.*, p. 493.

O predomínio do bumbo se inscreve na característica dessa nova forma de cantar nos estádios, quando na década de 1970, o encurtamento das letras é vislumbrado enquanto “samba de empolgação” e “samba de embalo”³⁰⁴. O novo embalo rítmico, situado na ideia da ambivalência da música nos estádios, indica ainda um novo caminho, de conteúdo mais agressivo, a se solidificar na década de 1980.

Concebida como “uma comunicação através dos gritos e dos coros entre as torcidas”³⁰⁵, a utilização das músicas emergentes na conjuntura pelos agrupamentos torcedores demonstra não apenas a criatividade para a incorporação de um elemento externo transformado em parte da identidade do grupo, mas também formulam a performance, racionalizada, levada a cabo pela própria torcida.

Introduzido na década de 1970 e consolidado, ao modo carioca, nas duas décadas seguintes, o *funk*, vindo dos Estados Unidos, foi adotado como ritmo prevalente nas arquibancadas do Rio de Janeiro. A identidade do *funk* carioca deriva das subversões dos significados das letras, traduzidos de maneira a combinar com a sonoridade, relegando o significado da música em inglês³⁰⁶:

Mas foi a transformação do refrão “Whoomp! There it is” em “Uh! Tererê!”, na primeira metade da década de 1990, que extrapolou o universo funk e ganhou as ruas. Virou hino de torcida de futebol (“Uh! Tererê! Sou Flamengo até morrer”) e jingle de campanha política para a prefeitura do Rio de Janeiro em 1996 (“Uh, tererê, vote no PT”).³⁰⁷

Vinculado com frequência pelos meios de comunicação e pela sociedade mais ampla à violência e à criminalidade, o *funk* carioca é cooptado pelas agremiações para dar o tom de sua performance. As características presentes no ritmo musical dialogam com a identidade e com a representação presente nas torcidas organizadas: a tensão, a virilidade, o conflito, a relação com a cidade – podendo ser transportada para a relação com o estádio –, e a intensificação da corporeidade como estética da presença torcedora.

No bojo da conjuntura ambivalente de fortalecimento individualismo característico do momento neoliberal e de intensificação de pertencimento a coletividades segmentadas, as torcidas organizadas dialogam com o discurso da violência para angariar

³⁰⁴ Ibid., p. 513.

³⁰⁵ Ibid., p. 517.

³⁰⁶ FERREIRA, R; ARAGAO, C., e ARRUDA, A. Boladão, pesadão, isso é Rio de Janeiro: notas sobre funks de torcida e de facção. *Aletheia [online]*, n. 32, p. 38-52, 2010.

³⁰⁷ Ibid, p. 40.

respeito da sua instituição. É dessa maneira que o *funk* ocupa seu espaço no cenário torcedor:

Em uníssonos possantes, emulado por aquela batida que parecia fazer o estádio trepidar, o hit ditaria a mais nova preferência rítmica das arquibancadas e dos bailes, em correspondência com os crescentes problemas deflagrados em regiões e morros cariocas. Uma maior disposição para a briga intergrupala, uma lógica binária do tipo lado A – lado B, uma pulsante dinâmica gestual-visual e uma técnica corporal mais agressiva aí se configuravam. As torcidas abandonavam os compassos dos sambas-enredos, hegemônicos desde fins dos anos 1960, e afinavam seu repertório com o gênero preferido dos jovens das favelas e das emergentes camadas juvenis. 120 121 Estas cada vez mais se viam seduzidas pelos símbolos de força e poder das Torcidas Jovens do Rio, com seus exércitos, pelotões, comandos e esquadrões, expressas em dizeres inscritos em suas faixas: “a mais temida do Brasil”; “o terror de vocês”; “acima de tudo, abaixo de nada”.³⁰⁸

Protagonista da arquibancada do Flamengo pelo elemento festa, a Raça Rubro-Negra buscou seu espaço de predominância no processo de explosão territorial das torcidas tidas como *militarizadas*. O discurso do temor enquanto ferramenta de intensificação do respeito e de distinção, indicando os confrontos premeditados, irrompe a musicalidade da torcida e apontada para a relação da cidade com a ideia da violência.

Imbuídas de signos do militarismo e da violência, as letras dos cânticos de torcida demonstram a relação de conflito e de superioridade imposta pelo confronto, como é o caso do *funk*:

Da mesma maneira, os funks proibidos de facção, por retratarem o universo destas facções, que estão em constante disputa pelo domínio, defesa e manutenção de territórios – com a polícia ou com uma facção rival – também têm no conflito a sua tônica. Aí surgem vocábulos relacionados ao contexto de guerras, ao potencial bélico, nomeando as aquisições das mais potentes armas do grupo e ofensas aos rivais.³⁰⁹

Mais do que inferiorizar o adversário, geralmente pertencente às torcidas dos grandes rivais do Rio de Janeiro – Vasco, Botafogo e Fluminense –, os *funks* reivindicam

³⁰⁸ HOLLANDA, B.B. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, B.B., MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 119 e 120.

³⁰⁹ FERREIRA, R.; ARAGAO, C. e ARRUDA, A. Boladão, pesadão, isso é Rio de Janeiro: notas sobre funks de torcida e de facção. **Aletheia [online]**, n. 32, p. 38-52, 2010, p. 45

o local da primazia, do respeito, da capacidade de aterrorizar dos agentes envolvidos, sendo a síntese a “intimidação, força, guerra e território”³¹⁰.

Música característica da Raça Rubro-Negra, sem especificações de região, o cântico “Rap do Pirão”, reescrito pela própria torcida organizada, demonstra a dimensão territorial vinculada à violência direta com as agremiações dos clubes rivais:

Já peguei a Força, Young-Flu, TJB / Agora eu to botando até a Mancha pra correr! / Ô alô pirão, alô alô boa visão / Sou da Raça Rubro-Negra, o terror dessa nação / Alô alô Zona Oeste, Comando Aliança / Elite, Niterói, Jacarepaguá / Centro, Zona Sul, Caxias é o terror / Tem a Raça da Baixada e Ilha do Governador / Comando Leopoldina, Pilares, Abolição / Quero ver a Raça Unida, Comando União / Ô alô pirão, alô alô boa visão / Sou da Raça Rubro-Negra, o terror dessa nação / O ataque a Força, não foi necessário / A Raça Rubro-Negra invadiu São Januário / Todo mundo sabe, todo mundo viu / Que a sede da Fúria foi a Raça que invadiu

Na menção aos conflitos com a Força, Young-Flu e TJB, torcidas organizadas do Vasco, Fluminense e Botafogo, respectivamente, a Raça demonstra a imposição do seu respeito a partir da vitória em confrontos físicos. É nesse sentido que o cântico “Oro Pai Nosso, rezo Ave Maria / Raça Zona Oeste manda pro Rocha Faria” torna explícito o intento de aniquilação do inimigo como prêmio, uma vez que Rocha Faria é um hospital municipal de Campo Grande, cidade localizada na Zona Oeste do estado. Numa perspectiva simbólica, os chamados “troféus” obtidos por torcidas organizadas tem a ver com o roubo de bandeiras, de destruição de faixas e símbolos referentes ao rival. Mais que isso, identificar as inúmeras regiões que tem a presença da então torcida logra o posto de superioridade também no que condiz aos espaços da cidade, para além dos estádios.

Identificadas as características formadoras dos *funks* de torcida, torna-se possível estabelecer um paralelo com a conjuntura em vigência. Mais que relegar às torcidas organizadas o estigma da violência, relacionar a Raça Rubro-Negra com seus cânticos tem a ver com a compreensão da incorporação de elementos de características macro, complexificando a questão da identidade torcedora. Sendo a festa sua categoria nativa, a análise do processo de reinvenção da torcida possibilita compreender suas potencialidades, suas demandas e, principalmente, sua atuação enquanto produtor de uma cultura.

³¹⁰ Idem.

2.4.5. Concomitância

Os conjuntos simbólicos das torcidas organizadas, constituídos em um processo dinâmico e ininterrupto, são formados por distintas noções de representações, bem como de suas práticas, ao mesmo tempo em que operam sob a lógica relacional, de onde se rastreia a relação de oposição vislumbrada no interior do cosmo das agremiações torcedoras. O intento disjuntivo visualizado em suas ações esteve em interlocução com as apropriações culturais, também promotoras de novas culturas, num diálogo com a presença performática. Identificada como fenômeno de comunicação, a performance esteve atrelada à instituição de uma linguagem corporal sob o alicerce de seus símbolos, inscritos em seus gestos e movimentos. Em vista disso, diferentes perspectivas e manifestações culturais são incorporadas às suas identidades simultaneamente às suas transformações.

Exponenciada a partir da década de 1980, a violência enquanto fenômeno passa a se circunscrever ao microcosmo das torcidas organizadas, de modo a ser percebida como processo exógeno ao futebol. Denominadas de modo pejorativo, fundamentalmente a partir do final da década, as agremiações torcedoras assistem à sua criminalização e estigmatização, vinculadas diretamente a eventos violentos. No entanto, analisar o fenômeno pela perspectiva da essencialização dessa cultura é extremamente perigoso, uma vez em que restringe a recepção das representações dos agrupamentos à violência, invisibilizando os significados plurais de seu aparato simbólico.

A imersão dos torcedores organizados no universo urbano multiplicou as possibilidades de suas significações e atuações. Inseridas em uma conjuntura de incentivo às personalidades individuais, as torcidas enquanto coletivos viram despontar em seu interior o processo de explosão territorial intimamente ligado com a segmentação de seu subgrupo, bem como de suas lideranças. Em entrevista a Bernardo Buarque de Hollanda, Cláudio Cruz, fundador da Raça, relatou sua percepção sobre o processo de divisão do interior dos agrupamentos:

Sim, mas sempre me opus. Um de nossos componentes, o Joãozinho, sonhava em estabelecer um núcleo nosso em Niterói, onde morava. Sempre me pedia permissão para isso e eu negava: - “Não, João. Dessa forma, você vai dividir o comando”. Quando acontece isso, qualquer problema que, porventura, essas subdivisões venham a ter com o grupo central pode gerar uma dissidência.

Infelizmente, após a minha saída começaram a surgir famílias e núcleos. Isso ocasiona problemas até hoje e presidentes são derrubados por essa razão. Em tudo na vida é preciso ter o uso da força, seja da palavra ou do convencimento institucional a fim de controlar e cortar as arestas do que está andando na contramão da organização. Quando há essas subdivisões, é complicado expulsar um líder, pois ele vai levar todos sob seu comando embora. Não estou defendendo a ditadura. Apesar de terem me chamado de Pinochet, sempre fui aberto ao diálogo. Tanto que, quando eu anunciei minha saída, recebi em minha casa muitos pedidos para que retornasse.³¹¹

Os processos de fragmentação das torcidas, ainda sob a égide do coletivo, além de estabelecerem vínculo estreito com as noções territoriais, promoveram uma dificuldade na adesão de um conjunto representativo. Constituído por diferentes subgrupos, as torcidas organizadas foram atravessadas por disputas internas, que estão relacionadas com a incorporação de distintas identidades e práticas. Dessa forma, a constante transformação da Raça Rubro-Negra, que de torcida festiva passa a ser concebida enquanto agremiação torcedora violenta, é penetrada pela dificuldade de promover a coesão identitária do grupo quanto pela ideia da antinomia festa-guerra, que vê seu estigma incrementado pelas matérias jornalísticas ao exponenciarem ante a forma de espetáculo os eventos violentos, invisibilizando sua presença festiva.

No próximo capítulo, a abordagem se ampara nas disputas discursivas, especialmente entre torcidas organizadas e meios de comunicação. A partir da percepção da complexidade de tal diálogo, houve um esforço de retomar os debates de performance e sua vinculação com o propósito de estabelecer uma situação comunicativa, bem como com a veiculação da construção representativa sobre os agrupamentos e suas demandas.

³¹¹ Depoimento de Claudio Cruz concedido em sua residência, no Andaraí, a Bernardo Buarque de Hollanda, Rio de Janeiro, Abril de 2005.

Capítulo 3 - Raça Rubro-Negra e as práticas discursivas: o que está em disputa?

3. Comunicação através das representações e performances

3.1. Simbiose entre prática e representação

Elemento preponderante no microcosmo das torcidas organizadas, as noções de representação e prática, concebidas através de uma relação de simbiose³¹², edificam as *formas-representação*³¹³ de cada agremiação torcedora. O processo de dilatação da perspectiva de cultura, tributário das prerrogativas da História Cultural, ofereceram base para identificar o dinamismo da produção cultural de diferentes grupos, bem como a intencionalidade em suas práticas e demandas discursivas.

No universo das torcidas organizadas, a constante produção e reformulação de símbolos configura-se enquanto sustentáculo das sociabilidades entre as agremiações, seja pelo viés da aliança ou pela relação de rivalidade. A adoção do que Arlei Damo³¹⁴ denomina enquanto “clubismo”, isto é, um conjunto de símbolos que caracteriza a reformulação da identidade transmutada do indivíduo à persona torcedora, inclui não apenas os valores para a coesão grupal – aqui nesta pesquisa, adotando o conceito de Arlei Damo, referente ao universo futebolístico por uma perspectiva mais ampla, ao microcosmo das torcidas organizadas – mas também parâmetros de rivalidade.

Da escolha do mascote da torcida à indumentária, as representações das agremiações torcedoras são alicerçadas nas relações entre tais grupos, que buscam estabelecer práticas distintivas sob a lógica competitiva. Isto posto, a coesão grupal, que evidencia os signos escolhidos e atribuídos aos agrupamentos, é um valor preponderante no que diz respeito à recepção no cosmo torcedor, em que percepções sobre a torcida “mais festiva” ou “mais temida” consolidam-se enquanto capital distintivo entre as torcidas organizadas.

O fomento às práticas, bem como às suas representações, sob a perspectiva diacrítica constitui elemento preponderante para identificar nas performances das torcidas organizadas, em especial à Raça Rubro-Negra, a proposta de promover uma *situação*

³¹² CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

³¹³ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

³¹⁴ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.

*comunicativa*³¹⁵ através da corporalidade. Fundamentada ante a composição identitária estruturada no princípio da produção de animação dos jogos, a Raça Rubro-Negra buscou solidificar sua percepção, tanto no microcosmo das agremiações torcedoras quanto em uma perspectiva mais ampla, no que diz respeito aos meios de comunicação e também aos torcedores não-organizados, amparada na lógica da distinção. Desse modo, tanto os signos quanto a presença na arquibancada foram arregimentadas sob o fundamento de uma característica cara à torcida: a festa.

A utilização e a presença do corpo sob determinados moldes operam com o intento de estabelecer uma comunicação, que varia a depender do interlocutor. Desse modo, os parâmetros distintivos se alteram e se reformulam sob a variante da situação comunicativa, em que elenco aqui como noções fundamentais para analisar os diferentes aspectos da comunicação no microcosmo torcedor, a partir de Roger Chartier e Paul Zumthor, representação, prática, performance e recepção.

Conjunto de noções mais profundamente estruturado no capítulo anterior, o diálogo entre os termos oferece um leque de possibilidades para a análise não só dos parâmetros identitários do objeto da presente pesquisa, a Raça Rubro-Negra, mas também para identificar as diferentes nuances da comunicação no que diz respeito ao microcosmo no qual está inserida: o das torcidas organizadas, potencializado pelo recorte espacial do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o arranjo do agrupamento no que diz respeito às práticas corporais, bem como às escolhas da composição de seu aparato simbólico, estão alicerçados sob uma expectativa de recepção de tais signos, consolidando uma comunicação com quem seja seu interlocutor.

Nesse sentido, há uma necessidade de complexificação dessas expectativas, uma vez que elas se dão de modos distintos no universo das torcidas organizadas, na sociedade mais ampla e em sua relação com os meios de comunicação que, de certa forma, apresentam nexos e impactos uns nos outros. As relações de poder atravessadas na construção da representação³¹⁶ do agrupamento são preponderantes na percepção dos usos e interesses no que diz respeito à utilização das categorias mais evidentes da Raça Rubro-Negra: a festa e a guerra. Isto se traduz no manejo intencional de suas características fundamentais, sejam elas construídas pela própria torcida ou por agentes externos, de modo a conceber uma presença distintiva autorreferenciada, uma vez que os

³¹⁵ ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

³¹⁶ BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005, p. 139.

parâmetros para tanto são elencados através da perspectiva relacional, como fundamenta Toledo.

A performance, desse modo, ocupa um espaço de destaque na identidade e coesão grupal das agremiações torcedoras, exponenciadas pela importância atribuída ao posicionamento corporal de seus membros que, ao impor uma situação comunicativa através de seus conjuntos simbólicos, assistem a diferentes recepções de suas práticas e representações.

A divisão social do trabalho do universo futebolístico³¹⁷ de matriz espetacularizada, embora especialize as atribuições dos agentes envolvidos no campo, não os isolam de influências externas ou ignoram suas possíveis reconfigurações. De atuações cambiantes, é possível identificar para além dos jogadores de futebol, considerados os principais responsáveis pelo espetáculo, os torcedores enquanto atores-produtores³¹⁸, para além do papel de espectador.

Demanda das torcidas organizadas, a presença torcedora nas arquibancadas extrapola a noção de audiência para performar uma comunicação considerada fundamental para alcançar o objetivo máximo da distinção na situação do jogo: a vitória. Alimentada sob cânticos, movimentos corporais e apetrechos festivos, como bandeirões e baterias, a comunicação promovida pelas torcidas organizadas é entendida em seu microcosmo enquanto necessária para impulsionar o time ao êxito, tendo em sua performance o alicerce para tanto.

Edificada sob o intento de distinção através dos elementos festivos, a Raça Rubro-Negra fundamenta sua representação em sua performance, alicerçada nas demandas discursivas de serem vanguarda no torcer em pé e durante todo o jogo, nos elementos visuais, como na padronização através do vermelho, elencado como cor da torcida por demonstrar força, e na utilização de bandeiras, papel higiênico e faixas. Através dos padrões de oposição em relação às demais torcidas organizadas, principalmente as do Rio de Janeiro, a agremiação é constituída sob o discurso da distinção na perspectiva competitiva própria do cosmo torcedor, incluindo sua bateria, chamada pelos seus membros de “bateria forte”. Nessa acepção, o conjunto de signos atribuídos como

³¹⁷ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.; TOLEDO, L.H. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

³¹⁸ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

fundamentação da coesão grupal da Raça Rubro-Negra evidencia que “as ações corporais constituem uma modalidade de linguagem; de que o corpo e o movimento dizem algo ao fazerem”³¹⁹, devendo ser complexificados tanto os signos quanto as ações em função de seu interlocutor.

A experimentação da performance impulsionada pela coesão grupal conformada sob suas idiossincrasias converge para a consolidação de uma coletividade alicerçada em sua identidade. Nesse sentido, no caso da Raça Rubro-Negra, essa coesão se sustenta através do investimento pessoal à adesão do conjunto de signos elencados como preponderantes para o agrupamento que, nesse caso, são traduzidos sob os termos de força e movimento. Isto posto, a consolidação dos símbolos característicos da Raça Rubro-Negra objetiva, para dar sentido e sustentação às suas representações, práticas, recepções e performances, a conformação de uma identidade coletiva sólida que, segundo Pollak, é revestida de um envolvimento intenso com tais prerrogativas que se almejam implementar:

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e coerência.³²⁰

O processo de formação de identidades coletivas transpostas para o universo das torcidas organizadas tem a ver não só com a construção de memórias para o agrupamento, que sustenta o conjunto simbólico, mas também com a adesão a um sistema de pertencimentos que, comumente associados aos clubes de futebol, são intensos no que diz respeito à orientação instituída pela agremiação. As noções elencadas aqui como a instituição de uma comunicação, ou seja, representação, prática, performance e representação, operam também enquanto “uma modalidade de projeção e representação coletivas articuladas em forma de sistema”³²¹ que, atribuída à Raça Rubro-Negra é tão fortalecida sob os pertencimentos internos quanto na relação com o próprio clube.

³¹⁹ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005, p. 45.

³²⁰ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 207.

³²¹ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005, p. 68.

O que Damo convencionou denominar de “clubismo”³²² significa a adesão a um conjunto simbólico de identificações, mas também à rejeição do outro que, em um universo disjuntivo tal como o do futebol, tem como significado que padrões de rivalidade constituem a base da escolha de signos representativos de si. A transformação visualizada diz respeito à abdicação da perspectiva de si enquanto indivíduo à membro de uma coletividade torcedora que incorpora à própria personalidade elementos preponderantes para a coesão da representação e identidade de sua agremiação. Isto posto, ser torcedor de um clube “implica na identificação de um indivíduo a dada coletividade e, portanto, uma transsubstancialização de indivíduo à *persona*”³²³ que, transposta ao torcedor organizado, é exponenciado na medida em que outros padrões de rivalidade são identificados.

A comunicação, por sua vez, que é fundamentalmente baseada na corporalidade, sob o viés de Zumthor³²⁴, onde o discurso emerge através da gestualidade performática e o espaço-tempo de sua presença não é necessariamente físico, mas sim fundamentado em seus signos, segundo Damo:

Não se trata de um espaço físico – embora ele possa contribuir para tal –, mas sobretudo de um espaço imaginário que induz os sujeitos, atores e espectadores a situarem-se num espaço-tempo de relações, entre si – resguardando ou articulando as alteridades do futebol. Não é simplesmente a presença dos jogadores e torcedores num estádio qualquer, mas um conjunto variado e heteróclito de signos relacionais.³²⁵

Agentes constitutivos do campo esportivo e da divisão social do trabalho no futebol de matriz espetacularizada, os torcedores, exponenciados por aqueles que se organizam, encontram na performance e nos usos do corpo um espaço e uma ferramenta de comunicação através de suas representações e práticas. Ordenadas e manejadas pelo seu conjunto simbólico, elencado por Arlei Damo enquanto pressuposto da situação comunicativa, tais noções são posicionadas por seus agentes de modo a disputar suas recepções de acordo com a interlocução que se tem.

³²² DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.

³²³ Ibidem, p. 90.

³²⁴ NOVAES, C.C.; ALVES, P.R. Performance e poética da oralidade, segundo Paul Zumthor. **Fólio–Revista de Letras, Vitória da Conquista**, v. 5, n. 1, p. 489-497, 2013, p. 491.

³²⁵ DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005, p. 90.

3.1.1. Comunicação e disputas de representação

Componente da vida social, a produção de discursos, ancorada na dialogicidade entre locutor e interlocutor, é atravessada pela lógica de produção e recepção de uma representação sobre o que se fala. Desse modo, os discursos operam enquanto prática ideológica, porque ao mesmo tempo em que se produz uma representação sobre elementos ou grupos sociais, distintas interpretações são formuladas, impactando a percepção sobre os agentes do corpo social de modo essencial. Isto é, a produção dos discursos corresponde às disputas de constituição dos parâmetros representativos que, por sua vez, apontam para a essência do objeto analisado.

Mais que mera reflexão, a produção de discursos se estabelece enquanto parte constitutiva da construção de significados sobre determinados agentes ou grupos sociais através do empreendimento de atribuições de signos “e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais”³²⁶. Ou seja, a produção de discursos extrapola o aspecto da fala e alcança as possibilidades de constituição da essência de agentes ou grupos sociais através do estabelecimento de representações que, segundo Fairclough, tem um aspecto tridimensional:

Qualquer “evento” discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do “texto” cuida da análise linguística de textos. A dimensão da “prática discursiva”, como “interação”, na concepção “texto e interação” de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo “discursos” no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente.³²⁷

A qualidade tridimensional do discurso anunciada por Fairclough vai na direção da complexificação dessa prática no bojo da sociedade ao instituir seu papel na construção de processos caros à formulação de identidades. A transmutação de indivíduo a sujeito social³²⁸, alicerçado sob um conjunto de símbolos que foram atrelados a si, tem na

³²⁶ FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 22.

³²⁷ Idem.

³²⁸ Idem.

interação do texto apontada pelo autor um processo de significação do discurso, que contribui para formular os efeitos do mesmo na realidade. A defesa do autor converge, desse modo, para a assertiva de que a conexão entre discurso e realidade se dá de forma ativa, em que tal nexos é vislumbrado através dos impactos na afirmação ou negação de pressupostos e perspectivas sobre dados agentes ou grupos sociais.

Em vista disso, a dimensão da “prática social” opera enquanto ferramenta de consolidação de representações, seja por demandas internas dos grupos sociais, alicerçadas sob a dimensão simbólica que se deseja construir e manejar em prol de sua coesão, seja por formulações de ideias advindas de locutores externos, não necessariamente engajados no fomento do sistema de signos elencados pelo próprio grupo.

A localização histórica e seu recorte temporal, por sua vez, incide na identificação de distintos discursos agrupados no processo de construção social de determinada representação. As condições particulares de um evento, de agentes ou grupos interessam no que diz respeito ao manejo das práticas discursivas em consonância com as práticas sociais, dimensões presentes no discurso. Isto posto, as práticas e representações de agrupamentos são atravessadas por disputas que têm no discurso um elemento preponderante não apenas para a consolidação da identidade que se almeja, mas no que diz respeito à recepção construída não apenas por si, mas por outrem.

Nesse sentido, ao menos um contraponto pode ser elencado como fundamental no que diz respeito à instalação de estigmas identitários sobre o universo das torcidas organizadas: as identidades não são sólidas³²⁹. A conformação de uma identidade está alicerçada não apenas na ideia de experiência coletiva, em que se soma o eu à coletividade e seu conjunto simbólico, mas também às distintas subjetividades presentes nos sujeitos que, ao passarem pelo processo de estigmatização, assistem não apenas o amainar de suas demais características, mas também o preterimento dos constantes reposicionamentos identitários.

O fenômeno da memória, que opera sob o nexos entre o coletivo e o singular, é flutuante e mutável, e principalmente construído. Isto posto, os processos referentes à construção da representação – entre eles a memória, identidade e discurso – estão alicerçados na relação ativa do discurso na realidade, em que a complexidade deve emergir enquanto fator preponderante para abarcar não apenas uma relação unilateral da

³²⁹ TOLEDO, LH. Torcer: a metafísica do homem comum. **Revista de História**, n. 163, p. 175-189, 2010, p. 182.

prática discursiva, mas a pluralidade de aspectos envolvidos, como as práticas, a performance e as recepções através da interlocução.

3.1.2. Mídia e representações

A construção da representação, processo caro ao universo das torcidas organizadas, mas também aos diferentes agentes sociais, encontra na mídia um espaço que evidencia as possibilidades de escolha intencional para a edificação de tais parâmetros. No entanto, as disputas pela representação encontram impasse no desequilíbrio no que tange ao alcance de sua veiculação, uma vez que as mídias ocupam esse espaço. Isto posto, a seleção de elementos a serem elencados enquanto conjunto simbólico sobre determinados agentes sociais revela o aspecto ideológico presente na mídia em que o efeito é, sobretudo, o reforço das relações de força na sociedade:

os produtos veiculados pela mídia utilizam linguagens e articulam significados a determinados referentes, criando representações que, ao serem veiculadas para a sociedade, tomada como “massa”, ressaltam alguns significados, ocultam outros, incorporam significados correntes em alguns grupos e os ampliam para toda a sociedade, entre outras operações nas quais se manifesta o potencial de veiculação de ideologia através da mídia, naturalizando representações sociais e operando no sentido da manutenção de uma dada relação de forças no interior da sociedade.³³⁰

No seio dessa disputa de forças, a dinâmica intensa pela busca da hegemonia sobre as representações se dá de maneira constante, uma vez que obtida, não necessariamente se torna fixa e estável. Segundo Gastaldo, a busca pela primazia na definição de padrões de representações sobre determinados agentes ou grupos sociais resvala nas flutuações das mesmas, que encontram no processo de disputa mutações significativas. No entanto, quando o locutor do discurso é protagonizado pela mídia, o fator da veiculação torna-se preponderante pelo seu potencial de influência.

Nesse caso, embora a representação não se torne definitiva, uma vez que a disputa pela hegemonia é um processo caracterizado pela sua constância e dinamicidade, a extensão do alcance e, por conseguinte, da influência que a mídia logra, tem como resultado ao menos a reafirmação da versão dominante e já preconizada:

³³⁰ GASTALDO, E. Publicidade e imaginário esportivo na televisão. In: HOLLANDA, B. B. et al. **Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão**. Rio de Janeiro, v. 7, 2013, p. 35.

Como resultante da dinâmica entre diferentes forças sociais em conflito, a hegemonia nunca é definitiva; os significados e representações estão sempre sendo rearticulados de acordo com o processo social. Na medida em que a hegemonia é conquistada através do conflito entre forças sociais pela articulação consensual dos significados, a veiculação de representações torna-se um elemento-chave neste processo, pois o poder de propor representações torna-se numa larga medida o poder de propor “definições” acerca da realidade: o tal “poder da mídia”. Neste sentido, a mídia representa um elemento poderosamente eficaz na constituição de uma “versão dominante” na cultura de uma sociedade. Não existe determinação neste processo, mas influência. Uma influência poderosa, mas que também se encontra ela mesma em plena luta entre diferentes ideologias, significados e versões concorrentes da realidade, competindo entre si para permanecer ou tornar-se o significado predominante, visando à hegemonia.³³¹

No microcosmo das torcidas organizadas, a mídia é elencada como o interlocutor preponderante no que diz respeito à veiculação de suas representações. No entanto, é tida como tal pela tensão, característica dominante nesse relacionamento. De uma relação elogiosa aos chefes de torcida alicerçados na *carnavalização*, marcada pela afinidade entre parâmetros de conduta entre torcedores e autoridades, a partir da década de 1980, de quando se rastreia a consolidação da *burocratização* das agremiações torcedoras, bem como sua *militarização*, a postura midiática na exposição do aparato simbólico das torcidas organizadas fundamenta-se na criminalização, sob o signo da violência.

O ensejo e a energia depreendida no engajamento ao universo simbólico constituído com o intento de distinção pelas agremiações torcedoras passaram a ser traduzidos pela mídia sob o arranjo posicionado de seus interesses ao elencar as características presentes no conjunto de signos a serem destacadas e/ou eclipsadas. A condução dessa exposição através da mídia, que “colabora com a produção e sustentação de imaginários sociais acerca do esporte e da sociedade”³³², de modo estigmatizante, tem como corolário o reforço de uma identidade assimilada unicamente pelo viés do enfrentamento que, embora seja constitutivo do microcosmo das torcidas organizadas, não corresponde à polissemia própria de tais agrupamentos.

O postulado de distinção através da categoria nativa de festa pela Raça Rubro-Negra, atrelado a outros símbolos que dão coesão e coerência à torcida, passa a conviver com elementos próprios da caracterização violência, rastreada nas décadas de 1980 e

³³¹ GASTALDO, E. Publicidade e imaginário esportivo na televisão. In: HOLLANDA, B. B. et al. **Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão**. Rio de Janeiro, v. 7, 2013, p. 36.

³³² Ibidem, p. 49.

exponenciadas no decênio posterior. A experimentação densa das vivências na esfera urbana, em interlocução com o cenário conturbado do Rio de Janeiro, caracterizado pelo recrudescimento da violência, extrapola o recorte espacial do estádio e amplia as possibilidades de sociabilidade.

A segmentação das torcidas organizadas em subgrupos expõe a amplitude construída pelos agrupamentos que, em um novo relacionamento com o urbano, encontram ponto de convergência com outros universos, como o *funk*. Ao mesmo tempo, a interlocução concebida entre os microcosmos e a ampliação da presença dos membros das torcidas no espaço urbano foram traduzidas como espetáculo na articulação midiática, impulsionando a recepção da representação arranjada sob o estigma da contenda:

Há uma crescente pressuposição e previsibilidade da ocorrência das brigas, transgressões que potencializam ainda mais as animosidades entre torcedores, entre galeras ou gangues. Em contrapartida, os meios de comunicação realimentam tais ocorrências na forma de “espetáculos”.³³³

O processo ininterrupto de construção de representações, engajadas, sobretudo, na fundamentação de uma coesão grupal sob a perspectiva relacional de distinção, não é unilateral ou isento de contradições. A demanda discursiva da Raça Rubro-Negra, à época de sua fundação em 1977, canalizava a lógica da competitividade, ainda que sob parâmetros festivos, em oposição à torcida organizada vinculado ao mesmo clube, a Torcida Jovem do Flamengo. No entanto, o manejo da prática discursiva é fundamentado pela identificação de seu interlocutor que, ainda no microcosmo das torcidas organizadas, comumente é associada à intimidação através da virilidade.

Em uma perspectiva mais ampla, seja na comunicação com a torcida do Flamengo, com os meios de comunicação ou com a sociedade mais ampla, a performance nas arquibancadas evidencia a busca pela distinção através da superioridade de ferramentas festivas e próprias do espetáculo futebolístico. Entretanto, o impulso da festa por vezes é invisibilizado em função das articulações dos parâmetros de representação promovidos pela mídia no intento de reforçar aspectos nem sempre convergentes com os interesses do agrupamento.

3.2. Práticas e significações da Raça Rubro-Negra

³³³ TOLEDO, LH. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. **Revista USP**, n. 22, p. 92-101, 1994, p. 101.

As categorias demandadas enquanto vanguarda pela Raça Rubro-Negra, que se traduzem principalmente na noção de festa, são ancorada na perspectiva de distinção através da incorporação de determinados elementos escolhidos para o incremento de bens simbólicos. Desse modo, os bens culturais tratados enquanto capitais simbólicos no interior da agremiação são organizados com o intento de assimilar à performance da então torcida organizada a distinção e a legitimidade, principalmente em uma relação de oposição com os outros grupos existentes desse microcosmo.

A festa enquanto categoria nativa da Raça Rubro-Negra é um elemento muito presente nos discursos de seus membros, tanto entre seus fundadores quanto na geração mais atuante na atualidade. Cimentados na ruptura com um “torcer frio”, a Raça Rubro-Negra, desde 1976, quando ainda não havia sido fundada, estruturou sua existência a partir de um novo modelo de torcer, a ser impulsionado por seus participantes e adotado por outros torcedores e agrupamentos. O mote festivo emergente enquanto substituto do procedimento torcedor a ser rompido, no entanto, convivía com outras perspectivas diacríticas no interior da torcida, não tão anunciadas em fins dos anos 1970.

As chamadas “lutas pela apropriação exclusiva dos signos distintivos”³³⁴, que no manejo discursivo da RRN convergia para a categoria festa, exponenciada no período de sua fundação e posterior crescimento, foi ampliada às disputas mais contendoras na relação com outros agrupamentos. Enquanto apropriação de bens culturais são compreendidos como tal não apenas os elementos festivos, mas também a tomada de ferramentas e símbolos pertencentes às torcidas rivais, como faixas, camisas e bandeiras. A legitimidade e a distinção que emerge no arranjo discursivo sobre a torcida mais calorosa é exponenciada com energia no que tange a recepção de seu temor, transposto no microcosmo das torcidas organizadas como disposição. Nesse sentido, não há a presença totalizante de apenas uma das categorias, mas sim uma lógica de reformulações e reposicionamentos constantes das mesmas de acordo com os interesses da torcida organizada, além da percepção de seu interlocutor.

Pertencente à “ordem do simbólico, atualizando um intrincado jogo de símbolos”³³⁵, a realidade da disjunção do jogo de futebol, transposta aqui com as devidas especialidades do universo dos torcedores organizados, é flutuante e sofre recorrentes

³³⁴ ABREU, C. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 5 (10), p. 841-964, 2015, p. 855.

³³⁵ DAMO, A. Futebol e estética. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 82-91, 2001, p. 86 e 87.

mutações por estabelecer uma simbiose entre o ritual disjuntivo, produção de realidade e atualização de símbolos. Segundo Damo, a estrutura própria do futebol é caracterizada pela motivação da obtenção da disjunção, cujo corolário resvala na elaboração de um novo fato que, por sua vez, atualiza os símbolos de seus universos.

O deslocamento da compreensão das constantes alterações de símbolos e realidades através de momentos disjuntivos para o universo das torcidas organizadas é viabilizado pelo caráter competitivo próprio de tais agrupamentos, tendo em seus padrões identitários e representativos o viés da perspectiva relacional sob a forma de oposição. Além da festa, o roubo de materiais, as invasões às sedes das torcidas rivais, bem como os enfrentamentos, que na década de 1990 passam a ser premeditados, significam a apropriação simbólica de objetos relevantes dada a dificuldade de concretização, simbolizando a disposição e o vigor na busca pela primazia.

O ímpeto da participação das diversas vivências do grupo, bem como da entrega à construção de uma representação disjuntiva no domínio das torcidas organizadas, evidencia a espessura da significação do conjunto simbólico fomentado e elencado intencionalmente por seus membros:

A construção da pessoa do jovem torcedor organizado, ou de milhares de outros que sancionam esta modalidade de participação coletiva no futebol ou em outras práticas esportivas, requer um investimento simbólico rico e plural em experimentações que, num certo sentido, caracteriza uma demanda predominantemente juvenil.³³⁶

A estruturação simbólica de um conjunto de práticas na constituição de uma *forma* reconhecida e particular no interior de determinado universo foi apropriada pela Raça Rubro-Negra sob o elemento primordial da festa. Os enfrentamentos e o aspecto da virilidade presentes nos relacionamentos entre agrupamentos rivais são amainados em uma perspectiva ampliada em função da emergência da disjunção através do fomento do espetáculo pela arquibancada. Isso não significa dizer que as práticas contendoras são invisibilizadas enquanto discurso disjuntivo, principalmente no que tange as sociabilidades entre os agrupamentos organizados, mas que a escolha de suas práticas e recepções expressadas através da performance visaram o elemento festivo enquanto característica almejada de recepção.

³³⁶ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 256.

Em uma de suas falas, Paulo Apparício, presidente da Raça Rubro-Negra entre os anos 1994 e 2009, evidencia a continuidade e reforça tal demanda discursiva construída desde a fundação da torcida:

O que faz as pessoas se apaixonarem pela Raça são as grandes festas que a Raça sempre fez! A Raça foi uma torcida que estava na tevê toda hora. Aquelas festas com bandeira, fogos... Sempre foi pioneira em fazer umas festas diferentes.³³⁷

As transformações do futebol ecoadas na década de 1970 com a criação do Campeonato Nacional, assim como os demais marcos do processo de modernização do futebol, demandaram das torcidas um esforço de manutenção das formas-representações em um cenário potencializado por sua amplitude. A ampliação do alcance das disputas futebolísticas à nível nacional foram estiveram consonantes não apenas com o incremento de novas formas de financiamento e estruturação do torneio, mas também à burocratização das torcidas organizadas para atender às necessidades latentes impostas nesse novo relacionamento com o esporte.

A coletivização do torcer, que se fortalecia na medida em que a segmentação dos agrupamentos torcedores ocorria resvala nas responsabilidades emergentes de organização e seguimento da coesão grupal. Desse modo, as caravanas, fenômeno intensificado com a nacionalização do campeonato, tiveram sua frequência exponenciada e demandaram um investimento ao mesmo tempo pessoal, coletivo e planejado de estruturação das torcidas organizadas que viam seu espaço de atuação expandido.

A burocratização dos arranjos da torcida, tal como sua presença ampliada no espaço urbano, ultrapassando as fronteiras do estado de vinculação do clube, sucede concomitantemente como fruto da expansão da amplitude dos torneios para além do local e enquanto afirmação de suas formas solidificadas em sua burocracia e estrutura interna através de uma maior independência:

O novo influxo do profissionalismo e o alargamento da simbologia clubística, agora articulada à esfera da nação por meio de uma competição que procurava integrar, ainda que compulsoriamente, as diversas regiões do território, se refletiriam de maneira provisória no afastamento das figuras do dirigente de torcida e do dirigente de clube. O quadro teria repercussões também nas disputas por espaço e nas maneiras de representação dos torcedores nas arquibancadas. Quanto

³³⁷ COSTA, M., VON KRÜKER, P. **O pulmão da arquibancada**. Brasil: Comdomínio Filmes, Filmes do Bem, 2012. HD.

mais as torcidas requeriam uma estrutura de viagens para o acompanhamento sistemático do time nos jogos fora do estado e em um local para abrigar seu material – cada vez mais autônomo em relação ao clube, que crescia em termos quantitativos com bandeiras, camisas e instrumentos musicais –, menos a figura exclusiva do chefe, como repositório moral e ícone do clube nos estádios, tornava-se necessária. A unanimidade e o consenso em torno de um único nome cedem terreno a uma fragmentação da representatividade que atende às demandas competitivas e aos imperativos funcionais de existência da coletividade.³³⁸

O estabelecimento de novos quadros no interior das torcidas organizadas, desse modo, esteve atrelado à transição da figura de um líder para a coletivização segmentada, cristalizada com a existência de cargos nos moldes da estruturação da administração interna. A instalação de uma prerrogativa mais gestora, no entanto, não teve recepção elogiosa. Pelo contrário: a existência de distintas lideranças na torcida constantemente foi atrelada ao arranjo canalizado para a busca de benefícios próprios e ao abandono à devoção irrestrita característica dos antigos chefes, exemplificados sobretudo na figura de Jaime de Carvalho.

De uma relação pouco caracterizada por conflitos aos ataques tanto às práticas quanto às representações da torcida organizada, a imagem veiculada sobretudo pela grande mídia a partir dos anos 1980 vinculam à Raça Rubro-Negra mais aos confrontos que aos elementos de animação, utilizando como aparato argumentativo tanto os fenômenos de enfrentamento, como os eventos trágicos marcantes da torcida – a queda do alambrado do Maracanã em 1992 e o ataque em São Paulo ao ônibus da torcida em 1993 –, somados de ataques aos alicerces estruturantes e administrativos do agrupamento, constantemente atrelados à corrupção e à imoralidade.

3.2.1. Da festa à guerra?

A ascensão da temática da violência referente a torcedores nos anos 1980 é impulsionada, sobretudo, pela ocorrência de enfrentamentos na Europa, especificamente na Inglaterra, com a responsabilização dos mesmos aos *hooligans*³³⁹. A temática internacional ganhou espaço no noticiário brasileiro na primeira metade da década e,

³³⁸ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 135.

³³⁹ LOPES, FTP; CORDEIRO, MP. Futebol, visibilidade e poder: lógicas da violência nos espetáculos futebolísticos. **Revista Comunicação Midiática**, v. 10, n. 3, p. 119-134, 2015. p. 121.

conscientemente ou não, atravessou a recepção das torcidas organizadas assimiladas enquanto o equivalente nacional.

Concomitante ao recrudescimento da violência no espaço urbano, a contenda envolvendo torcedores, ainda que em uma perspectiva externa, fundamentou uma nova relação no que diz respeito à recepção das práticas e representações dos torcedores organizados no Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. As atitudes festivas promovidas nas arquibancadas de autoria dos agrupamentos passaram a coabitar com a responsabilização dos mesmos nos eventos mais contendedores que, no decênio posterior se tornou a tônica da representação externa das agremiações:

A questão da escalada da violência que permeará o juízo feito sobre os Gaviões da Fiel ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, transformou uma representação feita pela mídia que inicialmente imputava à torcida a festa nas arquibancadas, para se tornar o terror da família nuclear e do cidadão de bem frequentador dos estádios, principais prejudicados na visão midiática pela ascensão da violência. O pânico moral, mais do que necessariamente os atos de violência vão permear esse período.³⁴⁰

A Raça Rubro-Negra, assim como a Gaviões da Fiel³⁴¹, passou a experimentar o rearranjo de sua recepção simbólica, não de modo passivo, sob o viés da violência. A década de 1980, atravessada por debates referentes à redemocratização, à crise econômica e ao recrudescimento da violência, ofereceu uma nova realidade também para as torcidas organizadas. O processo de burocratização em diálogo com os debates desenvolvidos no corpo social solidificou novas formas de conceber a disputa de poder, calcadas em distintos pressupostos. Desse modo, ao mesmo tempo que emerge a categorização dos agrupamentos torcedores sob a ótica da contenda, a mesma é transformada em uma postura disjuntiva nas relações internas de seu microcosmo.

A pluralidade de possibilidades vislumbradas no relacionamento entre membros e instituições torcedoras organizadas, sob o atributo da perspectiva relacional cara à formulação dos parâmetros identitários, opera não apenas enquanto representação de si, mas exponencialmente pelo viés da disjunção. A Raça Rubro-Negra enquanto articuladora de um discurso pautado na ruptura e na instituição de padrões festivos na

³⁴⁰ CANALE, VS. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 81.

³⁴¹ Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Gaviões da Fiel Torcida, torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista.

arquibancada expõe o tratamento intencional das categorias atreladas às torcidas organizadas: a festa e a guerra. O manuseio das qualidades assimiladas se dá na medida em que ambos operam enquanto fator de distinção, vultuosamente orientado para seu próprio universo de relações. Isto posto, as dinâmicas do poder se caracterizam por suas diferentes apropriações e rearranjos a depender da comunicação que se pretende e da conjuntura que se experimenta:

Nossa perspectiva é outra: quer compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradores de formações sociais inéditas), tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas.³⁴²

Ainda assim, o discurso basilar dos membros da Raça Rubro-Negra converge majoritariamente para a categorização da agremiação enquanto a mais festiva em suas anunciações. Na coluna Bate Bola, espaço dedicado às conversas e debates entre torcedores no *Jornal dos Sports*, Saint Clair, membro da torcida à época, expõe sua insatisfação com a premissa do temor como fator de distinção em lugar da vibração:

Volto a esta coluna, que dá apoio total às torcidas organizadas para saber de certos componentes o porquê de tantas cartas ridículas dizendo que torcida X é mais temida ou que a Y é o terror. A torcida organizada surgiu para apoiar os times ou para cometer atos de violência? Os componentes da Raça Rubro-Negra não se preocupam em ser os mais temidos, e sim os mais vibrantes. Pois a maioria da Raça tem o objetivo de passar para os componentes que torcida é uma união de apaixonados pelo Flamengo e não por pancadaria e covardia. Não tememos ninguém.³⁴³

A fala do componente da Raça Rubro-Negra no primeiro ano da década de 1990, além de evidenciar e orientar o cerne da preocupação da representação da agremiação, exhibe a cautela com a identificação das torcidas organizadas sob o signo da violência, inclusive a partir da contestação das motivações reais sobre as existências das mesmas.

O desafio de garantir a coesão grupal e a adesão dos componentes à conduta e à postura convergentes com os parâmetros da torcida encontrava dificuldades tanto perante a segmentação das agremiações que, ainda revestidas sob os mesmos signos, buscavam determinadas distinções internas, muito atreladas à perspectiva local, quanto na

³⁴² CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191, p. 188.

³⁴³ *Jornal dos Sports*, 23 de novembro de 1990.

exponenciação do número de associados aos quadros da agremiação. A primeira metade da década de 1990 foi vivenciada pelas torcidas organizadas ante o trato do incremento do número de componentes em suas fileiras, tendo casos em que a quantidade de membros foi triplicada³⁴⁴.

Na Raça Rubro-Negra, o aumento de sócios e de simpatizantes angariou ainda maior destaque à presença nas arquibancadas, exponenciada não apenas pela festa, mas pelo visível e vultoso contingente identificados na cor vermelha. Motivo de exaltação e vaidade, no ano de 1992 a quantidade de pessoas aglomeradas no espaço frequentemente ocupado pela torcida no Maracanã foi convertida em acidente trágico, ainda que não tenha sido o determinante do ocorrido. Como exposto no capítulo anterior, a queda do alambrado do Estádio Mário Filho durante a final do Campeonato Brasileiro daquele ano, disputada entre Flamengo e Botafogo, a partir das análises da perícia, teve como fundamentação a danificada e frágil estrutura do estádio, mas que frequentemente foi associada à Raça Rubro-Negra.

Presente com recorrência no discurso das lideranças da torcida, a queda do alambrado do Maracanã é considerada um marco na instituição, não apenas por ter ocorrido na localização em que estavam agrupados, mas também pelas posteriores significações. Em relato ao documentário “O Pulmão da Arquibancada”, Paulo Apparício, ao explicar a relação entre a agremiação e a tragédia, expõe o desdém ao anunciar o ciclo penoso e pungente nos anos posteriores:

Todo mundo quer ficar na Raça. E, naquele jogo, houve uma superlotação ali na Raça. A Raça costuma ficar com 15 mil em pé, tinha mais de 30 mil ali. Então foi um movimento brusco li da torcida pra se ajeitar e a arquibancada ruiu. Foi o momento mais triste que já passei na Raça Rubro-Negra. (...) Uma tragédia horrível, pessoas caindo na cadeira, outras caindo por cima e o momento ali foi de manter a calma e começar a socorrer as vítimas. O jogo ali, infelizmente, que era uma paixão nossa ver o Flamengo campeão brasileiro, mas a gente se preocupou em socorrer as vítimas. E depois dali a Raça passou um momento muito ruim.³⁴⁵

Na prática, a relação entre a Raça e situações contendoras foi potencializada em consonância com o recrudescimento dos noticiários sobre violência e torcidas organizadas, tendo como expoente o assassinato do líder da Mancha Verde em 1988 e a

³⁴⁴ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 258.

³⁴⁵ COSTA, M., VON KRÜKER, P. **O pulmão da arquibancada**. Brasil: Comdomínio Filmes, Filmes do Bem, 2012. HD.

batalha campal do Pacaembu em 1995. A efervescência dos debates sobre criminalidade na esfera urbana e os novos fenômenos, como a consolidação do *funk* no Rio de Janeiro a partir da década de 1980, constituíam uma animosidade sobre tais temas, infertilizando ainda mais o terreno para as agremiações torcedoras, que estreitavam seus laços de sociabilidade no espaço dos bailes *funk*.

Atual presidente da torcida, Anderson Clemente da Silva, chamado de Macula pelos membros da agremiação, em depoimento traduziu o “momento ruim” que sucedeu a queda do alambrado no Maracanã mencionado por Apparício:

No começo dos anos 1990 era uma loucura. E as brigas de torcida organizada, de times rivais também, aumentaram bastante quando o baile funk acabou e o pessoal passou a frequentar o estádio de futebol. E aí veio acontecer realmente de ter essa percepção e a galera ter a cabeça mais aberta pra isso, essa de liderança de torcida, agora, de 2000 em diante. O pessoal começou a ver que era feio, muita covardia... Os moleques saíam de casa para ir ao estádio e não sabiam se iam voltar.³⁴⁶

As décadas de 1980 e 1990, esta última especialmente, instalaram novos moldes nas práticas das torcidas organizadas e na recepção das mesmas. O arranjo da distinção através da contenda fomentado pelas sociabilidades extrapoladas para além do território do estádio contribuiu para novos parâmetros de sociabilidade entre as agremiações. A fundamentação da representação da Raça através da festa não estava isenta da abordagem e apropriação da disposição para a contenda como manutenção da honra viril alargadas a outros espaços da cidade. Nesse sentido, em uma relação de alimentação mútua, os enfrentamentos entre torcedores encontraram território fértil em espaço próprio para tal nos bailes *funk*, especialmente os chamados bailes de corredor, em que seus frequentadores posteriormente buscaram incorporação no seio das agremiações.

3.2.1.1. Sociabilidade e representação no baile *funk*

O princípio da relação entre torcidas organizadas cariocas e o mundo *funk* tem a ver com as perspectivas da transitoriedade e ambiguidade da juventude do Rio de Janeiro. Rica em pluralidades de significados, as relações entre jovens cariocas se definem, sobretudo, pela flutuação das suas relações e de seus símbolos. Desse modo, as culturas cariocas construídas por diferentes segmentos, quando transpostas para o universo

³⁴⁶ Idem.

juvenil, esbarram na impossibilidade de propor uma definição categórica e estática, potencializadas pelos nexos cambiantes entre galeras e agrupamentos, que constantemente se permitem transitar para além das definições de suas fronteiras.

Os processos de estabelecimento de laços e os constantes rearranjos dos mesmos significaram a produção infundável de signos alicerçados nas vivências próprias das juventudes cariocas na produção de novas realidades. Isto posto, “os “jovens do Rio continuaram produzindo incessantes símbolos (muitas vezes conflitantes entre si) de seu vigor cultural e exportando “modismos” (que nunca são “meros” modismos) para todo o país”³⁴⁷, em uma relação não necessariamente amena, mas explicitamente densa em seus significados. No que tange a veiculação de suas produções culturais, as sociabilidades das torcidas organizadas cariocas que, nos anos 1990, encontraram solo fértil de inserção nos bailes *funk*, representam um grande exemplo, ao identificar nas representações torcedoras em outros estados a intensa interlocução e apropriação de elementos e características próprias do *funk*.

O *funk* como ritmo musical importado pelo Rio de Janeiro encontrou nas realizações dos bailes “o espaço-tempo de expressão de consagração”³⁴⁸, vivificados enquanto elo inseparável de manifestação. A corporalidade dos movimentos e a música eram experimentadas de modo denso e intrínseco, constituindo uma espessura que apontava para a interdependência entre os fenômenos baile e *funk*.

Consolidado através da ocorrência dos bailes, o *funk*, nos anos 1990, incorporou uma nova dimensão, ganhando contornos significativamente abasileirados, além de se tornar uma atividade econômica exponencialmente significativa³⁴⁹. As proporções da explosão do *funk* alcançaram não apenas a apropriação através da indústria cultural, mas também no universo das torcidas organizadas, que utilizaram seu ritmo não apenas em seus cânticos, mas como símbolos de identidades convergentes e semelhantes. A hostilidade, o conflito e a agitação são elementos próprios dos dois microcosmos em questão, que intensificaram a atribuição de significados com a recriação de sentidos postulada pelas galeras nos bailes. Desse modo, letras originalmente em inglês passaram a ser entoadas nos bailes com outras interpretações alicerçadas na manutenção fonética

³⁴⁷ VIANNA, H. Introdução. In: VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 15.

³⁴⁸ SOUTO, J. Os Outros Lados do *Funk* Carioca. VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 59.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 64.

da música que, por sua vez, foram cooptadas pelas torcidas organizadas com suas próprias variantes.

Apropriado tanto na formulação de cânticos para as torcidas rivais quanto para o suporte do próprio time, em 1993, em função do atributo “mau” – expondo elementos de honra cimentada na virilidade e eficiência na conversão de pênaltis – destinado a Júnior Baiano, jogador de futebol do Flamengo à época, uma reportagem do Jornal do Brasil mencionou a criação de *funk* das Torcida Jovem do Flamengo e Raça Rubro-Negra para tratar do atleta:

O refrão funk, cantado pelas torcidas Jovem e Raça Rubro-Negra sempre que Baiano entra rasgando numa dividida, passou a ser entoado quando vai cobrar pênalti. E ele gosta: “É legal. A galera sabe que chego junto, não pipoco, vou em todas”. (...) “O Baiano é mau / pega um / pega geral / oi!”.³⁵⁰

A relação em uma perspectiva mais ampla, tanto no universo dos bailes *funk* quanto no trato das torcidas organizadas, nem sempre encontrou espaço de evocação dos significados cotejados por tais cosmos sobre suas práticas. Na prática, a recorrência dos enfrentamentos em ambos os espaços – nos bailes e/ou referentes às agremiações torcedoras – foi incorporada enquanto tema ascendente no período, impulsionando a consolidação do estigma da violência de modo bastante similar sobre o *funk* e as torcidas.

Enquanto espaço privilegiado de expressão do *funk*, os bailes tinham como dinâmica a presença de galeras, cujos motes de coesão eram fundamentados na questão local. Desse modo, o cerne da contenda nos bailes tinha a ver com a rivalidade cimentada entre as galeras de acordo com a localidade, que estreitava os vínculos no interior dos grupos. No entanto, a manifestação do *funk* nos bailes foi abordada pela mídia de modo criminalizante, cuja entonação pode ser transposta também para o universo das torcidas organizadas, que acompanhavam tal processo:

enquanto nas revistas especializadas aposta-se na redução das margens de violência dos bailes funk, o teor das matérias e reportagens da imprensa é o de sua intratabilidade social. O que se combate não é a violência do baile, mas o próprio baile.

O que é problemático nesse tipo de abordagem é a redução que faz do baile funk a uma pura prática da violência. Aqui tudo se passa como se o baile funk não fosse também um espaço de festa, de

³⁵⁰ Jornal do Brasil, 1993.

confraternização e de identificação individual e grupal; de encontro e troca; de intensa competição e solidariedade simbólica.³⁵¹

Em uma reportagem do jornal *O Globo*, em 1994, a exposição da relação entre torcidas organizadas e galeras dos bailes *funk* logrou a atenção para os casos de violência a partir dos vínculos estabelecidos entre os dois microcosmos, em que Manoel Ribeiro, convidado para compor o noticiário por ser especialista em *funk*, mencionou a não sobreposição dos dois universos:

Na opinião do arquiteto e urbanista Manoel Ribeiro, estudioso do movimento funk, fazer parte de uma “galera” e frequentar uma torcida organizada são duas atividades que não se sobrepõem. (...)

– Individualmente, o funkeiro pode pertencer a uma torcida. Mas não existe um movimento organizado, do tipo “a galera de Copacabana é da torcida do Flamengo e a do Leblon, do Botafogo”, por exemplo – diz Manoel.

Manoel Ribeiro, responsável pela pacificação das “galeras” de Vigário Geral e Parada de Lucas, explicou ainda que gorros de lã – como o usado por um dos menores detidos – não fazem parte do vestuário dos funkeiros.

– Gorros de lã e bermudão são trajés de torcidas de futebol. Funkeiros usam bonés com a aba para trás – afirmou.³⁵²

A motivação da reportagem se deu em função de ataques entre galeras acusadas de envolvimento com torcidas organizadas, especialmente agrupamentos vinculados ao Flamengo e Botafogo, cujo corolário foi a morte de um menor de idade e o ferimento de outros sete que precisaram ser hospitalizados. Moradores próximos ao local de ocorrência dos disparos de um grupo sobre outro apontaram para as tensões entre torcidas organizadas como advento da violência entre galeras:

A rivalidade entre os grupos que se encontram no Carioca Esporte Clube nas noites de sábado, segundo moradores da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, está relacionada a brigas entre as torcidas de futebol Força Jovem do Flamengo e Torcida Jovem do Botafogo. Segundo os moradores, o problema se agravou ainda mais depois que os bailes realizados na antiga sede desportiva do Botafogo, no Mourisco, conhecidos como Baile do Manequinho, cessaram em consequência da demolição do prédio pela Vale do Rio Doce, herdeira do terreno.

Com o fim do baile, os grupos que para lá se dirigiam semanalmente, procedentes do Morro da Mineira, no Catumbi; Favela do Zinco, no Morro do São Carlos; Cruz Vermelha, no Centro; Morro do Azul, em

³⁵¹ SOUTO, J. Os Outros Lados do *Funk* Carioca. VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 73.

³⁵² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 3 de janeiro de 1994, Matutina, Rio, Página 11.

Botafogo, e jovens de classe média do edifício Rajá, na Praia de Botafogo, passaram a frequentar os bailes do Carioca Esporte Clube no Jardim Botânico. Lá, porém, entraram os membros da Força Jovem do Flamengo e da Raça Rubro-Negra.³⁵³

O relacionamento entre torcidas organizadas e universo do *funk*, tanto no que tange a incorporação do ritmo para a formulação dos cânticos, quanto à sociabilidade instalada na vivência dos bailes, implica na circulação de características entre os dois domínios, que por vezes se traduz na recepção de suas representações sob a mesma perspectiva.

Cimentadas em estéticas similares, caracterizadas pela incorporação da disputa e do confronto enquanto elementos representativos, as agremiações torcedoras e os frequentadores dos bailes *funks*, que muitas vezes encontram em um mesmo indivíduo ambas concepções, convergem também na relação com uma geração específica: a juvenil. A densidade da experimentação nos dois domínios expõe as prerrogativas juvenis nos dois universos: assentados nas práticas transgressoras, os bailes e as torcidas organizadas são majoritariamente formados por jovens, que dialogam com uma performance similar.

Nesse sentido, as práticas e representações características dos cosmos mencionados são incorporados nas performances, que constituem um “importante fenômeno de comunicação em toda e qualquer manifestação de linguagem, seja ela oral ou escrita”³⁵⁴ e, nesse caso, é exponenciada pela corporalidade. A exposição do conjunto simbólico ao qual os grupos estão alicerçados através da performance calcada no corpo, seja com suas indumentárias ou com suas movimentações, implicam a reflexão das bases elementares da comunicação que se pretende estabelecer pelos grupos: a perspectiva de coesão, de uma estética disjuntiva e, em primeiro lugar, competitiva, principalmente em um universo composto por distintas ramificações internas:

No que concerne às experiências juvenis, a expansão de determinadas estéticas e musicais, tais como o funk, igualmente promovem e instilam sociabilidades pautadas na contenda e fragmentação exclusivista de uma experiência que, por exemplo, na sombra e nas manifestações em torno desse gênero musical eram partilhadas entre gerações distintas. O funk impõe uma sociabilidade mais seletiva, quase que de uma única geração, cuja natureza competitiva anima sua fruição estética e sensorial, diferente do samba que, não excluindo a dimensão da possibilidade da transgressão e da violência, compartilha experiências

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ DOS SANTOS PIMENTEL, D.; FARES, J.A. **A performance em Paul Zumthor**. X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação SEPesq, 2014, p. 1.

mais diversificadas entre gerações no que se refere ao seu aprendizado e fruição.³⁵⁵

No seio das torcidas organizadas, a transitoriedade entre os dois universos repercutiu através da incorporação de certas dinâmicas para o interior das agremiações. A divisão entre galeras nos bailes, especialmente com a divisão entre “lado A” e “lado B”, que configurou um parâmetro de rivalidade mais rígido entre galeras, teve resvalos nas organizações torcedoras. Na Raça Rubro-Negra, relatos de presidentes de diferentes épocas, indicam tanto a participação de seus componentes nos bailes³⁵⁶, quanto a sobressalência das divisões estabelecidas no universo do *funk* em relação à lógica da torcida³⁵⁷.

Na virada para os anos 2000, com o fim dos bailes *funk*, a entrada de antigos frequentadores nas torcidas organizadas foi exponenciada, inclusive sob a justificativa de encontrar espaços para momentos contendedores. No entanto, se o enfrentamento se constitui enquanto uma vivência relatada por membros das agremiações, a interlocução com o *funk* impulsionou a cooptação do que se denomina “ideologia de briga”. Nos anos 1990, a temática da violência entre torcidas organizadas teve como fomento a introdução das armas de fogo, elevando o potencial do risco. Ao mesmo tempo, componentes das torcidas apontam para a diferença entre “ideologia de briga limpa”, estimulada pela dinâmica dos bailes, e “covardia”, quando há a utilização de estratégias que não visam a honra do combate, mas sim a aniquilação do outro sob quaisquer circunstâncias.

Ao mesmo tempo que confere sustentação para uma corporalidade mais competitiva e explosiva, com a incorporação do ritmo, as dinâmicas ideológicas e de divisões internas do *funk* foram vislumbradas nas articulações internas das torcidas organizadas. Exponente dos novos parâmetros de sociabilidade não apenas na Raça Rubro-Negra, mas também nos demais agrupamentos, os bailes significaram também a expansão da presença da torcida para além do estádio, processo estimulado nos anos 1990.

3.2.1.2. Raça Rubro-Negra e vivências no Maracanã

³⁵⁵ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 258.

³⁵⁶ Depoimento concedido por Anderson Clemente da Silva, 2021.

³⁵⁷ Depoimento de Claudio Cruz concedido em sua residência, no Andaraí, a Bernardo Buarque de Hollanda, Rio de Janeiro, Abril de 2005.

Palco privilegiado enquanto território significante de exibição de seu espetáculo, as arquibancadas do Maracanã operavam como o lócus de expressão da Raça Rubro-Negra, assentadas em seus elementos festivos, padronização da indumentária e performance atrelada aos seus parâmetros representativos. Esse relacionamento, entretanto, ganhou uma nova face a partir da tomada de posse de Leonel Brizola como governador do estado do Rio de Janeiro: todas as torcidas organizadas passaram a ter espaços próprios no interior do estádio³⁵⁸. Em suas duas passagens (1983 – 1986 e 1991 – 1994) à frente do comando do executivo do estado, as torcidas organizadas puderam contar com salas no interior do estádio como uma espécie de depósito de seus materiais.

Totalizando vinte e três salas destinadas às agremiações torcedoras dos clubes cariocas, o terceiro andar do Maracanã passou a ser um novo espaço de sociabilidade, mas operava principalmente enquanto um lugar mais seguro para guardar seus materiais, como bandeiras e faixas, além de instrumentos para os jogos. A partir da análise da dimensão de cada torcida sob ótica ampliada, as concessões resultaram em sete salas destinadas às torcidas do Flamengo, que tiveram a primazia na quantidade, sendo uma delas ocupada pela Raça Rubro-Negra.

A obtenção das salas no Maracanã, apesar de conferir maior grau de segurança aos materiais guardados, expuseram uma interação peculiar cujo intento é a conquista de distinção e notoriedade para os agrupamentos: o roubo do que costumam chamar de “troféu”:

Por exemplo: roubar material de grupos adversários (como camisetas, bonés e bandeiras) é uma prática que confere prestígio. Prova disto é que o material roubado costuma ser publicado nas redes sociais. O grupo que tem seu material roubado, por sua vez, costuma tentar recuperar esse material ou roubar da torcida que lhe roubou, ao invés de fazer um boletim de ocorrência.³⁵⁹

A busca pela conquista de tais troféus, como forma de demonstrar disposição e superioridade perante a torcida rival é motivação tanto de tentativas de invasão das salas e sedes, quanto de represálias. Esta última, inclusive, está no cerne do ataque com bombas de fabricação caseira promovido pela Mancha Verde ao ônibus com torcedores do Flamengo, especialmente membros da Torcida Jovem do Flamengo e Raça Rubro-Negra,

³⁵⁸ MONTEIRO, R. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar, Raça Rubro-Negra!: uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência**. FGV Editora, 2003, p. 76.

³⁵⁹ LOPES, F.T.P.; CORDEIRO, M.P. Futebol, visibilidade e poder: lógicas da violência nos espetáculos futebolísticos. **Revista Comunicação Midiática**, v. 10, n. 3, p. 119-134, 2015, p. 123 e 124.

no retorno de São Paulo para o Rio de Janeiro. Nos relatos dos componentes das torcidas rubro-negras, as acusações, mesmo que se direcionem aos torcedores do clube paulista, incluem também os membros da Força Jovem do Vasco. Isto porque na véspera da ida a São Paulo, uma briga ocorrida entre sócios da Raça Rubro-Negra e da Força Jovem do Vasco teve como um de seus resultados o roubo de uma bandeira da torcida flamenguista que possivelmente foi entregue a membros da Mancha Verde, aliada da Força Jovem, e queimada durante a partida³⁶⁰.

Assim, essas disputas pela aquisição do material da torcida rival, que passaram a ser uma vivência no interior do Maracanã, tornou-se um motivo adicionado a outras acusações, como espaço de depósito para armas de fogo e outros objetos considerados perigosos e proibidos³⁶¹, que fundamentaram, em 1993, as ameaças de extinção das salas no estádio.

Acusadas de vandalismo no estádio no teste com as novas cadeiras em função da vistoria da FIFA para as eliminatórias da Copa do Mundo de 1994, as torcidas organizadas foram ameaçadas pela SUDERJ, Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro, órgão do estado cuja responsabilidade de administração dos complexos esportivos do Rio de Janeiro é atribuída, de serem retiradas e até mesmo banidas do estádio:

As torcidas organizadas poderão perder suas salas, serem suspensas, expulsas e até banidas do Maracanã. É o que promete Válter Oaquim, secretário estadual de Esporte e Lazer e responsável pela administração do estádio, caso elas continuem a agir como as do Flamengo, no festivo jogo da volta de Renato, quarta-feira. Tal e qual vândalos travestidos de torcedores, alguns dos integrantes quebraram e danificaram parte das cadeiras fixadas na arquibancada.

A Suderj escolheu de propósito o local atrás dos gols, os preferidos das torcidas organizadas, para testar a resistência dos diversos modelos de cadeiras. Das 55 fixadas do lado esquerdo da tribuna, duas foram quebradas no primeiro tempo. No final do jogo, seis delas não podiam mais ser utilizadas, outras tantas foram arrancadas e dez sofreram pichações. As cadeiras fixadas no lado oposto, onde não havia torcidas organizadas, permaneceram intactas. (...) Oaquim, antes de uma atitude mais drástica, reunirá os líderes das torcidas organizadas para pedir um comportamento civilizado na convivência com o novo Maracanã.³⁶²

Em novembro do ano seguinte, o processo de despejo das torcidas foi iniciado em função do chamado pacote antiviolença orquestrado pela SUDERJ, que além de retirar

³⁶⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 5 de julho de 1993, Matutina, Esportes, Página 7.

³⁶¹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 27 de outubro de 1994, Matutina, Esportes, Página 30.

³⁶² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 5 de fevereiro de 1993, Matutina, Esportes, Página 24.

as agremiações torcedoras da sala, incluía a proposta de implementação de “um módulo do Juizado de Menores e um do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE)”³⁶³. A justificativa para a ação dada pelo secretário de esporte e lazer do Estado do Rio de Janeiro, Jack London, ampara-se em dois pressupostos: de que a origem das brigas vem das “organizadas” e de que os materiais guardados nas salas são reconfigurados em instrumentos para a briga no interior do estádio:

A desocupação das salas do Maracanã, utilizadas pelas torcidas organizadas, começou ontem sem maiores problemas. O primeiro dia foi reservado às salas das torcidas do Flamengo, num total de sete. A Suderj teve de arrombar as portas trancadas e interditadas pelo próprio órgão desde a última semana de outubro. O que se encontrou foram materiais utilizados nas arquibancadas pelos torcedores como bandeiras, bambus, faixas, instrumentos de bateria etc. Em algumas salas foram encontrados alguns materiais que podem servir como armas, como por exemplo uma faca (na Flamante), pedaços de cano de ferro, madeiras entre outros.

Segundo o secretário de esporte e lazer do Estado, Jack London, muitos desses materiais são utilizados como armas pelos brigões e citou os mais de 500 bambus encontrados, os canos de ferros etc.

– A população agora vai se tranquilizar, pois criou-se um fantasma de que dali é que parte a violência. Agora, com certeza, não virá mais delas.³⁶⁴

Processo iniciado no dia 7 de novembro com o despejo das torcidas do Flamengo, que ocupavam sete salas, o achado de materiais como pedaços de madeira e porrete impulsionou a justificativa da desocupação: as torcidas organizadas constituem o eixo da violência no estádio. Em sua fala, Jack London expõe uma pesquisa realizada pelo Ibope que indicava que 87% dos participantes relataram que não frequentam o estádio por temer a ocorrência de brigas³⁶⁵. Ainda que as agremiações torcedoras não tenham sido citadas, a transposição do índice para a justificativa do pacote antiviolaência evidencia as perspectivas do secretário.

Mesmo com resistência e contra argumentação das torcidas organizadas e de suas lideranças simbólicas como Dulce Rosalina³⁶⁶, o processo de retirada foi efetuado, consolidando um novo relacionamento das torcidas com o estádio, uma vez em que desde o início da década os confrontos e as práticas das agremiações se tornaram incômodos para o poder público.

³⁶³ Jornal *O Dia*, 9 de novembro de 1994.

³⁶⁴ Jornal dos Sports, 8 de novembro de 1994.

³⁶⁵ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 8 de novembro de 1994, Matutina, Esportes, Página 30.

³⁶⁶ Jornal dos Sports, 1994. Disponível em <http://torcidasdovasco.blogspot.com/2011/03/forca-jovem-1994-fim-da-sala-do.html>>.

O relacionamento entre Raça Rubro-Negra e Maracanã é composto por diferentes nuances. O estreito laço vislumbrado na relação com as extintas salas do estádio não constituía o único vínculo entre as partes, que impulsionavam o espetáculo através de suas trocas. Entretanto, as possibilidades de fruição dos usos do Maracanã pela Raça extrapolam a presença nas arquibancadas com suas práticas e representações, fazendo uso do espaço enquanto território de socialização e de ritual.

Desse modo, o processo de entrada no estádio é segmentado em ciclos de diferentes naturezas, cujas etapas operam como elementos de ritualização no que tange as representações da torcida. Sendo assim, o ritual precedente ao ingresso no Maracanã é fomentado por um momento de sociabilidade entre seus componentes, tanto na sede da torcida, quanto em pontos específicos nos arredores do Maracanã. A entrada no estádio, por sua vez, é recheada de performances próprias da torcida, com cânticos entoados na aglomeração dos componentes, que se posicionam no formato de marcha. Todo esse procedimento é atravessado pelo tensionamento das possibilidades na esfera urbana, uma vez que com a segmentação da agremiação, membros de diferentes lugares optam por transportes de distintas variedades, em que as possibilidades de enfrentamento com torcedores rivais são reais:

Cumprida ou não essa passagem (no duplo sentido, físico e ritualístico), o destino final é o Maracanã. A caminho do estádio, esses grupos cantam seus gritos de guerra particulares e coletivos. Geralmente a viagem é feita em algum veículo alugado pelos torcedores, desde um ônibus urbano ou de turismo até kombis, *vans* ou mesmo caminhões. Mas podem ser usados também transportes públicos, como trens, metrô e ônibus. Nesse caso a viagem é mais tensa, podendo a situação fugir do controle quando se dá o encontro “inesperado” com torcedores organizados de outros clubes, sobretudo os da Força Jovem do Vasco, o maior inimigo.³⁶⁷

Os enfrentamentos entre torcedores organizados rivais, entretanto, não se restringiam à área externa do estádio, sendo frequentes tais práticas no interior do Maracanã. A recorrência de brigas, além dos apontamentos sobre consumo de drogas no estádio, no início dos anos 1990, concebeu também um relacionamento pouco harmonioso entre torcidas organizadas e instituições policiais, que relegavam às

³⁶⁷ MONTEIRO, R. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar, Raça Rubro-Negra!: uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência.** FGV Editora, 2003, p. 78.

agregações a responsabilização pelos momentos de conflito vivenciados nas arquibancadas da praça esportiva.

A hostilidade na relação entre agregações e agentes policiais pode ser vislumbrada nas expressões utilizadas pelos últimos para se referirem aos primeiros, em uma espécie de reforço de uma imagem característica do inconveniente e do desagradável: “baderneiros”, “marginais infiltrados” e até mesmo associações com homens condenados à prisão. Em reportagem intitulada “Policiais abrem guerra contra os baderneiros do Maracanã”³⁶⁸, veiculada em novembro de 1991, novas atitudes no trato das torcidas organizadas e de seus líderes foram afirmadas sob a perspectiva da possibilidade do uso da força:

As Polícias Civil e Militar abriram guerra aos baderneiros do Maracanã e prometeram acabar com a violência no estádio em curto espaço de tempo, nem que tenham de tomar as atitudes mais drásticas que estiverem ao seu alcance. Ontem, vários chefes de torcidas organizadas foram convidados pelo Delegado Riscalla João Abdnur a comparecer à Polinter, onde, depois de qualificados, acabaram intimados a colaborar na identificação dos marginais que se infiltram em seus grupos, sob pena de serem responsabilizados criminalmente por seus atos.

Dispostos a acabar com as salas das torcidas no Maracanã, Riscalla e Siqueira disseram que vão conversar com o Presidente da Suderj, Márcio Braga, sobre o assunto. Se o dirigente não tomar providências, também responderá pelas consequências em caso de novas brigas no estádio.

Riscalla alertou os chefes de torcidas: no clássico de domingo, entre Flamengo x Vasco, as Polícias Civil e Militar já estarão agindo em conjunto para impedir as brigas. Delegado revelou que vários dos seus homens estarão infiltrados nas torcidas organizadas com o objetivo de prender os baderneiros. Os pontos de encontro das torcidas, fora do estádio, também serão vigiados.

– Quem for ao Maracanã para brigar, vai acabar preso e processado criminalmente. Aquele que incitar briga poderá ser condenado de três a seis meses de cadeia – avisou Riscalla.

Prometendo reeducar os torcedores, nem que seja na base da força, Riscalla disse estar disposto a tudo para fazer com que as famílias voltem a frequentar o Maracanã, sem o risco de presenciarem atos de violência ou serem vítimas dos “marginais”.³⁶⁹

Como complemento, o Delegado ainda comparou os torcedores organizados com pessoas em situação de privação de liberdade:

³⁶⁸ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 20 de novembro de 1991, Matutina, Esportes, Página 31.

³⁶⁹ *Idem*.

Riscalla João Abdnur abriu a reunião avisando que é pago pelo Estado para manter a segurança das pessoas de bem e que não medirá esforços para acabar com a violência no estádio. Irritado, ameaçou:

– Esses marginais são piores do que os 220 presos que estão aqui na Polinter, que pelo menos são homens para assumir seus atos.³⁷⁰

A matéria exposta traz consigo alguns elementos que são repertório no trato das instituições policiais para com as torcidas organizadas: a perspectiva de violência diretamente vinculada às práticas de seus componentes, a possibilidade do uso da força no combate às agremiações, a dicotomia entre bons torcedores e marginais, sendo estes famílias e torcedores organizados, respectivamente, além da associação direta dos membros a agentes criminosos. Nesse sentido, a recepção das práticas dos torcedores organizados pela polícia ampara-se em uma lógica criminalizante, em que sua presença no estádio é considerada danosa e nociva aos demais.

A primeira metade da década de 1990, desse modo, instala uma nova realidade no microcosmo das torcidas organizadas. O recrudescimento da recorrência dos confrontos, constantemente premeditados e acompanhados do porte de armas de fogo, exponenciou e impulsionou o tratamento criminalizante sobre as mesmas, assentados em termos e expressões bélicas. Em setembro de 1991, em função de enfrentamentos entre torcidas organizadas de Flamengo e Vasco, que contou com a participação da polícia também, o *Jornal do Brasil* noticiava o seguinte:

Quatrocentos e cinquenta homens da Polícia Militar não foram suficientes para conter a briga entre torcedores de Vasco e Flamengo, que terminou com o saldo de cinco pessoas baleadas, 50 feridas e quatro presas. A guerra começou às 13h30m, mais de três horas antes do jogo, e só acabou uns dez minutos antes do apito final, quando os torcedores do Vasco brigavam entre si, talvez para extravasar a raiva de uma derrota inesperada.

(...) Hora marcada – Uma torcedora da Raça Rubro-Negra garantiu que a briga fora premeditada: em quase todos os clássicos, facções de torcidas rivais simplesmente combinam hora e local onde começarão a pancadaria. A de ontem reuniu 50 torcedores dos dois times e teve caráter bélico: uma bomba de fabricação caseira explodiu, quase atingindo passageiros do ônibus da linha 456 (Méier – Copacabana).

(...) Dentro do estádio, onde teoricamente os torcedores não poderiam entrar armados, o conflito teve proporções maiores. Dezenas de bombas explodiram na arquibancada, o que provocou uma batalha campal entre policiais do GEPE e torcedores. Do lado do Flamengo, uma bomba explodiu no pé de um menor de 14 anos, que foi levado para o Souza Aguiar. E um outro menor, A. A. S., de 17 anos, foi atendido na enfermaria com um tiro na mão esquerda. Do lado do Vasco, foi preso

³⁷⁰ Idem.

o suspeito de ter efetuado os disparos, encontrado com um revólver na cintura.³⁷¹

Termos de caráter beligerantes, como “guerra”, “facções” e “batalha campal”, além de expressões como “pancadaria”, tonalizam a abordagem característica no que tange as torcidas organizadas na década de 1990, indicando a percepção das práticas das agremiações enquanto um conjunto de posturas reprováveis. Além de serem consideradas as protagonistas das cenas de violência no universo futebolístico, as denúncias sobre as torcidas organizadas apontam também para o incômodo sobre o uso de drogas no Maracanã.

A repercussão da briga entre torcidas organizadas de Flamengo e Vasco no dia 16 de setembro, tanto pela sua duração quanto pela sua abrangência – dentro e fora do estádio –, resultou no aumento do efetivo policial no jogo seguinte, reforçando a fiscalização na busca por materiais que pudessem ser utilizados em enfrentamentos. O porte de drogas por alguns torcedores, inclusive entre os componentes de torcida organizada, corroborou para o reforço da reprovação da postura das agremiações: “O consumo de drogas é apenas mais uma das denúncias que pesam contra as torcidas organizadas, acusadas de promover a violência e de afastar o público dos estádios”³⁷².

Os enfrentamentos entre torcidas organizadas, ocorridos nos anos 1980 e exponenciados no decênio posterior, catalisaram os debates sobre insegurança nos estádios e em seus arredores de modo a serem percebidos enquanto promotores da violência. Nesse sentido, as autoridades públicas e os meios de comunicação operaram de modo a relegar as práticas violentas à autoria das torcidas organizadas, que se viram estigmatizadas sob o signo da criminalização e responsáveis pelo afastamento dos “verdadeiros torcedores”:

Entre o final dos anos de 1980 e início da década de 1990, uma série de embates entre integrantes de torcidas rivais e, destes, com as forças policiais, colocaram estes grupos na mira dos meios de comunicação e das autoridades. Assim, passam a ser classificados como “delinquentes” e “vândalos” (por se ferirem fisicamente, incluindo o uso de armas de fogo), sendo responsabilizados por disseminar a insegurança e o medo. Para confrontar a questão, o poder público criou em 1991, no Rio de Janeiro, o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), cuja missão era reduzir os confrontos e promover a mediação dos

³⁷¹ Jornal do Brasil, 16 de setembro de 1991.

³⁷² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 23 de setembro de 1991, Matutina, Esportes, Página 9.

conflitos entre as torcidas, através de reuniões, palestras, cadastramento de membros e escolta das torcidas nos dias de jogos.³⁷³

A criação do GEPE, inclusive, foi concebida a partir do diálogo com uma liderança exponencial no universo das torcidas organizadas: Armando Giesta, fundador da Young Flu, torcida organizada do Fluminense. Convidado por Márcio Braga, figura que já ocupou a presidência do Clube de Regatas do Flamengo, inclusive à época, além do cargo de deputado federal, assumiu também a administração do Estádio Mário Filho no período do segundo governo de Leonel Brizola, Armando Giesta, que estava à frente da ASTORJ, Associação das Torcidas Organizadas do Estado do Rio de Janeiro, e de sua própria torcida, passou a desempenhar também a função de conselheiro do GEPE.

O Grupamento, que hoje se denomina Batalhão Especial de Policiamento em Estádios (BEPE), foi concebido e orientado através dos pressupostos de alinhamento entre segurança do Estado com as práticas das torcidas organizadas, fundamentalmente no que tange a logística de mobilidade dos agrupamentos, como entradas e saídas do estádio, os procedimentos para a realização da dispersão, além dos diálogos entre componentes das torcidas com comandantes e oficiais da instituição. Nesse sentido, a fundação do GEPE foi primordial para estabelecer roteiros e medidas mais estreitas com a realidade, cujo intento convergiu para a prevenção de incidentes envolvendo torcedores.

As expectativas sobre um novo modelo de policiamento nos estádios, entretanto, foram frustradas. Em entrevista concedida ao pesquisador Bernardo Buarque de Hollanda, Giesta demonstra sua insatisfação com o mal sucedido planejamento do projeto:

Eu era presidente da Young-Flu, da ASTORJ e conselheiro do GEPE. Fui eu que indiquei o Capitão Siqueira para ser o primeiro comandante do grupamento e, em conjunto, realizamos uma minuciosa investigação em relação a cada um dos cento e vinte homens que compuseram a primeira tropa a fim de garantir que lá só haveria pessoas da fina flor. Por infelicidade, seis meses depois já estava uma porcaria... [Risos] Na minha época, o GEPE não teve apoio e enfrentou crises porque o Brizola, às vezes, era democrata demais. Ele foi um sonhador, uma pessoa boa que acreditava em todos e se perdeu em virtude disso.³⁷⁴

Em 1995, foram anunciadas a extinção do GEPE e a introdução do Batalhão de Choque de Polícia Militar para lidar com as situações contendoras no interior dos estádios

³⁷³ DA CÂMARA TEIXEIRA, R.; DE HOLLANDA, B.B. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. **Esporte e Sociedade**, n. 28, 2021, p. 12.

³⁷⁴ HOLLANDA, B.B. Armando Giesta (parte 3). **Ludopédio**, São Paulo, v. 11, n. 3, 2014.

do Rio de Janeiro. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, os pressupostos para inclusão do Choque na segurança dos estádios estiveram assentados na intensificação do uso de força, amenizado no termo “energia”: “A ordem partiu do Governo do Estado e visa um trabalho mais enérgico nos estádios do Rio. O perfil e o próprio nome do destacamento mostram que a ordem agora é agir com muita energia”³⁷⁵. Logo ao lado, uma matéria sobre os enfrentamentos no Pacaembu no dia 25 de agosto era noticiada, indicando uma possibilidade de cruzamento nos discursos.

O fim do GEPE, grupamento especializado no trato da segurança dos estádios e no diálogo com as torcidas organizadas para promover estratégias das dinâmicas para os jogos, foi atravessado pelo recrudescimento dos discursos relacionados à violência entre torcidas organizadas exponenciados pela batalha campal do Pacaembu. Elogiado pelo manejo das logísticas, inclusive por lideranças da Raça Rubro-Negra, que afirmaram a existência de uma sintonia intensa com a instituição, o GEPE, ao ser substituído, expôs as perspectivas hegemônicas do período sobre as formas de tratamento dos agrupamentos torcedores, reiterados com frequência pelos de comunicação, sobretudo os de maior potencial econômico.

3.3. Relacionamento com a mídia: como criminaliza?

3.3.1. Veiculação e recepção

A simbiose já mencionada neste trabalho entre práticas e representações incorpora uma série de complexidades sobre os processos de produção cultural. Da impossibilidade de mensuração, a cultura enquanto processo formulado através de distintas possibilidades está em constante mutação no interior do entrelaçamento entre as duas noções alicerces da pesquisa, que em suas interlocuções promovem novas culturas através das suas recepções e interpretações.

Enquanto interlocutor das torcidas organizadas, os meios de comunicação operam nesse sentido: abordam determinadas representações e, ao realizarem a veiculação, corroboram para novas possibilidades de recepção, acompanhada de processos de reformulação das mesmas, logo, de representações ressignificadas:

Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela

³⁷⁵ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 26 de agosto de 1995, Matutina, Esportes, Página 36.

também se constitui no momento da recepção. Este exemplo, aqui o evocamos com o fito de destacar a complexidade que envolve qualquer prática cultural (e elas são de número indefinido).³⁷⁶

O que é veiculado na mídia, por conseguinte, se traduz na produção de uma nova cultura alicerçada em novas recepções e percepções que, por vezes, são atravessadas pelo reforço de determinadas perspectivas. No que tange as torcidas organizadas, a abordagem das agremiações pelos meios de comunicação tem um alcance muito potente no que concerne suas recepções na sociedade mais ampla, uma vez que promovem uma influência sólida, ainda que não determinante. Dessa forma, a relação entre os agrupamentos com os meios de comunicação é caracterizada pelo ruído em seus diálogos e pela tensão, exponenciadas pela possibilidade de ligação entre transmissões regulares das partidas de futebol na televisão e recrudescimento da violência no esporte³⁷⁷.

Os debates sobre a violência nas décadas de 1980 e 1990 se justificam em uma série de fenômenos característicos da vida urbana. Do processo de redemocratização, com suas nuances sobre o legado da ditadura militar, até a recessão econômica em função do desmantelamento do “Milagre” econômico, a recorrência de incidentes de violência se tornou a tônica dos debates, exponencialmente no Rio de Janeiro, que ainda viu o debate resvalar no advento do *funk* no estado. No microcosmo das torcidas, o perímetro se amplia a São Paulo, cenário dos dois casos considerados marcos na associação entre violência e torcidas organizadas.

O período demarcado é consubstancializado no que Luiz Henrique de Toledo denomina “radicalização da conduta”³⁷⁸ dos jovens torcedores organizados, que são dois segmentos distintos, mas intrínsecos no microcosmo em questão, em consonância com a escalada da violência característica do recorte temporal. Enquanto acidentes fatais, a morte de Cleo, líder da torcida organizada Mancha Verde do Palmeiras, em 1988, e a batalha campal do Pacaembu em 1995. Tais marcos na história das torcidas organizadas de forma geral impactaram sua recepção frente à sociedade, que adotou uma postura de rejeição de suas práticas e representações. Desse modo, os agrupamentos tornaram-se alvos constantes das abordagens da mídia e de formulações sobre o combate à violência no esporte, circunscritos às suas práticas.

³⁷⁶ BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005, p. 128.

³⁷⁷ NERY, A.L. **Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil**. Editora Multifoco, 2012, p. 60.

³⁷⁸ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 257.

Três dias após o incidente do dia 20 de agosto de 1995 no Pacaembu, envolvendo as torcidas Mancha Verde e Independente do São Paulo, Edson Arantes do Nascimento, à época ministro extraordinário dos Esportes, lamentava a repercussão do caso na mídia internacional e culpabilizava os clubes pela formação das torcidas organizadas. No fito de promover ações mais direcionadas ao combate da violência nos estádios, Pelé, grande ídolo do futebol brasileiro, relegou às agremiações torcedoras o protagonismo e autoria do problema:

– Fiquei indignado ao ver repetidas vezes nas emissoras americanas as lamentáveis cenas do Pacaembu, em que 102 pessoas ficaram feridas – disse Pelé ao GLOBO por telefone, ontem. – Aquelas pessoas não podem ser tratadas como torcedores e sim como vândalos que, nesse caso, merecem ser tratadas com o rigor da lei.

Outra solicitação de Pelé ao ministro da Justiça será o reestudo das leis vigentes para tratar com mais rigor os torcedores. Um exemplo: considerar os chefes de torcidas cúmplices e, assim, serem também intimados judicialmente.

– Eles devem ser responsabilizados porque são os líderes das torcidas organizadas – disse Pelé. – O pior é que eles têm como aliados os próprios dirigentes de clubes, que incentivam os seus deslocamentos intermunicipais e interestaduais e lhes dão ingresso de cortesia.³⁷⁹

A fala de Pelé tem relevância por si só por se tratar não apenas do cargo de ministro extraordinário do Esporte, mas também pela figura de impacto que representa para o esporte brasileiro e mundial. No entanto, para as propostas sobre as torcidas organizadas, é necessário despender certo cuidado na análise dos termos e da construção lógica do problema, que resvala diretamente na recepção de novas representações sobre os agrupamentos.

A aplicação de palavras de cunho pejorativo no tratamento das torcidas organizadas, exemplificada no termo “vândalos”, denuncia uma perspectiva de leitura tomada pelo então ministro: a estigmatização das torcidas calcadas na violência. Na busca de posicionamentos mais rígidos, Pelé, em sua fala, busca orientar a construção de leis que operem com rigor, e que punam os chefes das torcidas organizadas, ainda que não tenham ligações com os incidentes. Nesse sentido, os debates propostos por Pelé e veiculados pela mídia convergem para a proposição do recrudescimento da penalização das torcidas organizadas, alçadas ao patamar de principais responsáveis pelos fenômenos violentos no universo do futebol.

³⁷⁹ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 23 de agosto de 1995, Matutina, Esportes, Página 36.

Há, no entanto, um acréscimo relevante nos pressupostos do debate sobre a punição mais rigorosa em relação às torcidas: o processo de modernização em vigência. Autor da proposta do fim da lei do passe, incorporada na chamada Lei Pelé de 1998, as proposições sobre liberalização do futebol, principalmente através da implementação do formato de clubes-empresa, já estavam em consolidação, uma vez que desde 1991 a Lei Zico, que demanda tal formato, estava em processo de formulação. A relação desses movimentos de tonalidades mais empresariais para o futebol tinham como entrave focalizado as figuras dos dirigentes de clubes, constantemente denunciados de promoverem as torcidas organizadas. Nesse sentido, a questão é ampliada para as disputas internas sobre a modernização do futebol, em que os interessados no procedimento alternam suas acusações entre torcedores organizados e dirigentes enquanto embaraço da profissionalização da gestão do referido esporte, além de suas possíveis racionalizações.

Em matéria de título “Governo encampa luta contra violência”³⁸⁰, em setembro de 1995, o jornal *O Globo* expôs o discurso proferido por Pelé ainda sobre o combate à violência no futebol, direcionado especialmente a três vetores concebidos pelo ministro: as torcidas organizadas, os dirigentes e os clubes, que são acusados de financiarem e incentivarem as agremiações. A construção discursiva da problemática em vigência é circunscrita às práticas das torcidas organizadas em que, mesmo tendo outros agentes elencados enquanto atores das ações violentas, estes foram escolhidos por seu envolvimento com os agrupamentos, em que a tonalidade da justificativa converge para a ideia de cumplicidade e permissividade:

Queridos irmãos brasileiros: Eu gostaria de falar com vocês sobre as vitórias do nosso esporte e do trabalho que temos desenvolvido, e não de um tema tão angustiante como a violência em nossa sociedade. Empenho a minha palavra para dizer que jamais tivemos um governo tão preocupado com as injustiças sociais como este a que eu tenho o orgulho de servir. É por isso que faço parte do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. (...) Estamos tomando providências. Estamos solicitando aos governos estaduais o aumento do policiamento e a instalação de postos policiais nos estádios em dias de jogos para facilitar a prisão dos delinquentes. Estamos pedindo também a identificação de quem vai a campo brigar e não para se divertir. Vamos punir os responsáveis por tanta insensatez, seja entre as torcidas organizadas, seja entre os dirigentes e os clubes que acobertam e financiam essas torcidas. Estaremos propondo mudanças nas leis para permitir maior agilidade nas punições.³⁸¹

³⁸⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 1 de setembro de 1995, Matutina, Esportes, Página 28.

³⁸¹ *Idem*.

Menos de uma semana depois, o debate permaneceu no discurso de Pelé, que dessa vez direcionou suas críticas à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), sob a justificativa da instituição exibir uma postura inerte perante a situação:

Na barulhenta guerra das torcidas organizadas, é o silêncio que deixa Pelé mais incomodado. O ministro extraordinário dos Esportes voltou a criticar severamente ontem, em entrevista coletiva no Rio, a CBF e presidentes de clubes pela omissão na campanha contra a violência nos estádios de futebol. – A maior interessada no fim da violência seria a CBF, que deveria estar atenta, mandando mensagens. E até agora seu presidente não se manifestou – disse Pelé, ressaltando que a crítica não tinha relação com seu conflituoso relacionamento com Ricardo Teixeira, presidente da CBF. (...) Pelé chamou as torcidas organizadas de clubes paralelos, que têm suas próprias camisas e exigem o pagamento de mensalidades. Segundo o ministro, os presidentes dos clubes também têm responsabilidade na onda de violência que esses bandos promovem nos estádios brasileiros.

– Os presidentes de alguns clubes incentivaram durante muito tempo as torcidas organizadas e sua violência. E agora dão as costas para o problema – disse, sem citar nomes. (...) – Não sou contra nada que seja organizado. O que não pode haver é baderna e esses meninos têm até tropas de elite formadas pelos mais brigões – disse Pelé.³⁸²

A última reportagem, por sua vez, estava ao lado da notícia de que promotores pediram a extinção da torcida Mancha Verde, uma das envolvidas na tragédia do Pacaembu daquele ano. Ainda constantemente abordada, a briga de vasta dimensão entre duas torcidas organizadas de São Paulo, incidiu fortemente na extensão da análise criminalizante sobre os agrupamentos torcedores, vislumbrados na utilização de termos como “delinquentes”, “clubes paralelos”, “bandos” e “tropas de elites formadas”. O vocabulário bélico como instrumento no trato das torcidas organizadas exponenciou a construção do estigma fundamentado na violência que, por sua vez, circunscreveu o problema às agremiações, em que as instituições do futebol, como CBF e clubes, e seus agentes, como os dirigentes, tornaram-se responsáveis por serem apontados como incentivadores de sua existência e também pela omissão em seu combate.

Na prática, as abordagens elogiosas à abnegação e à entrega dos torcedores organizados aos seus clubes, progressivamente foram substituídas pela lógica da falta de racionalidade em suas práticas, vislumbradas na busca de interesses próprios quando constantemente comparados com as figuras dos dirigentes, e na redução do enfoque do

³⁸² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 7 de setembro de 1995, Matutina, Esportes, Página 25.

caráter festivo³⁸³. Enquanto categoria nativa da torcida, a Raça Rubro-Negra, constantemente associada ao incremento alegórico da arquibancada, assistiu sua associação não apenas com a categoria guerra, mas com as perspectivas de suas ações se pautarem em angariar proveitos na relação com o clube.

3.3.2. Mídia, torcidas organizadas e modernização do futebol

A condição de desviantes atreladas às torcidas organizadas passou a predominar no trato despendido aos agrupamentos, que assistiram suas práticas e representações serem reduzidas aos atos contedores, exponenciadas após a tragédia no Pacaembu. De torcidas engajadas e festivas, as expressões atribuídas às agremiações focalizavam os enfrentamentos, em que seu escopo de práticas foi inclusive denominado pelo termo “cultura da violência”³⁸⁴ pelo jornal *O Globo* em agosto de 1995.

A consolidação do estigma, desse modo, é rastreada nos anos 1990, em que as representações das torcidas organizadas através da violência pelos meios de comunicação passam a ser mais explícitas e reducionistas, potencializadas ainda pelos debates sobre violência urbana nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Na busca por explicações sobre o comportamento das torcidas, o jornal concebeu uma matéria articulando cânticos de guerra próprios das agremiações, com a entonação de aniquilação do outro, com tentativas de explicações sociológicas para o fenômeno, com a participação do Prof. Dr. Waldenyr Caldas:

As torcidas organizadas paulistas, as mais violentas do país, já não se contentam em resolver suas diferenças nas arquibancadas. Sedenta de vingança, a Mancha Verde, do Palmeiras, e a Independente, do São Paulo, desceram até o gramado do Pacaembu, domingo passado, e travaram uma verdadeira batalha que deixou o estudante Márcio Gasparim da Silva, de 15 anos, entre a morte e a invalidez. Ele foi a vítima mais recente de uma guerra que, desde 1992, já matou oito pessoas e mutilou seis em São Paulo.

– O objetivo das torcidas organizadas é conquistar território e agredir os adversários – diz o major Silvio Roberto Villar Dias, subcomandante do 2º Batalhão de Choque da Polícia Militar, responsável pelo policiamento nos estádios da capital.

Num ritual que realimenta a própria violência, as torcidas organizadas crescem, encontram seu espaço e passam a ser respeitadas pelas demais quanto mais agressivas forem. Para as mais aguerridas, a surra é o

³⁸³ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 29.

³⁸⁴ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 27 de agosto de 1995, Matutina, Esportes, Página 56.

batismo. Os jovens que viajam pela primeira vez para acompanhar seus times são obrigados a apanhar sem reclamar. Os mais resistentes são valorizados e abrem caminho para subir no grupo. A força bruta é o critério para chegar à liderança.³⁸⁵

A discussão sobre possíveis origens para a postura agressiva e contendora das torcidas organizadas, que se orientou desde fatores econômicos à distinção interna no grupo, resvalou também na responsabilidade dos meios de comunicação. Em seu depoimento prestado ao jornal *O Globo*, Waldenyr Caldas apontou também para o estímulo oferecido a esse comportamento pela mídia que, ao utilizar terminologias de caráter bélico, estimula a violência. A contradição, entretanto, se consolida a partir do momento em que na própria matéria expressões como “sedentas de vingança”, “batalha” e “guerra” são incorporadas no trato despejado às agremiações pelo então jornal.

Como complemento às possibilidades causais do comportamento agressivo das torcidas organizadas, a ideia de “degradação dos mínimos valores de civilidade”³⁸⁶ presente na matéria do jornal indica a percepção de uma relação antagônica com o processo de modernização do futebol, com suas prerrogativas mercadológicas em ascensão, em vigência à época.

Considerada um entrave para a efetividade da modernização e profissionalização do futebol e das gestões dos clubes, a violência passou a ser combatida de modo incessante quando foi percebida de tal modo. Nesse sentido, as torcidas organizadas passaram a ocupar a personalização de tal fenômeno, pela recepção de suas práticas e representações de modo estigmatizado pelos agentes interessados nesse processo: instituições públicas, vislumbradas em figuras relevantes na história do futebol, como Zico e Pelé; os meios de comunicação de maior expressão, como a Globo, emissora responsável pela transmissão do Campeonato Brasileiro a partir de 1987, com o Clube dos Treze e a Copa União, considerados marcos para a modernização, e empresas interessadas no retorno do investimento com patrocínios.

De impulsionadoras do espetáculo a empecilhos para o mesmo, as torcidas organizadas passaram a visualizar suas práticas serem restringidas às situações contendoras, além de serem o foco a ser combatido dos fenômenos de violência no futebol:

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ Idem.

Um outro aspecto de natureza mais conjuntural, e que diz respeito à percepção dessa violência “de dentro” do campo esportivo, consiste na crença generalizada entre profissionais e especialistas no que concerne a capacidade desses torcedores formalmente organizados nessas instituições populares em obstacularizar e até mesmo inviabilizar todo o processo de modernização e ajustamento institucional em curso no futebol.³⁸⁷

Em consonância com as discussões da violência urbana e com o processo de modernização do futebol, as torcidas organizadas tornaram-se um problema a ser combatido em função dos atos contendedores. A exponenciação das situações de violência tanto no espaço urbano quanto no seio do futebol construiu um cenário de imediatismo na busca de soluções, em que as punições severas, expressas nos discursos de Pelé, eram incitadas. A tonalidade de sua abordagem, constantemente associadas à condição desviante e transgressora, esvaiu a caracterização dos componentes das agremiações torcedoras em sua função de torcedor em detrimento da personalização dos mesmos através de perspectivas criminalizantes. Desse modo, a diferenciação entre torcedor organizado e torcedores não-organizados não se dava mais na prerrogativa do engajamento, mas sim na postura adequada e desejada aos postulantes da modernização do referido esporte, que se ancoravam na busca do retorno “da família” aos estádios brasileiros.

Isso posto, a análise do desenvolvimento de um problema social tem como elemento basilar a identificação dos interessados em sua construção. A verificação das estratégias da exposição do que é considerado distúrbio pelos agentes envolvidos indica o modo como possíveis estigmas são delineados e recebidos pela sociedade mais ampla. Desse modo, as acusações que tangem a temática da violência envolvendo torcidas organizadas devem se pautar na ótica da disputa discursiva e de representações, uma vez que a aplicação de categorias designadas para afirmar lógicas de sentidos sobre os atores sociais envolvidos podem operar enquanto potenciais reforços sobre determinadas identidades.

O reconhecimento dos locutores do problema no relacionamento das torcidas organizadas com práticas contendedoras, imersas tanto em uma conjuntura de recrudescimento da violência quanto no processo de modernização e profissionalização do futebol, é basilar não apenas para entender a maneira como a questão é exposta, mas também para identificar as motivações das acusações e a quem suas práticas fere. A

³⁸⁷ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 267.

consolidação de uma temática enquanto problema social, nesse sentido, converge para a necessidade de conceber a legitimidade a partir do potencial do problema, em que a orientação do mesmo se dá na percepção da urgência e da dimensão do alcance de suas possíveis mazelas³⁸⁸.

No relacionamento entre torcidas organizadas, mídia e autoridades públicas, localizadas nas décadas de 1980 e 1990, a orientação da construção do problema social com a constante criminalização das agremiações torcedoras opera a partir de duas frentes: a potencialidade do alcance das torcidas, que teriam aptidão de alcançar e afetar toda a sociedade com suas práticas contendoras, e a formulação de um público almejado e pretendido, que se vislumbram nas famílias e nos torcedores eventualmente consumidores.

Após a tomada de posse da presidência da Confederação Brasileira de Futebol na virada para os anos 1990, Ricardo Teixeira levou a cabo o processo de estabilização do setor administrativo da instituição com a modernização e gerenciamento de suas estruturas³⁸⁹. A racionalização das bases do futebol brasileiro, tanto dos campeonatos de alcance mais nacionalizado, quanto das gestões dos clubes e entidades, demanda desde a década de 1970, impôs um refinamento mercadológico de suas requisições, em um diálogo constante com os debates sobre implementação do modelo clube-empresa nos clubes:

o futebol-empresa requer, além da racionalização dos métodos de gestão dos negócios do clube, a implantação de novas fontes de financiamento, a busca de novos mercados, a transformação do espetáculo em produto da indústria televisiva e uma nova regulamentação que permita a presença de grupos econômicos no comando do esporte.³⁹⁰

Nesse sentido, a imersão no projeto de futebol-empresa, calcado na comercialização a partir de prerrogativas racionalizadas, encontrou nas práticas de violência entraves para intensificar suas demandas. Como corolário, o combate a situações contendoras foi tomado enquanto práticas frequentes, visando a preservação de um comportamento disciplinado almejado pelos interessados no viés mercadológico do esporte. Isto posto, elementos como civilidade e modernidade passaram a ser

³⁸⁸ LOPES, FTP. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012, p. 53 e 55.

³⁸⁹ SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 166.

³⁹⁰ PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998, p. 152.

constantemente arranjados para garantir a presença do público-alvo, bem como a manutenção das parcerias de publicidade envolvidas, e vislumbraram nas torcidas organizadas a autoria de momentos contadores, entraves aos seus interesses:

Ao mesmo tempo, o policiamento tendeu a vigiar mais de perto o comportamento dos torcedores e a punir severamente as transgressões no interior dos estádios e nas suas cercanias. A prioridade é preservar a ordem, garantir a segurança do público que paga para assistir ao espetáculo e construir uma imagem de entretenimento organizado e sadio junto à população, à mídia e aos patrocinadores.³⁹¹

Para além da postura combatida às práticas das torcidas organizadas, em que as percepções estiveram circunscritas no que tange à violência, a relação clube-torcida se esvaiu de sentidos ao incorporar novos agentes, exponenciados pela perspectiva mercadológica. Os novos padrões de relacionamento sobre as agremiações torcedoras, por sua vez, elencados em perspectivas burocratizantes, foi tomado enquanto formulação de organização grupal voltada para a busca de fins lucrativos, ainda alicerçados em visões pejorativas para um público ampliado.

Esse conjunto de recepção sobre as representações das próprias torcidas organizadas atreladas às reforçadas por agentes externos ao grupo expuseram a recusa de sua presença no estádio por conferir grau de periculosidade ao ambiente. Nesse viés, ao mesmo tempo em que são consideradas as protagonistas dos fenômenos de violência no estádio, os agrupamentos de torcedores ancorados em sua lógica de organização são visualizados enquanto elemento preponderante para o afastamento das famílias das arquibancadas.

Em 2006, a Rede Globo produziu uma série de reportagens em seu programa televisivo *Globo Esporte*, que analisava os impactos ao longo dos anos das práticas das torcidas organizadas, e foi descrita pelo próprio programa da seguinte forma:

Em 2006, mereceu destaque a série de reportagens Futebol em Paz. As matérias de George Guilherme e Renato Ribeiro foram divididas em quatro partes: “Clubes estão pagando pelo mal que ajudam a criar: as torcidas organizadas”; “As providências que a CBF está tomando para acabar com a violência no futebol”; “As medidas que estão sendo tomadas para impedir a ação de torcedores violentos” e “Como a

³⁹¹ Ibidem, p. 164.

Europa conseguiu deixar a violência em níveis minimamente toleráveis”.³⁹²

Divididas em quatro partes, as reportagens concebidas pela Rede Globo buscaram formular uma espécie de genealogia da violência no futebol amparada no crescimento das torcidas organizadas. Protagonistas de todos os episódios, as agremiações de torcedores foram tratadas enquanto o eixo da violência no esporte, assentados na ideia de impacto negativo e ampliado a longo prazo para o futebol:

No primeiro episódio da série, foram entrevistados sociólogos e presidentes de clubes, que analisaram a relação entre clube e torcida organizada. Outra questão que os repórteres abordaram foi o afastamento dos brasileiros dos estádios, naquela época, por causa das brigas que impossibilitavam a presença de crianças, famílias e todos que gostam de futebol.³⁹³

As descrições oferecidas pelo programa expuseram o processo de construção de uma interpretação sobre o problema social a ser reforçado em rede nacional: a cumplicidade entre clubes e torcedores organizados a partir de uma relação de benefícios mútuos, as práticas de violência centradas nas torcidas, e sua indesejada presença em detrimento do público de perfil mais familiar. Nesse sentido, além da rejeição das representações das torcidas organizadas, o perfil desejado de torcedor é fomentado a partir de uma lógica de oposição entre posturas e comportamentos. A gravidade do problema, por sua vez, é garantida através da asserção da amplitude potencial dos enfrentamentos entre torcedores organizados, onde “todos que gostam do futebol” são considerados vítimas iminentes.

A associação dos torcedores organizados às figuras promotoras de “arruaça” e vandalismo solidificaram a construção do público ideal para as autoridades públicas e meios de comunicação: a família. Constantemente utilizada para expor as situações de violência no estádio como de autoria dos agrupamentos, os núcleos familiares que justificam sua ausência nos jogos pelas situações hostis foram elencados enquanto os “verdadeiros torcedores”, em uma insinuação de que os componentes de torcidas organizadas têm outras finalidades que não o torcer. Em 1994, o jornal *O Globo* publicava

³⁹² Rede Globo. **Futebol em Paz**. Série produzida pela Rede Globo sobre violência no futebol. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/globo-esporte/series/futebol-em-paz/>>.

³⁹³ Idem.

uma matéria sobre a decisão do secretário de Esportes e Lazer do Estado, Jack London, de punir os clubes que tiverem torcidas organizadas vinculadas a casos de desordem:

Agora é para valer: os clubes serão responsabilizados e indiciados criminalmente pelas arruaças que seus torcedores fizerem dentro ou nas imediações do Maracanã, bem como no Caio Martins, em Niterói, também sob a administração da Suderj. Além disso, os integrantes das torcidas organizadas não receberão mais dos clubes ingressos gratuitos. Jack London, secretário de Esportes e Lazer do Rio, anunciou ontem uma série de medidas repressivas, numa tentativa desesperada de fazer com que os verdadeiros torcedores voltem a frequentar os estádios.

– Resolvemos dar um basta. O verdadeiro torcedor, aquele que paga ingresso para ver o clube do seu coração, abandonou o estádio por se sentir ameaçado por aqueles que não pagam e vão aos jogos apenas para provocar atos de vandalismos – disse Jack London.³⁹⁴

Como corolário da condição desviante atribuída às torcidas organizadas, as imagens constantemente veiculadas sobre os confrontos foi “revestindo os estádios com a imagem do perigo e da barbárie”³⁹⁵, onde a responsabilidade esteve circunscrita às práticas dos agrupamentos, que viram sua extinção se tornar reivindicação entre os meios de comunicação com a fundamentação de ser a resolução do problema.

Considerado o local privilegiado de ocorrências de ações violentas no futebol, o estado de São Paulo, em 1996, um ano após a tragédia no Pacaembu, tornou-se exemplo de conduta na resolução da problemática segundo o jornal *O Globo*. A existência de policiamento especializado em estádios e a extinção das torcidas elencadas foram motivações elencadas para a estabilização da tranquilidade nas praças esportivas paulistas em comparação com a situação do Rio de Janeiro. A defesa de que os tumultos já não eram constantes no estado de São Paulo se tornou parâmetro para que o Rio de Janeiro, já em vias de afastamento das torcidas organizadas, com a expulsão de suas salas no Maracanã, importasse as mesmas medidas para sanar o problema:

Tumultos como o de domingo passado, depois do jogo Fluminense 2 x 3 Atlético Paranaense, nas Laranjeiras, já não acontecem mais nos estádios de São Paulo, estado que era foco de violências seguidas. A união dos dirigentes de clubes com autoridades pôs fim à baderna das torcidas. Até o episódio do Pacaembu, em agosto de 1995, quando as torcidas de São Paulo e Palmeiras promoveram uma verdadeira guerra dentro e fora do campo, a média era de quase cinco ocorrências graves por jogo. Hoje, os índices baixaram para 1,85 ocorrência/jogo, a maioria pequenas desavenças.

³⁹⁴ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 27 de outubro de 1994, Matutina, Esportes, Página 30.

³⁹⁵ LOPES, F.T.P.; CORDEIRO, M.P. Futebol, visibilidade e poder: lógicas da violência nos espetáculos futebolísticos. *Revista Comunicação Midiática*, v. 10, n. 3, p. 119-134, 2015, p. 126.

No Rio, a precariedade dos estádios, fora dos padrões de segurança, ainda é um convite a tumultos. Além disso, o Estado não conta mais com uma polícia especializada e as torcidas organizadas ainda não permitidas, como a Young Flu, apontada como a principal responsável pela selvageria nas Laranjeiras.

Em São Paulo, a situação é bem diferente. Os principais responsáveis pela queda dos índices de violência são os policiais do 2º Batalhão de Choque da Polícia Militar, o único no Brasil especializado em segurança de estádios de futebol e outros eventos esportivos. Com a ajuda do Ministério Público, que extinguiu duas das mais violentas torcidas organizadas de São Paulo (Mancha Verde, do Palmeiras, e Independente, do São Paulo), eles conseguiram dar tranquilidade aos torcedores, que voltaram a levar mulher e filhos aos jogos.³⁹⁶

Nesse sentido, as torcidas organizadas do Rio de Janeiro passam a ser reconhecidas enquanto novo foco de promoção de tumultos nos arredores dos estádios do estado, devendo ser combatidas como foram as de São Paulo. A precariedade, desse modo, é atrelada às práticas das agremiações que, ao serem extintas, possibilitam a ocupação das arquibancadas novamente pelas famílias, público desejado pelas autoridades e pelos meios de comunicação.

Os estádios, por sua vez, passaram a ser forrados com a imagem do perigo pela ocupação dos mesmos pelas torcidas organizadas, sendo definidos pelo repórter Gustavo Araújo de Moraes, responsável pelo segundo episódio da série jornalística “Futebol em Paz” da Rede Globo, enquanto uma “área livre para a selvageria”³⁹⁷. A percepção das praças esportivas enquanto local de iminência da violência foi reforçado ao longo dos anos 1990 e exposta na matéria referida como um processo em exponencial crescimento.

No primeiro episódio da série, intitulado “Clubes estão pagando pelo mal que ajudam a criar: torcidas organizadas”³⁹⁸, a expressão da percepção sobre a ida ao estádio evidencia o temor envolvido, além das representações sobre componentes das agremiações. As causas elencadas pela reportagem para o recrudescimento da violência no estádio inferem a presença das torcidas organizadas, cujos componentes são tomados como “vândalos” e “delinquentes”, além do impulso oferecido pelos próprios clubes no que diz respeito ao financiamento dos ingressos.

Há, desse modo, o reforço de uma percepção sobre as práticas e representações dos torcedores organizados concebidas por outrem, vislumbrado expressivamente nos

³⁹⁶ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 17 de novembro de 1996, Matutina, Esportes, Página 64.

³⁹⁷ Rede Globo. **Futebol em Paz**. Série produzida pela Rede Globo sobre violência no futebol. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/globo-esporte/series/futebol-em-paz/>>.

³⁹⁸ Idem.

meios de comunicação, através da circunscrição de ações violentas e contendoras, constantemente associadas ao desvirtuamento de caráter e à degradação de valores necessários à sociedade:

(...) sucedendo uma espécie de “corrosão de caráter” que se acentua nos anos 80, quando atinge níveis intoleráveis no julgamento dos jornalistas esportivos. Corrompido por um mundo de interesses e vícios, este tipo de torcedor tem seu sentido original invertido à medida que se deixar envolver com o poderoso dirigente, o mesmo indivíduo cujo espírito amadorístico e provinciano impede o desenvolvimento profissional do futebol.³⁹⁹

Nesse sentido, enquanto responsáveis pela promoção da violência nos estádios brasileiros, os dirigentes dos clubes, figuras frequentemente atreladas à corrupção, são considerados “cúmplices da violência”⁴⁰⁰, por impulsionarem a existência e as práticas das agremiações, além de serem acusados de serem omissos em seu combate. O caráter contendor, por sua vez, incorpora, na identificação da mídia, elementos como “selvageria”⁴⁰¹ e “sinistra colaboração das torcidas ditas organizadas”⁴⁰² como expansão de sua representação, em um movimento de construção e consolidação de estigma associado a atitudes pejorativas e principalmente essencializadas.

Considerada uma “deformação”⁴⁰³ construída pelos dirigentes, os impulsos à existência das torcidas organizadas apontados pelos jornalistas se traduzem na doação de ingressos e incentivos financeiros às viagens interestaduais, práticas que são elencadas como prejudiciais não apenas para o público almejado, mas para as finanças do clube e para o futuro do futebol: “além do impacto aqui nas bilheterias, e por tabela nos cofres dos clubes, a violência também atinge o futuro do esporte. Por causa dela, o futebol pode estar perdendo uma geração de torcedores”⁴⁰⁴.

Já no início da década de 1980, o jornal *O Globo* estampou reportagem que considerava os chefes de torcida uma profissão lucrativa, apontando para a transformação dos nomes à frente das agremiações: se nos primórdios das organizações de torcedores a

³⁹⁹ HOLLANDA, B.B. **A festa e a guerra: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. 1º ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas” UFPR - Curitiba - Paraná – Brasil, 2008, p. 4.

⁴⁰⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 25 de agosto de 1995, Matutina, Esportes, Página 29.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Rede Globo. **Futebol em Paz**. Série produzida pela Rede Globo sobre violência no futebol. Disponível em <<https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/globo-esporte/series/futebol-em-paz/>>.

⁴⁰⁴ Idem.

essência era a abnegação, a partir do surgimento das novas torcidas, o apoio na arquibancada passou a conviver com a busca de lucros nas relações com seus clubes. Desse modo, o relacionamento das torcidas organizadas de cunho mais burocratizado que carnavalizado com seus clubes passaram a ser tratadas sob um viés não apenas de dedicação, mas de desejo de retorno, especialmente sendo financeiro:

No começo, eles torciam por amor. Jaime de Carvalho, com uma bandeira vermelha e preta pintada pela mulher, e Ramalho, com seu clarim de talo de mamona, transmitiam sua paixão pelo Flamengo e Vasco nas arquibancadas do Maracanã. Com a “Charanga”, fundada por Jaime de Carvalho, instituiu-se no futebol brasileiro a torcida organizada. Mas se Jaime seguiu – e morreu – fiel a seus princípios, novos grupos surgiram, com diferentes denominações e, na maioria dos casos, com os mesmos objetivos: apoiar o time, mas beneficiando-se seus líderes de privilégios, poderes e vantagens financeiras. Frequentam e influem nas decisões mais importantes dos clubes, não pagam ingressos, participam de campanhas políticas – e são favorecidos – e a organização de caravanas para jogos em outras cidades se constitui, para muitos, em um negócio altamente rentável. Existem, também, os que dizem trabalhar por amor ao clube, assumindo os prejuízos.⁴⁰⁵

E ainda sobre as caravanas:

Quando um time vai jogar em outro Estado, as torcidas se organizam em caravana para incentivá-lo. Ônibus são alugados e as passagens vendidas para os componentes de cada torcida. Não raramente as viagens se transformam em boa fonte de lucro para os chefes, que, desorganizados (apesar do nome de torcida organizada), não têm obrigação de prestar contas.

Como exemplo pode-se citar o jogo do Flamengo contra o Santos, domingo passado em São Paulo. Somente a Raça Rubro-Negra levou, segundo seu chefe, 22 ônibus lotados de torcedores que pagaram Cr\$ 4 mil cada um. Como cada ônibus tem 45 lugares, foram arrecadados, dos 990 torcedores, Cr\$ 9,9 milhões com a venda de passagens.

O aluguel de cada ônibus custou às torcidas organizadas cerca de Cr\$ 150 mil. No caso da Raça Rubro-Negra, a despesa com os ônibus foi de Cr\$ 3,3 milhões. Houve um saldo, portanto, de Cr\$ 600 mil para a torcida, que não tem obrigação de prestar contas aos seus componentes.⁴⁰⁶

A transformação da abordagem no tocante às torcidas organizadas, com uma nova postura reativa e burocratizada, convergiu para a construção de uma recepção cimentada em interesses, em consonância com a dedicação, característica destoante nos primeiros torcedores organizados. O conjunto representativo, por suposto, delineado para as

⁴⁰⁵ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 29 de maio de 1983, Matutina, Esportes, Página 47.

⁴⁰⁶ *Idem*.

torcidas organizadas, inclui não apenas as práticas de violência, mas também desvios de caráter, como a corrupção, e a reprodução de comportamentos reprováveis, vislumbrados nas figuras dos dirigentes e na busca por lucros em determinadas situações, como nas caravanas.

Os discursos pautados na rejeição dos agrupamentos, por sua vez, tiveram um recrudescimento exponencial, incitando até mesmo o aniquilamento de seus componentes. Após o episódio envolvendo as torcidas do Flamengo, em especial a Raça Rubro-Negra e a Torcida Jovem do Flamengo com a Mancha Verde, incluindo também a Força Jovem do Vasco nas acusações, em que bombas de fabricação caseira foram atiradas no ônibus com os torcedores, jogadores e autoridades públicas se manifestaram sobre o tema. O movimento liderado por Gilmar, à época goleiro do Flamengo, no combate à violência no futebol foi acompanhado, entretanto, de discursos pautados no uso da força. De termos como “guerra” a “grupos de bandido”, utilizados por jogadores e grandes nomes do esporte, o posicionamento do presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio, Eduardo Viana, dava o tom das denúncias: propôs “pegar uma metralhadora e matar os marginais que estão infiltrados nas torcidas”⁴⁰⁷.

Isso posto, as lógicas de representação incorporadas pelas torcidas organizadas são amainadas de sentidos perante a exposição ofertada pelos meios de comunicação com a “recorrência quase exclusiva de notícias cuja dramaticidade remetia aos atos de vandalismo e à pecha de entidades essencialmente antiesportivas”⁴⁰⁸. A via de mão única na construção da identidade dos agrupamentos pela mídia impulsionou não apenas a estigmatização ancorada na violência para tais grupos, mas também a invisibilização de suas produções e a inviabilidade de concomitância de sua presença com a lógica mercantil instalada no universo esportivo.

As perspectivas de racionalização incorporadas no projeto de modernização do futebol, vislumbrando a implementação de lógicas utilitaristas em seu universo, assimilou as vivências das torcidas organizadas, muitas vezes alçadas nos enfrentamentos, que nos anos 1990 se tornaram premeditados, entraves para a eficiência pretendida no processo. Os discursos dissociando os componentes dos agrupamentos da figura de torcedor explicita o mote da modernização: solidificar em seu intento modernizador o modelo de

⁴⁰⁷ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 7 de julho de 1993, Matutina, Esportes, Página 27.

⁴⁰⁸ HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p. 53.

público presente nos estádios a partir de uma postura oposta aos membros das torcidas, caracterizados sob o aspecto familiar e consumidor:

Os crescentes apelos em conter e inibir as modalidades mais autônomas do torcer são difundidas por discursos e ações que deliberadamente impõem critérios orientador por uma racionalidade que se quer universalizar e que diz respeito a necessidade em transformar o torcedor em consumidor de um espetáculo, tornando-o, de certo modo, desenraizado de uma vivência mais densa em significados.⁴⁰⁹

A dicotomia presente nos discursos tanto de autoridades públicas, como nos propostos pelos meios de comunicação, ao oferecer par de oposição entre torcedor organizado e torcedor não-organizado opera na ideia de irrecuperabilidade dos sujeitos envolvidos em situações contendoras, estimulando sua rejeição. Isto é, “o rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada”⁴¹⁰, e o conjunto representativo construído sobre o esforço de promover a coesão interna do grupo é esvaziado de significados perante outras imposições.

A sensação de insegurança através da caracterização única com o apagamento de seus parâmetros representativos e de sua complexidade, estimulou a defesa da repressão no combate aos grupos de torcedores organizados. Estes, por sua vez, visualizaram o processo de recepção na sociedade mais ampla reduzida a apenas uma das plurais idiosincrasias presentes em seu aparato simbólico⁴¹¹, exponenciados pela essencialização da identidade através da categoria violência.

3.3.2.1. Invisibilização autoral da festa

O processo de construção e delineamento da representação das torcidas organizadas pelos meios de comunicação, tendo aqui como protagonista a Rede Globo pelos interesses explícitos no processo de modernização do futebol, no entanto, não é isento de complexidades. Embora o reforço do estigma a partir da violência no trato das

⁴⁰⁹ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 268.

⁴¹⁰ MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15-38, 2010, p. 23.

⁴¹¹ LOPES, FTP. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012, p. 234.

agremiações torcedoras tenha se tornado uma constante, os elogios às práticas festivas nas arquibancadas não foram debelados das abordagens.

A Raça Rubro-Negra, torcida organizada fundada sob os pressupostos de ruptura com prerrogativas menos festivas de torcer, ao longo de sua existência, ancorou sua representação no fomento do espetáculo como elemento disjuntivo tanto no seio do microcosmo no qual está inserido, quanto para sua recepção na sociedade mais ampla. Ainda que os enfrentamentos corporais e a participação em conflitos tenham sido incorporados como características nas relações de sociabilidade entre agremiações, a categoria festa permaneceu no discurso de seus componentes, como capital simbólico preponderante de sua identidade.

Nesse sentido se, por um lado, a década de 1990 ficou marcada sobretudo pela abordagem criminalizante das torcidas organizadas, processo exponenciado pelo recrudescimento dos enfrentamentos, entrada das armas de fogo nos conflitos e expansão territorial das mesmas, a outra face da abordagem dialoga com a invisibilização da autoria das festas nas arquibancadas em prol da dissipação da mesma como impulso por toda coletividade presente no estádio, entre torcedores organizados e não-organizados.

Autorreferenciada como “torcida diferente” pelo caráter festivo, a Raça Rubro-Negra, ao longo das décadas de 1980 e 1990, viu tal significado ser esvaído em função não apenas dos atos contedores, mas também pelo protagonismo no espetáculo nas arquibancadas ser exaurido em função do não despendimento da autoria. Em distintos momentos dos anos 1990, a Raça Rubro-Negra teve aparições elogiosas no jornal *O Globo*⁴¹²; entretanto, embora suas faixas balizando seu território no Maracanã estivessem evidentes, o incremento da exibição festiva no estádio não mencionou sua elaboração. A construção textual das reportagens diluía a produção da Raça em função da participação de todo o público presente.

O manejo das abordagens da mídia que tangem o universo das torcidas organizadas, exponenciadas na Raça por ser uma torcida cimentada na categoria nativa de festa, dialoga com uma perspectiva espetacularizante, tanto em cenários incrementados por alegorias para embelezar as arquibancadas, quanto nas situações de enfrentamento vivenciadas pelas agremiações – mas não apenas por elas.

A conjunção dos debates – a diluição da autoria e a estigmatização das torcidas organizadas – atrelada à lógica espetacularizante, em que “os meios de comunicação

⁴¹² Acervo Digital Jornal *O Globo*, 19 de julho de 1992, Matutina, Esportes, página 60; 13 de fevereiro de 1995, Matutina, Esportes, página 5; 21 de janeiro de 1999, Matutina, Esportes, página 36.

realimentam tais ocorrências na forma de “espetáculos”⁴¹³, estiveram em consonância com o projeto de modernização do futebol, tendo como pontapé mais intenso a formação da Copa União em 1987 e a consolidação de demandas liberalizantes através das leis Zico e Pelé, de 1993 e 1998, respectivamente. As reivindicações por medidas mais repressivas no trato das torcidas organizadas na década de 1990, por sua vez, demonstraram a idealização do novo torcedor para os estádios: o torcedor não-organizado sob o viés familiar:

Animado com as transformações do futebol proporcionadas pela Lei Pelé e coadunando com as suspeitas da opinião pública que colocavam em xeque a vocação de lideranças das torcidas organizadas, setores do poder público estadual se voltaram para o incremento de outra modalidade torcedora que, despolitizada em seus propósitos, repatriaria noções mais conservadoras do torcer, fortemente atreladas às dinâmicas do poder como indutores de uma nova disciplina esportiva para a prática torcedora nas arquibancadas.⁴¹⁴

A disciplina almejada, por sua vez, estava ancorada na busca de uma racionalidade convergente com o projeto de modernização do futebol. Os torcedores organizados, tomados pelo estigma dos enfrentamentos e da violência, estiveram imersos na recepção de suas práticas enquanto sintoma de irracionalidade. Embora a previsibilidade dos momentos contendedores com a premeditação das brigas, ancoradas em lógicas simbólicas no microcosmo das mesmas⁴¹⁵, o discurso de eficiência impulsionou debates como a extinção das mesmas, tendo como exemplo Inglaterra e, após 1995, São Paulo.

As medidas tomadas por Inglaterra e São Paulo na segunda metade dos anos 1990, passaram a servir como posturas exemplares para o estado do Rio de Janeiro. No entanto, embora os índices de brigas tenham sido reduzidos no interior do estádio, o corolário das ações foi a ocorrência de situações contendedoras em distintas áreas do espaço urbano e a subestimação do problema⁴¹⁶.

Isto posto, o entrelaçamento dos debates mencionados expõe o caráter invisibilizador do trato da mídia e das autoridades públicas destinados às torcidas

⁴¹³ TOLEDO, LH. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. *Revista USP*, v. 22, p. 92-101, 1994, p. 101.

⁴¹⁴ TOLEDO, LH. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. HOLLANDA, BB (et al.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro, v. 7, 2012, p. 149 e 150.

⁴¹⁵ HOLLANDA, B.B. *A festa e a guerra: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. 1º ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas” UFPR - Curitiba - Paraná – Brasil, 2008, p. 5.

⁴¹⁶ LOPES, FTP. *Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012, p. 63.

organizadas do Rio de Janeiro, tendo como expoente a Raça Rubro-Negra. Apropriadas como entrave para o processo de modernização do futebol, intensificado na década de 1990, os discursos de eficiência nas gestões do esporte silenciaram o conjunto simbólico das torcidas, bem como sua complexidade. O impacto na Raça, cujo elemento disjuntivo é a festa, foi um processo de percepção de transformação hermética de suas bases, de onde uma categoria é esvaziada em função da adoção da outra, quando na realidade ambos os elementos são manejados de acordo com os interesses do agrupamento.

No entanto, os discursos de festa entre os componentes da agremiação demandam até os dias de hoje uma relação diferenciada diante de todas as movimentações apontadas nas décadas de 1980 e 1990, no intento de solidificar sua postura de entrega e apoio incondicional.

3.4. A concomitância festa-guerra: demandas da torcida

A história oral de vida, na contramão da busca da verdade precisa, trata as trajetórias individuais, atreladas à perspectiva ampliada, como flutuantes, abdicando da noção de linearidade. Abarcando as possibilidades de transformação em seu trajeto, o método focaliza as posições ocupadas pelo indivíduo ao longo de sua vida, e como cada percurso evidencia a necessidade de deslocamento da ideia de evolução⁴¹⁷. A recriação do passado, ainda que esteja vinculada a prerrogativas grupais, indica o processo complexo e individual do relacionamento entre trajetória pessoal e social, que está em constante ajuste.

Nesse sentido, a busca por relatos orais de história de vida se dá na medida em que se busca conhecer os percursos de cada indivíduo, suas experimentações e percepções, bem como suas contradições e construção de representações. Como depoente e interlocutor da pesquisa, Anderson Clemente da Silva, apelidado de Macula, é presidente da Raça Rubro-Negra atualmente, mas sua história com a torcida tem início na década de 1990. Entre distintas posições, variadas entre cargos como monitor, diretor, vice-presidente e a ocupação da presidência no primeiro decênio dos anos 2000, Anderson Clemente da Silva aceitou contribuir com sua trajetória de vida e sua relação assentada nas junções entre o indivíduo e a *persona*.

⁴¹⁷ SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010, p. 70.

Seus relatos, além de apresentarem a simbiose entre sua história de vida com a Raça Rubro-Negra, expõem a complexidade no trato dado às representações da torcida, exponenciadas pelo trânsito entre categorias como festa e guerra. Isto é, os discursos sobre violência e impulso ao espetáculo são cambiantes e manejados de acordo com interesses, tanto pelos meios de comunicação quanto no que diz respeito às possibilidades de representação da agremiação.

O entendimento da coexistência entre as práticas de enfrentamento e de embelezamento das arquibancadas rubro-negras, no interior da torcida, são cooptadas por uma forma mais densa a partir do cruzamento entre discursos da torcida – sítio eletrônico, depoimentos de componentes, como os expostos no documentário “O Pulmão da Arquibancada” – com as abordagens pelos meios de comunicação e autoridades públicas, incluindo figuras de renome no microcosmo, como Pelé, mas também as instituições policiais.

As disputas entre discursos, isto é, as diferenças vislumbradas ao longo do capítulo entre as demandas da torcida – de reivindicação do caráter festivo – e as abordagens promovidas pelos meios de comunicação e instituições públicas, ora com uma perspectiva criminalizante ora com a invisibilização do espetáculo nas arquibancadas, é diluída em função da busca pela manutenção dos parâmetros representativos elencados como constitutivos do conjunto simbólico e, por conseguinte, disjuntivo. Nos debates sobre a dualidade festa-guerra na Raça Rubro-Negra, o posicionamento é orientado para um relacionamento pouco desgastado com os meios de comunicação:

A Raça sempre teve uma boa relação com a mídia, porque como é a torcida do espetáculo, sempre procuravam a gente para poder falar sobre as festas que antecediam os grandes jogos, finais de campeonatos... A Raça elaborou gigantes festas, como caricatura de jogador, como papel higiênico, bandeirinhas... Então a relação com a mídia sempre foi bem sintonizada, bem natural, de respeito recíproco, porque era trabalho deles e a gente fazendo o nosso. Então acabava um ajudando o outro.⁴¹⁸

Na contramão dos discursos recorrentes entre componentes de torcidas organizadas, que constantemente atribuem aos meios de comunicação sua criminalização perante a sociedade⁴¹⁹, a relação da Raça Rubro-Negra é pautada em outra perspectiva: o

⁴¹⁸ Depoimento concedido por Anderson Clemente da Silva, 2021.

⁴¹⁹ SANTOS, N.; CAPRARO, A. M.; LISE, R. S. A invasão no estádio Couto Pereira em 2009: considerações sobre os discursos da imprensa escrita e da torcida organizada. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 617-625, 2014.

reconhecimento da festa como disjunção diante das demais torcidas cariocas, ao mesmo tempo que na veiculação da mídia a autoria é invisibilizada. Na prática, a tradução dessa alternância de perspectiva se dá na medida em que a festa simboliza a categoria nativa da torcida, símbolo forte e preponderante na agremiação que, de modo explícito e circunscrito, não é veiculada de maneira criminalizante pela mídia.

No entanto, especialmente na década de 1990, as torcidas organizadas, de modo ampliado, passaram por um processo de criminalização de suas práticas e representações que, ainda que não ocorresse diretamente, incrementou o estigma atrelado à violência da Raça Rubro-Negra, que nos anos 1992 e 1993 enfrentou problemas graves envolvendo a agremiação: a queda do alambrado no Maracanã, em que seus componentes estavam presentes, e o atentado em São Paulo ao ônibus da agremiação com bombas de fabricação caseira. Como corolário, ainda que as festas continuassem sendo uma categoria fixada nos parâmetros representativos e práticos da agremiação, as abordagens pelos meios de comunicação reforçavam o tom da periculosidade, além de promover o apagamento dos elementos festivos promotores do espetáculo nas arquibancadas.

A distinção entre os discursos de componentes da Raça Rubro-Negra e nos meios de comunicação, tendo como protagonista na pesquisa as abordagens do jornal *O Globo*, se dão na estratégia e no manejo das categorias diante de seus interesses. A exaltação da festa, demanda explícita da Raça, não encontra vocalização nos meios de comunicação para anunciarem sua autoria, que é dissipada como produção coletiva de todos os torcedores presentes no estádio. Assim, ainda que a torcida organizada seja reconhecida como pulsante nas arquibancadas, a percepção sobre a contenda é reforçada em um discurso mútuo entre jornalistas e público presente.

No último ano da década de 1990, o jornal *O Globo* promoveu uma reportagem com o intento de instruir os diferentes públicos na ida ao estádio: de condutas desejadas a lidar com a presença dos pais, assim como a relação com os ingressos e com possíveis tumultos, a orientação constantemente reforçada convergiu para a necessidade de estar afastado das torcidas organizadas. Com o subtítulo “A torcida organizada dá um show, mas não é bom ficar perto”⁴²⁰, a diretriz sobre o posicionamento no estádio se deu da seguinte forma: “O melhor lugar: É na arquibancada. Mas longe das torcidas organizadas, que geralmente ficam atrás dos gols. No caso de qualquer confusão começar perto de você, saia de perto na hora”⁴²¹.

⁴²⁰ Acervo Digital Jornal *O Globo*, 30 de maio de 1999, Matutina, Planeta Globo, Página 4.

⁴²¹ Idem.

Em entrevista com jovens que foram ao Maracanã, o reforço por parte do público presente no trato da recepção das representações das torcidas organizadas se dá de forma análoga:

Outro conselho desta moçada é sentar longe das torcidas organizadas – responsáveis pela fama de violência dos estádios. Rodrigo de Souza, de 14 anos, diz que ficar esperto é fundamental:

– E, mesmo longe das organizadas, tem que se ligar. Às vezes, você não tem nada a ver com uma confusão e pode acabar se machucando.⁴²²

A relação diferente assinalada pelos componentes do agrupamento, desse modo, dialoga com o intento de demarcar uma posição categórica alicerçada na festa na coesão grupal, ainda que diante do processo de estigma pelo viés da violência expandido às torcidas organizadas de modo geral. Incrementado pelo discurso de um relacionamento positivo tanto com os meios de comunicação como com as instituições policiais, como o extinto GEPE, o conjunto simbólico da Raça Rubro-Negra recebe um esforço de seus membros para oferecer continuidade à autorreferenciada denominação de “torcida diferente”, pelo incessante apoio, ao mesmo tempo que incorpora práticas de enfrentamento, que ganharam a entonação da premeditação na década de 1990.

A invisibilização da autoria pela mídia, por sua vez, dialoga com o afinco de promover a delimitação do público desejável nos estádios para as partidas de futebol, alicerçados em bases como a racionalização e eficácia características do projeto de modernização do esporte. A coletividade do torcer sob perspectivas burocratizantes, nesse sentido, encontra uma transmutação desejável por tais agentes na ideia de coletivização diluída pela individualidade, em que a dedicação singular constitui o fomento do espetáculo de maneira equivalente.

(...) fixando corpos a lugares, inibindo o contato físico e embotando a plasticidade em gestos seguros e contidos, domínio da privação e do privado. O deslocamento da vontade torcedora – vontade tomada como disposição e comprometimento arrebatador – do corpo para o intelecto tem sinalizado para as transformações mais recentes ocorridas no futebol espetáculo e nas formas de torcer.⁴²³

⁴²² Idem.

⁴²³ TOLEDO, LH. Torcer: a metafísica do homem comum. **Revista de História**, n. 163, p. 175-189, 2010, p. 180.

Isso posto, o processo de modernização do futebol, com suas bases racionais de implementação de logísticas mercantis, implicou na busca por novos perfis de torcedores, em oposição àqueles constantemente vinculados a práticas contendoras. Tendo na violência elemento entrave para os interesses do projeto para o futebol, os torcedores organizados, ainda que reverberem em suas representações a promoção do espetáculo, demanda discursiva principal da Raça Rubro-Negra, resvalavam na rejeição de sua performance e no elogio de um torcer mais contido, oposto ao seu.

A violência, por sua vez, entre os torcedores organizados, não deve ser circunscrita a existência de tais grupos, ao mesmo tempo que não se explica somente a partir de fenômenos exógenos às coerências internas das agremiações. A complexidade do problema se ancora também na anunciada incompatibilidade entre práticas das organizações de torcedores e do projeto de modernização do futebol brasileiro, cujo intento para o público dos estádios converge para novas formas de torcer:

Estas mudanças em torno das manifestações sociais populares devem ser levadas em conta quando são abordados o fenômeno da violência entre torcedores de futebol. O futebol, suas torcidas e seus torcedores “intolerantes” devem ser contextualizados ante estas novas demandas simbólicas impostas pelos processos mais globais de investimento cada vez crescente nos valores de uma individualidade que se estabelece não em função de um estado de bem estar social, mas, ao contrário, a partir de estratégias cujas possibilidades de ascensão e reconhecimento sociais assentam-se em critérios economicamente cada vez mais excludentes, embora a participação política formal tenha se alargado nas últimas décadas no Brasil.⁴²⁴

O processo de modernização, no que tange às torcidas organizadas por um viés generalizado, no seio da Raça Rubro-Negra encontra repercussão peculiar. Apesar de as organizações de torcedores serem vislumbradas sob o estigma da violência, na Raça Rubro-Negra o impacto do descrédito, entre tantos outros, fomentou a evasão dos significados festivos atreladas a mesma, em que as individualidades almejadas pelo projeto passaram a ser impulsionadas.

A demanda discursiva dessa representação em especial pelos componentes da Raça se mantém de modo firme e consolidado, no entanto, a recepção para uma sociedade mais ampla não encontra correspondência. A conjunção dos fenômenos marcantes referentes ao tema da violência entre torcidas organizadas – o assassinato de Cléo e a

⁴²⁴ TOLEDO, LH. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000, p. 259.

batalha campal do Pacaembu – atreladas às situações trágicas do próprio agrupamento – queda do alambrado do Maracanã e a emboscada em São Paulo – operaram como exemplos da periculosidade introjetada na organização desses torcedores, que manejam suas categorias de acordo com seus interesses representativos e performáticos.

Por outro lado, a espetacularização das situações contendoras pelos meios de comunicação, situados no processo de modernização do futebol, demarcaram e reforçaram a imagem do perigo com a veiculação de uma representação atrelada majoritariamente à violência. Considerados empecilhos para a ordenação do espetáculo, as transformações ocorridas no futebol repaginaram a presença do torcedor no estádio, privilegiando o potencial do consumo e da organização:

Ao mesmo tempo, o policiamento tendeu a vigiar mais de perto o comportamento dos torcedores e a punir severamente as transgressões no interior dos estádios e nas suas cercanias. A prioridade é preservar a ordem, garantir a segurança do público que paga para assistir ao espetáculo e construir uma imagem de entretenimento organizado e sadio junto à população, à mídia e aos patrocinadores.⁴²⁵

A expansão da presença dos torcedores organizados na década de 1990, exponenciada pela explosão territorial e premeditação dos conflitos, incidiu novos parâmetros de relacionamento e de performance entre os agrupamentos. Inseridos no processo de transformação do futebol-espetáculo, em que são considerados agentes, as agremiações torcedoras visualizaram sua estigmatização pelas autoridades públicas e meios de comunicação expandidos à sociedade, em que seus conjuntos simbólicos e representativos tanto de coesão interna como de estruturação da performance foram circunscritos à criminalização.

A Raça Rubro-Negra, imersa no processo, teve como desdobramento ainda a invisibilização da representação a partir do elemento festa, categoria disjuntiva elencada desde sua fundação em 1977, em detrimento da percepção contendoras. A defesa da análise alicerçada na coexistência festa-guerra – ainda que não de modo equilibrado – se dá na medida em que ambas as categorias são manejadas de modos distintos a depender do interlocutor e de seus interesses na situação posta. Assim, a complexidade dos parâmetros selecionados pela agremiação é sublevada para além da redução da caracterização através de atributos individualizados e essencialistas.

⁴²⁵ PRONI, M.W. *Esporte espetáculo e futebol-empresa*. 1998, p. 164.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos identificar os processos de flutuação nas categorias representativas da torcida organizada Raça Rubro-Negra, em diálogo com as transformações do período demarcado nas décadas de 1980 e 1990. O esforço da contextualização na presente dissertação teve como objetivo expor as interlocuções dos distintos campos em agência, mas sem transpor de modo mecânico e reflexivo a relação entre as práticas da agremiação com o cenário ampliado.

Como mote da pesquisa em futebol, a relação entre o referido esporte e sociedade impulsionou as perspectivas de utilizar como quadro teórico as noções de representação, prática, performance e recepção. Embora não se possa tratar a postura de uma torcida organizada enquanto consequência de dado cenário, o presente trabalho buscou expor o diálogo com a sociedade mais ampla enquanto forma de manejo das simbologias e representações da agremiação com um intento específico. Além disso, o conjunto simbólico elencado pela característica própria do microcosmo das torcidas organizadas, que é a competitividade, impulsiona a formação de identidades cimentadas em parâmetros de oposição no interior das lógicas de rivalidade e aliança que a todo tempo se reposicionam.

No entanto, a construção das representações das torcidas organizadas não é concebida apenas de acordo com as práticas estabelecidas pelos próprios agrupamentos, mas também por um processo de recepção da lógica das posturas adotadas em um cenário ampliado e veiculado principalmente pelos meios de comunicação. Isto posto, a Raça Rubro-Negra enquanto objeto de pesquisa evidencia a complexidade de tal processo, uma vez que as categorias elencadas como dominantes – festa e guerra – em seu aparato simbólico e representativo, não operam de modo isolado e são utilizadas não só a partir de sua própria administração, a depender da interlocução e de seus interesses, mas também por outrem.

Nesse sentido, identificamos no presente trabalho a coexistência entre os elementos festa e guerra no interior da torcida Raça Rubro-Negra, para além da percepção de uma transição entre as categorias, ainda que flutuem e não necessariamente sejam mobilizadas com a mesma intensidade. O mote da ruptura do torcer fundamentado como justificativa para a fundação da torcida em 1977, alicerçado nas demandas de pioneirismo sobre torcer em pé e cantar durante toda a partida não se esvai em detrimento de uma postura mais agressiva nos decênios posteriores, mas operam de modo concomitante a

dependem da interlocução, além de passarem por um processo de invisibilização da autoria dos espetáculos nas arquibancadas.

Os discursos dos componentes da agremiação reforçam a disjunção da torcida a partir do incremento do espetáculo nas praças esportivas em que marcaram presença, mesmo em cenários caracterizados pelas práticas de violência, exponenciadas na segunda metade da década de 1980 com o assassinato do líder de Mancha Verde do Palmeiras e intensificada em 1995 com as cenas de enfrentamento generalizado no Pacaembu. Nesse período, as abordagens das torcidas organizadas passaram a ser assinaladas pela contenda, em que o estigma da violência foi solidificado entre meios de comunicação, autoridades públicas e sociedade ampliada.

A metodologia da pesquisa amparada na exploração dos periódicos e nos discursos dos componentes da torcida, seja em relatos obtidos por meio de documentários ou transmissões por plataformas da Internet, seja em entrevistas semiestruturadas ancoradas na História Oral de vida, justifica-se na busca das disputas discursivas no que tange as representações da agremiação elencada como objeto. No caso específico da Raça Rubro-Negra, a fundamentação se dá ainda na especificidade de a categoria festa ser tão cara à agremiação, em que mais que a negação das práticas de violência, a demanda pela continuidade das práticas de ruptura com um “torcer frio” em prol da intensidade performática e festiva é o cerne dos discursos.

Assim, a estruturação e organização dos capítulos do presente trabalho buscou abarcar os debates caros à mudança de recepção da agremiação, coadunados em contextualização, discussões teóricas e fundamentações discursivas e representativas dos agentes envolvidos na dissertação: componentes de torcidas organizadas, autoridades públicas e meios de comunicação. O intento, desse modo, converge para analisar os entrelaçamentos entre diferentes esferas sociais e as constantes recriações de si a partir desse contato.

No primeiro capítulo da dissertação, os debates giraram em torno dos discursos de racionalização sobre os fenômenos de violência, tanto em esferas institucionais, quanto no campo desportivo e no cenário urbano. Nesse sentido, as discussões sobre racionalização, em que termos como calculabilidade da vida e eficiência emergiram como tônica, encontram nos processos analisados, como o recrudescimento da violência no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990, introdução do modelo neoliberal no Brasil e modernização do futebol, o terreno fértil para o florescimento de suas perspectivas.

As abordagens sobre violência feitas pelos meios de comunicação têm um crescimento vertiginoso no período proposto para a pesquisa. Tendo respaldo na inserção do tema no debate público, a intensificação da veiculação sobre fenômenos de violência conflui com o aumento dos crimes considerados violentos e dos índices sobre criminalidade. Sob a perspectiva de ruptura com a postura autoritária característica da Ditadura Militar, fruto de golpe político em 1964 no Brasil, ainda em 1982, com a vigência do regime, Leonel Brizola é eleito governador do estado do Rio de Janeiro, sendo um candidato de esquerda a vencer a eleição.

Os projetos de Brizola de interrupção às medidas autoritárias e repressivas resvalou no recrudescimento da violência urbana, acompanhada de um discurso imediatista e punitivista imerso na população. Os discursos de eficiência amparados na calculabilidade das esferas da vida e em uma perspectiva utilitarista, além de fazerem parte do bojo característico do modelo neoliberal, introduzido no Brasil na década de 1990, foram apropriados e manejados sob o tom da urgência.

A proposição das discussões sobre a racionalização ampliados aos três itens aos quais me debruço no primeiro capítulo se justifica na medida em que os fenômenos que se buscam romper são considerados irracionais. Tanto os fenômenos da violência urbana, quanto o Brasil anterior a Collor e a situação administrativa futebolística são apropriados, ao serem objeto de despejo de ânsia de mudanças, sob lógicas insensatas e prejudiciais. As exposições intencionais dos agentes interessados em tais mudanças, explicitados ao longo do texto, são amparados em estratégias discursivas que colocam em pares de oposição a conjuntura presente com seu projeto defendido, fazendo uso das lógicas de racionalização e cálculo material.

A abordagem do Rio de Janeiro nos anos 1980 e 1990, evidencia as nuances da violência enquanto tônica das referidas décadas. Imersa no processo de redemocratização do Brasil, os legados da Ditadura Militar encontram no Rio de Janeiro território para a emergência de novos grupos criminosos, bem como novas manifestações culturais a serem criminalizadas. O fenômeno *funk* se consolida como produto da cultura brasileira na década de 1990 e a ocorrência de bailes como fenômenos de sociabilidade juvenil entre os cariocas impacta também a performance torcedora, que dialoga visceralmente com esse universo periférico.

A contextualização atrelada aos discursos de racionalização é elencada enquanto parte constitutiva da presente dissertação de modo a situar a emergência da caracterização das torcidas organizadas sob as alcunhas de violentas e transgressoras, em um cenário

também demarcado pela conturbação. Os diálogos entre os microcosmos, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, evidenciam trocas intensas, especialmente entre “galeras” e torcidas organizadas, expondo o não-mecanicismo das relações complexas estabelecidas.

O futebol, por sua vez, desde a década de 1970 é alvo de demandas de modernização e alteração das formas de administração, tanto dos torneios quanto das gestões de clubes. A implementação do Campeonato Nacional em 1971 oferece novos contornos aos agentes envolvidos no esporte, tanto por questões financeiras, mas também com as possibilidades de apropriação política da dimensão alcançada pelo futebol.

As discussões referentes às gestões ineficientes do futebol, em que o fator econômico impera pelos prejuízos apresentados, encontrou terreno fértil no final da década de 1980, com a formação do Clube dos Treze e seu campeonato, a Copa União. O Clube dos Treze e a Copa União, constituídos em 1987, possibilitaram a abertura aos debates sobre patrocínios e novas formas de lucratividade no futebol, em seu torneio, cuja ocorrência se deu em função da ruptura com a Confederação Brasileira de Futebol, contou com a participação de grandes empresas financiadoras. Na esteira, leis modernizantes, concebidas por grandes nomes e ídolos do esporte, caracterizadas pela defesa do modelo de clube-empresa, foram implementadas em 1993 e 1998.

O processo de modernização do futebol, ancorado nas prerrogativas de racionalização, eficiência e mercantilização, impôs uma nova relação com as torcidas organizadas. Da intensidade despendida pelos componentes das agremiações, ao intensificarem as viagens após o surgimento do Campeonato Nacional, os novos parâmetros para o esporte reconfiguraram seu lugar nas arquibancadas. O público almejado, sob o signo da modernização, eram os torcedores não-organizados, potenciais consumidores do espetáculo esportivo.

A construção do segundo capítulo esteve baseada no entrelaçamento entre os conceitos fundamentais da pesquisa com o processo de construção dos parâmetros simbólicos da Raça Rubro-Negra. O trajeto do capítulo se iniciou abordando as ricas contribuições da História Cultural, partindo do pressuposto que uma história do futebol é possibilitada pelo processo de dessencialização do conceito de cultura com a incorporação do cotidiano nas abordagens.

A ampliação do conceito de cultura e o entendimento de sua produção por distintos agentes foi o alicerce para complexificar os “modos de fazer”⁴²⁶ dos torcedores

⁴²⁶ CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

organizados, desde as primeiras agremiações, incorporando as transições dessas perspectivas, até as gerações demarcadamente juvenis na década de 1960. A mudança das prerrogativas de um torcer *carnealizado*⁴²⁷ substituído pela *burocratização*, *juvenilização* e até mesmo a *militarização*⁴²⁸ foram analisadas não apenas para inserir as perspectivas de uma agremiação que é fundada cerca de dez anos depois, mas também para pontuar os parâmetros de oposição estabelecidos.

Nesse sentido, partindo do pressuposto da aproximação da organização interna da torcida com a ruptura promovida pelas Torcidas Jovens no final da década de 1960, a direção do capítulo se baseou na reconstrução dos elementos elencados para promover o amálgama simbólico da Raça Rubro-Negra e a complexidade da coexistência das categorias festa e guerra. A *forma-representação*, baseada no impulso do espetáculo nas arquibancadas com uma performance cimentada na corporalidade, ganha também a entonação da hostilidade com a intensificação dos processos de explosão territorial e premeditação dos conflitos nas décadas de 1980 e 1990.

Se, por um lado, o discurso da disjunção a partir da festa é uma demanda da torcida, por outro, a aproximação e ocorrência de situações contendoras emergem em um cenário já agravado pela violência urbana. Esses debates são retomados no último capítulo da pesquisa, incorporando a participação dos meios de comunicação na construção do estigma atrelado às torcidas organizadas.

O terceiro capítulo da dissertação retoma os debates sobre representações e performances, focalizado nas expectativas de recepção e comunicação. A partir da percepção da simbiose entre prática e representação, que se alimentam mutuamente, o processo de comunicação objetivado por meio da performance é o cerne da discussão que se ampara nas disputas de representação. Nesse sentido, o resgate dos debates fomentados no início do capítulo anterior é manejado com o intento de abordar com maior intensidade a administração e apropriação das possibilidades de comunicação entre os agentes.

As disputas de representação com a hierarquia da veiculação protagonizada pelos meios de comunicação coabitam o capítulo com a reconstrução das práticas da Raça Rubro-Negra, em especial com o Maracanã, e com a veiculação da temática referente às torcidas organizadas pelos meios de comunicação. O reforço de uma identidade não

⁴²⁷ HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

⁴²⁸ MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. In: MURAD, M. (et al.). **Futebol: síntese da vida brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural/ SR-3, 1996.

formulada pelos agrupamentos impulsionou o processo de construção de uma imagem cimentada na contenda, exponenciada pelas sociabilidades estabelecidas nas décadas de 1980 e 1990, tendo como exemplo principal os relacionamentos nos bailes *funk* do Rio de Janeiro, mas também das práticas vislumbradas no estádio, seja em seu interior ou nas arquibancadas. A veiculação da mídia com a tonalidade da violência como coberta identitária dos torcedores organizados, por meio de termos como “vândalos” e “delinquentes”, foram responsáveis – ainda que não a única – pela reafirmação de uma representação estigmatizada que, ainda que não definitiva, reforça a versão dominante⁴²⁹.

A relação com o processo de modernização do futebol, por sua vez, evidencia a recusa da performance das torcidas organizadas nas arquibancadas das praças esportivas, que são consideradas entraves aos objetivos comerciais do projeto. No caso da Raça Rubro-Negra, exposta visualmente nos jornais, têm a autoria da festa organizada pela agremiação invisibilizada. A estética embelezada das arquibancadas, elemento caro à modernização do futebol, não é referenciada à agremiação, que se visualiza em uma nova relação com o futebol e com o próprio clube.

Analisar o contexto no qual as categorias características da Raça Rubro-Negra estiveram em efervescência, em concomitância e até mesmo em uma relação contraditória, tem como objetivo não justificar uma transição de performance ou identitária, nem mesmo justificar por perspectivas externas ao agrupamento a recepção sob o viés da violência, mas sim identificar os interesses envolvidos no processo de modernização do futebol e de seus agentes. Tendo a Raça Rubro-Negra como objeto, analisar as complexidades próprias de um agrupamento torcedor em um cenário demarcado pela violência urbana e pelos discursos de racionalização coadunados na modernização do futebol evidencia as particularidades históricas do processo, mas também as demandas dos atores, como a Rede Globo, em que seu periódico foi privilegiado na análise.

Nesse sentido, o processo de modernização do futebol teve como mote a inserção das lógicas de eficiência no esporte ancoradas na lucratividade e na mercantilização de seus produtos, embaçando a relação com os torcedores que, aos poucos, passaram a ser vistos como tal. O relacionamento com as torcidas organizadas, por sua vez, foi alterado de modo a distanciar os componentes dos clubes e serem considerados entraves ao processo pelo estigma da violência, fortalecido pelos meios de comunicação. As práticas

⁴²⁹ GASTALDO, E. Publicidade e imaginário esportivo na televisão. In: HOLLANDA, B. B. et al. **Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão**. Rio de Janeiro, v. 7, 2013, p. 36.

e representações da Raça Rubro-Negra, alicerçadas na demanda discursiva da categoria nativa de festa, é invisibilizada em detrimento das perspectivas de hostilidade atribuídas às torcidas organizadas de modo ampliado.

Considero, desse modo, o campo do futebol um terreno vasto de possibilidades de pesquisa, ainda que as produções e contribuições tenham sido intensificadas. A partir da escrita e pesquisa de meu trabalho, pude perceber algumas possibilidades de pesquisa, tanto em uma perspectiva mais institucional, quanto no microcosmo das torcidas organizadas. Figuras importantes como Giulitte Coutinho e Almirante Heleno Nunes, fundamentais no processo de modernização – como pontapé ou como exemplo –, são nomes a serem explorados pelas suas trajetórias no universo futebolístico. Na temática das agremiações torcedores, identifico nas comparações possibilidades ricas de aproximação e afastamento, como a Raça Rubro-Negra e a Gaviões da Fiel. Além disso, os meios de comunicação são agentes fundamentais na construção de representações sobre os agrupamentos, podendo serem analisados individualmente sobre suas propostas de veiculação, perspectiva e interesses.

Referências Bibliográficas

ABREU, C. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 5 (10), p. 841-964, 2015.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, JDA. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. In: LASK, Thomke (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BIAR, L.A.; PINHEIRO, D. “Com tanta eloquência, com tanta mentira”: repetição e recategorização em discursos de Fernando Collor. **Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)**, v. 62, n. 3, p. 469-485, 2018.

BOURDIEU, P. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

BURKE, P. **História e teoria social**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

CANALE, V.S. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CASTELLARI, A.A. **O tradicional e o moderno no futebol brasileiro: do moderno e de elite a uma moderna elitização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Univ of California Press, 1983.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CHARTIER, R. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

COUTINHO, R. **Um Flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e a construção do imaginário político nacionalista popular (1933-1955)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

DA CÂMARA TEIXEIRA, R. **Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas**. São Paulo: Annablume, 2003.

DA CÂMARA TEIXEIRA, R. "Torcidas jovens cariocas: símbolos e ritualização". In: **Revista Esporte e Sociedade**. Niterói, n. 2, 2006.

DA CÂMARA TEIXEIRA, R.; DE HOLLANDA, B.B. Espetáculo futebolístico e associativismo torcedor no Brasil: desafios e perspectivas das entidades representativas de torcidas organizadas no futebol brasileiro contemporâneo. **Esporte e Sociedade**, n. 28, 2021.

DAMO, A. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS/PPGAS, 2005.

DAMO, A. Futebol e estética. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 82-91, 2001.

DAVIDOVICH, F. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. **Revista Geográfica**, n. 105, p. 53-76, 1987.

DE HOLLANDA, C. **Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro, 1983-1986)**. Revan, 2005.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DOS SANTOS PIMENTEL, D.; FARES, J.A. **A performance em Paul Zumthor**. X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação SEPesq, 2014.

DOS SANTOS, J.R. **História política do futebol brasileiro**. Brasiliense, 1981.

DUNNING, E; ELIAS, N. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. **A sociedade da corte**. Lisboa: Estampa, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos Ebape.br**, v. 6, n. 3, p. 01-20, 2008.

FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 828, 2009.

FERREIRA, D.V. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987). **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 5, p. 77-121, 2018.

FERREIRA, R; ARAGAO, C., e ARRUDA, A. Boladão, pesadão, isso é Rio de Janeiro: notas sobre funks de torcida e de facção. **Aletheia [online]**, n. 32, p. 38-52, 2010.

FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GASTALDO, E. Publicidade e imaginário esportivo na televisão. In: HOLLANDA, B. B. et al. **Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão**. Rio de Janeiro, v. 7, 2013.

GINZBURG, C. **Raízes de um paradigma indiciário: mito, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GROS, D.B. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madri: Cátedra/Teorema, 1994.

HARTOG, F. **Regimes of historicity: Presentism and experiences of time**. Columbia University Press, 2015.

HELAL, R. **Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Vozes, 1997.

HELAL, R.; GORDON, C. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Revista Eco-Pós**, v. 5, n. 1, 2002.

HOLLANDA, B. B. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

HOLLANDA, B.B, MALAIA, J.M.C., TOLEDO, L.H., MELO, V.A. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

HOLLANDA, B.B. **A festa e a guerra: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. 1º ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas” UFPR - Curitiba - Paraná – Brasil, 2008.

HOLLANDA, B.B.; AZEVEDO, A.L.; QUEIROZ, A.L. Das Torcidas Jovens às embaixadas de torcedores: uma análise das novas dinâmicas associativas de torcer no futebol brasileiro. **Record**, v. 7, n. 1, p. 1, 2014.

JUPIARA, A. **Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Editora Record, 2015.

LAGO, L. **A metrópole desigualmente integrada: as atuais formas de produção e (não) acesso ao espaço construído do Rio de Janeiro**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001, p. 1530-1539.

LEFEBVRE, H. **Espacio y política; el derecho a la ciudad, II**. 1976.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LEVI, G. O pequeno, o grande e o pequeno: Entrevista com Giovanni Levi. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 157-182, jan. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000100157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-07>.

LOPES, FTP. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

LOPES, FTP; CORDEIRO, MP. Futebol, visibilidade e poder: lógicas da violência nos espetáculos futebolísticos. **Revista Comunicação Midiática**, v. 10, n. 3, p. 119-134, 2015.

MACHADO, G. M. C. **A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania**. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENDES, K.T. As políticas criminais e o neoliberalismo no Brasil: Debates atuais. **Revista Habitus**, v. 13, n. 1, 2015.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M. **Violência: o que foi que aconteceu?**. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência da UFRJ, sem data.

MONTEIRO, R. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar, Raça Rubro-Negra!: uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência**. FGV Editora, 2003.

MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. In: MURAD, M. (et al.). **Futebol: síntese da vida brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultural/ SR-3, 1996.

NERY, A.L. **Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil**. Editora Multifoco, 2012.

NOVAES, C.C.; ALVES, P.R. Performance e poética da oralidade, segundo Paul Zumthor. **Fólio–Revista de Letras, Vitória da Conquista**, v. 5, n. 1, p. 489-497, 2013.

O'DONNELL, J; DE MIRANDA PEREIRA, LA. Cultura em movimento: Natalie Davis entre a antropologia e a história social. **História Unisinos**, v. 20, n. 2, p. 131-142, 2016.

OLIVEIRA, P.H.; SOARES, Y. **Neoliberalismo e Militarismo: a violência como produto na política de mercado**. III Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Populismos e Democracias, UFPEL, 2019.

OMETTO, A.M.H.; FURTUOSO, M.C.O.; SILVA, M.V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995.

PERALVA, A. **Juvenização da Violência e Angústia da Morte**. Caxambu, XX Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), outubro de 1996, mimeo. apud TOLEDO, LH. Identidades e conflitos em campo: a "guerra do Pacaembu". **Revista USP**, n. 32, p. 108-117, 1996.

PIMENTA, CAM. Violência entre torcidas organizadas de futebol. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 122-128, 2000.

PRONI, M.W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998.

PRONI, M.W. **A metamorfose do futebol**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2000.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RODRIGUES, F.X. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**, n. 11, p. 260-299, 2004.

RODRIGUES, M. **A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças**. Editora Ática, 1992.

SANTOS, B.S. **A transição paradigmática: da regulação à emancipação**. 1991.

SANTOS, D.A. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012.

SANTOS, N.; CAPRARO, A. M.; LISE, R. S. A invasão no estádio Couto Pereira em 2009: considerações sobre os discursos da imprensa escrita e da torcida organizada. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 617-625, 2014.

SARMENTO, C.E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SILVA, B.M. **Polícia não é Exército: a trajetória do coronel Nazareth Cerqueira e a segurança pública no Rio de Janeiro (1983-1995)**. XV Encontro Regional de História: Ofício do historiador: Ensino & Pesquisa, 2012.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

SOARES, L.E.; SENTO-SÉ, J.T. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil**. Leonarda Musumeci, Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro, v. 16, 2000.

SOARES, L.T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1995.

SWEDBERG, R. **Max Weber and the idea of Economic Sociology**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, L.H. "Short Cuts": histórias de jovens, futebol e condutas de risco. In: **Revista Brasileira de Educação (ANPED)**. Dossiê Juventude, nº 6/7, 1997b.

TOLEDO, L.H. Identidades e conflitos em campo: a "guerra do Pacaembu". **Revista USP**, n. 32, p. 108-117, 1996.

TOLEDO, L.H. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2000.

TOLEDO, L.H. Torcer: a metafísica do homem comum. **Revista de História**, n. 163, p. 175-189, 2010.

TOLEDO, L.H. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas, São Paulo, Autores Associados/ANPOCS, 1996.

TOLEDO, LH. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. **Revista USP**, v. 22, p. 92-101, 1994.

VELOSO, F.A.; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008.

VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

VIANNA, H. **O mundo funk carioca**. Companhia das Letras, 2014.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ZALUAR, A. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Editora UFRJ, 1997.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.